

ANTÓNIO MANUEL DE SOUSA DUARTE

**Movimento de 1383 e 25 de Abril de 74
– burgueses e capitães, do «putsch» à revolução**

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

**Lisboa
2014**

ANTÓNIO MANUEL DE SOUSA DUARTE

**Movimento de 1383 e 25 de Abril de 74
– burgueses e capitães, do «putsch» à revolução**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Doutor
em Ciência Política no Curso de Doutoramento em
Ciência Política, conferido pela Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Professor Doutor José Filipe Pinto

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

**Lisboa
2014**

Dedicatória

Aos meus pais – pela admiração que lhes tributo.

Aos meus filhos Francisco, Lourenço e Maria Luísa – pela esperança que lhes voto.

À Rita – verdadeiramente sem a qual não teria sido possível terminar esta tese.

A Fernando José Salgueiro Maia e aos Capitães de Abril.

E ao Alentejo.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor José Filipe Pinto, pela colaboração tutelar e de exigência por que pautou a orientação desta tese, razão pela qual, assim, tanto contribuiu para o concretizar deste projecto.

À Natércia Salgueiro Maia, ao Carlos Beato e ao Vasco Lourenço pela cumplicidade e pela amizade com que sempre me acolheram.

Resumo

O Movimento de 1383-85 e o 25 de Abril de 1974 são dois dos momentos mais marcantes da História de Portugal. O carácter «proto-burguês» daquele Movimento, e o que dele resultou como contributo directo para a génese de uma nova dinastia; e o regime democrático, resultante da intervenção dos militares, instaurado com a Revolução dos Cravos, foram dinamizados por grupos sociais, corporativos e profissionais definidos, que se assumiram como efectivas ameaças aos sistemas instituídos.

Há em ambos um conjunto de relevantes elementos-comuns: o apoio popular que se revelou factor decisivo para a vitória dos revoltosos; a passagem do Golpe de Estado «putsch» ou sublevação a revolução num só dia; e as lideranças pessoais protagonizadas por líderes carismáticos.

Investiga-se, nesta tese, a afirmação dos burgueses como grupo social emergente em 1383-85, fenómeno com semelhanças e mimetismos evidentes com o descontentamento social, gérmen da rebelião institucional protagonizada pelo Movimento dos Capitães – os burgueses de 74 –, e procura dar-se resposta a hipóteses de trabalho que apontam para uma relação de analogia entre os dois momentos, designadamente ao nível do contributo do povo e das figuras de D. João I e Salgueiro Maia.

Palavras-chave: Movimentos sociais, «putsch», golpe de Estado, revolução, povo

Abstract

The 1383-85 Movement and the 25 April 1974 Revolution are two key moments in Portugal's history. The proto-bourgeois nature of the 1383-85 Movement, which made a direct contribution to the genesis of a new dynasty; and the democratic regime, deriving from the military intervention in the Carnation Revolution, were underpinned by specific social, corporative and professional groups, who openly defined themselves as threats to the established systems.

A set of relevant common aspects can be found in both instances: the popular support that proved a decisive factor in the victory of the rebelling forces; the shift from a “putsch” coup or uprising to a single-day revolution; and the leadership characterized by charismatic figureheads.

This dissertation looks into the consolidation of the bourgeois as an emerging social group in 1383-85, a phenomenon that contains obvious similarities to the social discontent, the germ of the institutional rebellion instigated by the Captains' Movement (the 1974 bourgeois), and attempts to prove the hypothesis of an analogy between the two moments of history, namely as regards the contribution of the people and the individuals King João I and Salgueiro Maia.

Keywords: Social movements, «putsch», «coup d'État», revolution, people

Índice geral

Introdução

Capítulo 1 – Conceptualização teórica: definindo conceitos

- 1.1 – «Putsch» ou golpe de Estado
- 1.2 – Revolução
- 1.3 – Movimentos sociais
 - 1.3.1 – Grupos de interesse
 - 1.3.2 – Grupos de pressão
 - 1.3.3 – Os novos movimentos sociais
- 1.4 – Elites

Capítulo 2 – Carácter «proto-burguês» do Movimento de 1383-85 e acção dos Capitães no 25 de Abril de 1974: processos caracterizadores da dinamização desses grupos dos pontos de vista corporativo e social

- 2.1 – Burgueses, grupo agitador do Movimento de 1383-85
- 2.2 – Capitães, corporação dinamizadora do 25 de Abril de 74

Capítulo 3 – Apoio popular, elemento decisivo da passagem de golpe de Estado a revolução

- 3.1 – Reacção do povo face ao golpe de Estado de 1383
- 3.2 – Apoio popular aos militares revoltosos no 25 de Abril

Capítulo 4 – Liderança pessoal como factor de sucesso colectivo

- 4.1 – Papel de D. João I como eixo da revolta de 1383-85
- 4.2 – Salgueiro Maia no epicentro das operações militares do 25 de Abril de 1974

Conclusão

Bibliografia

Série Monográfica

Webgrafia

Publicações

Apêndices

Índice Onomástico

Introdução

“Todo o começo é involuntário
Deus é o agente
O herói a si assiste, vários
E inconsciente.”

Fernando Pessoa

O tema da mudança é intemporal, embora, como Camões sonetizou, a mesma “não se muda já como soía”, ou seja, a mudança não resiste a si própria e desafia as suas leis ou regularidades.

A este propósito, Adriano Moreira (1971, p. 39) considera que “o Mundo está em processo de mudança”, só que, na conjuntura actual, “atingiu um ponto crítico” porque “a geração que atingiu a maturidade” cresceu, tem como horizonte “o Mundo da estabilidade” e, agora, vê-se “obrigada a viver a época da mudança”.

Nesta época, as novidades e os imprevistos não ocorrem apenas nas vidas das pessoas, pois “na história de todos os povos acontece que, em momentos críticos da sua longa caminhada, parece chegado o «memento mori» do colapso total” (Moreira, 1977, p. 37). Uma situação que levou a que Portugal se visse, por mais de uma vez, “confrontado com a necessidade dessa opção existencial, mas retomou a marcha, mudando os objectivos, adoptando novas metas, e mantendo-se no sentido da sua história, como diria Jaspers” (Moreira, 1977, p. 39).

Deixando para mais tarde a realidade portuguesa, importa evocar que na análise dos eventos de carácter revolucionário que, de forma impressiva, marcaram determinados tempos e espaços da História do Homem se analisam mudanças estruturais bruscas, rupturas epistemológicas e lutas pelo poder, bem como a subsequente concretização no seio das comunidades mais ou menos vastas sobre as quais tais eventos produziram efeitos.

De 1383 a 1974, dito de outra forma: desde o período da confirmação independentista da continentalidade lusitana e do processo da «proto-Expansão Ultramarina», pensadas, conduzidas e concretizadas pelo mesmo homem – D. João I, à integração no Velho Continente, personalizada no processo de adesão à Europa Comunitária, trata-se, afinal, de

um incontornável e não ignorável ciclo de movimentos-vaivém protagonizados por Portugal ao encontro do Mundo – quando partiu à descoberta de novos horizontes, novas terras e novas formas de sustentação do Estado; e do Mundo para Portugal, num autêntico regresso às origens continentais quando, sensivelmente seiscentos anos depois, empreendeu esse retrocesso na História, e no devir, ditado pela alteração do múnus estatal e da máquina militar então liderante.

Isto é, primeiro ganharam-se o Norte de África; depois o Cabo Bojador, costa abaixo até Angola; o Cabo da Boa Esperança, Moçambique até à Índia; o Extremo Oriente; e o Brasil.

Séculos mais tarde dá-se o recuo, selado por um 25 de Abril que, factual e independentemente das convicções pessoais, tudo leva a perder tendo como primeira e imediata consequência a devolução dos territórios aos autóctones e aos movimentos que se haviam batido pela conquista da sua liberdade enquanto povos colonizados.

Como se sabe, a Descolonização portuguesa não foi um processo homogéneo em todas as Colónias, ainda que nessa altura oficialmente designadas por Províncias e Estados Ultramarinos, como não foi igual a profundidade e a intensidade do conflito armado travado nos vários cenários.

Um olhar circunstanciado e “uma análise sistemática sobre [a generalidade] dos processos de Descolonização [possibilitam a constatação de que] se encadeiam em cinco fases sequenciais, cada uma com as suas especificidades, conforme o território, o povo colonizado e a opção da Metrópole colonial” (Correia, 1994, pp. 40-72).

Embora com as «nuances» próprias inerentes à sua própria problemática descolonizadora, Portugal não escapou a esta regra.

Segundo a teorização de Pesarat Correia (1994, pp. 40-72), “a primeira é a «fase da tomada de consciência». Por norma, é uma elite politizada que assume a iniciativa e se organiza, visando o direito à independência, ideia que depois procura alargar à generalidade do seu povo”. Depois – escreve o mesmo autor – “é a «fase da luta de libertação», exclusivamente política ou também Armada, conforme o tipo de resposta da potência colonial às reivindicações independentistas”. Segue-se a «fase da transferência do poder». Escreve Correia que “se a fase anterior atingiu o grau de luta Armada, esta comportará negociações de cessar-fogo, o que constitui uma derrota política, ainda que não militar, para a potência

colonial”. O teórico da guerra considera de seguida “a «fase da independência», correspondente à substituição do aparelho colonial pelas estruturas do novo Estado, por vezes marcada por uma luta interna pelo Poder”. E, finalmente, a “«fase da consolidação da identidade nacional». Frequentemente, o novo Estado não corresponde a uma nação e, quando o seu nascimento envolve lutas internas pelo poder, é difícil “a emergência de factores de coesão”.

No caso português, a radicalização da luta Armada e o enfraquecimento das Forças Armadas nacionais; o bisonho isolamento do Governo e a crise económica internacional resultante da crise petrolífera de 1973; a pressão da ONU nos «fora» internacionais e a preocupação cega com a defesa dos interesses coloniais levaram a uma situação de total degradação no relacionamento entre a Metrópole e as possessões ultramarinas cujo desfecho culminou, naturalmente, no 25 de Abril de 1974.

Não podem ainda ser ignorados os condicionalismos-tipo que contribuíram para o desenho específico de uma realidade que levou, por exemplo, a que a Guerra Colonial tenha sido extremamente violenta em Angola, Moçambique e Guiné, mantendo todavia praticamente incólumes Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe e mesmo Macau e Timor-Leste. Em Macau apenas se registaram breves e fugazes situações de instabilidade; e em Timor-Leste só depois de Abril de 74 surgiram os movimentos independentistas. Aliás, sobre Macau nem se pode falar de Descolonização porque a República Popular da China considerava Macau como território chinês sob administração portuguesa e recusou que o mesmo fosse incluído na lista dos territórios a descolonizar.

Pelos séculos de intervalo fica a observação de um Portugal caracterizado pela exogeneidade assente na transferência do temor reverencial – ou, numa outra expressão, referencial – do Vaticano para a coroa inglesa, em 1383-85, porque a partir de 1415 impera um conceito estratégico nacional que assenta na Fé e no Império; ou para as mãos de António Oliveira Salazar, e do Estado Novo, entre 1936 e 1974; ou, ainda, a partir de 1986 e até aos dias hoje, para a Comunidade Económica Europeia, agora rebaptizada de União Europeia, embora nem sempre o nome pareça justificado.

Quando perguntado pelas razões da viagem, consta que um marinheiro português, tripulante de uma das naus comandadas por Vasco da Gama aquando da chegada à Índia, terá respondido: “Viemos em busca de cristãos e pimenta”.

Embora sintética e excessivamente objectiva, e porventura retoricamente figurativa, a resposta desvenda sem ambiguidades o duplo ideal motivacional que levava, sob o beneplácito do clero e do Papa, as Armadas portuguesas a demandarem terras distantes da Metrópole: a Cruzada e as finanças.

Como Virgílio de Carvalho¹ (1989, p. 76) sintetiza numa perspectiva estratégica “nos entrepostos comerciais portuários de Portugal passavam, a caminho do Norte da Europa, as preciosidades vindas da Índia pela atormentada e cara via terrestre-marítima do Mediterrâneo” e, por isso, não admira que tenha nascido “o projecto de a curto-circuitar pela rota oceânica à volta de África, sob exclusivo controlo de Portugal, aproveitando a excepcional situação geográfica do País”.

Ainda segundo o mesmo autor, “a tomada de Ceuta em 1415 e a descoberta oficial e o povoamento da Madeira e dos Açores, a partir de 1419”, foram as “peças basilares dessa Estratégia Nacional conjuntural” porque Ceuta permitiria “exercer apertado controlo de saídas de embarcações argelinas para o Atlântico, que poderiam perturbar a grande empresa [levando a que] os Descobrimentos constituam uma obra-prima de planeamento estratégico”.

Claro que não se confina à estrita exiguidade do binómio religioso-economicista o conjunto de causas que levou à conquista de Ceuta em 1415 e ao detonar do processo das Descobertas. E ainda que, hoje, não estejam totalmente clarificadas as razões directas do fenómeno, é possível, e necessário dir-se-ia, elencar de forma sistematizada as que são pacificamente tidas como as suas cinco principais causas.

A primeira, de carácter geoeconómico, erigida a partir de Ceuta e que permitiria, primeiro, travar a vaga de ataques e incursões muçulmanas na costa algarvia, e depois, controlar a entrada e saída das embarcações em trânsito entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo através do Estreito de Gibraltar. O facto de os infantes D. Duarte, D. Pedro e o próprio D. Henrique serem armados cavaleiros por um notável feito de guerra deverá ser, ainda que subjectivamente, um factor a ter em conta na ponderação destas motivações.

A segunda foi de cariz religioso, assente nas enormes expectativas expansionistas alimentadas pelo Cristianismo em busca de novos horizontes e territórios até onde levar e implementar a fé cristã. Também aqui um elemento menos objectivo mas nem por isso de

¹ Antigo comandante da Marinha portuguesa e professor universitário.

desprezar será o facto de D. Henrique ser visto pela esmagadora maioria dos historiadores como uma figura-símbolo que encarnou, como nenhuma outra, o espírito de cruzada, extraordinário ícone religioso da Expansão portuguesa além-mar.

Uma terceira causa social foi decisiva na medida em que sintetizou os interesses e objectivos das classes e dos grupos mais abastados: a nobreza, fragilizada com o processo da revolução de 1383 e assim sequiosa por readquirir antigas e ancestrais mordomias; o clero, na mira da atrás referida difusão da fé cristã; e a burguesia mercantil, empenhada no descobrir de novas vias de poder e de reforço de enriquecimento em função da chegada a novas mercadorias.

A quarta causa foi económica. Portugal padecia com a falta de diversos produtos tais como trigo, ouro e especiarias. Ora a Tomada de Ceuta corresponderia ao assumir do controlo sobre uma cidade e uma região para as quais convergiam artigos orientais provenientes da Índia, transportados nas rotas de caravanas. Ceuta era ainda sinónimo de zonas bastante ricas no cultivo e produção de cereais.

A quinta causa, de índole política, apontava às pretensões portuguesas de exponenciar e ampliar a sua importância no âmbito das diversas monarquias ibéricas pelo estabelecimento, em Ceuta, de um ponto nevrálgico do exercício imperial da expansão das doutrinas cristãs a concretizar no Norte de África. Isto, até porque ao dar o passo em frente, Portugal se antecipou a Castela, que, mais tarde ou mais cedo, teria feito a mesma incursão ao território marroquino.

De notar que nem a crise de sucessão que eclodiu em 1580 e que só foi resolvida com a Restauração da Independência em 1640; nem o processo de Independência do Brasil, no começo do século XIX; nem as crises constitucionais; nem a Conferência de Berlim ou o insucesso do Mapa Cor-de-Rosa; nem a implantação da República em 1910 tinham logrado a quebra do Conceito Estratégico Nacional, um pensamento estratégico assente no Império ao qual, apenas em 1974, os líderes do Movimento das Forças Armadas deitaram mãos e liquidaram, enfim, com um ponto final, ao interromper o “período de carência” concedido ao Estado Novo para implementação da mudança por tantos e durante tanto tempo ansiada.

Com efeito, apostado numa solução militar para um problema político, o Estado Novo viu deflagrar-lhe nas mãos uma granada a cuja dispersão de estilhaços só o 25 de Abril e o fim da Guerra Colonial acabaram por colocar enfim termo.

Proliferou após a Revolução dos Cravos a multiplicidade de opiniões e pontos de vista sobre a que teria sido a mais adequada solução para o conflito português em África mantido entre 1961 e 1974.

A ideia de que essa solução deveria ter sido política e não militar foi, pela primeira vez, oficialmente defendida a 26 de Abril de 1974 e constava do comunicado lido ao País pela Junta de Salvação Nacional.

O seu porta-voz, em Abril como em Fevereiro de 74, foi o mesmo: António de Spínola, que no livro da sua autoria, *Portugal e o Futuro*, defendera com ardor essa como sendo a melhor solução para o impasse a que se chegara no conflito armado entre a Metrópole e as Colónias.

Em 25 de Junho de 1970, na Cooperativa de Estudos e Documentação, em Lisboa, Ernesto Melo Antunes participou num colóquio intitulado «Reflexões sobre uma experiência pessoal». A sua intervenção foi posteriormente reportada por um quadro da DGS num documento a seguir parcialmente reproduzido pelos autores Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes.

Na ocasião Melo Antunes defendeu que o Exército exercia uma “forte influência junto do Governo e do seu chefe” porque “no regime fascista” a que o País estava submetido “os generais, através do Estado-Maior General”, dispunham “de influência decisiva na solução dos problemas militares, concentrando em si, nos bastidores, grande parte do poder político, perante o qual o próprio chefe do Governo tem de se curvar”.

Valente, o capitão lisboeta aproveitou o encontro e o facto de ignorar estar a ser espiado para tecer fortes críticas ao regime e ao Governo, que considerou serem, de facto, dominados pelos oficiais generais, acusando estes de serem os verdadeiros responsáveis pela continuação da guerra no Ultramar, reputando as suas exigências de ordens para o Governo.

Na sua leitura, a Guerra Colonial exigia cada vez mais “homens e material” e “os altos comandos coloniais” tinham poder para impor “a sua vontade ao Governo”, razão pela qual “o regime de Marcello Caetano” era, “de facto, uma ditadura militar”.

Melo Antunes diria ainda que havia “guerras justas e injustas”, mas que não tinha dúvidas de que a Guerra Colonial se enquadrava na segunda categoria, com a agravante de ser “uma guerra perdida”².

Poucas reservas podem desta forma restar de que Ernesto Melo Antunes, na circunstância dessa noite de Junho de 1970, era profundamente crítico da tese do Estado-Maior General, segundo a qual “a Guerra do Ultramar tem sido altamente benéfica para a economia do País, permitindo a criação de novas indústrias e o desenvolvimento de outras, ligadas ao esforço de guerra, a solução do problema colonial só pode ser política”. Por isso rematou que “militarmente nunca poderemos vencer a Guerra Colonial”, uma vez que “o prolongamento do esforço militar no Ultramar” estava “esgotando gravemente a economia do País e sacrificando, ingloriamente, milhares de jovens, entre mortos e mutilados, em defesa de uma causa sem futuro e condenada ao malogro”.

Foi por aqui que circularam e deambularam os sonhos e as motivações pessoais do autor desta tese, consciente e crente em que o estudo ora apresentado se sustenta em princípios inter-e-multidisciplinares de Ciência Política, de História e de outras Ciências Sociais absolutamente fundamentais; na própria obra por si já desenvolvida e publicada ao longo dos últimos dezoito anos; na especialidade do seu conhecimento; na convicção das suas competências; e na presunção conceptual da existência de um vazio científico que estima ter identificado para, desta forma, poder contribuir para parte interessante e pertinente do respectivo preenchimento.

E ainda, porque, como escreveu Mário Soares no prefácio da biografia de Salgueiro Maia, da autoria do autor desta tese, “a história de uma revolução está ligada, em larga medida, à personalidade e à vida dos homens que a fizeram”.

Por razões de esquematização, os protagonistas estratégicos são de dois tipos: “aqueles que actuam basicamente em termos racionais, procurando alcançar objectivos políticos relacionados com o bem-estar das populações por que são responsáveis, a que chamaremos clausewitzianos”; e, por outro lado, “aqueles que se movem por outros objectivos, que não os políticos, com comportamentos que escapam à lógica tradicional, frequentemente imprevisíveis, de motivação religiosa, étnica, filosófica, ou criminosa, que designaremos por não clausewitzianos” (Santos, 2001, p. 33).

² Citações produzidas a partir da versão electrónica do blog *Fio da História*, consultado em 25 de Agosto de 2013.

Por outro lado, seja no entendimento das ocorrências golpistas comandadas em 1383 pelo Mestre de Avis, quando acolitado pelos «seus» burgueses com vista à derrota da trama urdida por D. Leonor Teles e o Conde de Andeiro com Castela, ou da importância das vitórias das tropas comandadas por D. João I e Nuno Álvares Pereira que sucessivamente escorraçaram os castelhanos do território português; como na interpretação dos treze anos de Guerra Colonial ou no criterioso recurso às armas concebido pelos Capitães de Abril em 1974 quando se decidiram a consumir a deposição do Governo de Marcello Caetano, pode observar-se que o poder militar é um agente determinante e fundamental de poder e anti-poder.

Numa perspetiva poético-revolucionária, Manuel Alegre escreveu que na vida dos povos há às vezes “pequenos gestos e actos que são decisivos e mudam a vida das pessoas e a própria história. E há também aquelas figuras que ficam conhecidas como heróis emblemáticos e outras que ficam menos conhecidas. E assim também com o 25 de Abril”³.

Entende o autor estarem desta forma conjugados na presente tese os factores contributivos para que, em ambos os momentos, o ascendente e o carisma, a generosidade e o agigantamento, a frontalidade e a coragem dos dois heróis abordados, culminem na legitimidade de assim os relacionar e interagir.

Quanto aos princípios inter-e-multidisciplinares respeitados nesta tese, cabe a justificação na aposta da total racionalização do processo científico aplicado às Ciências Sociais e Humanas.

Max Weber, autor de duas obras ainda hoje consideradas como absolutamente essenciais para a compreensão do que viria a ser o Homem do século XX – *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e *A política como vocação*, esta enquanto resultado de uma conferência realizada por Weber, em 1918, na Alemanha – foi um premonitor desta interdisciplinaridade das ciências, por ele mediatamente advogada, e através dele constituída, como o mais decisivo dos contributos rumo a uma profunda transformação do pensamento científico subjacente à vida dos homens e às relações intersociais com consequências gigantescas ao nível do comportamento.

³ Sítio oficial do autor.

Mas importava que, para lá do trabalho do cientista germânico, o novo Homem, que frutifica deste novo paradigma conceptual de análise, fosse compreendido do ponto de vista teórico e aprofundado no plano concreto.

Por essa razão muitos investigadores advogam o entendimento de que no legado de Weber se encontra o factor crítico positivo que acabou por marcar directamente o nascimento – em 1929, durante o período recessivo que marcou as economias ocidentais –, designadamente em França, de uma corrente denominada por «Les Annales», fundada pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre.

Passava-se das crónicas da História à História das Ciências.

“Confesso que não estou nada aterrado por causa da introdução de uma História por temas em substituição de uma História por períodos. E isso parece ser o sinal evidente da entrada da História Nova” (Le Goff, 1977, p. 15).

Como escreveu Engels, passavam a ser históricas todas as ciências que não eram ciências da Natureza. “A História, ciência das ciências do homem”, como escreveu Fernand Braudel, ou a “História, ciência do passado, ciência do presente”, nas palavras de Lucien Febvre (Carvalho, 1979, p. 74).

Registada como a simples menção de um facto, a História aponta e evolui para o relato de um acontecimento, consubstanciado na descoberta das suas causas próximas e remotas. É a História como combinação explicativa das causas e consequências desse facto à luz da sua compreensão e crítica. A História como reflexo da sociedade humana de determinada época.

Neste contexto, decorrido em pleno século XIX, se passa da história do sensível à história do inteligível, por força de uma profunda transformação da concepção histórica que consistirá numa verdadeira viragem epistemológica, num sentido amplo em que se aprofunda a teoria do conhecimento histórico.

Da «Histoire-Bataille» (a História das batalhas, das datas, dos nascimentos e das mortes) de Amans-Alexis Monteil à concepção aristotélica de Leopold von Ranke, assente numa história de relatos sobre como os acontecimentos foram na realidade e em que apenas se descrevia uma certa e sincopada parte da História, passando pela definição de «Histoire Événementielle» (esta a História dos ciclos e da visão periférica da realidade) de Paul Lacombe e François Simiand, o conceito deixou de ser refém do estudo dos antepassados

(Genealogia) ou dos brasões (Heráldica) e de estar preso à análise isolada e castrada do caso-a-caso e do dia-a-dia para se fixar, como escreveu Lucien Febvre, na ideia de que “a História é filha do seu tempo”.

Sempre e quase exclusivamente em França, a estes precursores vieram a juntar-se mais tarde outros estudiosos da História.

Entre outros, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Leroy Ladurie e Pierre Nora, que trataram de reinventar o estudo da disciplina, da pesquisa e dos processos comparados com base numa reflexão epistemológica que tratou de penetrar, e desenvolver, os conhecimentos espoletados por Weber mas agora já em torno de uma História Nova, capaz de transmitir uma visão mais global, interactiva e dinâmica da sociedade moderna.

Na mistura dos princípios metodológicos do positivismo e do materialismo histórico, acrescida do espoletar suscitado por Max Weber, o resultado desta metodologia renovada e intensa de ver e produzir a História levou a um estado mental determinante para a compreensão do Homem actual e das dinâmicas que cria e às quais se dedica e de que, entre outros, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Roland Barthes e o galês Bertrand Russell foram, também, autores e promotores de nomeada.

Evolução significativa registou, igualmente, a Ciência Política, a área científica no âmbito da qual esta tese é desenvolvida.

Dedicada ao estudo dos processos políticos, no estabelecimento dos jogos de poder entre os indivíduos e os grupos no seio do Estado, como outras áreas do conhecimento académico e pese embora o carácter interdisciplinar da sua ontologia, a Ciência Política evoluiu, desde há décadas a esta parte, para uma autonomização com carácter, em absoluto, inquestionável.

Diferente, autónoma e com vida própria, a Ciência Política passou a definir-se “por um facto social, o poder político soberano” (Pinto, 2007, p. 49).

Para este autor, que se baseia em Moreira (2005, p. 40), “na sociedade internacional, que ainda não corresponde a uma sociedade integrada, ‘a Ciência Política do Estado começa pelo contexto para depois se ocupar das relações abrangidas dentro dele’” (Pinto, 2007, p. 50).

Num momento posterior refere José Filipe Pinto (2007, p. 51) que, no quadro da anteriormente mencionada interdisciplinaridade científica, os estudos de Adriano Moreira

constituem um “campo de pioneirismo” e uma conceptualização determinante quanto aos conceitos “de poder; da sede do poder; a relevância das relações internacionais e a percepção da evolução histórica”.

Pode dizer-se que remontam a filósofos como Platão e Aristóteles e historiadores como Tucídides, nos séculos IV e V antes de Cristo, as primeiras teorizações sobre os assuntos da «polis» e, designadamente, os que se prendiam com a ciência da governação.

Ainda que relativamente recente, a Ciência Política atingiu, como dizer, o seu primeiro momento estelar no século XVI, em concreto através de *O príncipe*, de Nicolau Maquiavel.

Porém, só em 1934 o sociólogo e etnólogo francês Marcel Granet deu à estampa a primeira edição de *O pensamento chinês*, obra “carregada de intuições geniais”, como se lhe referiu Claude Lévi-Strauss, e que rapidamente se tornou num clássico introdutório ao conhecimento da civilização e sabedoria chinesas, bem como das intrigantes componentes culturais tão assimétricas em relação ao pensamento ocidental.

Diversos na categorização das ciências, os chineses chegaram como nunca até então ao «Velho Continente» através desse livro, conjunto rico na transmissão de conceitos e ideias muito menos dogmáticas e bem mais abertas à meditação prática.

Em *O pensamento chinês* consubstanciada, observa-se a teoria de uma poderosa civilização destituída de ciência e apologética de um Estado cujas leis se submetem ao nível máximo da «ordem e da totalidade», expressas numa atitude absoluta e sagrada.

Enquanto isto, na Europa, a Ciência Política «acomoda-se» aos métodos e aos temas das Ciências Sociais herdadas dos finais do século XIX, como a Sociologia, o Direito e a Psicologia. Cada vez mais afirmativa, a Política dedica-se ao estudo do Estado enquanto realidade cada vez menos abstracta e tangível e desenvolve-se enquanto conceito e realidade autónomos ao adquirir novas competências e vida própria.

Ao período entre as duas grandes guerras, durante o qual a produção intelectual na área da Ciência Política conheceu alguma estagnação, sucedeu uma fase de recrudescimento da sua importância enleada em novos objectos relacionados com a estratificação social e com a distribuição das riquezas.

Advoga-se nesta tese de doutoramento que o Homem de hoje, o Homem que se interessa e/ou que pressiona dispõe de um expediente novo, arma de última geração

susceptível de fazer detonar os mesmos petardos filosóficos e práticos que antes e sempre foi possível fazer eclodir só que, agora, com uma violência e uma abrangência iniludíveis e globais.

Pretende ainda o autor salientar a acuidade de se entender que não mais será possível redesenhar os paradigmas de rebelião social ou alteração política – de que foram exemplos concretos nesta tese D. João I e Salgueiro Maia, bem como os processos revolucionários aos quais ambos estão geneticamente presos – sem que ponderados como objectos de análise os complexos processos comunicacionais que matizam a actualidade presente da vida em sociedade e que, de forma inapelável, assinalarão os dias de amanhã.

Na leitura de Santos (2000, p. 171) descobre-se que, “sob o signo da universalidade, mas assumindo sempre a inevitável remissão para os planos em que decorre a nossa existência física e simbólica, os territórios em que nos movemos são imensos ou, pelo menos, múltiplos”.

Defende João de Almeida Santos (2000, p. 71) que se pode “falar dos territórios linguístico, moral, estético, científico, técnico, político, económico, étnico. E dos territórios electrónico e televisivo, os mais transversais de todos. E podemos dizer que em todos eles, e entre eles, as fronteiras são cada vez mais difíceis de determinar”. Porque, como nenhum outro, acrescenta o mesmo autor, “o território televisivo não conhece fronteiras e superou definitivamente as limitações do espaço convencional”.

Segundo Santos “(...) nele, o espaço contraiu-se de forma radical, fazendo confluir nele toda a vida da *cosmopolis*. O território televisivo é (...) temporal, porque não tem obstáculos espaciais”. E ajunta: “a televisão constitui, hoje, provavelmente, o mais poderoso centro de poder não institucional que existe nas sociedades democráticas. (...) A sua importância é tal que o conceito de *televisual democracy* entrou no léxico político”. E, concretizando, (2000, p. 97), recorre ao caso italiano, no qual observa ter-se verificado “aquilo a que Virillo chamou «golpe de Estado mediático»⁴”, que consiste no caso “de uma televisão que ocupou por inteiro o espaço público, transformando-o num espaço electrónico global e sem fronteiras, e que, por isso mesmo, também se transformou em espaço estratégico, quer de conquista por parte das forças políticas quer de ocupação por parte dos governos”.

⁴ Paul Virillo é um filósofo e polemista francês que dedicou parte da sua vida à investigação crítica na área das tecnologias de comunicação.

Uma tese de doutoramento, verdadeira prova inventiva e, ao mesmo tempo, esperasse, tenaz e rigorosa, deve ser um documento particular, amassado no trabalho exigente e no espírito inovador quanto à pesquisa e análise relacional estruturadas.

O património científico não é nem deve ser visto como uma unidade estanque, peça inviolável, propriedade inexpugnável do acervo já existente. Contra a dogmatização, a ciência usa a razão como factor de valorização da recolha, do debate e do possível enriquecimento do conhecimento. Documento contributivo para a difusão e diversificação das teorias, pretende esta tese constituir-se como um instrumento singular que desmaterializa alguns dos caminhos conhecidos e rasgue a possibilidade de análise construtiva de outros.

Além da forte motivação científica, o titular desta investigação é autor de duas obras sobre a Revolução do 25 de Abril de 1974: *Salgueiro Maia, um homem da liberdade* (1995) e *Confissões do 25 de Abril* (1999).

Enquanto jornalista durante quase duas décadas assinou dezenas de peças na Imprensa, participou em inúmeras conferências e escreveu guiões para um conjunto de documentários na RTP, também relacionados com o 25 de Abril, denominados ‘*Retratos Contemporâneos*’.

Acredita ainda o autor que dois factos laterais reforçam as suas competências de análise e entendimento dos factos por si julgados e analisados: i) o acompanhamento e a cobertura, durante alguns meses, do final da Guerra na ex-Jugoslávia, a partir de Sarajevo, na Bósnia-Herzegovina, em 1995/96, ao serviço da Agência Lusa, que o autor considera relevante no contexto do seu entendimento global dos fenómenos desenvolvidos nesta tese; e ii) o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, onde conheceu o então tenente-coronel Fernando José Salgueiro Maia, com o qual acabou por travar forte amizade. Outra fonte digna de relevância foi a própria viúva de Fernando José Salgueiro Maia, a Dra. Natércia Maia, que sempre esteve disponível para colaborar com o autor desta tese em todas as matérias para as quais foi, ao longo de muitos anos, reiterada e diversamente solicitada e desafiada.

Igualmente com base neste acervo pessoal e profissional tentou dar corpo a uma busca tão completa e rigorosa quanto possível com o objectivo de agregar elementos que sustentem a analogia conceptual apresentada e o rumo de abordagem defendido entre o

processo de fulanização criado em redor da personalidade de Salgueiro Maia e de personalização associado a D. João I.

A presente tese de doutoramento tem por objectivo intentar suscitar e responder à questão sobre até que ponto é possível estabelecer uma relação de analogia entre as mais profundas raízes do Movimento Social de 1383 - que consagrou a ascensão de D. João I ao poder como rei e o início da dinastia de Avis; e a caracterização sócio-política do Movimento dos Capitães – que culminou no 25 de Abril de 1974.

Pretende-se assim aqui abordar as linhas claras de uma relação directa – obviamente existente, na perspectiva do presente estudo – entre as razões que levaram artesãos, comerciantes e baixa nobreza a apoiar o Mestre de Avis contra Castela, em 1383, e as raízes de mudança que tal movimento constituiu para o esboço de uma nova sociedade portuguesa e respectivo esforço de independência; e as motivações dos jovens para os quais as portas da Academia se escancararam por alturas do eclodir da Guerra Colonial no início da década de 60 e o seu subsequente envolvimento no 25 de Abril.

Tratar-se-á aqui da história desses compromissos, assentes em rupturas, e das expectativas, compromissos e consequências de uns e de outros factos resultantes.

Por razões tão óbvias como consabidas, é evidente que o carácter motivacional de ambos os processos a analisar neste trabalho obedece a diferentes fontes. O paralelismo que se tratará de estabelecer tem, ainda assim, a ver com o facto de certa forma mimético, de que, sendo diferentes, nasceram, cresceram e consumaram-se com uma semelhança a todos os títulos digna de registo.

A razão pela qual aqui se crê na pertinência científica deste trabalho prende-se, pois, com uma razão essencial – a extrema semelhança susceptível de ser provada entre as rebeliões de 1383-85 e 1974.

Com efeito, separados por cerca de 600 anos, ambos os processos pós-revolucionários encerram analogias e cumplicidades, até ontológicas, às quais sempre pareceu ser conferida uma relevância mitigada e um significado muito aquém do ora justificado.

Desde logo o perfil de «putsch» transformado em golpe de Estado e imediatamente em revolução num curtíssimo período temporal.

Depois as razões genéticas de ambos os momentos: de um lado uma sublevação classista, «proto-burguesa», socialmente empenhada, com grupos ambiciosos; do outro, um

pronunciamento militar assente na satisfação de um pequeno conjunto de reivindicações profissionais só depois transformadas em anseio de transformação sociológica.

A seguir o apoio popular, factor e elemento decisivo ao êxito retumbante de ambos os momentos em análise.

Ainda o denominador comum consubstanciado nas lideranças protagonizadas nos respectivos teatros de operações pelo Mestre de Avis e por Salgueiro Maia. Um duplo desempenho que quase permite desenhar a régua e esquadro o retrato de dois revolucionários captados na objectiva pelo gesto maquinal e liderante, corajoso e fracturante.

E, finalmente, porque o 25 de Abril de 1974 e o Movimento Social de 1383 ocorreram nas ruas da capital, é curioso observar como, com quinhentos e noventa anos de intervalo, é a Baixa de Lisboa a zona nevrálgica onde tudo se passa e que se desenha como palco de revolução.

Como é também de notar que, em ambos os casos, ao eclodir da revolta lisboeta corresponde um pronunciamento – popular – no caso de 1383-85 e – militar – em 1974 decorridos no mesmo local. Isto é, em ambas as circunstâncias históricas, os processos revolucionários eclodem com a respectiva exuberância prática e operacional sensivelmente na mesma área geográfica: o 25 de Abril, comandado por Salgueiro Maia que saíra da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, cuja acção é desencadeada entre o Campo das Cebolas, o Terreiro do Paço, a Rua do Arsenal e a Avenida da Ribeira das Naus; e a revolta de 1383, quando D. João ataca o Conde de Andeiro no Paço da Rainha.

Entre a Primavera de 1384 e a de 1974, quase seiscentos anos separam dois movimentos militares de que foram também palco as águas do rio Tejo, bem defronte de Lisboa.

Na ressaca da auto-proclamação de D. João, Mestre de Avis, como regedor, governador e defensor do reino e perante a revolta da população portuguesa em vários pontos e cidades do reino, o escorraçado D. João I, rei de Castela, não se dá por vencido e volta à carga erguendo um cerco a Lisboa, por terra e por mar, com o apoio da frota castelhana.

Devido à determinação das forças portuguesas; ao facto de a cidade estar bem murada e defendida; e também em virtude das pestes que tomam conta de muitos dos soldados sitiados, o cerco cai por terra e o monarca castelhano regressa a casa.

Sensivelmente cerca de seis séculos mais tarde, as usualmente tranquilas águas do Tejo voltavam a ser teatro de operações de movimentações fluviais directamente relacionadas com o sucesso de uma das tendências em compita por ocasião do 25 de Abril de 1974.

A diferença é, ainda assim, relevante: em 1384, quem ocupa o Tejo pode ser considerado invasor, enquanto em 25 de Abril de 74, quem toma posição frente à Praça do Comércio e a alguns dos principais ministérios é o agente atacado, a fragata da Marinha às ordens do Governo de Marcello Caetano. Em 1974, o agente libertador ataca a situação; em 1383, o agente sitiado defende-se do agressor castelhano.

O Movimento Social de 1383-85 e a Revolução do 25 de Abril de 1974 assinalam dois momentos fundamentais da existência da Portugalidade e dois exemplos de alteração da ordem vigente que, a seu tempo, marcaram e transformaram de forma indelével a sociedade portuguesa e outras que lhe copiaram os exemplos.

Após 1383, porque, poucos anos decorridos, estar-se-á às portas dos Descobrimentos e da saga planetária iniciada pela Conquista de Ceuta, em 1415, pelo mesmo rei que expulsara os castelhanos e que dá o primeiro e definitivo impulso num processo fenomenal para a expansão da cultura europeia e para a universalidade do ser e de representações até então desconhecidas e só a partir dessa era tornadas mundividentes.

O Portugal renascentista, mescla dos ventos até aqui chegados desde as universidades italianas das cidades de Florença, Roma, Veneza, Génova ou Nápoles com a herança deixada no território nacional pelas culturas hebraica e árabe, constituirá o rasgão no mundo conhecido e o apelo irrecusável à descoberta que o espírito aventureiro, o desenvolvimento e aprofundamento de técnicas marítimas e o degradado estado da economia rural e urbana tornarão no arranque do mais fantástico dos momentos da História de Portugal.

A abertura ao mundo ditada pela alma e pelo génio portugueses são a explosão do conhecimento que emprestará ao Renascimento o brilho da novidade e da diversidade que, de outra forma, jamais se teria verificado.

A queda do Império Romano do Oriente, em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos Turcos, é o derradeiro sinal da Antiguidade que praticamente se cruza com o emergir da fase renascentista associada aos primeiros sinais do Estado Moderno.

As fomes, as pestes e as guerras acabarão por constituir uma infeliz trilogia desta era que acentuará o que se percebia ser, desde o ano mil, um profundo processo de transformação

da Europa que, acometida pelo crescimento social, económico e populacional, sofreu evidentes modificações que ganham peso e estrutura desde os princípios do século XIII e se estenderão até finais do século XV.

Foi entre o campesinato rural que eclodiram os primeiros indícios de crise destas que viriam a ser algumas das mais marcantes e impressionantes páginas do chamado Velho Continente. A verdade é que a extraordinária e vertiginosa subida demográfica registada em muitos dos reinos europeus, combinada com as sensíveis alterações climáticas, teve por consequência uma flagrante escassez de alimentos num continente em vésperas de profundo processo transformativo.

Depois da Ásia, a Europa. E é em meados do século XIV, através das tripulações das embarcações de Génova que comerciavam na Crimeia, que a peste bubónica – mais conhecida por Peste Negra – obtém, sobretudo pelos marinheiros daquela cidade italiana, a porta de entrada num continente que ainda primava pelas deficientes condições e circunstâncias de higiene e salubridade.

Muitos historiadores apontam para que, entre um terço e um quarto da população da Europa tenha sucumbido aos efeitos da Peste Negra. Uma avalanche torrencial de dor, doença e morte que visou todas as populações e todos os estratos sociais e que contribuiu para uma evidente e óbvia desestruturação do harmónio social em que, pesem embora as suas fragilidades, assentavam o feudalismo e a Idade Média.

Paralelamente, a Europa foi palco de vários conflitos bélicos de características:

i) internacionais, de que são exemplos: a Guerra dos Cem Anos, que opôs franceses e ingleses entre 1337 e 1453; o conflito entre italianos e aragoneses pela hegemonia no Mediterrâneo Ocidental; e até, as batalhas que opuseram no Mar Báltico a Hansa à Suécia e à Dinamarca); e

ii) regionais ou locais, como a Guerra das Duas Rosas, em Inglaterra; e em Itália, na oposição entre as facções políticas de Guelfos e Gibelinos, designadamente na República Florentina).

Mas houve ainda, embora à distância, um outro foco de guerra desencadeado no Leste do continente europeu quando, já depois da conquista de Constantinopla, hoje Istambul, em 1453, o Império Otomano pretendeu estender os limites do seu território sobre a Europa.

De um ponto de vista prático, a crise consistiu num processo de gradual desertificação dos campos. Um fenómeno que, paradoxalmente, suscitou diferentes respostas nas diferentes latitudes do continente europeu.

A Leste, a servidão da gleba aprofundou a sua tonalidade, os donos das terras reforçaram os seus poderes e o povo prosseguiu sem vislumbrar as luzes que noutros horizontes começavam a ameaçar a escuridão secular e as trevas da Idade Média.

Um caminho intermédio foi encontrado na Europa do Sul e Meridional. Isto muito por via do compromisso estabelecido na pastorícia e na transumância entre os grandes senhores e os nobres cada vez mais compelidos a ceder à emergência da pressão exercida pelos camponeses na obtenção de mais e maiores liberdades.

Em Inglaterra surge a génese dos «enclosures», que virão a consubstanciar um modo de produção que, embora feudal, apresenta a prerrogativa de a terra constituir um bem comum ao serviço da empresa que explora os campos – a terra passa a ser encarada como um modo de produção num modelo de exploração que se irá aperfeiçoando até ao século XVII adquirindo os primeiros contornos de produção capitalista.

Ora, é exactamente no sentido inverso do empobrecimento – ou, se se preferir, do redimensionamento – dos campos que as urbes vão conquistando um novo poder, mercê do seu engrandecimento quer geográfico quer populacional.

O êxodo rural desvaloriza e mitiga o impacto económico-social dos campos e reforça a importância da vida e do dinamismo das cidades. Talvez por esta razão não seja descabido invocar um pré-renascimento urbano ao Renascimento cultural iniciado em Itália a partir do século XV.

Segundo Giuliano Conte (1976, p. 116), “na História da acumulação primitiva fizeram época (...) todos os movimentos que serviram de alavanca à classe dos capitalistas em formação; mas, sobretudo, os momentos em que as massas de homens foram arrastadas de surpresa e pela força aos seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho com o proletariado sem qualquer protecção legal”. Para o mesmo autor, “a expropriação dos produtores rurais, dos camponeses, e a sua expulsão das terras constitui a base de todo o processo” (1976, p. 117). E acrescenta ser sua convicção que é nas raízes da destruição das bases jurídicas e económicas do trabalhador independente que “se encontram as mesmas raízes que provocaram o seu progresso e que se encontram na crise económica do sistema

baseado na corte e na relação servil”. Ainda segundo Conte, “as grandes revoltas dos camponeses na Inglaterra, em 131, já tinham posto na ordem do dia o problema de como manter-se e incrementar a produtividade do trabalho na base da servidão feudal (1976, p. 118)”.

Enredados na assimilação, importação e adaptação dos princípios renascentistas que emergiam em Itália, os estudiosos franceses, ingleses, alemães, belgas e holandeses estão totalmente focados na magnificência da recuperação clássica que os cultores das universidades italianas desencadeiam.

A cultura e as artes, designadamente a pintura, a escultura e a arquitectura recuperam as linhas e os conceitos das antigas Grécia e Roma. Na Europa Central e do Norte as atenções viram-se para romper com a Escolástica, uma forma de pensamento crítico que dominou as universidades medievais desde os finais do século X até aos séculos XIV-XV.

Brotada das escolas monásticas cristãs da Europa Ocidental e do Norte, a Escolástica assentou os seus princípios na fé cristã e nos desafios por esta colocados à Igreja e aos seus representantes, responsáveis pela respectiva difusão ao longo de todo o continente. Essencialmente apostados em resolver a dicotomia filosófica decorrente dos elementos-base do pensamento, que são a fé e a razão, para os escolásticos, a Bíblia e a acção do clero são as matrizes fundamentais da disseminação dos seus axiomas.

Mas, com o cerrar das cortinas sobre o Renascimento e com o plasmar de um novo pensamento humanista, dá-se uma profunda e significativa reforma da educação consubstanciada no fim exclusivo da acção universitária limitada aos médicos, aos juristas e aos teólogos e sujeita à assumpção de uma educação agora vocacionada para a vida das pessoas e para o desenvolvimento das competências humanas.

Na convicção da ilimitada capacidade humana, os renascentistas promoveram a reforma das universidades, das escolas e dos colégios virados para o aprofundar de competências e para o disseminar do conhecimento alargado a mais e cada vez maiores franjas sociais.

Esta autêntica revolução – primeiro social, cultural e ideológica, e depois política, económica e, até, financeira – fica também marcada e associada à tentativa de estender o domínio dos novos conhecimentos técnicos e científicos a uma visão humanista e a uma

prática humanista, solidária e filantrópica como até então não se conhecera no continente europeu.

Continuador dos ensaios da Idade Média, o Humanismo Renascentista preserva, de certa forma, algumas das suas tradições – a diferença é que nele se condensa e exponencia a habilitação do homem a um estágio de humanidade, de retórica positiva e de filosofia global que a «Idade das Trevas», mais do que mitigara, simplesmente ignorara.

Ora é para este cenário que o reinado de D. João I contribuirá de forma absolutamente decisiva. Com D. João I transforma-se o impossível em possível e o desconhecido em conhecido. São vencidas barreiras e ultrapassados obstáculos que, até então, ninguém ousara sequer imaginar existirem mas que o formidável arrojo deste «rei à força» levou do sonho à realidade, na tomada de Ceuta, escassos trinta anos depois da respectiva ascensão ao poder.

Por tudo isto o reinado de D. João I e o legado que, antes de todos os outros, forjou não se confina ao território português nem tão-pouco às novas fronteiras que o seu engenho e ambição permitiram descortinar. Com ele, é toda a génese da saga europeia que se locomove na expectativa do que um pequeno Estado meridional consegue desenhar, fazer e concretizar.

O «fenómeno português» arrastará assim a Europa tecnologicamente mais apetrechada e sócio-culturalmente mais evoluída para o movimento global mais tremendo da História das civilizações europeias, o movimento em que toda a vertente ocidental atlântica do continente, como se de uma placa giratória se tratasse, rodopiou sobre si mesmo e para além do seu espaço natural de conforto e existência para se estender a todas as latitudes do globo terrestre.

O Renascimento italiano – rapidamente fomentado pelas universidades e colégios de França, Inglaterra, Alemanha e Países Baixos – agregou uma ineludível e incontornável corrente de pensamento, mas as artes de navegação e a determinação marítima manifestada por portugueses e espanhóis introduziram nesse mesmo Renascimento uma aura de inovação e diversidade que possibilitou à Península Ibérica a prestação de um contributo único no contexto da torrente mental que emoldura e enquadra o fim da Idade Média e o começo da Idade Moderna.

Desde logo porque um Estado aparentemente mais fraco e mais débil do que os diversos reinos constitutivos do que hoje se designa por Espanha conseguiu impor-se no panorama do que, à era, poderia denominar-se como Direito Internacional Público.

É com D. João I que Portugal passa a constituir um exemplo desestabilizador no contexto do convencionalismo normativo vigente à época, na medida em que, quer no quadro da vida interna; quer, sobretudo, no âmbito das consequências advindas do início dos Descobrimentos, se processa uma verdadeira revolução social e cultural que se expande para lá das fronteiras lusitanas, penetrando na Europa e levando para Norte o que este povo do Sul ia descobrindo ainda mais e mais a Sul.

O mundo europeu prepara-se para uma grande mudança e, nela, quase não há paralelo para o papel liderante de Portugal e o espírito precursor do Mestre de Avis.

Ora é este «fenómeno», planetário, como atrás o autor se lhe referiu, que torna Portugal no motor que alavanca e desastina uma Europa que, paulatinamente, lobia a luz entre as trevas de uma Idade Média dominada por um clero conservador e fechado e por uma nobreza fisiocrata até aos limites máximos da dependência dos campos. E é este Portugal que inicia e leva a cabo uma dinâmica de contactos descobertos no negrume dos mares e dos oceanos desconhecidos e que contaminará as humanidades geograficamente mais próximas e geracionalmente vindouras.

Advoga o autor desta tese que, do 25 de Abril, resultaram uma série de correspondências e consequências particularmente analógicas em relação ao processo expansionista dos séculos XIV/XV, pré-iniciado por D. João I.

Coincidências e convergências essas que simbolizam, quanto ao respectivo autor, um cenário de proximidades cúmplices que a História tem teimado em obliterar ou, pelo menos, esquecer.

Sinais sociais, corporativos, de similar carisma pessoal disruptivo, geográficos e espaciais caracterizam, e unem, na perspectiva do autor, o espírito e a forma do Movimento Social de 1383-83 e a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Para o autor desta investigação parece inegável a similitude da clivagem gerada pelos burgueses, agregados em redor do Mestre de Avis, e pelos capitães, alavancados pela coragem de Salgueiro Maia.

Em redor de ambos os marcos históricos e à volta das duas figuras deles emergentes cresce, defende-se aqui, um mar de analógicos eventos, não exactamente reprimidos, mas de forma clara, e por vezes curiosa, tão iguais.

i). Os sinais sociais sustentam-se na efectiva alteração produzida ao nível da sociedade pelo Movimento de 1383-85 e pelo 25 de Abril.

Em ambos, a pré-produção dos eventos esboça uma oposição relativa ao poder instalado e apenas uma ténue consciência de alteração profunda das estruturas nas quais assenta o Estado. Daí a passagem inesperada, até para os líderes e grupos vencedores de ambas as convulsões, do «putsch» ou simples golpe a revolução.

Porque, nos dois casos, a génese conceptual de quem faz e o que faz não visa produzir a erupção da pirâmide social existente ou a alteração substancial dos patamares sócio-políticos definidos – sem prejuízo de, rapidamente, em horas, num dia, perceberem os seus conspiradores que deverá ser esse o novo caminho e essa a aumentada e de certa forma radicalizada amplitude do dever fazer.

ii). Os sinais corporativos, que assentam de forma objectiva no modo como os líderes de uma emergente e crescente classe burguesa comandaram, orientaram e manipularam o rumo dos acontecimentos, atraindo para a magma revolucionária estratos sociais sofridos e conscientes do seu sub-estatuto mas incapazes de se organizarem e serem assertivos do ponto de vista da eficácia do Estado.

As motivações que levam os burgueses a aliar-se ao Mestre de Avis e, a estes, nobres de menor importância não-alinhados com o poder que reinava, estão na base sustentada e constituem a razão directa por que o povo só adere no momento, na circunstância e no modo definidos pelo grupo que desenha o golpe e monta a sublevação. Os primeiros agem, os segundos reagem.

Servindo a uns e a outros, o complô nasce imperfeito mas torna-se ideal por força das circunstâncias e, acima de tudo, da vontade de quem lidera.

Sendo todos do Quadro Permanente e sem subalternos, o mesmo se passa nas vésperas da Revolução dos Cravos quando os capitães se reúnem e se coordenam com o objectivo de desferir um golpe no regime vigente.

Conspiram desde 9 de Setembro de 1973, sete meses antes da data da revolução. E só eles sabem. E só eles definem o mapa e o rumo dos acontecimentos. E só eles decidem quando, a quem e de que forma se abrirão as portas a corpos estranhos aos seus.

O 25 de Abril é um golpe desferido por oficiais – primeiro só capitães, juntando-se-lhes só mais tarde oficiais de patentes mais altas –, os mercadores de 1974, armados e que depõem Marcello como D. João aniquilou o Conde de Andeiro.

Como em 1383, o povo acorre às ruas, respondendo ao chamamento que sentia possível e necessário mas a que só reage acicatado pelo estíolo do «statu quo» e quando esboçada a aparente supremacia dos novos poderes.

iii) Os sinais de similar carisma pessoal disruptivo, dos quais poderá emergir, aos olhos do autor da tese em análise, a fatia de mais aparente fragilidade analógica inerente ao objecto de estudo em questão.

Para muitos poderá parecer ser exagerada ou inadequada a comparação entre ambos os personagens ou os papéis por ambos desempenhados no contexto dos episódios históricos em que ocorreram as respectivas intervenções.

Sucede que está o autor absolutamente convicto da idiosincrasia específica de cada um dos sujeitos humanos estudados, seus pontos de ligação e união; assim como do impacto gerado pelas suas acções ao nível das macro-comunidades em que se integraram e sobre as quais projectaram a influência directa e objectiva das suas decisões – forjada, com ambos e em ambos os casos, de convicção, coragem, espírito de conquista e rara noção de nacionalismo.

iv) Os sinais geográficos, pelos quais se torna elementar compreender, ao nível militar como civil, os fundamentos e o subsequente crescimento da adesão gerados em ambos os momentos a partir de Lisboa e expandidos por todo o País.

Devido às óbvias diferenças existentes ao nível militar e da intervenção armada no desenrolar das duas datas concretas em análise – 6 de Dezembro de 1383 e 25 de Abril de 1974 –, na medida em que, nesta última, se observa uma extrema organização estratégica e de cariz quase perfeito, estruturada e preparada até ao mais ínfimo pormenor, o mesmo não se passa em 6 de Dezembro, no Paço Real, com o assassinato do Conde de Andeiro, pensado para ser executado como acto, convir-se-á isolado do ponto de vista da acção directa.

Deslocada de Santarém, é em Lisboa que a coluna militar comandada por Salgueiro Maia, que tem a seu lado o também capitão Mário Delfim Tavares de Almeida, consuma a queda do Estado Novo e concentra as mais importantes e decisivas movimentações militares ao longo do dia 25 de Abril.

Os dois capitães da Escola Prática de Cavalaria, representantes do Movimento das Forças Armadas, são bem o retrato da vasta conjura organizada de Norte a Sul do território nas mais importantes unidades militares do País.

Raros foram os aquartelamentos que não aderiram ao MFA permitindo aos mentores do golpe uma ampla e eficaz cobertura, chave fundamental para o sucesso global e fulminante da operação.

Desta forma, a partir do Posto de Comando, instalado no Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, foram as seguintes as unidades que por todo o território aderiram ao Movimento:

O Grupo L34, reunido na Academia Militar, na Amadora, responsável pela captura do comandante do Regimento de Cavalaria n.º 7, coronel António Romeiras;

A Escola Prática de Transmissões, em Lisboa, responsável pelas escutas telefónicas aos mais altos dignitários políticos, militares e policiais do regime;

A Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas, responsável por, a partir da área circundante ao Cristo-Rei, em Almada, cobrir e intervir, se necessário, sobre o Terreiro do Paço e o rio Tejo;

O Batalhão de Caçadores 5, em Lisboa, responsável por duas missões: cercar o Quartel-General da Região Militar de Lisboa, em S. Sebastião da Pedreira; e assegurar a protecção da área dos estúdios do Rádio Clube Português;

O Regimento de Artilharia Ligeira 1, em Lisboa, onde os elementos do Movimento das Forças Armadas se responsabilizaram pela neutralização dos principais operacionais da unidade que se tinham recusado a aderir ao MFA;

A Escola Prática de Administração Militar, em Lisboa, responsável por penetrar e dominar os estúdios da Rádio Televisão Portuguesa;

A Escola Prática de Infantaria, em Mafra, responsável pela ocupação e defesa do Aeroporto de Lisboa;

O Centro de Instrução de Condução Auto 5, em Lagos, responsável por ocupar o centro retransmissor da Fóia;

O Regimento de Infantaria 14, em Viseu, responsável por controlar as movimentações militares na Figueira da Foz; e preservar a segurança dos presos políticos em Peniche;

O Campo de Tiro da Serra da Carregueira, localizado em Belas, cujos elementos ficaram responsáveis por defender os estúdios da Emissora Nacional, à Rua do Quelhas, em Lisboa;

O Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz, responsável por marchar rumo a Lisboa e estacionar na zona da portagem junto à então chamada Ponte Salazar;

O Regimento de Artilharia Pesada 3, na Figueira da Foz, ao qual coube seguir para Peniche e Lisboa às ordens do Movimento;

O Regimento de Infantaria 10, de Aveiro, ao qual coube a missão de se reunir ao Regimento de Artilharia Pesada 3 a fim de formar o Agrupamento Norte;

A Companhia de Caçadores 4241 e 4246, do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, responsável por ocupar e defender as antenas do Rádio Clube Português, no Porto Alto; e defender a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira;

O Centro de Instrução de Operações Especiais, de Lamego, responsável por conquistar e ocupar a delegação da PIDE-DGS, no Porto;

O Posto de Comando no Norte, no Porto, dirigido pelo coronel Carlos Azeredo, que ocupa e se instala no Quartel-General da Região Militar do Norte;

O Regimento de Artilharia Ligeira 3, em Évora, e o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves, em Torres Novas, que, embora aderindo ao Movimento e tendo ficado às suas ordens, não cumpriram quaisquer missões.

Embora claramente premeditado, diferente é o enquadramento no qual decorre o atentado ao Conde de Andeiro pois o seu assassinato conforma uma iniciativa única e, repete-se, isolada, sem articulação com outras que, de ponto de vista militar, pudessem constituir uma operação generalizada e concertada.

Já no plano da comparação entre o comportamento das massas em um e outro momentos históricos, parece esta poder ser sublinhada e decifrada nas evidentes semelhanças

e bem mais claras manifestações de proximidade que adiante serão adequadamente escrutinadas.

Com efeito, tanto ao nível da actuação da população civil lisboeta, que em ambas as circunstâncias históricas reage em directo e toma partido de forma absolutamente incondicional, como ao nível da «pandemia» de entusiasmo nacional velozmente desencadeada, não deixam de ser evidentes as similitudes.

Atente-se na forma como, por todo o território nacional, as populações aderiram aos revoltosos.

Em 74, de um modo incomparavelmente mais rápido, em função da capacidade mobilizadora gerada pelas vias de comunicação e pelos – já determinantes, ainda que incipientes quando comparados com a actualidade – órgãos de comunicação social; em 1383, num processo mais lento, mas ainda assim de extraordinária adesão em muitos concelhos aos quais as novidades foram chegando nos dias subsequentes à morte de João Fernandes Andeiro.

Igualmente assinaláveis, os sinais espaciais são, aos olhos do autor da presente tese, um facto impossível de ignorar na medida em que toda a trama central, tanto no que à convulsão social de 1383-85 como ao 25 de Abril de 74 respeita, se centra numa cidade e, mais concretamente, no reduzido eixo de dois quilómetros que separam a encosta do Paço Real do Largo do Carmo.

Aliás, Largo do Carmo este que aqui se enquadra como local da acção final da Revolução de Abril mas também pela curiosidade de ali ter sido construído o Convento do Carmo, mandado erigir por Nun' Álvares Pereira.

Devastadoramente atingido pelo Terramoto de 1755, ocorrido no primeiro dia do mês de Novembro desse ano, o convento ainda hoje abriga uma estátua de um monarca, que muitos defendem ser a do rei D. Afonso Henriques, e o túmulo do rei D. Fernando, filho de D. Pedro I, marido de D. Leonor Teles e meio-irmão D. João I, Mestre de Avis.

Fundado em 1389 por D. Nuno Álvares Pereira, o monumento foi substancialmente devorado pelas chamas resultantes do formidável Terramoto de 1 de Novembro de 1755 em que partes substanciais da igreja e do convento desapareceram, tragadas pelo fogo intenso e inclemente.

Monumento de significativa imponência arquitectónica, assente em pilares e arcos representativos de um apurado conceito neogótico, ficou apenas meio reconstruído, razão pela qual ainda hoje se lhe reconhecem a beleza, a singeleza e a invulgaridade atribuídas às naves da igreja completamente desnudadas contra o céu.

Em 1836, à margem das alas de carácter religioso até então recuperadas, uma outra parte habitável do Convento acabou por ser adaptada às necessidades militares da capital. Foi o primeiro passo para que, já no século XX, acabasse por ser convertido em Quartel-General da Guarda Nacional Republicana.

E é neste contexto que o Convento volta às curvas da História ao servir de palco-vizinho ao desenrolar das incidências de 25 de Abril de 1974, por ali se ter alojado o presidente do Conselho, Marcello Caetano, que então procurou refúgio contra os acometimentos protagonizados pela ofensiva revolucionária dos oficiais do Movimento das Forças Armadas.

No âmbito da visão alargada e de macro-convergência ideológica e temática, entre o Movimento Social de 1383-85 e o 25 de Abril de 1974, a que a defesa das ideias a que esta tese de doutoramento visa dar corpo, conclui o autor não poder nem dever ser ignorado mais este facto que concorre para a aludida coincidência espaço-territorial, estendida na outra extrema local ao Paço Real.

Não longe do Largo do Carmo e do Terreiro do Paço, o Paço Real serviu de habitação a alguns reis.

Primeiramente denominado como «Paços da Moeda», por ali ter sido sediada durante algum tempo a oficina do fabrico de moedas, passou depois a «Paços a-par de S. Martinho», por estar situado defronte de uma igreja com o nome desse santo.

Mais tarde Paço Real, terá servido de residência a monarcas como D. Afonso III e a D. Pedro I, que por lá pernoitava nas deslocações à capital. Também o seu filho D. Fernando, já depois do casamento com D. Leonor Teles, optou por lá viver.

O local é também designado como «Paço dos Infantes» precisamente devido aos indícios de que aí terão crescido D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro I e D. Inês de Castro e meio-irmãos do futuro rei D. João I, e bem como os filhos deste, segundo os estudos do começo do século XX, levados a cabo pelo notável olisipógrafo Júlio de Castilho.

Tendo em conta que foi o cenário do assassinato do Conde de Andeiro, defende a presente tese que ganha particular interesse esta localização face à proximidade ao Terreiro do Paço, onde séculos depois Salgueiro Maia deu início às movimentações militares que levaram ao fim do regime ditatorial instaurado por Salazar.

Apresentada e contextualizada a temática, importa identificar as hipóteses de trabalho que esta tese sustenta:

i) Apesar das diferenças, designadamente no tempo e na origem social dos agentes, é possível identificar uma relação de analogia entre o movimento burguês de 1383-85 e o Movimento dos Capitães de 25 de Abril de 1974;

ii) O contributo do povo, convocado no movimento de 1383-85, e imposto de modo próprio e contra a determinação do Movimento das Forças Armadas em Abril de 1974, revelou-se um factor de relativa ou absoluta contribuição para o sucesso das duas operações;

iii) Apesar de se tratar, num e outro casos, de movimentos preparados e levados a cabo no coletivo, as figuras individuais de D. João I e Salgueiro Maia assumiram-se como factores decisivos para o sucesso dos movimentos em estudo.

Estas hipóteses resultaram de um prolongado estudo investigativo e foram sendo amadurecidas ao longo do tempo, tendo estado na origem de várias publicações e comunicações. Aliás, ainda que de forma mais incipiente, já foram objeto de referência – e de concordância parcial – num artigo da autoria de Galopim de Carvalho⁵ que criou um diálogo entre si, enquanto narrador, e a memória do rei D. Fernando I.

As referências ao autor da tese e às hipóteses ainda em construção podem ser encontradas nas seguintes citações: “Essa é a opinião de António Sousa Duarte, jornalista e biógrafo de Salgueiro Maia, um dos valorosos “Capitães de Abril”. Segundo este professor universitário, existe razoável paralelismo entre a revolução de 1383-85, que repôs e consolidou a soberania nacional, e a revolução que nos libertou da ditadura do Estado Novo” ou “Ainda segundo o mesmo jornalista, Salgueiro Maia protagonizou, no 25 de Abril de 1974, um papel muito semelhante ao do Mestre da Avis, na crise dinástica que acabou por vencer. Mas eu alargo esse papel a mais uns tantos dos nossos «capitães»”.

⁵ Artigo publicado em 8 de novembro de 2011 e disponível no sítio <http://sopasdepedra.blogspot.pt/2011/11/1383-85-versus-1974.html>

Como forma de verificação das hipóteses formuladas, optou-se pela metodologia que a seguir se apresenta.

Metodologia de investigação

Sendo a Ciência Política uma ciência Social e Humana, a escolha da Metodologia contemplou o preceituado por Faure (1982, p. 380), ou seja, a metodologia depende da “natureza do problema colocado, da dimensão e da acessibilidade do objecto”.

Ora esta tese ocupa-se de dois factos separados por vários séculos e, como tal, de impossível repetição.

Por isso, no que se refere à Metodologia, a mesma privilegiou a abordagem qualitativa, recorrendo, como técnicas, a fontes primárias, como o recurso a entrevistas, e a fontes secundárias, como pesquisas em arquivos bibliográficos e locais com suportes papel e digital, tais como a Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa; a Biblioteca Victor de Sá, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; a Biblioteca Nacional de Portugal; a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro; o Centro de Documentação da Agência Lusa; o Centro de Documentação do *Diário de Notícias*; e a Associação 25 de Abril.

As entrevistas e publicações de âmbito jornalístico e editorial realizadas pelo autor e as experiências pessoais e profissionais relacionadas com a temática em questão pretendem, assim, constituir um contributo ao qual esta tese recorre.

Todas estas entrevistas foram utilizadas para produção temática e foram, entretanto, editadas em livros ou em órgãos de comunicação social.

A inclusão de parte dos referidos depoimentos recolhidos pelo autor parece pertinente uma vez que, embora não tendo sido produzidos directamente no âmbito da tese, acabam por constituir um acervo temático privilegiado sobre a mesma.

Assim sendo, constam como apêndices as entrevistas realizadas às seguintes personalidades: marechal Francisco da Costa Gomes, general Kaúlza de Arriaga, general Amadeu Garcia dos Santos, general António Ramalho Eanes, coronel Ferrand de Almeida, major-general Mariz Fernandes, coronel Otelio Saraiva de Carvalho, Sanches Osório, coronel Vasco Lourenço e coronel Virgílio Varela.

As razões que presidiram a esta seleção prendem-se com o papel relevante que estas individualidades desempenharam na conjuntura que conduziu ao 25 de Abril ou nos acontecimentos que viriam a possibilitar o estabelecimento da nova ordem.

Assim, no que se refere a Costa Gomes, importa frisar que, na fase final do Marcelismo, foi destituído do cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas por se recusar a manifestar publicamente a lealdade ao governo. Além disso, no período pós-25 de Abril, fez parte da Junta de Salvação Nacional e foi o segundo Presidente da República, após a renúncia de António de Spínola.

Às ordens de Salazar e Caetano, o general Kaúlza de Arriaga foi comandante em chefe das Forças Armadas em Moçambique. Esteve ligado à operação Nó Górdio, tida por muitos como um sucesso militar do regime salazarista, e ao massacre de Wiriamu, considerado o maior massacre da guerra colonial. Incompreendido pelos seus pares, também nunca se entendeu com a democracia, vindo a criar um partido radical de extrema-direita.

Garcia dos Santos foi o responsável pelo plano de transmissões no 25 de Abril. Depois foi membro do Conselho da Revolução e integrou os II, III, IV e VI governos provisórios. Presidiu à Junta Autónoma de Estradas de onde acabou por sair no seguimento de um violento confronto político com o então governo liderado pelo PS.

Ramalho Eanes foi o primeiro Presidente da III República a ser eleito por sufrágio directo e universal. Teve papel discreto no 25 de Abril de 1974, mas em novembro do ano seguinte foi decisivo na contenção da tentativa de tomada de poder pela extrema-esquerda. Por isso foi nomeado chefe do Estado-Maior do Exército e, em 1976, eleito para Belém – onde esteve uma década. Apoiou a fundação de um partido que rapidamente sucumbiria na sequência da queda do governo por si apoiada. Ainda assim, tal facto não impediu que viesse a tornar-se num dos mais carismáticos e respeitados protagonistas da democracia portuguesa.

O coronel António Ferrand de Almeida era o 2.º Comandante do Regimento de Cavalaria 7, à Ajuda, em 25 de Abril de 1974. Foi detido por Salgueiro Maia, na manhã revolucionária. A sua lealdade ao regime acabava ali. Para trás ficavam os sonhos de um patriota e de um oficial de Cavalaria que acreditara num Portugal nacionalista e universal.

Mariz Fernandes esteve na génese da conspiração, mas afastou-se, ainda antes de 25 de Abril de 1974, quando se apercebeu de que as reivindicações dos seus camaradas se afastavam dos motivos que tinham estado na génese do movimento.

Neto de Otelo de Carvalho, um actor secundário que passou pelo Teatro Avenida em 1913, o major Otelo Saraiva de Carvalho é comumente considerado como o estratega do 25 de Abril. E tê-lo-á sido, durante o dia exacto da revolução. A sua importância e o seu peso subiram ao zénite e dele desceram em vinte e quatro horas, remetendo-o depois a uma posteridade controversa e muitas vezes polémica que o levariam à prisão.

Advogado e professor universitário, Sanches Osório estava aquartelado na Pontinha quando, a 25 de Abril de 1974, o Comando Operacional da revolução pôs de pé o 25 de Abril. Dedicou-se mais tarde à política, ao jornalismo e ao Direito.

Vasco Lourenço será o rosto mais transversal e comum ao processo revolucionário e à implementação da democracia. Homem forte do Movimento dos Capitães foi um dos três membros da Comissão Coordenadora do MFA, depois membro do Conselho da Revolução e comandante da Região Militar de Lisboa no «Verão Quente». Detido antes e depois da revolução, é há muitos anos presidente da Associação 25 de Abril, palco a partir do qual tem prosseguido o combate em defesa das suas ideias e convicções.

Corajoso, ainda antes de Abril de 1974, o coronel Virgílio Varela foi o líder da coluna militar que em 16 de Março desse mesmo ano saiu do Regimento de Infantaria 5, nas Caldas da Rainha, rumo a Lisboa a fim de depor o governo. Mas as intenções dessa coluna morreram às portas da capital. Spinolista convicto, a sua participação na vida política portuguesa foi-se desvanecendo à medida que se foi apagando a intervenção do autor de *Portugal e o Futuro*.

Para além da anexação das citadas entrevistas, enuncia-se, abaixo, a lista mais alargada de personalidades com as quais, ao longo de mais de vinte anos, o autor trabalhou e que em muito o inspiraram e inquietaram para a concretização deste trabalho:

General Adelino Matos Coelho, general Alfredo Mansilha Assunção, Álvaro Cunhal, general Amadeu Garcia dos Santos, tenente-General António Alberto da Palma, general António Ramalho Eanes, major-general Augusto Monteiro Valente, coronel Baptista da Silva, inspector Calado de Oliveira, general Carlos Azeredo, Carlos Beato, coronel Carlos Matos Gomes; coronel Costa Martins, general Duarte Nuno Pinto Soares, coronel Ernesto Melo Antunes, Fausto Correia, Fernando Homem Cristo, coronel Ferrand de Almeida, marechal Francisco da Costa Gomes, Francisco Moita Flores, embaixador Franco Nogueira, D. Gilberto Canavarro dos Reis, Humberto Sertório, D. Januário Torgal Ferreira, Professor

Doutor José Filipe Pinto, general Kaúlza de Arriaga, D. Manuel Martins, major-general Mário Delfim Tavares de Almeida, coronel Mário Tomé, major-general Mariz Fernandes, coronel Marques Júnior, contra-almirante Martins Guerreiro, coronel Otelo Saraiva de Carvalho, coronel Panarra Abrantes, major-general Pedro Pezarat Correia, general Ricardo Durão, tenente-coronel Salgueiro Maia, Sanches Osório, Serafim Lobato, Vasco da Gama Fernandes, coronel Vasco Lourenço, tenente-coronel Virgílio Varela e coronel Vítor Alves.

Na sua concepção, formatação e construção, esta tese de doutoramento teve, portanto, em conta, o conjunto de informações, umas vezes algo avulsas e outras bem mais sistematizadas, advindas dos dados adquiridos ora na oralidade por protagonistas ora por observadores privilegiados dos acontecimentos abordados. Testemunhos que funcionam como fontes directas, pois essas personalidades foram intervenientes nos acontecimentos sobre os quais disponibilizaram informações.

Ciente de que a recolha dos depoimentos dos intervenientes acima referidos não poderia de modo algum constituir a única, ou sequer a mais determinante fonte, entendeu o autor socorrer-se de fontes complementares de que são exemplos as publicações explicitadas no final do presente documento.

A bibliografia foi factor essencial ao concretizar desta tese.

Parte dessa Bibliografia referente à vida, obra, façanhas e legado de D. João I; outra dedicada à biografia de Salgueiro Maia, seus feitos e desempenhos. Complementarmente o autor entendeu ainda estabelecer e desenvolver um conjunto de leituras tendentes a melhor perspectivar e enquadrar a tese na sua globalidade. Referem-se aqui obras de carácter científico relacionadas com a Ciência Política, a História, a Historiografia, a Sociologia e, mesmo, a Literatura.

No que se refere ao método, a opção recaiu no método hipotético-dedutivo, que resulta da formulação das hipóteses apresentadas pelo autor da presente tese.

No que diz respeito à estrutura, para além dos elementos pré-textuais e pós-textuais recomendados pelas regras em vigor na ULHT e das necessárias introdução e conclusão, a presente tese será apresentada com base numa divisão de capítulos que visa diferenciar diferentes leituras produzidas em função de distintos, embora não estanques, momentos.

No primeiro capítulo são desenvolvidos os conceitos teóricos referentes às formas que, em 1383 como em 1974, assumiram as intervenções protagonizadas pelas facções ofensivas e pelos grupos estabilizados na órbita do poder.

Abordam-se ali o «putsch» ou golpe de Estado, a revolução, arquétipos de movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais.

No segundo capítulo, é interpretado o carácter «proto-burguês» do Movimento de 1383-85 e a acção corporizada pelos Capitães em Abril de 974.

O terceiro capítulo versa sobre o apoio popular concedido aos revoltosos em ambas as circunstâncias e o seu contributo na complexidade da passagem de golpe de Estado a revolução.

No quarto capítulo são aprofundadas as personalidades e a respectiva capacidade de liderança de D. João I e de Salgueiro Maia, como factores do sucesso colectivo registado nas sublevações por si dirigidas.

Finalmente, no que concerne às citações e referências bibliográficas, a tese seguirá as normas aprovadas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do Despacho Reitoral n.º 101/2009 que revogou o Despacho 52/2008, de 12 de Maio.

Capítulo 1

1. Conceptualização teórica

Dividindo-se a doutrina quanto à definição e designação entre os conceitos de golpe de Estado ou «putsch» e revolução, cabe aqui produzir nota que se considera relevante quanto à intervenção decisiva do povo enquanto mola que acciona e faz avançar certa convulsão. Coisa diferente consiste na real transformação verificada na sociedade por via dessa mesma alteração na condução da sociedade. Isto é: pode dar-se uma revolução pelo apoio do povo mas poderá essa mudança não compaginar minimamente uma tal transformação que atinja ou incida precisamente sobre o povo. Mais claro ainda: poderá haver acção do povo mas não o respectivo benefício. E – se as consequências dessa acção não forem assim tão drásticas, profundas, convulsas e intestinas – poderá, afinal, não haver revolução.

Assim, com o objectivo de adequar a leitura dos eventos e dos protagonistas sobre os quais reflecte esta tese de doutoramento à fenomenologia lógica em que se enquadram, são as páginas seguintes dedicadas à definição genérica sobre as realidades do «putsch» e do golpe de Estado, e da revolução com o objectivo de, mais adiante, entender ser possível compaginar essas mesmas realidades do ponto de vista da análise científica e doutrinária com os acontecimentos efectivamente ocorridos e sua interpretação.

Para o efeito, o autor recorreu a um número considerável de interpretações levadas a cabo por historiadores e investigadores nacionais, e internacionais, que se debruçaram sobre os factos em apreço na que se crê constituir a estratégia adequada para um melhor entendimento das várias concepções atribuídas a um mesmo conceito.

Tendo apenas em consideração o semicírculo inferior da ilustração abaixo reproduzida, tendente ao enquadramento da temática em análise e que consistiu num conflito interno, importa, a este propósito, evocar Abel Cabral Couto (1998, p. 156), que define “quatro formas principais de acção violenta no campo interno, visando a conquista do poder pela força: as revoluções, os golpes de estado, as revoltas militares e as guerras subversivas”.

O autor tipifica cada uma delas, considerando como revolução “um levantamento popular, explosivo, súbito, breve, incontrolado e não planeado, dificilmente previsível”.

Quanto ao golpe de Estado, define-o como “uma acção clandestina de um grupo restrito contra a autoridade de facto [...] que consegue ocupar posições chave e apoderar-se do poder” (Couto, 1998, p.157).

Finalmente, por revolta militar, postula que se trata de “um levantamento militar que procura derrubar pela força a autoridade de facto” (Couto, 1998, p.158).



FIGURA N.º 1 – O espectro da Guerra

Parecendo evidente que, das definições apresentadas, apenas o conceito de guerra subversiva não é aplicável à temática em estudo, nos subcapítulos seguintes, os conceitos de golpe de Estado, «putsch» e revolução são conceptualizados na sua correlação com os dois factos históricos que servem de objectos de estudo a esta tese de doutoramento.

A recusa em considerar o 25 de Abril como guerra subversiva prende-se com a definição que aponta para que a mesma seja a “luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção” (Estado-Maior do Exército, 1966, p. 1).

Tendo em vista uma adequada representação científica e uma interpretação o mais correcta possível dos seus significados, os referidos elementos conceptuais encontram-se nesses capítulos oportunamente conjugados com as linhas axiomáticas de seguida enunciadas:

- a) Designação dos mentores das decisões;
- b) Identificação dos executantes da mesma;
- c) Nomeação dos adjuvantes a que recorreram para a consumação dos actos;
- d) Descrição do respaldo para a acção;
- e) Reconhecimento da adesão pós-facto.

Há todavia uma ressalva que, com a maior acuidade, não pode deixar de ser curada: o facto de, tanto em 1383-856 como em 25 de Abril de 1974, ambas as circunstâncias históricas terem conhecido vários e diferentes momentos ao longo da sua curta duração, momentos esses caracterizadores da assumpção de diversas e sucedâneas formas de intervenção praticamente a um só tempo.

Isto é, tanto na movimentação burguesa como na acção dos Capitães observa-se uma metamorfose caleidoscópica que faz com que, em horas e dentro de um só dia, se constate estar diante de um pronunciamento militar, de um golpe de Estado, de um «putsch» e, até, de uma revolução.

Mesmo que admitindo o jargão de que todas as definições são incompletas e parciais, Freitas do Amaral (1995, p. 157) sustenta que “o 25 de Abril foi desde o início uma Revolução – quer na intenção dos que o fizeram, quer no programa político que anunciaram ao País”. Para o antigo dirigente centrista, “o 25 de Abril foi uma revolução que se caracterizou por não ser apenas uma substituição do pessoal dirigente [...] mas por uma profunda transformação de carácter político, económico e social”.

Ora o que aqui se defende é que os acontecimentos de 1383 e 1974 foram uma e várias realidades ao mesmo tempo.

Vital Moreira defendeu (1973, p. 10) que “as revoluções nascem para fazer constituições e que estas, uma vez aprovadas, estabelecem uma nova ordem e, como tal, matam a revolução na medida em que aniquilam os respectivos efeitos”. Isto – adverte o constitucionalista coimbrão – “apesar de a nova ordem eventualmente nada ter a ver com a anterior, porque só se fala de revolução se a adesão for feita a modelos contraditórios com os até então vigentes”. Segundo Moreira, “não é científico falar de revoluções na continuidade.

Erro em que, sintomaticamente, Marcello Caetano não caiu uma vez que tirou o R (1973, p. 12)”.
.

Não tendo sido testemunha directa de qualquer dos marcos históricos em apreço, nas bases sobre as quais o autor fundamenta a definição e construção das ideias constantes desta tese subjaz uma visão de alguma forma personalista que radica no facto de o autor ter sido repórter em cenário de guerra e de, por essa via, ter tido a oportunidade de observar um conjunto de situações e circunstâncias que, crê, lhe terão permitido proceder a uma correcta interpretação das realidades estudadas.

De resto são inúmeros os casos de jornalistas-escritores, muitos deles envolvidos em teatros de guerra, que tornaram bem-sucedido o encadeamento dos seus recursos literários com o jornalismo.

Forjados no algodão do romance mas abraçados ao férreo fascínio do jornalismo como ponte de contacto entre a narrativa e o relato objectivo das observações, destacam-se, entre outros, os norte-americanos Ernest Hemingway, Truman Capote, Orson Wells ou John Reed; os franceses Georges Bernanos, Marcel Proust e Albert Camus; os britânicos Bruce Chatwin e George Orwell; o espanhol Arturo Perez-Reverte; ou os portugueses José Cardoso Pires e José Saramago.

Outros nomes poderiam ser adicionados à lista. Como outras listas poderiam ser construídas se o critério fosse alterado. Por exemplo, se fosse tido em conta o reflexo da revolução num momento futuro.

Um conceito encerra várias concepções daí a diversidade na abordagem que marca a convicção de muitos autores. Por exemplo, na República de Platão, a questão central prende-se com a definição de justiça e sobre esse conceito surgem concepções tão diferenciadas como a conveniência do mais forte de Trasímaco ou as posições de Céfalo, Polemarco e Glaucon. Outro exemplo: Georges Jacques Danton, político francês guilhotinado em 1794, que terá escrito que as revoluções engolem os seus filhos; o político e estadista francês, também guilhotinado em 1793 Pierre Vergniaud, segundo o qual a revolução era como Cronos: devorava os seus filhos; e o historiador e ensaísta escocês Thomas Carlyle, segundo o qual a revolução acabava sempre por devorar seus próprios filhos.

É disso que se encarregarão os pontos seguintes.

1.1 «Putsch» ou golpe de Estado

A tentativa ilegal e brusca de derrube de um poder constitucionalmente instituído por parte de um grupo minoritário é aquilo a que a História dos povos tantas vezes assistiu em muitos séculos, um processo a que em Portugal se dá o nome de golpe de Estado. Chamam-lhe «putsch» os povos anglo-saxónicos, os alemães «Staatsreich»; é «coup d'État» entre os franceses; e «Pronunciamento» ou «Pronunciamiento», entre os povos espanhóis e latino-americanos.

O golpe de Estado não tem de ser violento e pode corresponder, ou não, aos objectivos e interesses da comunidade.

O apoio popular é relevante para a afirmação e sucesso da sua concretização embora, por vezes, o silêncio da massa popular, revelador, em certas circunstâncias, de passividade global, e noutras de concordância para com o rumo definido, acabe por constituir, ele mesmo, um factor, designe-se grosseiramente de «cheque em branco», para com a iniciativa dos grupos ocasionalmente revoltosos.

Pode ser o golpe de Estado desencadeado por civis ou militares, sendo os casos em apreço nesta tese de doutoramento admissivelmente distintos, ainda que, também nesta matéria, apresentando significativos traços de relativa convergência porquanto ambos foram executados por um «braço armado».

A este propósito recordou Malaparte (1983, p. 83) “o exemplo de Bonaparte e de Sieyès, que se servem do exército como um instrumento legal para resolver (...) o problema da conquista do Estado”.

Segundo o intelectual italiano de origem germânica, “o que distingue o golpe de Estado [bonapartista] de qualquer outro golpe de Estado é o facto de que os políticos representam nele uma parte muito menos importante, aparentemente, do que os executantes (1983, p. 95)”. E conclui: “Noutras palavras, a sua concepção parece menos importante do que a sua execução”. Cabe aqui, desta forma, apropriada, a referência à forma como em 6 de Dezembro de 1383 como em 25 de Abril ambos os executores cumpriram o seu papel sem uma programação política absolutamente definida. E por isso, com clareza, escreveu Malaparte que “o problema da conquista e da defesa do Estado não é um problema político,

mas técnico” e “que a arte de defender o Estado é regulada pelos mesmos princípios que regulam a arte de conquistá-lo” (1983, p. 163).

Contra a lei e a ordem estabelecidas, o golpe de Estado, ou «putsch», cauciona, desde que concretizado, o acesso ao exercício do poder a indivíduos não eleitos ou, sequer, legalmente designados.

Termo político recente, visa apontar para a alteração rude, forçada e brusca do exercício do Poder ainda que, nem sempre com o objectivo inicial de fomentar e possibilitar a transformação profunda dos alicerces de uma determinada sociedade ou Estado.

Dir-se-á estar-se perante o golpe de Estado sempre que um grupo político ignora o trilhar dos caminhos legais e institucionalmente consagrados para atingir o poder ainda que, sublinhe-se, de novo, sem o escopo de alteração radical no modelo de governação ou no sistema política observados até à sua operacionalização.

A captura dos líderes e principais responsáveis políticos e ou militares, o controlo imediato dos organismos e instrumentos-chave do Estado e a tomada em mãos dos órgãos de comunicação social públicos são os mais relevantes passos para a efectividade da concretização de um golpe de Estado.

Parece desta forma perceptível que a principal diferença entre o golpe de Estado ou «putsch» e o «pronunciamento» consiste no facto de os primeiros – sejam eles cometidos por militares, forças policiais ou paralelas de segurança ou simples grupos políticos deporem o Governo vigente e assumir o Poder; enquanto que, no «pronunciamento», as forças insurrectas promotoras e dinamizadores de determinada rebelião não assumem o poder que transferem para outros titulares civis.

De acordo com o historiador militar e cientista político norte-americano Edward Luttwak (1991, p. 78), o «putsch» “consiste na infiltração de um pequeno mas bem preparado e criterioso grupo de pessoas do aparelho de Estado que usam a sua situação privilegiada para quebrar a ordem instituída e assumir o seu controlo”. Segundo ele, e contrariando em toda a linha a essência e a génese do 25 de Abril de 1974, “as Forças Armadas, militares ou paramilitares, não constituem nem contribuem decisivamente para o rumo e respectivo sucesso de um golpe de Estado”.

Até porque, como justifica, “quando tal acontece, verificar-se-á mais tarde que esses processos levarão ao perigar da Democracia e ao desequilíbrio da estabilidade governativa”.

Renegando frontalmente a existência de ‘golpes de Estado democráticos’, Luttwak faz corresponder os “«putsch» militares à inevitável usurpação do poder, ao autoritarismo e ao totalitarismo, limitando a possibilidade de eleições livres tomada do poder por líderes civis”.

O conceito de golpe de Estado fica assim relacionado com a essência de outras movimentações sociais tais como revoltas, motins, rebeliões ou guerras civis, termos a que usualmente se recorre, muitas vezes até com escassa legitimidade científica, para decifrar situações bem mais superficiais, típicas de casos ou situações de propaganda ou processos de desinformação.

O golpe de Estado ou «putsch», entendido este no sentido literal da língua alemã, como «empurrão», apresentam um sentido de trajectória e uma substância genética aproximada.

Na verdade, o que se verifica na maior parte das vezes é que se enquadra o sucesso da concretização do primeiro – como golpe de Estado – em oposição à caracterização ineficaz do segundo – o «putsch» – como um processo mal-sucedido e frustrado. O que, no limite, vale por dizer que sempre que uma operação de sublevação consubstancia um êxito e a deposição da governança anterior estar-se-á perante um golpe de Estado e que, sempre que a intentona não se concretiza, se colocará a existência de um «putsch».

Segundo o publicitário de origem britânica Mac Iver, além do sistema partidário, só o golpe de Estado, o «putsch» ou a revolução possibilitam a mudança de governo e o acesso ao Poder.

Tomada do poder por meios ilegais, o «putsch» ou golpe de Estado caracterizam-se pelo carácter de súbita surpresa, de fria violência, de premeditada ilegitimidade. Visa a subversão da lei máxima de um Estado, que é o texto constitucional, e a usurpação da governação por agentes com causas e fins políticos, a maior parte das vezes desconexos com os princípios democráticos.

Escreveu o jurista alemão von Jehrning que uma revolução é uma movimentação com sucesso e um «putsch» uma rebelião mal sucedida. Para aquele que foi um dos precursores na defesa da ideia do Direito como produto social e que fundou o método teleológico no campo jurídico, o golpe de Estado consiste num crime de alta traição que tanto culmina na força, quando frustrado, como na cadeira do Poder quando atingido com êxito.

Já Vladimir Ilitch Ulianov, Lenine, reduz sem contemplações a concepção do golpe de estado ou do «putsch» a uma iniciativa particular de assalto ao poder, em contraponto com a revolução, carregada de intensidade e densidade científicas.

Igualmente rendido às virtualidades da revolução, por norma alinhavada com o frémito popular, pelo mesmo pensamento alinhou o político francês André Dupin, segundo o qual o golpe de Estado é o tumulto restrito e minoritário no poder.

Claro que a ruína da gestão quase sempre associada à ideia de golpe de Estado se deve ao tom arbitrário em que genericamente se afirma e concretiza. Isto é: a dimensão dos malefícios de si resultantes afigura-se, em regra, superior à da legitimidade e do benefício que encerra.

Há, ainda assim, quem desenhe e perspetive o golpe de Estado como um instituto positivo e um mecanismo bem-intencionado, princípio que se aplica, por exemplo, a realidades sociais em que a instabilidade política e a legitimidade do poder não correspondem a desígnios democráticos, surgindo, aí, a tomada repentina do Poder como um bálsamo contra o autoritarismo instalado.

O golpe de Estado tende a não alterar a organização social vigente, não gera novos ordenamentos jurídico-constitucionais e conforma-se em reformas de carácter reduzido, transitório e sectorial.

Para encerrar o subponto importa chamar à colação aquele que é considerado por muitos como o maior estratega português, o general Abel Cabral Couto.

Couto (1988, p. 157) define golpe de Estado como “uma acção clandestina de um grupo restrito contra a autoridade de facto”. Mais acrescenta que o grupo faz da rapidez uma das suas principais armas e que, uma vez neutralizadas as personalidades que desempenhavam funções de chefia, se apoderava do poder.

1.2 – Revolução

Em Ciência Política o conceito de revolução é objecto de variadas concepções, devido a aspectos que se prendem com a natureza, a ideologia, os objetivos e os reflexos no todo nacional e, até, no plano internacional.

No que concerne à natureza e à ideologia, Henein (1975, p. 178) salienta a importância

das “raízes históricas” e das “motivações ideológicas mais ou menos nitidamente afirmadas”.

Abel Couto (1988, p.157) chama a atenção para outro aspeto importante e que se prende com a génese de uma revolução. Segundo ele, a revolução é “um levantamento popular explosivo-súbito, breve, incontroado e não planeado”, situação que aponta para três elementos: o papel interveniente do povo, a intensidade do fenómeno e a falta de estudo ou de planificação prévia.

Daí a pertinência de um segundo momento. Aquele em que surgem os chefes a procurarem orientar os movimentos e a explorar as oportunidades. Uma fase em que o levantamento muda de mãos. E, às vezes, de objetivos, dado que trará alterações ao nível das consequências.

Uma revolução traz sempre mudanças. Daí a possibilidade de a definir como uma vertiginosa e profunda alteração social, política e económica na qual se regista um abalo convulso das estruturas da sociedade e uma alteração sensível dos titulares da governação.

Pode esta transformação, efectivamente, revestir-se, ao menos parcelarmente, de apenas algumas das suas componentes «a priori» tidas como naturais? Isto é: pode uma revolução contribuir para a mudança do rumo político sem que tenha directa e objectiva contribuição no campo económico ou na área social? A resposta afirmativa assemelha-se como difícil, pois, senão, estar-se-á perante um instituto revestido de clivagens bem menos evidentes e claramente menos radicais.

Por isso a revolução constitui um desvio sensível e notório que em muito transcende a simples mudança sectorial.

Não será pois, por isso, de estranhar que em algumas sociedades com menores índices de desenvolvimento, a revolução e o golpe de Estado possam ser confundidos. Matéria que aqui não se aprofunda para respeitar a estrutura expositiva delineada.

Por ora basta a necessidade de se clarificar a profundidade da acção em concreto. Está-se perante uma revolução sempre que ocorre alteração substancial do sistema político, transformação da ordem social, implementação de nova ideologia e alteração visível das fronteiras e limites da participação política.

Assim, a revolução representa a adesão a modelos contraditórios com aqueles até então vigentes.

Foi Aristóteles quem, pela primeira vez, abordou a ideia de revolução entendendo-a como um fenómeno cíclico, resultante de uma alternância nas formas de governo porque, argumentou, “o descontentamento com uma situação de flagrante desigualdade leva ao restabelecimento de uma correspondente situação de igualdade” (Ferreira, 1975, p. 368).

Segundo Aristóteles, “são três os preventivos contra a revolução: propaganda educativa, respeito pela lei mesmo em pequenas coisas, justiça na lei e na administração, isto é, ‘igualdade de acordo com a proporção e dar a cada homem o seu’. [Defendeu, assim, que como] “toda a desigualdade social vem a ser com o tempo desigualdade de rendimento, sucumbirão todas as tentativas de ‘justiça proporcionada’ que se basear em diferentes méritos de riqueza” (Russel, 1977, p. 153).

Advoga Burdeau que a revolução tem por objectivo acabar com um sistema de governo e produzir uma alteração significativa no seio da classe liderante de determinada sociedade – e não o ataque a uma personalidade bem como ao seu modo de governo.

Pelas razões atrás explicitadas fica claro que, na perspectiva de Burdeau, o «putsch» e o golpe de Estado são tipificados por um registo autocrático e mesmo ditatorial imposto por minorias, ao passo que a revolução indica resultar de um maior compromisso entre quem age contra o poder instaurado, alinhado todavia com as expectativas populares de natureza quase sempre democrática.

Na verdade, parece haver uma tendência para destringir entre revolução política, social e económica, mas como pode ser admissível a ideia da ruptura política com a ordem previamente estabelecida sem que, com essa mesma alteração, se desenhem e provoquem novos ciclos económico-sociais resultantes do lógico e recém-implementado novo ciclo histórico?

A simples substituição dos titulares do poder político, mantendo inalteráveis as condicionantes sociais e da posse das terras – como sucedeu na Europa Central e Oriental, em 1848 – não parece ser viável na actualidade pela meteórica velocidade a que se dão os eventos na comunidade global.

“O termo [revolução] é muito antigo quando aplicado no sentido astronómico, biológico ou geométrico. Copérnico usou-o no seu livro sobre a revolução dos corpos celestes, e o mesmo fez Cuvier para a sua teoria sobre as espécies animais e vegetais e ainda hoje é de emprego corrente na geometria” (Macedo, 1987, verb. 541).

A alteração redutoramente social, supostamente sem impacto político, também nos dias de hoje conforma um instituto de difícil concretização tendo em conta que a detenção dos meios de produção, das propriedades e das indústrias são as alavancas das economias e não se julga, aqui, como plausível, a possibilidade de, à mudança de poder de condução da realidade social, poderem escapar os ditames políticos e, sequenciadamente, económicos – isto mesmo que a Revolução Francesa de 1789 ou a Revolução Soviética de 1917 apontem para a vitória de movimentos de mesclado cariz sócio-político.

Enfim, a possibilidade da revolução económica, correspondendo à mudança radical das condições de gestão, administração e distribuição dos bens e dos serviços, constitui uma possibilidade utópica porque indissociável das orientações políticas e das «nuances» sociais de que, expostas pelos ciclos económicos, as sociedades são susceptíveis. Por exemplo a Revolução Industrial marcou uma era de profundas transformações no tecido produtivo das sociedades em que ocorreu, mas estima-se que, na actualidade, não fosse possível ocorrer um facto dessa natureza e magnitude que fosse destituído de sentido político ou, a este associado, de cariz social.

No Liberalismo de tradição francesa, relacionado com a Revolução de 1789, sustentado em Rousseau, Montesquieu e Voltaire, criadores da ideia «Liberdade-Igualdade-Fraternidade», a sociedade deveria assentar no indivíduo, no desempenho de cada um e na propriedade, valores matriciais desta nova ordem política. Ocorre aqui mais liberdade, maior justiça e máxima busca de igualdade – o indivíduo acima da sociedade que leva ao individualismo e ao «Império da Razão». Ao mesmo tempo, este Liberalismo culmina na exclusão social mercê da marginalização de todos os que não têm ofício ou carreira profissional. Impera uma clara matriz de rupturas e cortes abruptos.

No seu *Espírito das Leis*, Montesquieu defendeu a imperiosa necessidade de que pequenas revoluções levem à grande, maior e definitiva revolução. Segundo o político e filósofo francês, mercê da adopção de ideias defendidas em sentido inverso às até então preconizadas e aplicadas, essas micro-revoluções levarão ao sedimentar do reforço psicológico da massa popular e à ante-câmara das grandes decisões e dos mais fracturantes momentos.

Na outra visão de Liberalismo, de tradição anglófona, inspiradora da Revolução Americana e desenvolvida por Alexis de Tocqueville, politólogo gaulês que rumou aos

Estados Unidos e atacou a Democracia – segundo ele de modelo despótico – que soprava de França, a matriz é não-revolucionária e evolucionista, de continuidade e de ponte entre diferentes tempos e circunstâncias. Para este Liberalismo anglo-americano, a sociedade deve assentar nos seguintes axiomas: razão/espírito/experiência; associativismo; território vasto, rico e inexplorado; igualdade; e máxima liberdade.

Papel relevante tiveram os iluministas, que admitiam que os seres humanos estão em condição de tornar este mundo num mundo melhor – mediante introspecção, livre exercício das capacidades humanas e do engajamento político-social.

Na verdade o Iluminismo assinala a fronteira clara entre um pensamento pouco empenhado e que vigorou até aos séculos XVII/XVIII, e de que o filósofo grego é raro exemplo, e um outro, emergente a partir daquelas datas, que passa a desenvolver o conceito de revolução com maior profundidade.

Ainda na senda do Iluminismo, criou-se a ideia de que haveria sociedades relativamente avançadas, num único sentido, onde se inseriam as diferentes sociedades numa via uniforme de evolução. As revoluções tornavam-se, assim, processos de actualização.

Para lá das fronteiras gaulesas, Emmanuel Kant foi um dos mais conhecidos expoentes do pensamento assente no ideário iluminista. Através dele se projectou o ideal da extensão dos princípios do conhecimento crítico a todos os campos do mundo humano. Para os iluministas, o poder contribui para o progresso da Humanidade e para a superação dos resíduos de tirania e superstição que atribuíam ao legado da Idade Média. Disse o escritor alemão Goethe que, com Voltaire, era o Mundo Antigo que acabava; com Rousseau era o Mundo Novo que começava. Ora o *Contrato Social* por este criado consistiu no princípio básico de fazer do cidadão um proprietário de parte da sociedade e do Estado para, em troca, o Estado exigir desse cidadão respeito pela ordem e pelo património individual.

Ao considerar que todos os homens nascem livres e iguais, o *Contrato Social* encara o Estado como objecto de um contrato no qual os indivíduos não renunciavam aos seus direitos naturais mas, ao contrário, entram em acordo para a protecção desses direitos, que o Estado é criado para preservar.

Antecipando estes preceitos, em 1383-85 o povo libertou-se, de certa forma, da opressão centenária exercida por classes oligárquicas e dos perigos esboçados no horizonte

castelhano para imprimir a sua própria tónica unificadora, ainda que uma tónica controlada pelos interesses de uma burguesia emergente, de uma aristocracia em processo de renovação e de um clero em busca de novos desafios.

De difícil e complexo equilíbrio é a busca do critério ético associado à revolução. Popper (1989, p. 132) debruçou-se sobre a temática de forma questionadora: “Não nos ensina a história que todos os objectivos éticos são frustrados? E são-no precisamente porque esses objectivos só poderão desempenhar um papel na história quando imbuídos de uma fé fanática?”. Questionamento que continuou quando perguntou se a História de todas as revoluções não ensinava que a crença fanática num ideal ético converte sempre esse ideal no seu oposto? Que abre as portas das prisões em nome da liberdade para logo a seguir as voltar a fechar atrás de novas vítimas?

Mas hoje não é possível estudar um processo revolucionário exclusivamente do ponto de vista do seu ADN político – importa analisar também o seu conteúdo sociológico. Para que uma revolução consubstancie os fins directos a que se destina, importa que preencha os requisitos formais que lhe são adjacentes: alteração sensível na forma de governo e conversão do texto constitucional – trilhando-se, assim, um caminho de alternâncias continuadas e descontinuadas em que a revolução política estrutura e o processo social executa.

Claro que há depois investigadores, como Karl Marx, para os quais as revoluções têm a sua génese inexoravelmente ligada à realidade económica de uma sociedade.

Russel (1977, p. 280) não põe em causa que Marx tenha modelado a sua filosofia da história pela dialéctica hegeliana, mas “de facto houve apenas uma tríade que o interessou: o feudalismo, representado pelo proprietário rural; o capitalismo, pelo empresário industrial; o socialismo, pelo operário. Hegel pensou as nações como veículos do movimento dialéctico, Marx substitui-as pelas classes”. Por essa razão é possível apertar ainda mais o pensamento do cientista alemão, para o qual a causa da revolução decorre sempre do fenómeno da exploração exercida pelos burgueses, os homens que se apoderam da riqueza, sobre os indivíduos verdadeiramente geradores da riqueza, os proletários.

Foi em Paris, corria o ano de 1843, que Marx, então com 25 anos, conheceu Friedrich Engels, era este director de uma fábrica em Manchester. Conhecedor através deste das duras condições de trabalho em Inglaterra e do estado da economia inglesa, Marx deixa-se

contagiar pelo pensamento já então bastante desenvolvimento de Engels quanto às questões políticas e sociais.

Não admira, por isso, que Engels (1982, p. 310) tenha escrito que “toda a gente sabe, hoje em dia, que onde quer que haja uma convulsão revolucionária tem de haver por detrás alguma carência social que é impedida de se satisfazer por instituições gastas”.

Segundo Marx (1974, p. 476), a criação de um proletariado sem eira nem beira tinha andado (...) “necessariamente mais depressa do que a sua absorção pelas manufacturas nascentes. (...) Os pais da actual classe proletária foram castigados por terem sido reduzidos ao estado de vagabundos e de pobres [culminando este facto na institucionalização de uma] disciplina sanguinária que os transformou em classe assalariada” – e, mais tarde, revolucionária.

Macedo (1987, verb. 543) considera que a revolução “abstractamente procurada, era ou o processo de evolução (com Hegel em direcção à Ideia, que a evolução dialéctica concretiza, isto é, realiza) ou a permanência do factor dinâmico, com a luta de classes que, na senda de diferentes antecessores, atingiu a cristalização abstracta com Karl Marx”. Daí que, ainda segundo o mesmo autor, o confronto dinâmico permanente “era a luta entre a classe dirigente, detentora do poder, e a classe em ascensão, sendo ambas as situações (poder e ascensão) definidas pelo seu papel no modo de perdição, eixo dessa luta e detentor exclusivo da definição desse mesmo poder”. Poder de que o Estado seria uma derivação.

Ora foi muito devido à complexidade teórica, doutrinária e material de explicar, enquadrar e aplicar estes conceitos marxistas que o conceito de revolução passou muito rapidamente a ideologia, no sentido de que encontrou seguidores.

Como que a confirmar o princípio básico, fundamento teórico da teoria geral da oportunidade da revolução, «Lenine» defendia que na Rússia não havia nem um “proletariado emburguesado”, nem uma “aristocracia proletária”, nem uma classe média importante como no Ocidente”. Assim sendo, as contradições acumulavam-se na Rússia czarista – “as contradições vindas do passado, da feudalidade, da situação de atraso (económico, social e político) do País e as contradições vindas do presente, do capitalismo estrangeiro ou autóctone” (Lefebvre, 1969, p. 35).

Adepto de uma “revolução ininterrupta”, e “de uma luta de classes que se apresenta como uma guerra, uma longa guerra, em que a violência latente e atenuada alterna com a

violência aberta”, «Lenine» render-se-á a uma terminologia não poucas vezes militar e que a sua leitura de Clausewitz tão bem expressa na forma como sustenta a sua dialéctica segundo a qual na revolução “não há descontinuidade absoluta nem continuidade absoluta. Há uma unidade entre a guerra e a paz”. Proposição que Lenine estende à luta de classes quando escreve que “nesta luta nunca há paz absoluta pois o objectivo da luta de classes é sempre, e até ao fim, a destruição do adversário” (Lefebvre, 1969, p. 271).

Uma outra perspectiva que não pode deixar de ser abordada prende-se com o elemento constitucional ou legal. De facto, como defende Afonso Queiró (2002, verb. 423-426), a revolução constitui necessariamente uma alteração ilícita da Constituição em vigor, uma vez que é um facto antijurídico, que viola o Direito Constitucional estabelecido. Tendo em conta que a Constituição “não prevê, ela própria, a revolução como um processo reformista de si mesma, entende-se, desta forma, não haver um “«direito à revolução»”. Ainda nas palavras deste autor, “não há revoluções legais ou ‘de jure’. Por essa razão, os revolucionários que não saem vencedores das suas acções acabam por ser entendidos, e julgados, como praticantes de um crime, ficando, dessa sorte, sujeitos às respectivas sanções criminais”. Situação que decorre do normativo.

A subitaneidade no rebentar do facto revolucionário, tido por constitucionalmente ilícito, e a instauração de uma nova ordem constitucional são fundamentais para se estar diante do instituto revolucionário. Sendo factual que de uma revolução não terá obrigatoriamente de decorrer a total revogação da ordem constitucional até então vigente, não o é menos que ocorre por norma a criação de uma ordem pós-revolucionária que poucos vínculos ou escassos de contacto tenderá a manter com o passado.

No entanto, alguns pontos continuam na nova ordem e, por isso, se for tida em conta a produção de Hans Kelsen sobre a temática, estar-se-á perante um caso de «recepção» semelhante ao do direito romano. A nova ordem recebe normas da velha ordem, dando validade a normas com o mesmo conteúdo do direito anterior. Esta «recepção» – diz o jurista e filósofo austríaco – é um processo abreviado de produção jurídica. Vale isto por dizer que, “em princípio, tudo se passa como se a nação, no exercício do seu poder constituinte originário, em forma regular e pacífica, substituísse a constituição antiga por outra” (Queiró, 2002, verb. 423-426).

Instaurada a nova ordem, deixa de fazer sentido falar de revolução. Passa a haver uma espécie de cristalização e, por isso, Thomas Jefferson defendeu que teria de haver uma revolução de vinte em vinte anos para que a chama da liberdade se mantivesse acesa.

Para terminar o estudo, parece conveniente trazer à colacção uma perspectiva de áreas afins da Ciência Política. Tarefa facilitada se for considerada a recolha feita por Francisco Videira Pires⁶. De facto, é longa a lista de autores por si citados.

Segundo o psicólogo social e sociólogo Gustave Le Bon, a revolução “é um movimento de massas, agrupado em classes, que exterioriza os impulsos inconscientes, reprimidos e censuráveis”. Ironicamente, segundo ele, “as revoluções só têm geralmente como resultado imediato uma mudança de lugar da servidão”.

Já para Freud, médico neurologista e criador da Psicanálise, “a revolução é a explosão dos desejos inconscientes da pessoa que tende a destruir o Estado e as formas de autoridade, símbolos de Deus que as massas temem como o filho teme a autoridade paterna”.

Na eterna luta entre o eu, o super-eu e o infra-eu, este último revolta-se contra o super-eu. Os recalcamientos sociais resultantes de uma prática política que não tem em conta os direitos dos governados conduzem à necessidade de destituir a estrutura dirigente – a revolução vista como catarse colectiva.

Perseguido pelas forças czaristas e, mais tarde, pelo poder bolchevista, defendeu o sociólogo russo Pitirim Sorokin que “a revolução é a ruptura dos impulsos inibidos que o velho regime há muito inibia”.

Esta recolha permite a Francisco Videira Pires considerar que, “o perigo das revoluções pode resultar da supremacia da sua violência sanguinária, do artificialismo abstracto e da constituição rigidamente centralista sobre os «corpos intermédios»”.

Face ao exposto, e sendo evidente que muitas outras concepções, de muitos outros autores, poderiam ser ainda aqui analisados, entende-se que as abordagens já apresentadas serão, por si, suficientes para sustentar a fundamentação teórica em causa.

1.3. Movimentos sociais

⁶ Para estas citações, recorre-se à Oração de Sapiência pronunciada por Francisco Videira Pires na Universidade da Beira Interior, em 1988, intitulada «Democracia e Solidão».

Sendo hoje conhecida a amplitude e a relevância da acção directa do povo como factor de decisão e de inclinação das movimentações e oscilações sócio-económico-políticas, importa intentar enquadrar essa mesma acção e despistar alguns dos contornos teóricos e práticos inerentes a essa dinâmica.

Para os defensores da tentativa de harmonização conceptual entre uma visão simultaneamente liberal e socialista-marxista – porque “a política não diz respeito só aos partidos” [e] “a Democracia exige a cada um de nós a participação na gestão das questões públicas” – o maior objectivo dos homens e das sociedades em que se inserem enquanto realidades duais mas convergentes deverá apontar para a “prossecução e aproximação a uma sociedade espontânea, ética mas também épica porque intransigentemente promotora dos bens matriciais contra a desvirtualização global repercutida pelos fenómenos estrangeiros” (Touraine, 1996, p. 6).

Isto é: para Touraine deixará de existir razão para o tumulto ou para a alteração brusca da ordem natural da vida do colectivo a partir do momento em que os movimentos sociais harmoniosos, e desde que harmoniosamente desencadeados, se auto-regulem tendo em conta que é o próprio povo e já não o Estado o móbil político e o motor que agita a vida e a actividade dos cidadãos.

Neste quadro, quanto ao autor da presente tese, não será descabido invocar o confronto desenhado por Touraine quanto à racionalidade e irracionalidade dos movimentos sociais.

Justamente considerado como um dos principais e mais relevantes estudiosos da acção social colectiva, teoriza Touraine que emergem desse confronto aqueles que atribuem aos movimentos sociais uma conotação racional – fala de Karl Marx ou Emile Durkheim; ou, por outra banda, uma identificação irracional – como Ortega y Gasset.

Para os primeiros, a movimentação social advém e está directamente relacionada com os modos de produção. Em Marx lê-se que a sociedade muda quando se alteram os modos de produção – aquela é, portanto, uma realidade dependente destes. E em Durkheim, comumente apontado como o fundador da sociologia, a racionalidade analítica com que esgrime a sua leitura consubstancia-se no facto de, alega, os factos sociais se explicarem por factos sociais. E, aqui, percebe-se exactamente a dimensão deste pensamento quando aplicado

aos conflitos e alterações sociais ocorridas em 1383-85 e em 1974 na medida em que ambas as convulsões – de carácter eminentemente social – resultam em factos sociais germinados e dados à luz em sede de factos sociais.

Já em Ortega y Gasset a presença das massas constitui um revés para o dinamismo positivo da sociedade, pois considera a acção directa como um factor que concorre para uma certa deterioração do tecido social porquanto a participação popular tende a «sujar» o processo civilizacional.

Na síntese deste confronto, Touraine advoga que os conflitos de classe são o gérmen da acção social e aponta que as convulsões mais não fazem do que ajudar à integração dos indivíduos no todo que é o colectivo no sentido da busca concreta do progresso e do desenvolvimento.

No contexto dos movimentos sociais, far-se-á em seguida uma caracterização dos grupos de interesse, grupos de pressão e novos movimentos sociais.

1.3.1. Grupos de interesse

Nascido no pós-Renascimento, com o advento do período contratualista, o Estado moderno tipifica um modelo no qual o monarca estabelecia contratos e desenvolve-se até à actualidade com base num conceito de Estado funcional, assente num Executivo. Quando hoje se fala em Estado fala-se em soberania e legitimidade – ainda que, como se sabe, a importância da economia e da globalização constitua uma clara afronta e um inequívoco desafio a esta realidade.

O Estado, que começou e nasceu na óptica de uma ideia, consiste actualmente numa arquitectura sujeita aos fluxos da sociedade, vivendo-se a era da liberdade privada, que mais não é do que uma invenção do «statu quo» neoliberal. O Estado tornou-se, assim, numa máquina funcional.

Aparelho de luta de que os partidos se servem para adquirir ascendente no seio da sociedade, o Estado não é mais o palco de soberania absoluta teorizado por Hegel desde que Augusto Comte e, mais tarde, Max Weber plasmaram a soberania como uma marca da posse do poder constituinte. Segundo este, o Estado acabará por se tornar numa organização susceptível de recorrer ao uso legítimo da força.

Admitindo-se que os homens inventaram o Estado para não obedecerem aos homens, a verdade é que o Estado se tornou na forma de poder que enobrece a obediência. Por isso, como parceira da obediência, brotou a arbitrariedade, hoje factualmente entendida como um dos perigos mais considerados no contexto da ideia moderna de Estado.

À concepção medieval que dispõe sobre um poder cuja acção prefigura e prepara o advento do reino de Deus, sobrevirá a interpretação muito mais laica das tarefas políticas. E a laicização da função política passou a ser acompanhada de uma correspondente e consequente ampliação geográfica.

Mas, ainda que o Estado tenha passado a exigir que haja um aprimoramento das relações entre os indivíduos e o respectivo contexto geográfico – o que hoje se apelida de ordenamento do território – e mesmo tendo a institucionalização do poder radicada na existência de um território e de uma nação – conceito que correlaciona a raça, a língua, a religião, o passado histórico e o «habitat», como escreveu André Malraux, o espírito dá uma ideia de nação – fica claro que são esses dados suficientes para dar origem à ideia de Estado – porque importa serem acompanhados de uma reflexão sobre o próprio poder. Porque, quando a colectividade aumenta, os governantes distanciam-se dos governados e, à distância física, passa a crescer o afastamento emocional.

A autoridade do chefe, que primitivamente assentava na submissão individual de cada um dos membros do clã, tendeu a ser substituída pela ascendência da ideia representada pelo chefe.

O indivíduo adquire uma nova autonomia e uma nova dignidade pessoal. Desta forma, porque institucionalizado, o poder deixa de ser evidentemente o poder pessoal dos indivíduos e do Estado encarnado num homem, para dar lugar ao advento do homem, dos homens, confundidos com o próprio Estado. O Estado institucionalizou o poder para que, não concentrado numa só pessoa e despojado dessa encarnação, o Estado sobreviva sempre e a todos os seus titulares.

Sendo o Estado uno e a sociedade múltipla, ele é o único poder capaz de regularizar a concorrência dos poderes sendo, também, o motor e o travão dialécticos de toda a actividade que sustenta o combate pela sua obtenção. Motor e árbitro dessa luta, o Estado é o regulador da ordem e do movimento enquanto factores intrínsecos da actividade política e da dinâmica da sociedade.

A existência do Estado é essencial para fundamentar a legitimidade e continuidade do poder, bem como para assegurar a superioridade da competência dos governantes. Por essa razão quando, no regime do poder individualizado, ocorre resistência dos governados, o chefe só consegue impor a sua vontade pela força e assegurar a obediência incondicional através da legitimidade no Estado e não no conjunto das suas qualidades individuais.

Eterna dialéctica agregada, o Liberalismo despreza o Estado na medida em que aceita uma administração pública sem política; serviços sem poder; gerentes mas não patrões. Em suma, elimina o Estado-potência e fomenta o Estado-servidor. Já o Marxismo entende que o poder só o é desde que proceda da sociedade inteira, empenhando-se com afinco na realização da homogeneidade social como objecto da revolução proletária, cujo ascendente sobre classes adversárias resultará numa sociedade sem classes.

Como resultado directo das metamorfoses orgânicas registadas nos interstícios estatais, foi neste quadro que se foi observando o surgimento daqueles a que hoje se designam por grupos de interesse e grupos de pressão.

Ainda que nem sempre fáceis de discernir, e por vezes sujeitos a linhas de fronteira extremamente ténues, parece não ser aconselhável considerar ambos como um único e mesmo organismo.

Os grupos de interesse podem ser caracterizados pelo facto de apresentarem um formato que assenta numa intervenção constante e permanente. A sua tipologia comportamental e de intervenção aponta para a procura da consumação de um conjunto de objectivos duradouros e sustentados que podem ser definidos por uma acção consistente dos pontos de vista do espaço e do tempo.

Dividida e espartilhada entre múltiplos e difusos poderes, a nova sociedade política evidencia uma complexa crise existencial no que aos poderes tradicionais diz respeito. E esta ambiguidade deve-se, sobre todos os outros factores, à proliferação de poderes – de entre os quais emergem o poder partidário, elevado à sua máxima potência; o pesado poder administrativo-burocrático do aparelho de Estado; o poder sempre ameaçador da hierarquia militar; o poder das elites académicas e científicas; totalizando todos, enfim, um conjunto de poderes que, autónoma ou circunstancialmente conjugados entre si, não poucas vezes resvalam para um formato organizacional que os afirma poderosamente no contexto da sociedade.

“À margem das eleições, a questão da participação política nas Democracias contemporâneas é um tema recorrente. Em tom gradualmente crescente, os cidadãos e os actores políticos, económicos e sociais desafiam os poderes políticos para serem entendidos” (Grossman & Saurugger, 2006, p. 7). Trata-se, concluem estes autores, da “demanda de uma demografia mais participativa que é um fenómeno cada vez mais na agenda dos especialistas”.

Enquanto isso, entende-se que viver numa sociedade de grupos e de movimentos indicia um conjunto de consequências determinantes para o exercício do poder no Estado. Porque “os grupos de interesse desempenham um papel de produtores de normas, importa analisar o seu funcionamento e as suas actividades tanto do ponto de vista funcional e empírico como normativo” (Grossman & Saurugger, 2006, p. 7).

Por grupos de interesse entendem-se, assim, as forças e as movimentações que “emergem do ponto de vista social e se organizam com os objectivos de conquistar ou sedimentar as vantagens e os benefícios de determinado grupo. Por isso, aos grupos de interesse, deve ser acoplada a interpretação segundo a qual a sua conduta se caracteriza pela acção de médio ou longo prazo” (Bastos, 2004, págs. 259-262).

Numa perspectiva de reconhecimento institucional, os grupos de interesse tendem a organizar-se e a obter o reconhecimento formal das suas próprias existência e actividade. Ora, segundo alguns investigadores, é quando os seus mentores dão passos mais concretos e de interferência directa na dinâmica da sociedade que passam a poder ser considerados como grupos de pressão.

“Digamos que a existência do interesse comum é o elemento incorporado do grupo; a pressão, o seu objecto, e o «lobby», um dos principais instrumentos utilizados para alcançar o objectivo” (Castro, 2004, p. 122).

Numa perspectiva mais lata, “a noção de grupo de interesse pode ser perspectivada e definida como uma entidade que procura representar no espaço público os interesses de um departamento específico da sociedade” (Grossman & Saurugger, 2006, p. 11). Por outro lado, numa tentativa de compreensão mais restrita, “o grupo de interesse pode ser definido como uma organização constituída que procura influenciar os poderes políticos num sentido favorável aos seus interesses”.

Sucedendo assim que, enquanto no primeiro caso, o grupo de interesse é apresentado como “um actor que visa influenciar não só o poder político mas também outros grupos ou a Opinião Pública mais abrangente” [o grupo de interesse] insiste no nexo puro de causalidade existente entre os poderes políticos e o grupo – e, daí, a noção de grupo de interesse” (Grossman & Saurugger, 2006, p. 11).

1.3.2. Grupos de pressão

De uma forma comum entende-se por grupos de pressão os grupos sociais que, de forma reiterada ou episódica, desempenham determinada acção de influência tendo por objectivo a satisfação ou o atingir de uma finalidade exacta a cumprir por parte do Estado ou da Opinião Pública.

A amplitude da actividade dos grupos de pressão enquanto tal levou ao reconhecimento do seu exercício e do seu estatuto de influência. Mas, ao invés dos partidos políticos, estes grupos denominados de pressão não agem com o fito de tomar em mãos o poder. Lutam pela consideração dos seus pontos de vista e das posições pelas quais se batem.

Pelo seu carácter não institucional e por se tratar de estruturas que tendem a enquadrar-se de forma indefinida e abstracta no sistema político, os grupos de pressão devem, em rigor, ser observados como corpos «proto-organizacionais» desenhados e operacionais apenas na perspectiva de uma susceptibilidade de influência sectorial e não na óptica consistente do ordenamento que aglomera os poderes executivo, legislativo e judicial.

Os grupos de pressão evidenciam contornos de existência temporalmente mais curtos e de acção acentuadamente mais rápida. A sua idiossincrasia apresenta uma identidade de circunstância e de ocasião gerada por um fim mais volátil e menos consistente.

Por esta razão alguns pensadores enquadram e conceptualizam os grupos de pressão mais como um sub-género dos grupos de interesse que propriamente como uma área integralmente autónoma no que ao pensamento tutelar concerne (Bonavides, 2000, p. 562).

“Os grupos de pressão, como os sindicatos e os partidos políticos, por exemplo, constituem categorias interpostas entre os cidadãos e o Estado” (Bonavides, 2000, p. 564). Mas, segundo o jurista brasileiro, não exercem apenas essa pressão sobre os governos. “As actuações dos denominados grupos de pressão apontam para o desenvolvimento de uma outra

vertente da sua atividade que é a da formação da opinião ao nível da comunidade por intermédio dos meios de comunicação social” (Bonavides, 2000, p. 565).

Grupos como os partidos e os sindicatos são de pressão até ao momento em que passam a exercer um desiderato institucional tendo como base o esforço por transferir as suas ideias para o próprio povo para que este, por sua vez, ao exercer os seus direitos, “possa torná-los seus representantes tendo um papel importante para demonstrar valores por esses grupos considerados exemplares sob a perspectiva moral, étnica ou religiosa” (Bonavides, 2000, p. 564).

Escreve Pasquino (2010, p. 113) que “a modalidade clássica de acção dos grupos, que permite a passagem de um mero grupo de pessoas que compartilham um mesmo interesse para um grupo que procura influenciar as escolhas políticas e as pessoas que deverão colocá-las em prática, é designada por «pressão»”. E, acrescenta, “daí a designação «grupo de pressão» ou, na língua anglo-saxónica, «lobby», que indica os locais onde se encontram deputados, burocratas, homens de negócios e conselheiros político-económicos e onde é exercida [...] a actividade de ‘lobbying’ de grupos de interesse politicamente activos” (Pasquino, 2010, p. 113).

Defende Kaiser que os grupos de pressão “são organizações da esfera intermediária entre o indivíduo e o Estado, nas quais um interesse se incorporou e se tornou politicamente relevante”. E explicita: “São grupos que procuram fazer com que as decisões dos poderes públicos sejam conformes com os interesses e as ideias de uma determinada categoria social”.

Citados por Paulo Bonavides, o académico espanhol Sanchez Agesta e o publicista gaulês André Mathiot (2000, p. 478) argumentam que os grupos de pressão “não são outra coisa senão as forças sociais, profissionais, económicas e espirituais de uma nação, enquanto entidades organizadas e activas”.

Atento à sua estrutura interna e subsequente efeito prático, Maurice Duverger destrinça dois tipos de grupos de pressão: os grupos de massa e os grupos de quadros.

Para o cientista político e sociólogo de origem francesa, “o objectivo dos grupos de massa [contrário aos segundos, os grupos de quadros, que são os partidos organizados como tal e que têm como escopo a qualidade dos seus membros integrantes] é atingir e enquadrar as classes populares” (1966, p. 454).

Crê Maurice Duverger (1966, p. 455) que “a evolução (...) de todas as nações ocidentais se caracteriza pelo desenvolvimento dos grupos de pressão – grupos que visam – ofuscar o sistema partidário e o movimento sindical”. De acordo com o teórico francês, estes tornam-se “conduzidos ao segundo plano, desactualizados ou reduzidos a simples fachadas perante os grupos de pressão que travam de maneira competitiva a batalha das decisões políticas e governam de facto os Países” (1966, p. 456).

A maior diferença entre grupos de interesses e grupos de pressão está em que, nestes, a sua acção tende a desfazer-se logo que cumpridos os respectivos objectivos. “Na realidade, os grupos de pressão devem ser analisados como estruturas não institucionais e profundamente informais” (Castro, 2004, p. 124).

Ainda segundo Castro (2004, p. 124), “os grupos de pressão situam-se no espaço localizado entre os indivíduos isoladamente considerados de um determinado segmento social e os órgãos de Governo. Trata-se de uma estrutura de articulação de interesses, em contraste com os partidos políticos, que são estruturas de agregação de interesse”. E concretiza: “São porções sociais organizadas, reunindo indivíduos que compartilham interesses e desenvolvem ações com a intenção de inspirar decisões de governo”.

1.3.3. Os novos movimentos sociais

Teorizou Jacques Le Goff (1977, p. 199) que “o progresso permitido pelos *media*, especialmente pela televisão, impõe ou propõe menos a História do que o historiador. Parece ser este um fenómeno bastante recente. Há mais historiadores actuais que têm acesso à televisão, que são solicitados para participar em emissões”. E sintetiza: “O historiador novo vê-se. A História que ele faz, essa, já se vê menos”.

Para a generalidade dos sociólogos e politólogos norte-americanos que, desde os anos 60, têm desenvolvido aturada reflexão sobre os sistemas políticos, o Estado já não inclui apenas as instituições políticas relacionadas com o poder, mas também outras estruturas.

A fim de rebater a profecia de Lênine, segundo a qual o Estado é o produto e a manifestação de antagonismos inconciliáveis, esta, chame-se-lhe assim «terceira via», personificada pela referida «intelligentsia» norte-americana, não resolveu ainda o problema

ontológico gerado pela falência do marxismo e do comunismo e pelo insucesso do liberalismo e do capitalismo.

E foi neste âmbito e neste impasse intelectual e prático que as novas sociedades viabilizaram o homem socializado, que já praticamente não consegue agir na-ou-sobre a comunidade e levou ao atingir do zénite de um certo processo de abstracção não-interventiva do qual emergiram a perda da autonomia e a adesão ao acriticismo – nascendo o cibernantropo.

Este novo cidadão, recorrente da «Aldeia Global» de McLuhan, tem assim sido a cobaia dos ensaios desenvolvidos sobre o conceito de Democracia Institucional, defendida por Alan Dahl, e que, de certa forma prática e objectiva, corresponde à ideia de que, porque utópico, se revela impossível aos cidadãos das Democracias contemporâneas o exercício da participação anteriormente desenhado nas Democracias clássicas.

Sabe-se, hoje, como na ressaca da Segunda Grande Guerra foi plasmada pelos Estados Unidos a ideia de que a Democracia se tornara um bem de valor universal e absoluto, alternativa única contra o apocalipse ditatorial emanado, sobretudo, das infelizes e trágicas experiências testadas na Alemanha e na Itália.

Mas as dificuldades em interiorizar, definir e aplicar de forma suficientemente clara e definida o conceito de Democracia ou, então, as diferentes «nuances» que se lhe foram moldando ao corpo e à pele têm vindo a permitir conhecer novas pistas e novos caminhos que, trilhados, desembocam na impossibilidade cada vez mais firme da Democracia como patamar de igualitária condição humana porque refém não do domínio das maiorias e dos governos do povo mas à mercê de minorias dirigentes e ao encontro da satisfação dos desejos de pequenos grupos de interesse.

E o cibernantropo adquire, neste particular, uma especial atenção porque neste maniqueísmo gnoseológico erigido a partir dos dois conceitos de Democracia ele é, acima de tudo, o fruto da impossibilidade da Democracia clássica, que estatui, consagra e aplica o «interesse público» e o «bem comum», e se verga e se rende ao sistema democrático em que a apatia do eleitorado é factual como necessária para que se imponha a nova ordem natural das coisas.

Neste contexto ocorre claramente a tendência para a supressão da ideia do elemento-povo como elemento catalisador de acção de grupos de interesse ou de pressão. E, à vista

disso, ainda maior dimensão ganham os grupos de interesse e de pressão que, ousa o autor desta tese advogar, se afirmaram em 1383 e 1974 como os que, ao longo dos séculos de História de Portugal, mais contribuíram para os sobressaltos dos homens, das comunidades em que se inseriram e das sociedades para as quais tão decisivamente contribuíram.

Totalmente ao arrepio do estado de evolução que na actualidade assinala a consumação dos mais fracturantes golpes da História dos nossos dias, foram os burgueses de 1383 e os capitães de 1974 que, respectivamente, desencadearam as mais eloquentes ondas de paixão revolucionária que culminaram no que e como hoje se conhece.

Noutro plano, fala-se aqui da forma como os actuais fluxos de comunicação em geral e da comunicação digital em particular marcarão os regimes políticos separados entre as mais longínquas latitudes.

Sendo certo que algumas sociedades com pendor democrático parecem continuar empenhadas na defesa e na promoção da tolerância e do progresso, importará, em definitivo, reconhecer a importância fundamental do papel das redes sociais como factor de alavancagem de processos e metodologias que transformarão, de forma vincada e exuberante, os princípios até há pouco reinantes no universo humano.

Assim, esta Democracia – segundo o antigo primeiro-ministro inglês Winston Churchill a pior forma de Governo salvo todas as demais que têm sido experimentadas de tempos em tempos – crescerá e terá de se adaptar, moldando-se de forma efectiva, aos sub-modelos emergentes nas comunidades do presente que se pré-figuram já hoje como as sociedades do futuro.

Dá-se o nome de Democracia, termo oriundo da palavra grega «demos», ao regime no qual o povo detém o poder soberano sobre o poder legislativo e o executivo.

A Democracia tipifica-se pela existência de um Governo no qual o poder e as responsabilidades cívicas, directa ou representativamente, são exercidos por todos os cidadãos, na assumpção da prática de um conjunto de princípios e preceitos que visam promover a institucionalização da justiça social e proteger a liberdade humana. Uma liberdade estudada e lutada desde as civilizações grega e romana mas que, só em finais do século XIX, mercê da dimensão e escala cruzadas que culminaram directamente na génese da Sociologia, o intelectual, economista e jurista alemão Max Weber logrou, como já atrás justamente referido, plasmar na forma como adaptou à sociedade do seu tempo uma interpretação

racional de áreas como a Economia, o Direito, a Filosofia, a Ciência Política e, até, o estudo da Administração.

Quando, sensivelmente decorrido um terço do século XX, deflagrou a Segunda Guerra Mundial, compreende-se hoje que o desfecho do colossal conflito revelou a aproximação espaço-temporal dos povos à escala mundial e o estreitamento dos seus laços como, até então, jamais acontecera.

De então para cá, e devido a essa aproximação física e psicológica até então muitas vezes latente e de então para cá evidente, constatou-se que uma certa generalização da elevação do nível de vida nas sociedades ditas mais desenvolvidas provocou o retrocesso das ideologias de combate.

A despolitização passou a traduzir o desapego das comunidades pelas pugnas filosófico-ideológicas e assim se chegou ao zénite, que assenta no facto de as novas sociedades viabilizarem o homem socializado, que já não consegue agir na ou sobre a sociedade, sintoma insofismável da homogeneização a que na actualidade se assiste um pouco pelas «quatro partidas do Mundo».

A este propósito, aqui se refere que “(...) muito mais eficaz, como força de desagregação das sociedades liberais, parece-me ser o nacionalismo” (Revel, 1975, p. 318). Para Jean François Revel, (...) o capitalismo tornou obcecante a noção de êxito ou fracasso, de País mais ou menos «avançado». Mas, naquele caso, o erro consiste não em querer banir a competição mas em querer eliminá-la (...) pelo suicídio colectivo no totalitarismo”.

A Globalização tornou-se um factor condicionante da actuação do Homem no início deste novo milénio. Mas não se pode nem deve ignorar o conceito já então pré-globalizante de Humanidade, resultante da já referida «Aldeia Global».

Com efeito, defende o autor desta tese ser absolutamente útil, significativo e decisivo não perder de vista a teoria do famoso teórico da comunicação que, de forma exemplar, analisou os efeitos práticos que a rádio provocou nos anos 20 ao possibilitar um contacto mais rápido e íntimo entre todos a uma escala até então jamais registada.

McLuhan descortinou a possibilidade de as noções de tempo e espaço terem desaparecido. E, já no início da década de 80, o filósofo canadiano anteviu que os «mass media» electrónicos colocariam a sociedade – como colocaram – face às emoções tribais das quais a imprensa tradicional os tinha divorciado.

Com McLuhan emerge toda uma nova visão polisensorial da vida no planeta e, acima de tudo, a certeza de que – independentemente do espaço, tempo e circunstância em que se encontrarem – os indivíduos poderão comunicar entre si como se vivessem numa aldeia.

Abrindo novas perspectivas e entrecruzando novas experiências, nasce assim uma nova sociedade aberta dentro da qual se reduz de forma drástica e efectiva a susceptibilidade de se intercomunicar directamente com qualquer pessoa que nela habita.

Assim interligada por novos paradigmas e modelos de construção comunicacional, organizacional e sócio-económica, a sociedade contemporânea vê aprofundar-se e estreitar-se o nexo das relações económicas e políticas e, claro, integracionistas, fruto directo e imediato das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), particularmente da «World Wide Web» (www) que mitigaram as distâncias, combateram discrepâncias e promoveram o eclodir de uma certa consciência global ao nível interplanetário.

“Tal como nos ensinam o movimento operário europeu e as lutas de classes do século XIX, as ordens políticas que se aproximavam mais das representações do modelo de uma soberania racionalizada de forma jus-formal, não foram sentidas, em caso algum, «per se», de forma legítima” (Habermas, 1999, p. 23). Mas sim, quanto muito, acreditou o filósofo alemão, “por parte das camadas sociais beneficiárias e dos seus ideólogos liberais”.

Ora, parece claro, à luz da evolução do pensamento e dos ditames que a actualidade inexoravelmente dispõe, que o direito a comunicar deveria ser encarado como inato e insusceptível e não como um bem imaterial passível de ser adquirido, transformado, modificado, adulterado ou coarctado.

Nas sociedades modernas e nas democracias mais evoluídas a Liberdade de Imprensa é indiscutível. Mas em sociedades com menor ou primária tradição democrática, como apesar de tudo a portuguesa é ainda, a Liberdade de Imprensa tem um longo caminho a percorrer.

Foi em 1651 que o inglês Thomas Hobbes deu à estampa *Leviatã, ou a Matéria, a Forma e o Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Realista convicto, defendia a monarquia e o poder absoluto. Escolheu o título *Leviatã* (ente que governou o caos primitivo) para representar o Estado como um monstro todo-poderoso. Defendeu que, no início, os homens viviam no estado natural, livres de leis, num paradigma de barbárie próprio da sociedade gentílica. Não havia segurança e imperava a luta de uns contra os outros – o homem é um

lobo para o homem. Alegou que a única forma de os indivíduos escaparem a esse estado foi a de estabelecerem, entre si, um contrato pelo qual todos cederiam todos os seus direitos a um só, suficientemente forte, que os protegesse.

Nascia a sociedade política – o Estado. Entre as formas de Governo, a melhor seria uma monarquia que entroncaria num Absolutismo utópico, na medida em que, na sua construção, o rei não tem de prestar contas a Deus; o poder não tem origem divina; e o legado desse mesmo poder não é hereditária.

Em campo oposto se situou o também inglês John Locke, ideólogo do Liberalismo, principal representante do empirismo britânico e precursor teórico do *Contrato Social*. Autor do *Ensaio sobre o Governo Civil* e, ainda mais importante, do *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, defendeu que as pessoas nascem na ignorância absoluta e que tudo aprendem pela experiência, pela tentativa e pelo erro – o «behaviorismo».

A ideia de poder em Locke assenta na noção de Governo consentido pelos governados apostos ante a autoridade e no respeito dos direitos naturais do ser humano: vida, liberdade e propriedade. Influenciou decisivamente as modernas revoluções liberais inglesa, americana e francesa, não lhe sendo impunemente atribuída a autoria das origens da tripartição dos poderes que Montesquieu aprofundaria depois em *Do Espírito das Leis*.

À luz do pensamento de Locke, os cidadãos são apresentados como seres semelhantes, entre os quais nasce e se firma o pressuposto de que só na condição do consentimento voluntário a submissão de uns a outros será tolerável – o que designou como igualdade natural entre os homens, assente no direito à vida, liberdade e propriedade, supremacia da sociedade sobre o governo. Neste contexto se sublima o princípio de governo pelo consentimento que consubstanciou a génese do constitucionalismo liberal.

Ainda que a meio caminho entre uma ideia ainda algo medieval de sociedade e uma concepção mais moderna, em Locke descobre-se o primado mais absoluto e respeitador da lei natural urdida na lógica de que, sendo cada indivíduo proprietário do seu próprio corpo, lhe é outorgado o direito da posse das condições requeridas para a conservação da respectiva vida. Registe-se que John Locke é profunda e convictamente defensor desta ordem natural sem que daí decorra a mínima tendência para o desrespeito pela disciplina no seio da comunidade pois cada indivíduo assume como um imperativo não desprezável a necessidade de, enquanto ser racional, agir em conformidade com a lei natural.

Claramente mais optimista do que Hobbes, Locke entende que, ao confiar ao governo a confiança da comunidade assente na individualidade de cada cidadão, se gera a susceptibilidade de, caso essa expectativa colectiva seja defraudada, se afaste ou altere essa mesma governação, concedendo a possibilidade do exercício desse poder a outra governação, ou seja, a delegação de Poder não é marcada pela irreversibilidade.

De acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio, Locke passa à História justamente como o teórico da Monarquia constitucional, sistema político baseado, ao mesmo tempo, na dupla distinção entre as duas partes do poder, uma espécie de regime afinal perpetuado até aos dias de hoje e que explica muita da naturalidade com que a Democracia britânica convive e coabita na actualidade com os epifenómenos mediáticos por mais turbulentos que eles possam ser.

Com o mito do «bom selvagem», Rousseau buscou uma natureza humana selvagem, pura, sem a mácula causada por um mundo corrompido pela civilização. Nesta imagem realça-se o ser íntegro e primitivo, esse homem oculto no interior de cada homem, que possui a essência de todos os homens, a liberdade. Mas uma liberdade não apenas social, como emocional e sentimental.

Recentemente, a tradição das teorias do *Contrato Social* ganhou nova força, principalmente nas obras do filósofo político norte-americano John Rawls que, designadamente sobre questões de justiça, aprofundou e desenvolveu as liberdades do homem em sociedade e em interacção uns com os outros.

A liberdade de opinião não é, efectivamente, uma questão de hoje. Trata-se, aliás, de uma discussão que vem das civilizações mais antigas, atravessou a Idade Média e chegou, ao rubro, ao século XVIII.

Foi para evitar a censura que Montesquieu concebeu *Do Espírito das Leis*, publicado em 1748, em dois volumes, em Genebra, uma das obras mais importantes do Iluminismo. Tornando-se imediatamente um enorme sucesso, nem a sua colocação no «índice» romano beliscou, porventura pelo contrário, o impacte que causou. A preocupação de Montesquieu foi ultrapassar as posições dos filósofos e utópicos que apresentavam as suas teorias em abstracto e sem consideração pelas determinantes espaciais e temporais.

Frontalmente contra o Absolutismo – forma de Governo que concentrava todo o poder do País nas mãos do rei –, advogou o político, filósofo e escritor gaulês a divisão do

poder em três: Executivo – o rei e os secretários de Estado punham as leis em prática; Legislativo – nas cortes, cidadãos escolhidos pelos partidos votavam as leis; e Judiciário – os juízes julgavam os criminosos.

Muitas das afirmações de Montesquieu serão confirmadas pelo pensador inglês Edward Gibbon, quando publicou *Decline and Fall of the Roman Empire*, em que defendeu que a queda do Império Romano se ficou a dever ao predomínio da Igreja Cristã no Império Romano, a partir de Constantino.

Foi nos finais do século XIX, que o pensador e filósofo alemão Martin Heidegger principal e mais decisivo impulsionador da Filosofia existencial na Alemanha, aprofundou, como talvez nenhum outro, o movimento fenomenológico como base dinâmica de um entendimento da vida assente no Ser. A sua obra, comumente associada ao Existencialismo, primou pela originalidade mas teve, sobretudo, o enorme mérito de lançar as raízes de um entendimento epistemológico que veio a ser orientador da Escola de Frankfurt, grupo criado na década de 20 por Max Horkheimer e ao qual vieram depois a associar-se nomes como Erich Fromm, Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Jurgen Habermas.

O «mundo da vida», termo ligado à interpretação sociológica produzida por Habermas e que aponta para a esfera privada no qual os indivíduos estabelecem entendimentos relativos às demais áreas do sistema social por via dos signos comunicacionais, “tem de ser distinguido da *suposição formal* de um *mundo* objectivo e outro social empreendida pelos próprios participantes da comunicação e actores na sua referência linguística” (Habermas, 2009, p. 57).

Entre Heidegger, Habermas e a «Escola de Frankfurt» situou-se Hannah Arendt, teórica de nacionalidade igualmente germânica que assentou a sua obra na análise e estudo da subjugação do Eu e do indivíduo aos sistemas mais totalitários e opressores.

Diz-se muitas vezes que o Mundo mudou, ou que está a mudar. Mas muitas dessas vezes nem conseguimos traduzir com rigor em que consistem essas mudanças. O universo da Comunicação Social sugere exemplos que permitem tipificar alguns destes novos paradigmas e perceber melhor como se desenham, afinal, algumas dessas transformações.

Há dez ou quinze anos, o lançamento de um novo produto, a chegada de uma marca ao mercado ou a organização de uma conferência de imprensa chegavam às redacções dos órgãos de comunicação social sob a forma de «Convocatória de Imprensa», isto é, o agente

provocador do facto limitava-se a convocar – verbo afirmativo e impositivo note-se – os jornalistas para algo que era do interesse estrito do «player», empresarial ou institucional, que pretendia noticiar. Vivia-se então o tempo de um «evangelho» denominado «press-release».

Com o passar dos anos, designadamente estes mais recentes, a situação foi sofrendo mutações afinal de simples e óbvio entendimento: a Economia entrou na recessão de uma forma geral hoje reconhecida e as receitas publicitárias deixaram de constituir fonte de riqueza para os principais jornais, tv e rádios. Hoje, tudo aponta para a possibilidade de o fim do devastar da vida dos cidadãos pelos «mass media» ter os dias contados, pelo menos nos moldes em que até agora tal fenómeno unilateral se produzia.

É que, por efeito das novas tecnologias de comunicação e devido à forma como são susceptíveis de ser utilizadas por um número alargado, para não dizer devastador, de usuários, tudo aponta para que a era do terramoto causado pela acção dos órgãos de comunicação social e das macro-organizações sobre a vida dos cidadãos e das organizações parece cada vez mais dar lugar ao advento do tsunami desencadeado ao contrário, isto é, pelos indivíduos que, de forma individual ou colectiva, agem unilateralmente contra os «media» e os grandes grupos de interesses, causando danos e originando consequências imprevisíveis.

Independentemente dos índices de adesão ou dos números de acessos aos novos canais de comunicação legitimados pela Internet e de que as redes sociais são o principal rosto, já não é possível negar que estamos a viver o tempo do «Gutenberg II». Um período em que se assiste ao sublimar de uma nova forma de exercer a cidadania e que é a «Democracia on line» ou «digital».

Escreveu Hannah Arendt que, contrariamente à sua origem na História de Roma, a autoridade, à margem da sua forma, “restringe e limita sempre a liberdade, mas nunca chega a aboli-la, ao passo que a dominação totalitária nunca pretende uma simples limitação da liberdade; só pretende abolir a liberdade – e até eliminar – a espontaneidade humana em geral” (Arendt, 1977, p.164).

Claro que, tal como ontem, também agora subsistem as dúvidas sobre a qualidade desta Democracia emergente gerada por, entre outras formas de comunicação, Internet, redes sociais, «Messenger», «Facebook», «Twitter» ou «Instagram»...

Sobre o que parece não restarem dúvidas é quanto ao facto de este regime político ameaçar já ou poder vir a tornar-se tão ameaçador quanto o anterior. A Democracia será a

mesma, os meios idênticos – só o sentido será diferente porque já não estritamente unívoco mas biunívoco. Isto é: os perigos criados e institucionalizados com o anterior modelo valem agora, pelo menos, a dobrar...

Com menos dinheiro, os responsáveis pelos órgãos de comunicação social reduziram drasticamente os seus recursos e, mercê desta nova exiguidade humana, caiu-se numa avaliação super-rígida das agendas diárias submetidas à rigidez do que é explicitamente abrangente com evidente prejuízo do que é apenas sectorialmente relevante.

Para agravar a situação, a Globalização levou ao aumento da importância da Net e da transmissão da informação através de canais que conheceram o advento há escassos anos mas que tornaram o quotidiano no primado da Comunicação Digital e já não Tradicional, como foi concebida até ao início do novo milénio.

Ora, é neste contexto que ainda mais se impõe uma comunicação perseverante, sistemática, límpida e fluida. Porque só dessa forma os editores e os jornalistas se habituarão às entidades como fontes, regulares e interessantes, de informação e não como organismos que, esporadicamente, emitem comunicados, originam pequenos factos.

É este o quadro. São estas as circunstâncias. E é este o novo paradigma em que importa actuar para contrariar a tendência do esmagamento e banalização informativos.

Depois da explosão, há cem anos, do «boom» da interdisciplinaridade das ciências e suas consequências multi-e-poli-disciplinares que originaram a História Nova e levaram aos tempos os novos ventos do entendimento científico aplicado ao universo das Ciências Sociais, o Homem atingiu o final do século XX em pleno êxtase digital e originou nova profunda transformação no «modus operandi» comunicacional subjacente à sua existência à vida em sociedade.

Sintoma da imensa aproximação física e psicológica gerada no planeta entre todos quantos o habitam, eis que a «máquina do tempo» gerou um novo conceito – o da acessibilidade. Hoje, estar 30 segundos na televisão ou numa página de jornal não chega para as marcas que se querem líderes. Por isso, as marcas são trabalhadas para ser semeadas dentro da mente e do coração dos consumidores.

É no mundo digital que se passa hoje a maior parte do tempo – da criação, actualização e desenvolvimento de sítios às aplicações para «smartphones» ou «tablets (iPad...)». Seja fazendo um «design» de um novo logotipo, desenhando a imagem corporativa

de uma empresa ou implementando «Hotsites de Alto Impacto», ideais para lançar novos produtos, serviços ou eventos.

As redes sociais promovem a interactividade através do «networking» interno entre os cidadãos, como uma contribuição directa para a multiplicação da auto-motivação seja no plano profissional, pessoal ou familiar, são como que uma grande infraestrutura para a gestão de conhecimento e encerram um enorme potencial para se transformar num fórum único de partilha de informação e comunicação.

Nas sociedades ditas «mais evoluídas», são hoje em dia raros os que não dedicam parte significativa do seu tempo ao contacto com colegas, amigos ou familiares através das redes sociais favoritas como o «Facebook» ou «Twitter» ou «Messenger».

Só em Portugal o «Facebook» tem quase três milhões de utilizadores. Mas ao nível internacional os números serão ainda mais impressionantes: estão registados mais de 400 milhões de utilizadores; cerca de 250 milhões ligam-se todos os dias; por mês, são carregadas mais de 3 mil milhões de fotografias; em média, cada um desses utilizadores gasta 55 minutos por dia na rede; mais de 3,5 mil milhões de eventos são anunciados todos os meses – e o «Facebook» tornou-se rapidamente no terceiro Estado do planeta com maior número de «habitantes»!

“A época pós-moralista é aquela em que a cultura é dominada não só pelos objectos, pelo «self-love» e pelo psicologismo, mas também pela informação: a lógica de rejeição da retórica do dever é filha do consumo e da comunicação de massas” (Lipovetsky, 2004, p. 63). Integrar e intervir numa rede social é sempre uma forma de promover a interactividade através do «networking» e uma contribuição directa para a multiplicação de toda a informação susceptível de ser difundida pelas redes sociais.

As redes sociais promovem actividades, eventos, interacção e a comunicação interna; funcionam como intranet, mas oferecem muitos outros serviços; são transversais; incentivam a partilha de problemas comuns e ajudam a criar soluções criativas para os resolver; registam o conhecimento disperso, transformando-o em património de todos; melhoram a forma como os indivíduos pensam colectivamente e tornam a mera partilha de informações na construção de um conhecimento colectivo; estimulam a comunicação direccionada e de qualidade; identificam e desenvolvem responsáveis e líderes; permeabilizam acesso rápido e direccionado à informação; optimizam a produtividade e oleiam vasos comunicantes;

monitorizam grupos; substituem parte substancial das conversas informais, em que muitas das informações mais valiosas circulam por multidões quando não se quer permitir que tal ocorra quando esse é o objectivo; quebram todas as barreiras hierárquicas, institucionais, familiares, pessoais, amigáveis porque a comunicação deixa de se fazer de cima para baixo ou de baixo para cima, mas de forma circular. «Many to many».

Funcionando na óptica de «Golden Door» ou «grande-porta-de-entrada» para as actividades mais banais como para as mais melindrosas, as «redes sociais» têm, enfim, um enorme potencial para se transformarem num grande canal de comunicação que seja, e acabará efectivamente por vir a ser, ao mesmo tempo agregador de conteúdos, disseminador de conhecimento e veículo de antecipação de tendências e problemas.

O eclodir do fenómeno da «Primavera Árabe»; os ataques de uma cidadã e consumidora portuguesa à empresa de telecomunicações francesa Ensitel⁷ nos últimos dias de Dezembro de 2010; a mega-manifestação da «Geração à Rasca»⁸, em Março de 2013, que se estendeu um pouco por todo o território português; e o fantástico inflamar da vaga de protestos que «tomou de assalto» o Brasil, de Porto Alegre a Belém do Pará, no Verão de 2013, por ocasião da disputa da Taça das Confederações em futebol, são exemplos flagrantes de como a comunicação digital em geral e as redes sociais em especial podem, na actualidade, fomentar a informação e catapultar a comunicação a níveis nunca antes imaginados e com consequências na verdade inimagináveis.

No primeiro caso, a vaga de protestos que assolou e ainda assola o mundo árabe levou o sabor das convulsões ao Médio-Oriente e ao Norte de África com um vigor sem precedentes. Primeiro foi a Tunísia, depois o Egipto, a seguir a Líbia. Na Argélia, no Bahrein, no Iraque, na Jordânia e na Síria foi tempo de sobressalto. Só em Marrocos o jovem rei Hassan II conseguiu travar os esboços de conflito interno que ameaçavam generalizar-se ao avançar com um pacote de medidas, consideradas extraordinárias do ponto de vista da

⁷ Em Lisboa, a Ensitel recebeu uma queixa de uma cliente devido a um defeito num telemóvel. A cliente em causa, responsável pela plataforma de blog do Sapo - detentora ela própria de um blog, *Jonasnuts*, onde, ao longo de 2009, escrevera assiduamente sobre o alegado mau serviço de pós-venda prestado pela marca gaulesa - a pedido da Ensitel acabou por ser obrigada pelos tribunais a apagar todos os *post* por si colocados. Chocada com esta ordem, a reacção da mulher foi provocar uma tal corrente de indignação nas *redes sociais* que a iniciativa da marca francesa acabou por ter efeitos ainda piores para a sua imagem.

⁸ Em Março, o protesto «Geração à Rasca» uniu mais de meio milhão de pessoas em todo o País. Incrível manifestação de força, de certa forma espontânea, ficou a dever o seu sucesso ao poder e à capacidade de mobilização potenciada pelas redes sociais e que quatro amigos decidiram aproveitar e potenciar até à exaustão.

harmonia e pacificação social, que tiveram por condão recriar um clima de paz e estabilidade no seio do vasto território. Na base do eclodir e na organização destas movimentações estiveram, a título quase exclusivo, as redes sociais.

Contra a tradicional colonização do «mundo da vida» pelos sistemas de poder económico e político, fenómeno que se traduz na «refeudalização» exercida por um número restrito de poderosos em nome dos respectivos interesses particulares sobre comunidades fragmentadas e indivíduos sem vínculo ou protecção que os coloque a cobro dessas investidas, assiste-se assim, actualmente, ao processo inverso. Isto é: de Norte para Sul e de Este para Oeste, um pouco por todo o planeta, em resposta àquele totalitarismo dos mais poderosos e abastados, avançam as massas populares com cada vez maior eficácia, fruto da disponibilização de novas tecnologias que se constituem, em si mesmas, como factor de pressão igualmente poderoso e com efeitos imprevisíveis no seio das comunidades modernas. Claro que a Globalização, sob vários dos seus pontos de vista e análise, acabou por se tornar noutro elemento que interfere hoje directamente na abordagem política e comunicacional feita e, também por essa razão, esse é um fenómeno que aqui, de certa forma, se aborda.

“A globalização não está a funcionar para muitos dos pobres dos mundos. Não está a funcionar para o ambiente. Não está a funcionar para a estabilidade da economia” (Stiglitz, 2002, p. 263). Contra as certezas encerradas nesta constatação, não deixa de ser igualmente verdade que a globalização da comunicação e a respectiva massificação e carácter de acessibilidade têm-se afirmado como tremendos e indubitáveis factores de judicialização dos sistemas e de aplicação dos direitos em função das necessidades colectivas de todos em oposição às benesses e privilégios que, até há bem pouco tempo eram apenas e agora já não só de alguns.

Ou, como sustenta o sociólogo britânico Anthony Giddens, na medida em que fornecem os meios pelos quais os agentes sociais agem, bem como os resultados dessa mesma acção, as estruturas sociais estão umbilicalmente relacionadas com a produção da acção e não constituem, [como alguns erradamente advogam], barreiras repressoras à acção humana ou impedimentos das dinâmicas.

Face ao exposto, não parece abusivo reconhecer que os novos movimentos sociais dispõem de um espaço próprio num sistema democrático. Esses novos movimentos propõem causas, apresentam necessidades e fazem solicitações ao Poder. Procuram influenciar a vida

política e, para tal, servem-se das novas tecnologias de informação. Numa primeira fase a sua natureza própria permaneceu distinta da dos partidos porque, segundo Castells (2007, p. 171), eram “destinados a *tomar* as mentes e não o poder do Estado”. Uma situação que se está a alterar. Basta ter em atenção a evolução em termos de participação e de número de votos e mandatos obtidos em Portugal pelos grupos de cidadãos eleitores. Por enquanto, ao nível do Poder Local, uma vez que a lei eleitoral – um produto partidário – exclui as listas não partidárias das eleições legislativas.

Movimentos que, graças as novas tecnologias de informação, podem vir a assumir-se como uma forma nova de partidos. Como aconteceu em Itália, com o Movimento 5 Estrelas de Beppe Grillo, partido sediado num blogue e que recolheu o maior número de votos nas recentes eleições italianas⁹.

1.4 Elites

Reside na abordagem ao fenómeno das elites um contributo pertinente para um melhor enquadramento teórico dos factos analisados nesta tese.

No caso do 25 de Abril de 1974, e tendo em conta que “a relação entre a democracia e o elitismo tem sido uma das preocupações constantes da análise política nas sociedades ocidentais” (Fernandes, 1997, p. 262), ganha particular acuidade a constatação segundo a qual a instauração da democracia foi alavancada por um grupo minoritário de oficiais que, todavia, não pertenciam a qualquer elite castrense, política e ainda menos económica. No limite poderá, até, dar-se o nome de não-elite à força de oficiais subalternos que empreenderam a conspiração e deram corpo ao golpe celeremente transformado em revolta e, mais tarde em revolução.

Esboço de elite de cariz militar encontrar-se-á, sim, na noite de 25 de Abril, quando, já depois de o Movimento dos Capitães ter depositado o comando das operações nas mãos de uma pequena elite militar liderada por António de Spínola, essa plêiade de oficiais superiores assumiu a orientação dos destinos do país. Aliás uma elite que, como adiante se defenderá, ensaiara já, a 16 de Março, a sua tentativa de tomada do poder. Facto que revela, sob a perspectiva do autor, a forma sagaz como Spínola cedo percebeu as fragilidades ideológicas

⁹ Sobre esta questão atente-se nos vários estudos feitos por João de Almeida Santos.

do Programa do MFA e como, com base nesse pressuposto, tentou rapidamente transformar os sonhos mais revolucionários dos capitães num processo reformista bem mais na linha do seu *Portugal e o Futuro*.

Mas se, ainda assim, este arremedo de elite apresenta um formato débil e pouco definido, o mesmo não se poderá dizer, a propósito da queda fragorosa do Estado Novo, do que dela resultou quanto à perda de influência de minorias políticas, financeiras e também militares que se tinham instalado durante as décadas do regime autoritário criado por Oliveira Salazar. Porque essas, ao contrário, existiram. Ora, sendo o elitismo um campo da Ciência Política que desenvolve o exercício da governação por uma minoria, melhor se entende que “as teorias da elite opõem à quantidade da maioria a qualidade da minoria” e que “partem de uma concepção da diferenciação social estabelecida segundo critérios de natureza qualitativa e apelam para a observação histórica” (Fernandes, 1997, 263).

Na verdade, ainda que não repugnando a ideia de Raquel Varela¹⁰, de acordo com a qual “as elites são um conceito impreciso”, parece ser indesmentível que o 25 de Abril marcou a era da consagração do respeito pelos direitos e liberdades individuais sobre o fim do ascendente protagonizado pelas elites e sub-elites política, agrária, industrial e bancária que se fizeram presentes durante o longo período da governação de Salazar e que se mantiveram no curto mandato de Caetano.

Assentando a sua sobrevivência num regime policialmente musculado, o Estado Novo aponta à sustentação da ideia de Pareto, citado por Bessa (1992, p. 129), segundo a qual “a duração da elite durante um tempo considerável, remete para a predominância de forças patrióticas e conservadoras, bem como para a disponibilidade em usar, com critério, a coerção”.

Sob uma outra forma se deu a subida ao poder de D. João I.

Apoiado pelos burgueses ricos e por nobres pouco influentes mas com claras ambições de carácter aspiracional, aproveitou o compromisso de representantes destes dois estratos sociais para em si centrar as esperanças de um povo fortemente desconfiado das intenções da alta nobreza portuguesa que se aliara a Castela. Ao encontro desta estratégia parece ter ido mais tarde Vilfredo Pareto ao advogar que “não se persuadem todos os

¹⁰ Citação produzida a partir da versão electrónica do blog Malomil, consultado em 17 Novembro de 2014, no sítio http://malomil.blogspot.pt/2014/04/onde-estao-as-elites_26.html.

membros, sem excepção, de uma sociedade; persuade-se, apenas, para assegurar o sucesso necessário, uma parte desses homens: a parte que detém a força, seja por ser a mais numerosa, seja por qualquer outra razão” (Pareto, 1902, p. 39). E sentencia: “Toda a elite que não está preparada para defender as suas posições encontra-se em plena decadência, e nada mais lhe restará do que ceder o seu lugar a uma outra, dotada das qualidades e das capacidades que lhe faltam” (Pareto, 1902, p. 40).

O pensamento de Pareto parece muito mais adequado à interpretação de factos da história contemporânea, como o 25 de Abril, do que incidências respeitantes à Idade Média. E, por isso, como enfatiza Bessa (1992, p. 138), “em Pareto nunca esteve no horizonte teórico a elite eterna, enraizada no solo e nas tradições enculturantes. Também se pode assegurar que lhe mereceria um desprezo sem limites a ideia de dominação estável de uma casta fundiária, étnica ou financeira”. E conclui António Marques Bessa sobre o pensamento do intelectual de origem italiana: “o que se reflecte na composição da elite governante são as classes residuais dominantes, fazendo-as chocar umas com as outras na luta pelo controlo do poder, destacando Pareto a facilidade de os indivíduos da classe primeira em acederem a posições notáveis”.

Porém, Pareto não é o único teórico da problemática das elites. Há outros nomes que terão de ser chamados à colação, como Gaetano Mosca e Wright Mills.

Desconfiado da habitual magnitude da intervenção popular levada ao extremo, e “marcado por um realismo que já se observara em Pareto, para Mosca o que acontece no mundo real é a ascensão daqueles que têm qualidades para dirigir os homens” (Bessa, 1992, p. 157). Por essa razão, Mosca sustenta que “o melhor regime é justamente aquele que garante o funcionamento óptimo das forças sociais e da consequente defesa jurídica” (Bessa, 1992, p. 158).

Intransigente quanto à necessidade de não deverem ser ignoradas as perversidades das tendências mais colectivistas, destacou que “(...) na luta pela captação do agrado das maiorias, os grupos esforçam-se por ir ao encontro, ao menos na aparência, das suas ideias e sentimentos” (Mosca, 1966, p. 249). E adverte: “Mas se isso permite aos regimes liberais evidenciar uma força extraordinária, também acaba por ditar que a classe dirigente se torne vulnerável a um grande número de indivíduos menos conscientes das verdadeiras necessidades da Sociedade” (1966, p. 249). Por essa razão, para Gaetano Mosca, “o maior perigo que correm as instituições liberais consiste nas consequências do exercício do direito

de voto pelas camadas mais incultas da população” (1966, p. 250). E só dessa forma “o carácter predominante e quase indispensável que preside à integração e à formação dessas camadas permitirá que as mesmas se tornem, um dia, aptas para governar”.

Sendo o seu pensamento caracterizado pela crença na estabilidade e na consolidação da defesa, Mosca aparenta temer o esboço da intervenção das massas na vida política, realidade que, a verificar-se, daria viabilidade a uma sociedade mais convulsa. Ainda assim, admite que "(...) a renovação rápida e quase integral de uma classe dirigente produz-se na maior parte das vezes tendo por base a erupção registada no seio de populações revoltadas" (1966, p. 251).

A este propósito não parece despiciente recordar que, tanto a maquinação para-burguesa que levou à afirmação de D. João I como a conspiração militar que adiante resultou no 25 de Abril, começaram por simbolizar uma vontade restrita, corporativa, classista e não exactamente popular, sendo o povo, em ambas as ocasiões, decisivo para confirmar o desfecho e não para integrar o desenho da solução.

A agitação popular registada nas ruas da Baixa de Lisboa no dia 6 de Dezembro no seguimento do assassinato do Conde de Andeiro por D. João ou a saída de milhares de populares à rua a partir do fim da manhã de 25 de Abril contrariam a visão de transformação moderada que Mosca advoga como ideal mas apenas corresponderam ao consubstanciar do passo seguinte de uma conflitualidade em ambas as situações espoletadas por situações políticas a que os respectivos responsáveis entenderam não ter sido possível dar resposta de outra forma que não através de movimentos de ruptura nos quais o povo naturalmente se reviu.

Recorda Mosca (1965, p. 8) que “uma classe dirigente política que justifica o poder que exerce e o considera como uma emanção da vontade divina deve ser necessariamente formada e organizada segundo parâmetros obviamente distintos dos adoptados pela classe dirigente que funda o seu poder no consentimento presumido ou efectivo da vontade popular”. E sintetiza: “Da acção recíproca do pensamento sobre os factos políticos e destes sobre o pensamento resulta que se revela impossível estudar a história das doutrinas sem estudar, ao mesmo tempo, a história das instituições políticas” (1965, p. 8). Ora a história – e a análise – das instituições políticas indica que, nas vésperas de 6 de Dezembro de 1383, havia uma corte portuguesa orientada para Castela; e que, em 24 de Abril de 1974, se constatava uma

hierarquia militar irremediavelmente fracturada desde o Congresso dos Combatentes de 1973...

Para Mosca, a conclusão que então se retira é a de que os melhores regimes políticos, o que vale por dizer “aqueles que durante mais tempo vivem à margem de crises violentas são os regimes mistos em que não predomina nem o sistema autocrático nem o liberal, são enfim os regimes que tendem a aproveitar os melhores indivíduos, mesmo que oriundos de estratos inferiores da sociedade” (1966, p. 253).

No reforço da ideia do ascendente das elites sobre as desvantagens da massificação dos processos, escreveu Robert Michels (2001, p. 166) que “a visão fragmentada da elite de ordem económica combina-se com a concepção heterogénea da elite política. Os grupos e as sociedades, para levarem a bom termo as suas finalidades globais ou específicas, para integrarem eficazmente os meios, necessitam de comportar uma organização”. O sociólogo alemão adverte que, “deste facto incontroverso, derivam as consequências que conduzem ao poder da minoria” (Bessa, p. 166). E resume: “A inevitabilidade das elites assenta no facto de que as massas soberanas são incapazes de adoptar por via directa, e por si mesmas até, as decisões mais incontornáveis” (Bessa, 1992, p. 59).

Sintomaticamente bem mais ao encontro do que sucedeu em Dezembro de 1383 e em Abril de 1974, porque crítico da visão neoliberal, caminha em sentido contrário Moisei Ostrogorski. Com efeito, o investigador e historiador bielorusso, que defendeu com intransigência que a solução “reside no povo”, acredita ser da sua “capacidade de convincentemente ameaçar a elite dirigente que depende a sua liberdade e cidadania plena” (Bessa, 1992, p. 183).

Como já referido, Wright Mills é outro especialista no estudo das elites.

Para o sociólogo norte-americano, cujo pensamento sobre o enquadramento das elites se coaduna com os dois momentos históricos em análise nesta tese, deveria contemplar-se, em primeiro lugar, a relação entre a psicologia associada a uma elite e o respectivo meio, na medida em que, defendeu, existe uma base comum entre os membros de uma determinada elite, facto que os faz aproximarem-se e tornarem-se mais coesos. Depois, apontou o imperativo de as elites não poderem apresentar sinais de dispersão ou desunião ou, ainda menos, de agregação ocasional porque necessariamente deliberada. E, finalmente, atribuiu um

papel determinante ao carácter direccionado e não espontâneo da acção desencadeada pelas elites.

“A sociedade boa, sublinho, seria aquela em que as normas e os métodos de grande raciocínio fossem fundamentais e em que o indivíduo, entendido como tal, nela estivesse comprometido com o voluntarismo resultante das ideias e dos valores misto desse raciocínio público e do exercício do poder” (Mills, 1970, p. 31).

Adepto da democracia, o norte-americano Mills (Bessa, 1992, p. 194) defendeu a criação de “um modelo de elite concreta que, por meio de laços apertados, exerceria um poder polifacetado na sociedade moderna, ocupando-se da direcção da economia, da força armada e da política”.

Em *De hombres sociales y movimientos políticos*, ao esgrimir perante todos quantos lhe criticaram a visão de um tempo passado e futuro que não do presente, a defesa da sua mais importante obra, *A elite do Poder*, Mills argumenta (1970, p. 73) que “os estudos sociais não avançarão com um dogma pontifical sobre o método nem uma cobardia pretensiosa sobre a ciência social. Avançarão, sim, com um trabalho muito consciente sobre problemas muito reais”.

Ora parece pois aqui surgir matéria de facto bem relevante para um entendimento mais afinado dos eventos históricos abordados e desenvolvidos nesta tese.

2. Estado da Arte

Pretendendo este constituir um estudo original, não pode deixar de ser aqui referido o facto de, naturalmente, inscrever e cruzar temáticas desenvolvidas por outros autores. Considere-se, todavia, que uma coisa é a temática; e a outra, completamente diferente, a forma de a problematizar.

Para além dos especialistas já referidos e que constam dos conceitos que foram objecto de estudo no ponto 1 e cujas obras constam na bibliografia, existe um acervo publicado sobre as temáticas abordadas na tese.

Assim, relativamente ao Movimento de 1383-1385, justificam menção os autores e respectivas publicações em seguida analisados.

Acima de todos, Fernão Lopes, cuja *Crónica de D. João I* tem justamente constituído a obra fundamental de estudo e aprofundamento da Crise de 1383-85.

Parece ter sido entre 1440 e 1448 que o cronista terá escrito a obra. Repleta de estratégia e acção discursiva, nela visa Lopes determinar nas expectativas populares e no interesse comunal dos mais desfavorecidos as razões directas para a ascensão de D. João ao cargo de rei.

Não tendo sido, assim, contemporâneo das incidências por si relatadas, como adiante nesta tese se constatará, Lopes terá desenvolvido, através da sua *Crónica*, um acervo documental na maior parte das vezes verosímil, outras menos, mas a todos os títulos único no que em si encerra de susceptibilidade de conhecimento e interpretação da génese, ontologia e respectivas consequências de um movimento social que levou a uma profunda fractura no tecido social, económico e político de Portugal nos finais do século XIV.

Base de trabalho e investigação de carácter único para todos quantos lhe sucederam, a obra de Fernão Lopes há muito garantiu um merecido lugar na História e nos anais das mais relevantes personalidades da cultura nacional.

No desfiar dos restantes autores consultados, começa esta análise por um dos que com maior complexidade doutrinária e que com mais afã se empenhou na explicação de 1383-85 – Marcello Caetano.

Responsável pela obra de escrita em 1953, *Crise Nacional de 1383-85*, livro que marca a opinião vigente durante o Estado Novo de que a revolução foi, acima de tudo, uma luta pela independência de Portugal contra Castela, Caetano simboliza como nenhum outro a perspectiva moderada, anti-revolucionária e ostensivamente não socializada do que foi e em que consistiu a revolta popular.

Para ele, a pugna social revela-se praticamente irrelevante à luz do que considera e estima ser a mais evidente e quase absolutamente única causa e origem do evento: a tentativa de nobres e burgueses não deixarem cair a independência nacional nas mãos de Castela. E

desenrola por cima desse pressuposto toda a sua ideia e toda a construção mental de uma movimentação superior e alheada dos interesses estritos dos mais desfavorecidos. Uma leitura interessante, mas que o autor da presente tese considera engajada no pensamento do Estado Novo e alicerçada na filosofia castradora da obra social de baixo para cima que a Ditadura tanto mitigou e abafou.

No plano ideológico oposto, António Borges Coelho, na obra *A Revolução de 1383*, plasma a tese absoluta da luta de classes, sintetizada no combate sem quartel entre burgueses e nobres. Para Coelho, que enaltece sem ambiguidades o tom revolucionário da Crónica de Fernão Lopes e a essência da revolução, 1383-85 assinala um momento único de ruptura entre um Portugal refém dos interesses da aristocracia e do clero para, depois, se tornar num Portugal mais equilibrado e mais acessível a mais classes sociais. Com Borges Coelho fixa-se com clareza a ideia de que a revolução forçou as velhas nobrezas feudais a dar lugar ao emergir de uma classe operária que se alia e fortalece os burgueses numa gesta que culminará numa nova ordem social no seio da sociedade portuguesa.

Uma visão comum a Álvaro Cunhal e Joel Serrão, respectivamente, nas obras *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média* e *O carácter social da Revolução de 1383*.

Cunhal defende que a revolução não significou apenas a derrota da nobreza do País. Para ele, a vitória foi-o também sobre as forças reacionárias e anti-progressistas que se posicionavam em Castela. Numa visão absolutamente classista, o líder histórico e pensador comunista atribui à revolução a matriz social e proletária que efectivamente teve, mas sobrevalorizando-a mesmo sobre a burguesia, em quem Cunhal parece vislumbrar já então o embrião de uma classe dominante, exploradora e pró-parasitária, forma como veio depois a retratar essa mesma classe na era contemporânea.

Ainda nesta linha, Vasco Gonçalves, num artigo publicado no jornal *O Diário*, identifica a revolução de 1383-85 como uma revolução democrática e nacional. No ensaio, o general que foi primeiro-ministro no pós-25 de Abril, exercita o aprofundamento da batalha de Aljubarrota traduzindo-a no ícone que simboliza, mais do que a vitória sobre os castelhanos, a constituição de um exército popular, garante fiel e consciente da independência patriótica contra os altos interesses das castas nobres e do clero mais comprometidos com Castela.

Como é evidente, o facto de se tratar de uma peça jornalística, que não mereceu mais desenvolvimentos por parte do seu autor, fragiliza a valia científica da afirmação, uma vez que a mesma não se constituiu como proposição teórica, não ultrapassando, assim, o domínio da doxa.

Joel Serrão entende terem ocorrido duas revoluções: a primeira, logo em 1383, ditada pelos desmandos sociais e pelos inflamados «ventres-ao-sol», ávidos de ver reconhecidas algumas reivindicações de classe que a dura pirâmide social estabelecida não permitia romper; e uma segunda, depois, em 1385, já então comandada pelos burgueses, conscientes das miríficas riquezas que a administração da «coisa pública» portuguesa poderia proporcionar desde que apontadas ao que se supunha poder vir a ser a exploração da costa do Norte de África e mesmo de províncias mais desprotegidas dos reinos vizinhos.

Na *História de Portugal* por si pensada e concretizada, José Mattoso desafia a uma reflexão a montante da luta entre classes para preconizar as divergências observadas no tecido da nobreza e suas divisões como factor efectivamente fracturante da sociedade portuguesa de então.

Na sua *História Concisa de Portugal*, José Hermano Saraiva discorre sobre 1383-85 para produzir uma reflexão aprofundada e linear mas nem sempre profunda e interdisciplinar pela história do evento em causa. Como é seu timbre, o relato é vivo, sugestivo, acessível e entusiasmante, mas, por vezes, sugere ao leitor a ideia de que a apreensão dos seus conceitos não se firma como essencial para a mais correcta e escorreita interpretação dos acontecimentos analisados. E a Crise de 1383-85, defende-se aqui, não escapa a este julgamento.

Na leitura da *Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*, Giuliano Conte faculta a leitura da falência e extinção da produção feudal gradualmente substituída pelo novo modelo de produção capitalista. Na obra, o autor explicita os fundamentos-base em que se consubstancia o capitalismo – trabalho assalariado, produção destinada aos mercados, circulação abundante de moeda e acumulação de riqueza – como paradigma sócio-económico e político que explica o emergir de uma nova classe – a burguesia – e o submergir de outra – a aristocracia.

Em Vitorino Magalhães Godinho e na sua obra *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* é possível conviver com a explicação de factos da História de Portugal à luz da

forma como é descrito o povo, suas complexidades, sucessos e fracassos. Na obra, fundamental para que se perceba a razão pela qual Portugal se arriscou no processo Atlântico e de Além-Mar, entende-se quão à frente estava e esteve Magalhães Godinho de eméritos historiadores e cientistas sociais como António Sérgio, Jaime Cortesão. Porque, em Godinho, se percebe como em nenhum outro, as razões que levaram os portugueses para Marrocos e não para Castela ou Granada.

Precisamente António Sérgio, que, na *Breve Interpretação da História de Portugal*, faz corresponder a Revolução de 1383-85 ao clima de especulação então vigente, ao agravamento da vida nos campos, à «débacle» da nobreza antiga e aquilo que designou como correlativo parasitarismo bacharelesco e burocrático – os principais factores, segundo ele, que sustentam a génese dessa revolução social. Porque, defende o pensador e pedagogo que acabaria por se tornar numa autêntica voz da má-consciência do Estado Novo e do Salazarismo, em 1383-85 dá-se a total e completa postergação do espírito feudal pela alma aventureira e comercial da burguesia acasalada com os nobres emergentes.

Jaime Cortesão, na obra *Os factores democráticos da formação de Portugal*, tenta plasmar a convicção de que foram as classes proletárias da época medieval quem rasgou a cortina da Democracia e de um mais notório equilíbrio social.

Médico, político, escritor e historiador, Cortesão atribui aos sectores burgueses da sociedade medieval emergentes dos campos e livres das glebas a responsabilidade pelo incremento da indústria e pela universalização dos conceitos comerciais, por ele, e quanto ao autor desta tese, correctamente atribuídos ao movimento social espoletado pelo Mestre de Avis em 1383-85.

É com *A morte de D. João I*, da autoria de Armindo de Sousa, uma obra tão discreta quanto impressiva da moderna historiografia portuguesa, que são estabelecidos alguns dos mais recônditos e menos conhecidos traços caracterizadores da personalidade de D. João I, designadamente no que respeita ao cenário mental da sua morte. Neste livro, do já falecido investigador portuense, é identificada com rara sensibilidade a forma panfletária como foi retratada a morte do rei e como esse momento foi amplificado a fim de potenciar e reforçar ainda mais o impacto do seu papel e, acima de tudo, do seu legado na História de Portugal.

Aliás, dentro dos medievalistas e investigadores da escola do Porto, importa ainda inventariar, entre outros, os nomes de Humberto Baquero Moreno, Luís Miguel Duarte e Armando Castro.

Baquero Moreno, que desempenhou o cargo de diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, escreveu a obra *Os itinerários de D. João I*, um livro que será usado como fonte nesta tese aquando da abordagem à fase subsequente às cortes de Coimbra. O contributo deste catedrático para um melhor entendimento da Baixa Idade Média portuguesa e do Portugal de Quatrocentos afigura-se hoje como fundamental.

A obra *Guerra pela Independência - Aljubarrota - 1383-1389*, de Luís Miguel Duarte, a que adiante se recorre, introduz nesta tese outro importante historiador da escola portuense. Professor de História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Luís Miguel Duarte é um dos mais proeminentes investigadores do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória).

“*Lições de História de Portugal I. As classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade. Sécs XII a XV*”, do historiador, economista e advogado Armando Castro, será também objecto de análise. Autor de referência da escola portuense, Castro é responsável por um acervo de relevantes estudos históricos e económicos dedicados à compreensão da realidade portuguesa.

Em Oliveira Martins e a sua obra *Os Filhos de D. João I*, considerada por Eça de Queirós como a mais completa e competente do político e cientista social português, é possível captar a forte personalidade dos descendentes do monarca.

No livro, verdadeira biografia histórica, Oliveira Martins empenha-se em demonstrar o virtuosismo dos filhos do rei, caindo, talvez, num excesso de heroísmo e num universo circular de nacionalismo que, por vezes, tende a confundir a realidade com a ficção e os feitos com os milagres.

Também biográfica, a obra *As Avis*, de Joana Bouza Serrano, permite a apreensão da importância estratégica que o casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, bem como a problemática da sucessão e respectiva descendência, factor decisivo para as décadas seguintes da História de Portugal. Na obra, a historiadora intenta concretizar o retrato de dois séculos da História de Portugal ao longo dos quais a Dinastia de Avis liderou os destinos do País. Claro que a mulher inglesa de D. João I, Filipa de Lencastre, ocupa papel primordial no contexto do

livro na qualidade de leal, empenhada e, aqui, considerada exemplar companheira de tão venturoso rei, cognome que a História reservaria para o monarca que viu as naus portuguesas chegarem à Índia e ao Brasil.

Finalmente, *D. João I*, de Maria Helena da Cruz Coelho, uma obra de peculiar profundidade, exemplo bem concreto de biografia histórica moderna, e que encerra um facto incomum consubstanciado na crítica da autora à obra de Fernão Lopes, nela destacando as incongruências e os excessos, deixando assim, ainda que de forma por vezes apenas subliminar a ideia de que a Dinastia de Avis nasce sob a égide, mais do que de D. João I, do próprio Fernão Lopes, a personalidade a quem um dos filhos do monarca encarregou de celebrar a memória.

Inventariado o acervo relativo a 1383-85, é tempo de proceder à mesma análise referente, agora, ao 25 de Abril.

Melo Antunes – o sonhador pragmático e *Vasco Lourenço – Do interior da Revolução*, de Maria Manuela Cruzeiro, constituem dois documentos fundamentais do espólio oral recolhido pela investigadora no âmbito da sua actividade desenvolvida sob a égide do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

Em ambas as obras, seja na abordagem da reservada e misteriosa personalidade de Ernesto Melo Antunes, cujo livro, tendo em conta o seu papel decisivo na elaboração do Programa do MFA, se poderia também designar o «sonhador programático»; seja no retrato de Vasco Lourenço, talvez o militar operacional envolvido na génese do Movimento das Forças Armadas que maior e mais intensa longevidade ostentou em quatro décadas de pós-revolução, Manuela Cruzeiro compila um acervo verdadeiramente invulgar de informação e é-lhe permitido o acesso a um impressionante conjunto de pistas e dados históricos que escassos protagonistas, além dos dois em causa, poderiam ou poderão alguma vez vir a facultar.

Ainda sobre Melo Antunes, num livro da autoria dos jornalistas Manuela de Sousa Rama e Carlos Plantier intitulado *Tempo de ser firme*, é desenhado um importante perfil histórico e cronológico do major açoriano no qual é aprofundadamente escarpelizada, primeiro, a sua intervenção nas mais decisivas e complexas incidências relacionadas com as vésperas do 25 de Abril; e depois a sua actuação nos momentos de calor e extremismo políticos que, por mais de uma vez, fizeram tremer o arranque do período democrático.

Foi então determinado e determinante o papel por si desempenhado e, da esquerda à direita, quase unanimemente considerado que o mentor político do MFA se tornara no eixo de equilíbrio do complexo período pós-revolucionário.

Por não ter logrado o acesso ao «Actors Studio», conhecida associação nova-iorquina de actores profissionais, directores de teatro e guionistas situada em Manhattan, o neto de Otelo Augusto de Carvalho, acabou por se tornar um dos principais protagonistas da Revolução dos Cravos.

Contraditório, sonhador, condenado, enigmático, voluntarioso, Otelo Saraiva de Carvalho tentou seguir as pisadas de seu avô, um «compère» alentejano que alcançou apenas um sucesso relativo nos palcos lisboetas e das Províncias Ultramarinas. Baixinho e volumoso, Otelo Augusto não passou dos papéis secundários, mas, ironicamente, acabaria por deixar para a História de Portugal o legado de um neto altamente comprometido com um dos mais importantes momentos do final do século XX português.

Crente de que a vida de seu avô, que acabou por passar economicamente muito mal nos últimos tempos de sua vida, acabaria por ser um sinal premonitório para si próprio, Otelo Saraiva de Carvalho acreditou que o ingresso na vida militar poderia vir a constituir um rumo adequado para as suas características pessoais. Mas Otelo foi sempre um espírito guiado pela contradição e pela inconstância pelo que nem a carreira das armas fez dissipar os enigmas da sua personalidade.

O seu alto envolvimento e comprometimento na congeminação do 25 de Abril e a sua conduta no pós-revolução são disso provas. E, por essa razão, o interesse da obra *Alvorada em Abril*, livro que fez chegar ao mercado em 1977.

A obra, que conta com prefácio de Eduardo Lourenço, corresponde à visão de Otelo sobre as causas do 25 de Abril e retrata, vistas a partir da primeira pessoa, as mais fundamentais incidências revolucionárias vividas até ao dia da deposição do regime não democrático e da instauração da liberdade.

No único escrito autobiográfico conhecido, intitulado *Capitão de Abril, Histórias da Guerra, do Ultramar e do 25 de Abril*, Salgueiro Maia intenta fazer um retrato caricatural da alienação vivida na Guerra do Ultramar como forma de manifestar e partilhar as suas sensações no decorrer da sua própria experiência militar em Moçambique e na Guiné. Refere, no volume por si primitivamente esboçado e depois trabalhado por Vasco Lourenço, que os

factos relatados são reais e que, espera, reflectam as angústias e as esperanças de tantos que assim viveram e sofreram.

A obra *História viva. 25 de Abril. Golpe Militar ou Revolução?*, do tenente-general Franco Charais, tenta contribuir directamente para o aclarar dessa questão ontológica sobre o que foi e em que consistiu o 25 de Abril. Advoga Charais que a esmagadora adesão popular e a correspondente mobilização e organização espontâneas apontam inevitavelmente para a conclusão de que o 25 de Abril consistiu numa revolução. Uma revolução que, sustenta, foi logo depois sendo domada nos seus ímpetus mais selvagens pelas alas mais moderadas e conservadoras legitimadas pelo período democrático que então se descarnava.

Na obra, Franco Charais não esconde as virtualidades da Aliança Povo-MFA e cristaliza a importância das nacionalizações de grande parte do poder económico e financeiro. Só não consegue justificar como poderia o regime democrático vir a erigir-se, como veio, se, por acaso, tivessem vingado as teses hegemónicas dos partidos de extrema-esquerda ou mesmo do partido comunista, que Charais não defende taxativamente, mas aos quais, por inerência, atribui os méritos daquelas políticas.

Questionar Abril, de Pedro Pezarat Correia, é, como o próprio título indica, uma interrogação, primeiro, sobre o eclodir da Revolução, e depois sobre o respectivo rumo. Para o major-general, oficial activo no 25 de Abril, a Revolução dos Cravos não foi apenas uma data insuperável nos anais da História de Portugal, porque um evento de tremenda e planisférica importância num território mais vasto que em 1974 se estendeu com impacto à Europa e de África à Ásia.

Por tudo isto, *Questionar Abril* revela com particular acuidade os pontos de vista de um protagonista que viveu por dentro muitos dos mais relevantes acontecimentos da História recente, mas também as consequências sociais, políticas, culturais e económicas do surto libertador rasgado em Abril de 74 e que, ao atingir todos os quadrantes da sociedade portuguesa, possibilitou o viver de novas experiências a milhões de portugueses.

De certa forma, exceptuando Humberto Delgado e Henrique Galvão, António de Spínola e o seu *Portugal e o Futuro* assinalam o rasgar da cortina de penumbra e comprometimento que, até então, quase ninguém com tamanha responsabilidade e notoriedade ao nível do Estado, do Estado Novo e da frente de combate ultramarina, ousara concretizar.

Com *Portugal e o Futuro*, o cabo-de-guerra em funções na Guiné toma a iniciativa que o posiciona definitivamente na orla da oposição ao regime e alinhado, ainda que não exactamente pelas mesmas razões e com os mesmos objectivos, com os militares envolvidos na conspiração de Abril.

Entusiasmado pela dupla de amigos Waldemar Paradela de Abreu e Natália Correia, respectivamente editor e directora da editora Arcádia, nas páginas da obra, Spínola defende com ardor e lógica estratégica o encontrar urgente e não mais adiável de uma solução pacífica e política para o conflito da Guiné e não mais o forçar de uma guerra que do ponto de vista militar e humanitário dava sinais eloquentes de nunca chegar a ter um desfecho positivo para as expectativas dos responsáveis de Lisboa.

Sendo que, como adiante se verá, o autor desta tese está convicto de que o livro e a «entourage» de Spínola tinham metas bem definidas para a conquista do Poder, à sua maneira e à margem do evolucionar da conspiração urdida pelo MFA, a verdade é que, independentemente dos «leitmotiv» congeminados pelo «núcleo duro» spinolista em redor da chegada do livro às livrarias, o efeito das palavras e das ideias partilhadas pelo comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné foi devastador para o regime e tornou-se numa mola detonadora que nunca mais os senhores do Império conseguiram dominar.

Com Dinis de Almeida, em *Origens e evolução do Movimento de Capitães*, chega mais um testemunho desde o interior da Revolução.

Um relato cravado de inegável cunho pessoal saído das mãos de um dos mais relevantes operacionais do Movimento dos Capitães desde a sua génese. Curiosamente, a obra reflecte uma capacidade de reflexão e uma tolerância pessoal bem maiores e mais flagrantes do que aquelas que o seu autor manifestou na vida política nacional durante o conturbado período do Período Revolucionário Em Curso (PREC). O livro de Almeida corresponde à investigação que o oficial prodigalizou sobre o que foi a essência da sua própria experiência e constitui uma fonte importante quer no que respeita à criação do MFA, quer no que concerne ao desvendar de muitas e significativas informações relativas aos dias imediatamente anteriores a 25 de Abril de 74.

Da autoria do coronel Luís Ataíde Banazol, *A origem do Movimento das Forças Armadas* retrata, em cima dos próprios acontecimentos revolucionários, o olhar de um oficial envolvido nas cogitações subversivas do Movimento das Forças Armadas. Tratando-se de

uma prosa despretensiosa, desconexa e que não evidencia particulares sinais de rigor do ponto de vista literário, o livro não deixa de constituir um documento precioso na interpretação das motivações dos que foram os principais intérpretes da Revolução de Abril.

O *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, de José Medeiros Ferreira, terá sido uma das primeiras tentativas, bem-sucedidas diga-se, de analisar a revolução de um ponto de vista mais académico e com pretensões a enquadrar o facto no contexto da investigação na área da História Contemporânea.

Na obra, o já então ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e ex-deputado socialista, mais tarde de regresso às lides partidárias enfileirando o Partido Renovador Democrático do general Ramalho Eanes, aprofunda de forma assaz criteriosa a importância dos fenómenos políticos e ideológicos como base para a total capitulação da base monopolista em que, até ao último suspiro do Estado Novo, assentou a economia portuguesa.

Diogo Freitas do Amaral, em *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, contrariou um princípio bastante arraigado na prática nacional e que é o de políticos no activo não costumarem escrever as suas memórias nem relatarem as suas experiências de um ponto de vista histórico e analítico. Ora foi exactamente isso o que o antigo líder centrista fez quando, em 1995, se despiu das suas tradicionais e previsíveis roupagens ideológicas para se entregar à concepção e concretização de uma obra marcada pela independência e caracterizada por uma profunda e, quanto ao autor desta tese, inegável objectividade política.

Maria Carrilho, na obra *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*, interpreta e expõe, talvez como nenhum outro autor, uma complexa e estruturalmente exemplar explicação sociológica da intervenção dos militares nos três momentos mais marcantes da sua existência durante o século passado: o 5 de Outubro de 1910, o 28 de Maio de 1926 e o 25 de Abril de 1974.

Socióloga e docente, deputada e historiadora, Carrilho faz parte dos pioneiros no estudo científico relativo ao papel dos militares na política e esta obra reflecte com exactidão esse pioneirismo e o seu espírito que tanto contribuiu para o desvendar de realidades durante tantas décadas na penumbra da História.

Numa obra absolutamente descarnada de emoção ou parcialidade, o historiador catalão Josep Sanchez Cervelló apresenta, em *A Revolução portuguesa e a sua influência na*

transição espanhola, uma perspectiva suficientemente próxima no tempo embora distanciada na análise sobre o fim do Estado Novo, o crescimento do Portugal colonizador e as raízes do 25 de Abril. Facto relevante na obra e que assinala o profundo conhecimento de Sanchez Cervelló relativamente à sociedade portuguesa e aos contornos da revolução, a sua total convicção sobre a forma como a hegemonia militar se sobrepôs e sujeitou à subalternidade a actuação civil numa revolução, por isso mesmo, original e exemplar para outros Países como o seu – a Espanha.

Com Maria Inácia Rezola e a sua peça *Do Congresso dos Combatentes ao Movimento dos Capitães*, título de um conhecido ensaio publicado em 2003 na revista *História*, é descrita com enorme pormenor e rigor científicos a relação profunda e consistente traçada entre o célebre congresso organizado pelo regime marcelista e de que forma essa iniciativa fez apressar, funcionando como detonador, a revolta dos militares do Quadro Permanente.

Rezola, que tem dedicado parte muito substancial da sua carreira de investigadora à História da Política Comparada, contribuiu com os seus estudos para uma compreensão bem mais clara das repercussões geradas pela publicação dos conhecidos decretos-leis 353/73 e 409/73 – segundo os quais era possibilitado aos milicianos do Quadro Especial de Oficiais ultrapassarem os capitães do Quadro Permanente nas suas promoções, mediante a frequência de um curso intensivo na Academia Militar equivalente aos cursos normais.

Natural de Coimbra, historiador e investigador português há muitas décadas radicado em Londres, John Andrade é o autor de *Dicionário do 25 de Abril – verde fauna, rubra flora*, uma extensa e vasta pesquisa biográfica que apresenta aos leitores a esmagadora maioria dos protagonistas de antes e depois do 25 de Abril. A investigação, que tem a chancela da Nova Arrancada, uma editora identificada com a extrema-direita, constitui um labéu contra todos quantos estiveram contra Salazar, o Salazarismo e o Estado Novo e ataca impiedosamente as personalidades e os mais relevantes intervenientes no combate ao regime autoritário de Salazar relacionados com a implantação do regime democrático a partir de 25 de Abril de 1974.

Ainda que sujeito a forte e exigente escrutínio científico, defende o presente autor a importância deste documento porque centrada na possibilidade de identificar e conhecer

perspectivas e olhares menos conhecidos e comuns da trama revolucionária e sobre muitos dos seus participantes.

Charles Foubert, com o livro *Portugal 1974-75: les années de l'espoir*, transmite com rigor e exactidão as impressões que um investigador estrangeiro, neste caso francês, logrou recolher logo após o eclodir da revolução. Retrata ele um Portugal que, num ápice, se libertava do aperto da Ditadura e se entregava, com sofreguidão, a um clima revolucionário que desde os primeiros momentos de vida evidenciou fortes sinais de radicalismo mas que Foubert, ainda assim, traduz num suave retrato de descoberta popular de liberdade e fraternidade. Trata-se, assim, na óptica do autor desta tese, de uma obra bem mais importante pelos sintomas do subjectivismo fotográfico que dela emana do que propriamente da algo secundarizada análise científica, feita de isenção e objectividade.

Com *A Construção da Democracia em Portugal* assinala o historiador britânico Kenneth Maxwell um relato tão distanciado quanto lúcido da realidade portuguesa, assente na apreensão do que foi o regime salazarista e na interpretação da sublevação militar dos capitães revoltosos.

Autoridade académica e voz muito respeitada na Universidade de Harvard, a relevância e a autoridade da obra de Maxwell relevam da capacidade e da objectividade de que dá eloquentes provas nesta obra tão independente e escorreita sobre um período tão conturbado da História de Portugal.

Autor da presente tese, António de Sousa Duarte sustenta algumas das ideias e convicções defendidas em obras de que é autor. A saber: *Salgueiro Maia – um homem da liberdade* e *Confissões do 25 de Abril*, na qual, tal como em outras obras da sua autoria, de que são exemplos os retratos biográficos do poeta António Aleixo ou do bispo D. Manuel Martins, ou ainda do cineasta ítalo-americano Frank Capra, acredita o autor exercitar a sua tendência para a historiografia e para a análise personalista de individualidades consideradas relevantes nas respectivas sociedades.

Outros autores devem ser citados no quadro desta tese.

Samuel Huntington é um deles. Autor de *O choque das civilizações* é na obra *The third wave – Democratization in the late twentieth century*, que desenvolve com maior ênfase uma das ideias pelas quais ficou mais conhecido e que é a do relacionamento entre os militares e a sociedade civil.

Huntington criou o conceito de onda de democratização, concebida como “um grupo de transições que ocorre num regime que passa de não democrático a democrático num determinado período e que representa um conjunto de transformações de sentido contrário ao vigente no período anterior” (Huntington, 1992, p. 15).

Segundo ele, uma primeira onda durou, na América, desde a década de 1820 até à primeira Grande Guerra na Europa e foi revertida no período entre as duas grandes conflagrações.

A segunda onda seguiu a vitória dos Aliados na segunda Guerra Mundial, embora, a partir dos princípios da década de 1960, se tenham perdido algumas das suas conquistas.

A terceira onda começou no Sul da Europa e na América Latina em meados da década de 1970, espalhou-se pela Ásia e chegou finalmente à Europa Oriental.

É essa a onda que se prende com a temática em estudo nesta tese. Uma onda que Huntington define como “surpreendente e imprevisível” e situa “à meia-noite e vinte e cinco minutos de Quinta-Feira, 25 de Abril de 1974, em Lisboa, Portugal, quando uma estação de rádio emitiu a canção Grândola Vila Morena” (Huntington, 1992, p. 3).

Como forma de justificar o adjectivo «surpreendente», Huntington (1992, p. 4) afirma que “o golpe de 25 de Abril foi um surpreendente começo de um movimento rumo à democracia à escala mundial pois os golpes de Estado são tendencialmente mais frequentes e exequíveis quando se pretende derrubar um regime já existente do que quando se pretende realmente instaurar um novo”, justificação que não parece muito clara porque para instaurar um regime novo é necessário derrubar o até então vigente.

Já quanto ao uso do qualificativo «imprevisível», parece este justificado “porque a implementação da democracia, embora longe de corresponder a um movimento democrático global, foi ainda assim mais além do que o imaginado pelos líderes da sublevação” (Huntington, 1992, p. 4), uma afirmação que aponta para alguma falta de definição inicial.

Porém, este autor demonstra um conhecimento dos meandros do golpe de Estado, como se comprova quando afirma que “a emissão da canção constituiu a senha para que os contingentes de militares organizados em redor de Lisboa avançassem para um golpe de Estado laboriosamente urdido pelos jovens militares responsáveis pelo Movimento das Forças Armadas (MFA)” (Huntington, 1992, p. 3).

No que concerne à ligação do 25 de Abril à nova onda de democratização, Huntington (1992) refere que “o movimento que visou implementar a democracia em Portugal em 1974 e 1975 foi dramático mas não exclusivo. Em outras paragens, agitações democráticas menos óbvias iam ocorrendo” (p. 4). E descreve: “Em 1973, no Brasil, os líderes do governo anterior ao general Emílio Médici desencadearam um conjunto de planos tendentes à distensão ou ‘descompressão’ e em 1974 o general Ernesto Geisel levou o seu novo governo a iniciar um processo de abertura democrática” (p. 4). Passando do continente americano para a Europa, recorda que “em Espanha o primeiro-ministro Carlos Arias influenciou de forma cautelosa Francisco Franco rumo à liberalização enquanto o país aguardava a morte do ditador. Na Grécia as tensões foram sendo erguidas sobre o regime militar até à sua queda, escassos três meses depois do 25 de Abril” (p. 5).

Tratou-se, por isso, de uma vaga de democratização. Uma onda ampla, uma vez que “nos quinze anos que se seguiram ao fim da ditadura portuguesa, em trinta países da Europa, Ásia e América Latina regimes autoritários foram substituídos por regimes democráticos”.

Convirá, no entanto, ter presente que Huntington tem consciência de que a democratização assume características próprias em cada caso e, por isso, especifica: “em outros países com regimes autoritários deu-se uma razoável liberalização, em outros, movimentos a favor da democracia ganharam força e legitimidade e foi apenas três meses depois do golpe português que o regime militar grego colapsou e cedeu lugar a um governo liderado por Konstantínos Karamanlís” (p. 21).

Afinal, as formas ditas puras são uma raridade ou uma construção conceptual mais do que uma realidade confirmada pelos factos. Aliás, o mesmo se passa com as interpretações dos fenómenos e das suas repercussões.

Assim, por exemplo, outro estudioso desta temática, Ralf Dahrendorf, debruçou-se criticamente sobre a obra de Huntington e questionou “se teria esse processo [a pandemia democrática iniciada em Portugal, em 1974] sido causado apenas pelo efeito contagioso da democracia?” (Dahrendorf, 1993, p. 83)

De notar que Dahrendorf coloca o enfoque na repercussão que os movimentos revolucionários têm na vida económica e considera que as revoluções “nunca são muito úteis para o progresso económico. As economias precisam da confiança baseada em expectativas

estáveis e essa estabilidade é a primeira vítima das sublevações revolucionárias” (Dahrendorf, 1993, p. 84).

Defensor acérrimo da sociedade liberal, que tem os direitos sociais na agenda e em que a liberdade é o bem máximo a atingir e preservar, com fortes ligações à Inglaterra, aponta, quanto ao caso português, que “a ‘revolução dos cravos’ pode parecer tão atraente como a ‘revolução de veludo’, na Checoslováquia, mas, na verdade, a ideia de revolução é muito mais aplicável à Europa Central Oriental, onde os direitos todos-poderosos da nomenklatura dominante tiveram de ser destruídos” (p. 84).

Nancy Bermeo defendeu em *A Teoria da Democracia e as realidades da Europa do Sul* um interessante ensaio sobre como as Democracias da Europa Meridional reagiram aos regimes autoritários e ditatoriais que conheceram.

A obra, da autoria da investigadora norte-americana da Universidade de Princeton, apresenta-se subdividida em duas áreas fundamentais: a primeira, que visa retratar a arquitectura dos legados autoritários, a transição de uma justiça do autoritarismo para a Democracia e de como os políticos proeminentes de um regime sobreviveram e se enquadraram nos novos cenários ideológicos. E a segunda, que consiste na análise do processo constitucional durante a implementação dos processos democráticos nos Países do Sul da Europa.

A Teoria da Democracia e as realidades da Europa do Sul encerra uma particular importância pela forma como permite a observação da metamorfose epidémica dos regimes autoritários meridionais em Democracias, cheias de ambiguidades e matizadas por fragilidades que tardam em ser supridas.

Joaquim da Silva Cunha, ex-ministro da Defesa e do Ultramar em governos de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, atravessou com discrição e normalidade o tumulto da fracturante mudança de regime.

Foi assim que, três anos depois da Revolução dos Cravos, lançou à estampa *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, obra em que promove um «mea culpa» envergonhado e estampa de forma criteriosa, embora ‘engajada’, as razões pelas quais crê terem sido criadas as condições para a queda do Estado Novo.

Para o antigo professor de Direito Internacional Público, o infortúnio marcelista forjou-se no arrastar de uma guerra devastadora, no minar da Opinião Pública e no

enfraquecimento das defesas da Nação como se de um corpo doente se tratasse. Segundo Silva Cunha, ainda antes do 25 de Abril tornara-se óbvia a saída política e pacífica para o problema colonial mas não se sabia quem eram os interlocutores, o que havia a negociar e em que circunstâncias e condições tal haveria de ser feito.

Assim, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril* constitui um depoimento na primeira pessoa carregado de simbolismo e interesse histórico para que melhor se percebam os fluidos emocionais em que viveu o regime de Caetano os derradeiros dias da sua existência.

Em *Do marcelismo ao fim do império – Revolução e Democracia*, obra pensada pelo historiador César Oliveira, e, após a sua morte, continuada por José Maria Brandão de Brito, é possível outro mergulho na investigação histórica e a recolha de importantes testemunhos. Guiada pelo rigor científico do economista e professor catedrático, a obra vale pelo olhar límpido e objectivo que a caracteriza e pelas linhas direitas e nunca sinuosas como nela se interpelam os caminhos da História de Portugal.

Na mesma linha se cruzam António Costa Pinto, com *O fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a Descolonização, 1961-1975*, e António José Telo, com *História contemporânea de Portugal do 25 de Abril à actualidade*.

O primeiro, através de um livro que aponta para a síntese e discussão do final do império português. Na obra, Pinto relaciona de forma particularmente bem-sucedida a Guerra Colonial e o derrube do Estado Novo e subsequente implantação do regime democrático, mas também a híbrida convivência das Democracias europeias e norte-americana com os governos de Salazar e Caetano mais a complexa questão da Guerra.

Já Telo pormenoriza as incidências que sobrevieram imediatamente ao 25 de Abril e de como as vertentes política, económica e internacional se tornaram decisivas para a génese do regime democrático.

Contribuir para a moderna narrativa histórica através de uma obra sistematizada e de características históricas, filosóficas e ideológicas bem vincadas, foi o fito do historiador, político e académico Henrique Barrilero Ruas, com *A Revolução das flores do 25 de Abril ao governo provisório*.

Sem ser a esmo, mas em quantidade apreciável, documentos, reportagens e conversas reflectem a busca pela objectividade e a preocupação extrema por nada interpor entre o que é a apreensão da realidade e a susceptibilidade pura dessa mesma realidade, prova do esmero e

cuidado com que esta controversa personalidade nacional contribuiu para a bibliografia do 25 de Abril.

Num horizonte editorial descomprometido, uma palavra para a obra *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, dos jornalistas Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, responsáveis por um livro que pretende representar uma viagem intensa ao longo da recordação de um acontecimento marcante. O livro debruça-se com inegável exactidão sobre as raízes do Movimento dos Capitães, a sua origem e evolução até à Revolução dos Cravos.

Em *Do Império Colonial à Comunidade de Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, José Filipe Pinto aborda não apenas as causas que levaram ao ruir do Império, mas também a herança colonial deixada por Portugal, antes de traçar uma visão prospetiva da Lusofonia.

Consciente da dureza infligida pelo fim, forçado, dos laços inter-culturais que uniam diferentes e distantes povos, Filipe Pinto, arquitecta e sustenta nesta obra uma ideia forte e assertiva sobre a necessidade e a acuidade de o 25 de Abril de 74 não dever ser um facto de eterna clivagem entre Portugal e as novas nações posteriormente nascidas. Pontua assim Pinto a oportunidade histórica de a ruptura colonial não dever corresponder apenas ao fim de uma era.

Finalmente Adriano Moreira, com as suas obras *Saneamento Nacional* e *O Novíssimo Príncipe*. No primeiro volume, aquele que é uma das derradeiras personalidades políticas da mudança de século, uma voz avisada, descreve os exageros pós-revolucionários ocorridos logo após a Revolução de 74. Naturalmente herdeiro de uma visão bem mais moderada do que aquela, frenética, que caracterizou o PREC, o político, estadista e investigador transmontano põe a nu a memória colectiva dos «anos da brasa» evidenciando toda a barbárie política que estava a ser praticada sob a égide de um saneamento que leva o próprio autor a clamar que é, afinal, o aparelho político a necessitar de ser saneado.

Na obra *O Novíssimo Príncipe*, Adriano Moreira analisa o choque frontal entre as duas gerações mais conflituantes dos últimos 120 anos da História de Portugal: de um lado, os que viveram a luta pela manutenção do Império Colonial; do outro, os que lutaram e assumiram a necessidade da mudança e dos novos tempos então rasgados.

A identificação do novo príncipe saído do golpe de Estado representa, na opinião de vários estudiosos da temática, a análise mais objetiva da conjuntura revolucionária então

vivida. Uma característica que não parecia possível face ao reduzido distanciamento temporal entre os acontecimentos e a escrita da obra.

Adriano Moreira ainda estaria na origem de outras obras sobre o 25 de Abril, designadamente *A Nação abandonada*, dada ao prelo em 1977.

Uma obra importante para a problemática desta tese, uma vez que o autor refere “a maneira anárquica como a *revolução social* foi conduzida somou às consequências desastrosas da *revolução política* a deterioração acelerada da economia” (Moreira, 1977, p. 101). Não estando em estudo a avaliação desta visão interpretativa, convém, no entanto, ter em atenção que Adriano Moreira separa a revolução em dois momentos em tudo divergentes, desde logo naquilo que é o enfoque desta tese, ou seja, os intervenientes diretos no processo.

A revolução social, feita num quase coletivo, foi um fenómeno necessariamente passageiro e que terminaria aquando da chegada da revolução política, aquela que traçou o rumo do Poder.

Capítulo 2 – Carácter «proto-burguês» do Movimento de 1383-85 e acção dos Capitães no 25 de Abril de 1974 – processos caracterizadores da dinamização desses grupos dos pontos de vista corporativo e social

Antes de entrar no primeiro subcapítulo, impõe-se uma breve contextualização da temática a tratar. E, no que ao movimento social de 1383-85 diz respeito, sugere-se um esforço de enquadramento relativo àquele que, directa e indirectamente, é assumido como fonte cimeira desta vertente da presente tese – Fernão Lopes.

No Capítulo 3, a propósito do envolvimento popular em 1383-85, o cronista voltará aqui a ser olhado com detenção no que concerne ao enquadramento sua vida. Por agora,

apreciar-se-á a sua obra e o seu contributo directo para a interpretação deste movimento social espoletado pelo Mestre de Avis, mais tarde D. João I, rei de Portugal.

Pretende-se assim exaltar o facto de Fernão Lopes suscitar uma análise crítica tão solene e assertiva quanto, de certa forma, passível de algum cuidado científico pelo facto de não ter sido ele testemunha directa e presencial dos factos que então descreveu e narrou.

Como é aceite por muitos dos estudiosos da Metodologia, as fontes directas – aquelas que provêm de intervenientes no processo – merecem ser privilegiadas desde que, das mesmas, seja retirada ou minimizada a dimensão decorrente da memória e da justificação.

De qualquer forma, e na verdade, quando comparada com as demais crónicas por si escritas, e/ou que lhe são atribuídas, dispôs Fernão Lopes para a concepção da *Crónica de D. João I* de muitos mais textos narrativos. Entre eles ganham destaque a *Crónica do Condestável* e, ainda mais, a *Crónica do doutor Chistoforus*, eclesiasta que ficou conhecido pela particular atenção que dedicou às proezas militares do primeiro rei da Dinastia de Avis.

Christoforus foi amiúde citado por Lopes e, não poucas vezes, transcrito na íntegra e mesmo de forma textual. Para ele, homem da Igreja e, por essa razão, narrador com olhar naturalmente afecto a essa influência, o inimigo de Castela não era apenas o perigoso invasor que se batia pela conquista à força da coroa nacional mas, ainda antes disso, as hostes castelhanas representavam a heresia dos que se reviam no Grande Cisma do Ocidente associado à crise na Igreja Católica que ocorreu entre os anos de 1378 e 1417.

Coleccionador de leitura de sermões e obras poéticas de cariz épico e patriótico, Fernão Lopes não teve como travar o entusiasmo pelo qual se deixou arrastar com os relatos que consultou e o tom taxativo e gongórico – «avant la lettre» - característico de parte substancial dessas outras fontes por si consultadas.

Além dos sermões e dessas obras poéticas de carácter conceptista, registem-se, também, na recolha do cronista, livros de chancelaria, outros documentos diplomáticos, bulas papais, decretos pontifícios, capítulos das cortes e cartas particulares.

Posto isto, salta à vista que não deverá ter existido por parte de Lopes a mínima intenção de esconder a verdade das realidades por si descritas – antes exaltá-la e, porventura, torná-la aos olhos futuros ainda mais exaltada do que efectivamente o terá sido.

Por isso se entende o recurso a algumas das fontes por si consultadas – como as cartas, que por vezes transcreve integralmente – como um modo de tornar absolutamente verosímil e inquestionável o valor e o teor das suas investigações e escritos.

Claro que, da leitura atenta de Fernão Lopes, emerge a possibilidade da existência de várias e diferentes observações e, por consequência, de vários factos contidos num só facto. Ou como, na interpretação de Serrão (1985, p. 48), há na revolução de 1383-85 “não uma mas duas revoluções: a de 1383, feita, sobretudo, pelo «povo miúdo», e que encerra uma mancha nítida de protesto contra as suas condições de vida; e a de 1385, em que o burguês suplantou e dominou o «ventre-ao-sol»”.

Inorganicamente organizados, mas unidos por uma ambição comum e determinada, estes burgueses, a que nesta tese se apelida de «proto-burguesia», são o efectivo motor da movimentação subversiva que culmina em 6 de Dezembro de 1383 com o ataque de D. João ao Conde de Andeiro e, nele representada, à nobreza instalada que os revoltosos acabarão por «desinstalar».

Uma palavra final para o conceito de História – enunciado na doutrina do Prólogo da *Crónica de D. João I* – porque esse elemento é imprescindível para o protagonismo que nesta tese é concedido a Fernão Lopes.

De facto, não é perante um cronista que o leitor é colocado. Fernão Lopes foi além das funções que lhe tinham sido cometidas. Resistiu, ainda que não por inteiro, à «mundanal afeição» e ao estilo panegírico.

No seu estilo coloquial, foi historiador, mais do que narrador dos feitos de um rei.

E por isso, aos olhos do autor, o avançar destes mercadores audazes e ambiciosos sobre os aristocratas da corte que, ao abrigo do pré-acordo com Castela, se preparavam para renovar os seus direitos e privilégios, protagonizam um desempenho de causas e efeitos aqui considerados próximos das mesmas raízes e consequências registadas em 25 de Abril por acção dos capitães.

Jaime Cortesão¹¹ considera que “a nação, desde as classes urbanas até ao orgulhoso bando dos condes e prelados”, se dava “às lucrativas fainas do comércio; e, ao alto da escala, D. Fernando [surgia] como o primeiro dos monarcas portugueses que se entregaram ao tráfico por mar”. Mais adianta que “na avançada das nações marítimas, ela guarda secretamente o seu

¹¹ Cortesão, J. (1985). *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*. In *O Carácter social da revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte.

pensamento de expansão e a aspiração de conseguir o arranjo político que lhe permita realizá-lo” (Serrão, 1985, p. 59).

No que concerne à alteração social, Serrão (1985, p. 59) defende que “em primeiro lugar, o arranjo político que se seguiu à revolução de 1383-85 não foi, na verdade, revolucionário: substituiu-se uma antiga nobreza por uma nova que, embora de extracção burguesa, não deixou de ser funcionalmente idêntica à antiga”. Dito de outra forma: “a estrutura da sociedade portuguesa não foi alterada pela revolução de 1383-85. Se era uma estrutura feudal ou, se se preferir, senhorial, feudal permaneceu e permaneceria”.

Ao lado dos burgueses, D. João foi protagonista de uma Revolução para a qual concorreu com as suas próprias mãos. No limite usou e foi usado, mas trilhou um “caminho ascensional que teve primeiro um tempo de esse messias ser defensor e regedor do povo eleito, para depois ser dele seu rei e senhor”. No que diz respeito aos locais, “em Lisboa foi messias salvador e redentor dos humildes e oprimidos, para em Coimbra vir a ser rei triunfante e senhor pleno de todo o reino” (Coelho, 2008, pp. 74-75).

Em abono dos burgueses e do «povo miúdo», emparceirados com D. João, houve ainda “a contínua pressão de Nuno Álvares sobre a fidalguia, não poucas vezes com insinuações ao possível recurso das armas, e o muito saber e mestria jurídica e oratória de João das Regras. Dois homens fortes, duas pedras angulares” (Coelho, 2008, p. 89), em que os burgueses se apoiaram para estabelecer um novo reinado, uma nova governação – a sua vez de ditar regras na administração do Estado.

E assim se descobre, nesta fase que nasce e irrompe com fulgor pelas páginas da História de Portugal, a voz das aristocracias concelhias mercantis ou terratenentes, que tanto hostilizavam os fidalgos, que com os seus “bens e privilégios as concorrenciavam, como queriam controlar a arraia-miúda que descontroladamente ameaçava o seu poder e prestígio, ou, a nível mais geral, pugnavam por uma descentralização política e pela formulação de um Estado decalcado segundo o modelo inglês” (Coelho, 2008, p. 93).

Tratava-se, no fundo, em concreto de uma “burguesia lisboeta, portuense, conibricense e eborense, em particular a das duas primeiras cidades marítimas, que, liderando e dominando os demais concelhos, pretendia fazer reverter a seu favor a revolução popular e impor os seus interesses mercantis, mesmo contra os dos proprietários” (Coelho, 2008, p. 93).

Mas esta burguesia, que não terá tido a possibilidade de medir exactamente a dimensão do golpe que preparara, era uma burguesia interessada e com interesses. E que tratara de influenciar o futuro rei; atraíra nobres sem lugar de relevo na corte; atraíra membros do clero sem poder na respectiva hierarquia; e acicatara o «poboo meúdo» para um vórtice social e político de consequências imprevisíveis.

Sabendo com precisão o que pretendia – estatuto social, acesso à administração e capacidade para realizar mais e melhores negócios – esta «proto-burguesia» tinha no horizonte o abandono, melhor, a escalada marítima desde a tímida e limitada navegação de costa para mares mais distantes e terras que se adivinhavam miríficas. E eram estas as suas motivações – as motivações de uma classe em busca da sua própria identidade e de um lugar mais conducente com o papel objectivo e sustentado que os seus representantes desempenhavam, já e desde há décadas, no Portugal pré-revolucionário e cansado de um feudalismo cada vez mais obsoleto e atrasado face às movimentações e convulsões que iam ocorrendo por toda a Europa.

Lógica semelhante ocorreu com os Capitães de Abril que previram e se uniram para dar corpo a um manifesto sócio-corporativo de dimensão definida, tecido durante quase um ano mas que, apenas a um mês do deflagrar da Revolução dos Cravos, ganhou a profundidade revolucionária sobre a qual, na sua génese, poucos, escassos, teriam concebido especular ou, sequer, imaginar.

Sob o ponto de vista castrense, como defende Pinto (2005, p. 62), “os agentes do 25 de Abril pertenciam apenas a dois grupos, ou melhor, duas gerações: os Capitães de Abril e um grupo bastante reduzido de oficiais superiores [com idades superiores aos quarenta anos] que se sentiam frustrados pelo facto de a situação política não se coadunar com as suas convicções”.

Alega ainda o mesmo autor que “alguns destes oficiais integraram o Movimento dos Capitães, desde a sua génese, mas a maioria só viria a participar activamente no Movimento das Forças Armadas”, o que permite concluir que o verdadeiro agente do 25 de Abril foi o Movimento dos Capitães.

Claro que, como adiante se verá, a disfunção ideológica que assaltou as mentes dos capitães relativamente à entrada, permanência e desempenho nos teatros de operações de

Moçambique, Angola e, sobre ambas as colónias, da Guiné, teve origem em múltiplos factores:

i) o cansaço de comissões acumuladas que traziam os capitães desgastados e descrentes;

ii) o significado político e simbolismo libertário - dá-se a chegada às frentes de combate da Guerra Colonial dos oficiais milicianos oriundos das universidades e que se viam obrigados a adiar a entrada na vida profissional;

iii) a publicação dos decretos-lei 353/73, de 13 de Julho, e 409/73, de 20 de Agosto, que permeabilizará a ultrapassagem pela direita dos oficiais milicianos aos oficiais do Quadro Permanente.

Este cenário tornará gradualmente mais acirrada a situação nos quartéis, fragilizando, ao limite, as capacidades de resistência dos oficiais nas linhas da frente e neutralizando a convicção com que se batiam. O resultado de tudo isto foi o entorpecimento da máquina de guerra e a evidente quebra de motivação e eficácia com que as forças portuguesas iam lutando. Como à frente se observará, o 25 de Abril acabará por nascer directamente da conjugação fatal e letal destas circunstâncias.

2.1. Burgueses, Grupo Agitador do Movimento de 1383-85

Em 1383-85 vivia-se o declínio do sistema feudal fundamentalmente causado pela liquidação da servidão da gleba, um movimento que esteve longe de ser homogéneo no Mundo Ocidental e que, por isso, se estendeu ao longo dos séculos XIII e XIV, “e pelo surgimento da pequena produção baseada no trabalho do proprietário dos meios de produção e da produção baseada no trabalho assalariado”¹².

“A expansão dos concelhos está ligada ao desenvolvimento desta produção: é sua consequência e é seu estímulo, na medida, por exemplo, em que favorecia a libertação dos servos da gleba”¹³. Estes servos da gleba estarão na origem de pequenos produtores, os quais

¹² Cf. resistir.info/portugal/aljubarrota_vg.html.

¹³ Cf. geneall.net/pt/forum115888/re-crise-de-1383-85-revolucao.

engrossarão, na maior parte das vezes, um largo contingente de assalariados sem terra e, em algumas circunstâncias, um grupo de camponeses com maior poder económico.

Com base na produção mercantil mais elementar, uma micro-produção assente nos assalariados urbanos, verifica-se um aumento da produção genérica e em particular do comércio interior. Concomitantemente vai emergindo uma sub-classe de comerciantes que culminará no surgimento de um grupo de mercadores ricos. Directamente relacionado com este facto, e porque o comércio externo opera pelo mar, crescem as actividades da construção naval e da marinha.

Nas cidades do Litoral surge um grupo social rico, que se organiza na defesa dos seus interesses, e que vai influenciando cada vez mais a política portuguesa. Os portos, em particular os de Lisboa e Porto, tornam-se centros de poder dos mercadores da actividade comercial-marítima.

Paralelamente a este progresso, na produção e na troca de produtos, desenvolve-se a produção artesanal e cresce a classe dos mesteirais, cujo papel no Movimento de 1383-85 será decisivo.

Com o progresso da produção mercantil e do comércio, estes comerciantes concentram grande riqueza nas suas mãos.

Esta «proto-burguesia» agregada ao comércio marítimo acaba por se assumir como um adversário natural da classe aristocrática e adquire um relevante ascendente que, ao captar com sucesso franjas nobres e senhoriais desavindas com Castela, se tornará um grupo com legítimas aspirações de aproximação às órbitas do poder político do reino.

Ao surgimento destes grupos sócio-económicos e políticos associar-se-á, de forma que parece inquestionável, o exercício de uma enorme pressão sobre o poder real que resultará na redução objectiva dos privilégios dos nobres e do clero nos séculos XIII e XIV.

Mas a natureza do Estado não cambia com as conquistas que os mercadores vão atingindo. A nobreza latifundiária e militar, de que o rei é o primeiro senhor, continua a ser a classe dominante e a dispor da direcção política do Estado.

D. Fernando é obrigado a promulgar leis de protecção ao comércio e à navegação e chancela também a Lei das Sesmarias, facto que tem o significado de grandes conquistas das futuras burguesias urbana e pseudo-rural.

Com este diploma, promulgado em 1375, pretende D. Fernando dar luta à existência de grandes áreas de terra por cultivar e travar o êxodo rural, um fenómeno cada vez mais latente devido ao magnetismo que resultava das microunidades industriais que se iam afirmando nos burgos, designadamente os que se situavam nas zonas mais próximas do litoral.

Por consequência, nos aglomerados urbanos ia-se agravando o clima social e dentro de cada cidade o “desenvolvimento industrial cavara abismos sociais: por um lado, os todopoderosos burgueses, detentores da maioria do capital, que dominavam inteiramente as indústrias existentes; por outro lado, a multidão sempre crescente de artífices assalariados, que sofria as consequências de todas as perturbações da indústria, de que viviam” (Serrão, 1985, p. 13).

E era este o agitado e quase entornado caldo social que se vivia em Lisboa às vésperas de 6 de Dezembro de 1383.

De acordo com António Sérgio (1985, p. 28), “por uma banda, a classe média dos ‘mais honrados’ a pretenderem obrigar os da classe inferior a servirem por salários opressivamente baixos, e desejando que o rei os impusesse à força; pela outra, uma verdadeira greve da classe operária, que tratava de recorrer aos mais vários meios para se eximir ao serviço por tão fraca jorna. Vivia-se assim uma atmosfera de ódios”. Pelo mesmo diapasão alinha o autor da *Crónica de D. João I*, para o qual “Lisboa era cidade de muitas e desvairadas gentes”.

Um desvario que sublinhava a diferença de qualidade de vida entre os comerciantes e, nestes, os mais abastados que eram por norma os judeus, em cada vez mais flagrante distância para com a arraia-miúda, os «ventres-ao-sol» e o povo mais desqualificado que orlava pelas ruas das cidades e, em especial, Lisboa.

Mas esta leitura, benevolente no que toca à inércia dos mais abastados burgueses, dotados de mais poder, capital e ascendente, tem de ser obrigatoriamente relacionada com a sua própria conduta que induzia um forte pendor de insurreição e de subversão com o qual se pretendia atrair a atenção, a adesão e a acção da franjas bem mais desprotegidas da sociedade de então.

Uma «contaminação psicológica», se assim se pode denominar, facilmente identificada pelo importante episódio protagonizado pelo alfaiate Fernão Vasques e

respectivos seguidores quando, em 1371, à frente de três mil mesterais, besteiros e homens de pé protestaram contra o casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles de Meneses.

Discorda, neste particular, o autor desta tese da concepção de Joel Serrão (1985), para o qual, no quadro da contestação popular ao matrimónio do monarca com a nobre transmontana apoiada por Castela, “não há nem sombra de burgueses a complicarem uma interpretação: trata-se dum movimento retintamente popular dos mesterais de Lisboa contra o casamento do seu rei com uma mulher que sentiam iria prejudicá-los”.

Ora uma coisa é o manifestar de um sentimento popular, espontaneamente demonstrado e não alicerçado, assente na reunião desordenada e empírica. Outra, diferente, e bem melhor desenhada, consiste no carácter da inteligibilidade de um fenómeno e subsequente manipulação para que muitos sejam induzidos por poucos a consumir determinada acção política em concreto.

É neste contexto que vão amadurecendo as condições para que esta incipiente «proto-burguesia» concretize a disputa do poder político à nobreza reinante.

Influenciadora do importante movimento social, a «proto-classe burguesa» que emerge em 1383 e vê legitimados os seus direitos através da criação da «Casa dos 24» deixa, gradualmente, de ser a burguesia tímida e marginal que ajudara D. João a afirmar-se e a conquistar o espaço que a aristocracia mais enfeudada nos interesses de Castela e o clero mais intransigente sempre lhe haviam recusado e torna-se num estrato social cada vez mais definido e com assumido cariz capitalista.

Criada por D. João, já Regedor e Defensor do Reino, quando estavam passados apenas dez dias sobre o assassinato do Conde de Andeiro, começou por ser um órgão deliberativo da administração municipal da capital, vindo, mais tarde, já na época dos Descobrimentos, a desempenhar as mesmas atribuições aplicadas a outras cidades da metrópole e das Colónias portuguesas além-mar.

Constituída por delegados em representação das corporações de ofícios, também denominadas guildas de operários mais qualificados que se uniam por funções e em corporações com o fito de se defenderem e melhor negociarem os seus direitos, a «Casa dos 24» tinha por principal objectivo conseguir que os mesterais interviessem na governação da cidade de Lisboa, dando assim cumprimento a uma expectativa claramente rasgada com o

apoio que estes tinham dado ao Mestre de Avis durante os sucessos da rebelião de 6 de Dezembro.

Relata Fernão Lopes que o Mestre mandou imediatamente fazer selos, decidiu constituir conselho e designou desembargadores do Paço, vedores da Fazenda, tesoureiro da moeda e corregedor da cidade. E acrescenta o cronista: “E foi logo ordenado na cidade que vinte e quatro homens, dous de cada mester, tivessem o encargo de estar na Camara para que toda a cousa que se houvesse de ordenar por bom regimento e serviço do Mestre fosse com seu acordo deles” (Lopes, 1945, p. 55).

Como muito bem assinala a maior parte dos historiadores do século XX, o acesso dos mesteiros à governação urbana não pode deixar de constituir um facto mensurável e da maior relevância no contexto da história de uma administração municipal até então sempre tão enfeudada aos estritos interesses da nobreza e da corte e do clero e sem qualquer género de permeabilidade aos interesses de grupos profissionais naquela época classificados como classes inferiores.

O Movimento de 1383-85 “tomou, desde a sua eclosão, um carácter nacional, de luta pela independência, posta em perigo pela aliança da nobreza portuguesa com a de Castela. D. Leonor Teles manda alçar pendão por D. Beatriz, rainha de Portugal e de Castela. A rainha viúva pede a intervenção de Castela, a cujo rei entrega, em Santarém, a regência do reino, em Janeiro de 1384, com o apoio da alta nobreza portuguesa”¹⁴. Ora, tendo consciência dos perigos que corriam “e sentindo que não possuía forças para, por si só, dominar a contestação aos seus privilégios e ao seu poder, a nobreza portuguesa vinha procurando o apoio da nobreza castelhana à qual se unia, desprezando mesmo os riscos que essa união implicaria para a independência nacional”¹⁵. Os seus objectivos passavam por salvaguardar e manter os seus privilégios, reforçar o seu poder e estar apta a enfrentar os mercadores que emergiam e cada vez mais se tornavam uma ameaça.

Foi nesse quadro que ocorreu, em 1383, o casamento da infanta D. Beatriz, filha única de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com D. João, rei de Castela.

¹⁴ Cf. resistir.info/portugal/aljubarrota_vg.html.

¹⁵ Cf. resistir.info/portugal/aljubarrota_vg.html.

A aliança do rei D. Fernando com D. Leonor Teles fora urdida pelos nobres portugueses conluiados com os castelhanos com o objectivo claro de exercer um ascendente inequívoco num rumo que se revelasse favorável à estratégia e à defesa dos seus próprios interesses.

Nos últimos meses da vida de D. Fernando, a influência da nobreza mais conservadora acentuou-se em seu redor, facto que fez crescer a tensão social e contribuiu para criar as condições para a insurreição de Lisboa, poucos dias depois da sua morte, acontecimento que teve o condão de precipitar os acontecimentos ao colocar o problema da sucessão.

Sobre a sucessão, como ficara estabelecido no acordo entre o falecido monarca e o rei castelhano, D. Leonor Teles tornou-se regente do reino, facto que apenas deixaria de vigorar quando um dos descendentes de D. Beatriz perfizesse a idade de catorze anos.

A maioria dos nobres portugueses, com a rainha viúva Leonor Teles à cabeça, seguiu a lógica feudal e reconheceu a soberania de Beatriz. Enquanto os ‘homens bons’ sentiam ter boas razões para evidenciar espírito de colaboração para com D. Leonor Teles, já a ‘arraia-miúda’, o «poboo meudo» de Lisboa e outras cidades e vilas do território nacional, irrompe em tumultos quando se procedeu à aclamação da rainha D. Beatriz.

Estava dado o mote para que grupos, ordens e classes sociais de interesses e objectivos contrários radicalizassem posições.

A unidade nacional estava ameaçada como nunca – com uma «nuance» que fazia toda a diferença: tratava-se de uma ameaça caracterizada por um efeito de duplo retorno pois evidenciava a existência de inimigos de fora para dentro de Portugal, mas também no seu interior. “Começava a falar-se às claras num outro nome para o trono de Portugal: o infante D. João, o filho mais velho de D. Pedro e de Inês de Castro [meio-irmão do Mestre de Avis]” (Duarte, 2006, p. 36). Ter-se-á passado isto “entre os últimos dias de Outubro, logo após a morte de D. Fernando, e a primeira quinzena de Novembro” (Duarte, 2006, p. 36).

Para Serrão (1985, p. 107), foi a experiência da depressão trecentista, aliada à desestruturação da economia agrária senhorial, que condicionou Portugal a procurar “na intensificação do tráfego marítimo uma ‘saída’ para as dificuldades mais ou menos generalizadas de então”.

Portugal dava sinais de também não passar incólume à ocorrência de revoltas populares por toda a Europa.

Citado por Borges Coelho (1986, p. 169), Alexandre Herculano assinala que “são raras as cartas de foral”.¹⁶

Ainda segundo Coelho (1986, p. 169), “o concelho nasce da luta dos servos pela sua libertação e é, ele próprio, um instrumento decisivo de liberdade, não só dos que se assumem como livres erguendo as muralhas do concelho, como se torna escândalo e asilo para os servos e dependentes das terras senhoriais”.

Num e outro momentos históricos ressalta claro o facto de que o povo não está na génese dos movimentos revolucionários que lhes deram origem. O povo – a «arraia-miúda», os «ventres ao sol», como lhes chamou Fernão Lopes na *Crónica de D. João I* – só adere verdadeiramente quando os líderes revolucionários das organizações subversivas em 1383 – como em 1974 – derrubaram o «statu quo» vigente e estão já na rua. E isso é tão constatável no conteúdo da crónica da autoria do historiador social que é Fernão Lopes, como no carácter objectivo das notícias e das reportagens de jornal relatadas nos dias seguintes ao 25 de Abril.

O que se pretende nesta investigação defender é que o carácter do papel – activo e determinante, note-se – das massas populares em termos de definição de quem será o vencedor tanto em 1385-85, como em 1974, só ocorre depois de alavancado pelos rebeldes de ambos os movimentos revoltosos.

O povo, tanto nas ruas de Lisboa e das principais praças portuguesas em 1383; como no Largo do Carmo, na tarde de 25 de Abril de 74, assume papel absolutamente fundamental, mas enquanto elemento excluído das conspirações urdidas em ambos os processos e só posteriormente chamado a intervir e, aí, com peso insofismável.

¹⁶ Foral: diploma concedido pelo rei ou por um senhor laico ou eclesiástico a um determinado local dotando-o de autoridade legítima na regulação da vida colectiva da população. Genericamente, embora a extensão e o conteúdo das cartas forais fossem variáveis, caracterizavam-se estas por serem uma lei escrita que consignava liberdades e garantias às pessoas e aos seus bens estipulando impostos, deveres e aproveitamento dos terrenos comuns. Génese de importantes convulsões sociais e políticas que abalaram até à eliminação o feudalismo, o foral começou por ser encarado de forma positiva pelos grupos mais poderosos pois constituíam uma importante fonte de receitas, dinamizando a um só tempo a economia nacional e reforçando o poder central. O foral tinha sempre como destinatário o povo. Na fase das conquistas o rei reservava parte das terras para si – reguengo e doava outras aos nobres – honras e ao clero – coutos. Os frequentes abusos por parte das classes privilegiadas na demarcação dos limites das propriedades obrigaram o poder real a mandar fazer inquirições e confirmações.

Desta forma em ambas as situações se constata o esboço classista em que diferentes perspectivas se entrecruzam e entre si conflituam: os nobres e os senhores da terra e os grupos não feudais sem propriedades; os comerciantes mais abastados e os mesterais e artífices; os militares ostracizados e os universitários chamados à Guerra Colonial, consumando-se, desta forma, a ultrapassagem estrita dos limites dos conflitos intrinsecamente de classe para uma realidade social bem mais alargada e profunda.

Para Fernão Lopes, o aparecimento de um mundo novo, mais livre, não estava ligado, como na actualidade, à conversão das relações produtivas entre os múltiplos estratos sociais.

A liberdade tinha, então, um valor diferente do que tem hoje. Não era ainda, obviamente, um conceito de liberdade passível de entendimento tal como o entendemos na actualidade, mas a liberdade de poder vender excedentes agrícolas, poder abandonar a terra, poder casar-se e poder reunir-se em assembleia.

Os concelhos, cuja génese então se desenhava como resultado da luta dos servos da gleba pela sua libertação, são eles próprios um instrumento decisivo de liberdade que vivia ainda a sua própria «Pré-História». Os concelhos tornam-se assim, numa primeira análise, refúgios de homens dependentes que buscam autonomia de vida.

Com a evolução da forma dos concelhos e das comunas, estas organizações territoriais tenderam a ganhar uma cada vez maior complexidade funcional.

Neste contexto, as condições objectivas da vida da sociedade portuguesa nos fins do séc. XIV não eram de molde a poder colocar à consciência da burguesia e das classes populares a necessidade de uma modificação radical das estruturas socioeconómicas, que liquidasse o poder da classe senhorial. Ao contrário de 1974.

Por isso só séculos mais tarde essa questão será posta pelas burguesias dos diferentes países e com grandes intervalos de tempo entre si.

Com efeito é possível verificar que nos finais do séc. XIV o Movimento de 1383-85 respeita as estruturas da sociedade feudal. Em 1383-85, do ponto de vista sócio-económico, o escopo essencialmente partilhado por «proto-burgueses» e camadas mais populares era o de desferir um golpe substancial no conjunto de privilégios dos senhores, ainda que, e isso é muito significativo, se deva ter presente que eram diferentes entre si as expectativas e os objectivos concretos da burguesia e das demais classes populares.

De facto, “a luta antiaristocrática triunfante teve de assentar numa aliança com o objectivo de defender os interesses das classes em luta contra os grandes senhores e o poderoso rei de Castela a quem eles se tinham aliado em subalternidade para defesa do conjunto dos seus privilégios” (Castro, 1983, p. 168).

No entanto, não foram apenas os burgueses e o povo miúdo que se revoltaram porque, como afirma Castro (1983, p. 168), “acresce que, nessa aliança, participou ainda uma franja da pequena e media fidalguia (parte da qual criada na própria revolução com as mercês e doações recebidas), determinando tudo isto que, por vezes, a linha limítrofe do acordo político fosse ultrapassada, marcando claramente todo o processo de luta”. Um compromisso político que foi, não poucas vezes, revelador de fortes e assinaláveis divergências, uma situação expectável se for tida em linha de conta as diferenças ao nível da origem ou linhagem. Foi essa diferença que levou Castro (p.170) a contatar que “de um lado [estavam] as forças populares e burguesas, e do outro D. João I e Nuno Álvares Pereira, animados de concepções ideológicas, políticas e da ética senhorial medieval”.

Sublinha Vasco Gonçalves que, dos processos históricos, resulta não ser possível constituir uma nação como uma simples agremiação de indivíduos que habitam um território comum “que, para além de relações económicas estáveis, estão ligados por uma língua comum e pelas particularidades da mentalidade, da cultura, do modo de vida, fixadas nos seus usos, costumes e tradições, sem que, na sua raiz, estejam classes produtivas directas e as demais classes populares”¹⁷. Ora, neste quadro, os interesses directos destas classes, nos momentos mais críticos da vida nacional, acabam por se identificar com os interesses da Pátria. O que vale por dizer que, entre os mais desfavorecidos e os que se lhes seguem directamente na pirâmide social, são facilmente estabelecidas linhas de contacto e de cumplicidade que não ocorrem a outros níveis sociais.

O mesmo não acontece quanto aos grupos privilegiados: “em determinadas condições históricas, para defenderem os seus interesses e as suas posições frente à acção revolucionária das massas populares, sacrificam o sentimento patriótico e são capazes de comprometer a independência do seu País em troca do auxílio estrangeiro”¹⁸ a fim de se

¹⁷ Cf. geneall.net/pt/forum115888/re-crise-de-1383-85-revolucao.

¹⁸ Cf. resistir.info/portugal/aljubarrota_vg.html.

manterem no poder e, acima de tudo, com a disposição tão característica de agirem com intenções individualmente desencontradas e não conjunturalmente arquitectadas.

Uma situação que não representa uma especificidade portuguesa. Mesmo que, como a leitura da obra *O Príncipe* de Maquiavel permite constatar, os estrangeiros vistos como libertadores se venham a transformar nos novos senhores.

Em termos científicos, só é classe social o conjunto de indivíduos que se sente próximo e unido num todo pelas expectativas e necessidades comuns. O senso comum designa classe social como um grupo social de grande dimensão – o que o distingue de simples profissões – enquadrado por uma hierarquia social de facto e não de direito – o que o distingue das ordens e das castas.

Na perspectiva de Pernoud (1969, p. 47), “durante a Idade Média típica, nos séculos XII e XIII, a economia manteve-se «acapitalista». (...) Desde a segunda metade do século XIII assiste-se ao aparecimento do capitalismo em diferentes Países: principalmente naqueles onde a manufactura de panos, que foi a grande indústria da Idade Média, é florescente”. E aí se rompeu a estratificação social até então existente, mercê do aparecimento de uma nova classe social – a burguesia.

Na interpretação da *Crónica de D. João I*, defende António Sérgio que a descrição em causa não resulta em mais do que uma luta de classes, germinada com a Peste Negra de 1348, donde, advoga Sérgio, estar-se perante uma revolução burguesa.

António Sérgio serve-se do texto do cronista como elemento justificativo ao referir que “filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre de dizer, por seu bom serviço e trabalho neste tempo foram feitos cavaleiros, chamando-se logo de novas linhagens e apelidos”. Mais acrescenta que “outros se apegaram às antigas fidalguias, de que já não era memória, de guisa que, por dignidades e honras e ofícios do reino, em que os este Senhor sendo Mestre, e depois que foi Rei, pos, montaram tanto ao diante que seus descendentes hoje em dia se chamam dões e são teúdos em grande conta” (Lopes, 1945, p. 350).

Fala-se, aqui, de uma profunda e inesperada transformação social, assente na mais pura das subversões classistas. Isto é, de acordo com o cronista há uma explosão revolucionária que dá origem a uma subsequente explosão social, resultante da promoção imediata de indivíduos desqualificados e sem qualquer estatuto social que, ao apoiarem e

engrossarem a causa do Mestre, ascendem de forma súbita – ainda que firme – na hierarquia social, passando de simples cidadãos quase sem direitos a novos-ricos com acesso efectivo aos corredores do poder real.

Desde os meados do século XIV que, por um lado, a delapidação dos orçamentos reais, por outro o acumular de ostentações, e por outro ainda o progresso económico evidenciado pelos mercadores do emergente comércio marítimo tinham levado o povo a um tal estado de indignação e raiva só contido por pestes que haviam relegado para plano secundário a possibilidade do combate social.

A forma como as terras (não) eram exploradas e a morte de enormes franjas da população à mercê das doenças epidémicas são um binómio especialíssimo e contraditório que deixa adormecidos os ímpetus populares dos primeiros três quartéis deste século mas que a iminência do ascendente castelhano definitivamente accionará captando as consequências da ascensão social de cidadãos até aí sem categoria ou estatuto.

Também a desvalorização da moeda e a subsequente alta de preços que atinge, de forma inexorável, toda a sociedade portuguesa e, em particular, os grupos sociais mais desfavorecidos; e, simultaneamente, as guerras desencadeadas por D. Fernando com Castela, que provocaram a asfixia económica e financeira dos senhores donos das terras e o inerente aumento da exploração sobre os assalariados que trabalhavam nos seus domínios, foram factores que contribuíram, a seu modo, de forma decisiva para o agudizar das circunstâncias que enquadram as vésperas do Movimento de 1383.

Escrita pelo punho afirmativo de Lopes, não faltam, na *Crónica de D. João I*, passagens susceptíveis de fazer crer no envolvimento directo do proletariado rural da região do Alentejo na Revolução de 1383. Esse “movimento insurreccional com a participação dos trabalhadores agrícolas alentejanos” que visou a nobreza instalada “que os explorava com servidão e elevados impostos e “a classe média dos empregadores que os coagiam a trabalhar por salários baixos e taxados” (Cunha, 1979, p. 30).

Claro que não será gratuito comparar estes movimentos insurreccionais às «jacqueries», as revoltas camponesas ocorridas nos campos do Norte da França entre 28 de Maio e 9 de Julho de 1358, exactamente 25 anos antes da sublevação portuguesa.

A «jacquerie», designação derivada do nome de Jacques Bonhomme, considerado o líder da revolta desencadeada durante a «Guerra dos Cem Anos», teve o seu início de forma

natural e não combinada entre os estratos sociais mais flagelados e atingidos pela Peste Negra numa fase em que o País atravessava uma situação de profunda crise económica, social e política e se encontrava à mercê de parasitas e bandidos sem escrúpulos que pululavam na sociedade francesa da época, errando por todo o País de forma impoluta e desvairada.

Não custa, assim, estabelecer um nexos de causalidade e um paradigma de semelhanças entre a «jacquerie» de França e os «ventres-ao-sol» do Alentejo na medida em que “ambas as sublevações se conjugam com movimentos populares urbanos dirigidos por burgueses: Étienne Marcel, em Paris; Álvaro Pais, em Lisboa” (Cunha, 1979, p. 32).

As principais praças alentejanas, segundo Cortesão (1974, p. 146) abraçavam “a causa da independência nacional. Menos de terça parte das vilas alentejanas, sempre acasteladas, se alçaram por Castela; todas as demais, e entre estas os centros caracteristicamente urbanos como Évora, Beja, Elvas, Estremoz e Montemor-o-Novo, aderem ao Mestre”.

A malta das vinhas, os cabreiros, os ovelheiros, os braceiros, mancebos, abegões e feitores de pequena monta, todas profissões típicas dos campos do Alentejo, são focadas por Fernão Lopes como aqueles que emprestaram o corpo à revolta do «poboo meudo» aderente à causa do Mestre.

E é o golpe desferido por D. João que irá caucionar, em Portugal como décadas antes por toda a Europa Ocidental, “a passagem de uma economia natural caracterizada pelas trocas directas a uma economia mercantil em que a moeda é utilizada como elemento intermediário do processo de compra e venda, e como consequência lógica da intensificação do comércio” (Cunha, 1979, p. 33).

O desaparecimento dos servos da gleba origina a formação de dois novos tipos sociais. Por um lado “os que continuam agarrados à gleba, com os mesmos deveres tradicionais dos servos, como colonos, foreiros, enfiteutas, arrendatários e reguengueiros”. Por outro, “os *camponeses sem terra*, assalariados rurais que escolhiam livremente os seus amos e se deslocavam de terra em terra à procura de melhores jornas” (Serrão, 1985, p. 22).

Como parece expectável face ao atraso da medicina e às carências alimentares de grande parte da população, é com naturalidade que a peste entra sem clemência entre as camadas mais pobres aí produzindo o maior número de vítimas. A consequência directa será a de esbulhar violentamente mão-de-obra às explorações agrícolas, registando-se, assim, uma

“enorme escassez de mão-de-obra rural e sendo muitos campos abandonados”. Ora, face ao êxodo rural “os camponeses que persistiram nas terras passaram a exigir melhores salários, além de que muitos rumam efectivamente aos burgos em busca de mais conforto e melhores condições de vida” (Sérgio, 1966, p. 14).

Muitos donos das terras – aristocratas de linhagem e burgueses de recente fortuna – são desta forma obrigados a melhorar as até então existentes premissas laborais, mas esse epifenómeno de melhoria não será abrangente ao ponto de colmatar todas as reivindicações contidas na alma do povo mais explorado – e que o Movimento de 6 de Dezembro e a Revolução de 1383 captarão com raro sentido de oportunidade.

Ora quando na ressaca imediata do assassinato do Conde de Andeiro, a 6 de Dezembro, o povo da rua, o povo-miúdo, os «ventres-ao-sol», sentem, do seu lado, uma «proto-classe burguesa» que aspira ainda a mais e, designadamente, a ocupar o lugar de muitos dos nobres em fuga para Castela ou em oposição a D. João, então, o inflamar da insurreição política e a escalada social tornam-se uma só de duas realidades distintas mas convergentes, fazendo casar homens de negócios, mercadores em crescimento, patrões e burgueses de médio e grande porte, com servidores e artífices que almejam e vislumbram, enfim, a possibilidade de subida na longa, difícil e complexa escada social.

Em todo este quadro D. João se escudou.

E é este o mosaico sociológico, económico, político, cultural e ético em que se desenhará o sucesso de um golpe de gabinete que redundará numa revolução social.

Com João Afonso reflecte o Mestre de Avis sobre as consequências económicas que tipificam o tempo de vésperas e os possíveis cenários pós-golpe. O vedor da Fazenda é um homem experimentado, da confiança de D. João e que lhe possibilita uma perspectiva abrangente da situação que se vive nas ruas e entre a subclasse de homens abastados com que se relaciona.

Com Álvaro Pais amplifica D. João o seu conhecimento político.

Antigo chanceler-mor dos reis D. Pedro I e D. Fernando (respectivamente pai e irmão do Mestre), Álvaro Pais tornar-se-á, na perspectiva de muitos, talvez o mais importante estratega e mentor do golpe.

Muito sensível às dissensões sociais que caracterizam os derradeiros anos da vida portuguesa anteriormente a 6 de Dezembro de 1383, terá cabido a Álvaro Pais sensibilizar o

Mestre para a importância de melhorar as condições de vida dos servidores e dos artífices casando as suas recentes aspirações com dois grupos tradicionalmente oponentes mas circunstancialmente alinhados: os aristocratas de menor porte do «hinterland» distante do Litoral; e os burgueses rurais, e sobretudo mercantis, de Lisboa e do Porto.

Esta aliança de ocasião entre os primeiros, a que aqui se chamará de classe proletária, e os segundos, nobres, homens-bons dos campos e mercadores poderosos das duas principais cidades portuárias, virá a constituir o âmago da actividade e capacidade de influência de Pais junto de D. João levando a um combate uno e homogéneo contra a supremacia dos aristocratas enfeudados em D. Leonor nas ambições de D. Leonor e seus correlegionários.

Diga-se que, de certa forma, existe assim uma colagem circunstancial e episódica, ainda que objectivamente efectiva, do povo à classe média e à baixa nobreza contra as elites, cujo líder era o conde galego João Fernandes Andeiro.

A par do conselheiro económico João Afonso e do mentor político Álvaro Pais, outras duas figuras emergem no «inner circle» de D. João I: D. Nuno Álvares Pereira e o jurisconsulto João das Regras.

Nun' Álvares Pereira, também celebrizado como o «Santo Condestável», revelara desde muito jovem o gosto pelas armas a que, em simultâneo, aliou uma forte convicção religiosa traduzida no recolhimento monástico, imagem forte da sua personalidade. Por essa razão subsistiu até à actualidade, de forma dir-se-ia fascinante e enigmática, o retrato da sua personalidade guerreira e imaculada.

Uma imagem que, acompanhada de um final de vida como frade carmelista, lhe viria a valer a beatificação por Bento XV, em 23 de Janeiro de 1918, e a canonização por Bento XVI, em 26 de Abril de 2009.

Da História de Portugal não desapareceu o Condestável Nuno Álvares Pereira, mas para a Igreja nasceu São Nuno de Santa Maria.

Entre os primeiros apoiantes da causa do Mestre, da afirmação da revolta que liderou e a que deu corpo e da designação de D. João como rei de Portugal, Nun' Álvares destacou-se, acima de tudo, pelas capacidades de guerreiro, líder e estratega militar.

Comandante das tropas nacionais que derrotaram os castelhanos na Batalha de Atoleiros, em 6 de Abril de 1384, quando a Infantaria portuguesa derrotou a Cavalaria pesada

inimiga. E exactamente um ano mais tarde, em 6 de Abril de 1385, D. João é eleito rei de Portugal nas cortes de Coimbra.

Mas estavam longe de ter cessado as escaramuças com Castela.

Em resposta à designação pública e, até, de alguma forma à sintomática vaga de coesão e unanimidade então ali gerada entre fidalgos, mercadores e povo, D. João de Castela, sempre alinhado com os interesses de sua mulher, D. Beatriz, invade o território nacional.

É assim que, em 14 de Agosto, é travada com os castelhanos a Batalha de Aljubarrota. Ao lado do Mestre de Avis, Nun' Álvares Pereira terá voltado a liderar as tropas nacionais com o recurso, segundo as crónicas de Fernão Lopes, à famosa «táctica do quadrado», uma vez mais derrotando as tropas adversárias com muito menos homens.

O «Santo Condestável» voltou a travar uma batalha decisiva em Valverde, em 14 de Outubro de 1385, tornando a vencer os castelhanos em inferioridade numérica portuguesa e rematando aí, em definitivo, as incursões e as surtidas de Castela em território português.

Hoje provavelmente entendido como o mais notável e brilhante combatente português de todos os tempos, Nun' Álvares Pereira constitui uma pedra angular não da afirmação política do regime saído das cortes de Coimbra, mas do processo de compreensão da afirmação de Portugal como País independente face às sucessivas acometidas dos castelhanos que, só por via da sua acção directa, foram sistematicamente derrotados, conformando-se assim em regressar às suas terras.

Em face de todo este cenário, o que se gerou entre 1383 e 1385, “não foi só uma nova dinastia: foi uma nova proporção de importância entre as classes sociais e entre as actividades económicas, dando como resultado uma nova fase da nossa História, que é a sua fase característica” (Sérgio, 1979, p.33).

Chame-se-lhe então, aqui e a esta, a «Dinastia da Liberdade».

Claro que este não é um conceito de liberdade sequer minimamente aproximado à ideia que dele hoje existe. Mas, entre outras, estas liberdades de poder vender os excedentes agrícolas; abandonar a terra vendendo os seus frutos; de se casar; de se reunir em assembleias, matizam contradições senhor-servo absolutamente decisivas que se deverá não perder de vista como razão remota mas, ainda assim, directa da forma como em 1383 a revolta popular rapidamente se espalhou por tantos pontos do território nacional. Porque, como mais tarde se verá, se a causa imediata da revolução «proto-burguesa» de Lisboa é a tentativa de resposta

por parte dos mercadores de se oporem à tentativa da nobreza de entregar o governo de Portugal à monarquia castelhana, não é menos verdadeiro o alastra da insurreição lisboeta por levantamentos em muitas outras cidades e vilas.

Muitas cidades e vilas tomaram voz pelo Mestre, que conseguiu fazer-se reconhecer como o rosto da independência num processo que, segundo o historiador José Mattoso, foi decisivo para a formação da identidade.

1383-85 assinala a transformação radical da estrutura do Estado português, permitindo, então, a evolução social que conduzirá um pequeno País ao comando da aventura ultramarina.

Aos 26 anos, o futuro D. João I (1357-1383), embora filho de rei, não se imaginaria detentor da coroa. Mas temia pela própria vida pois tinham-lhe dito que a viúva do seu meio-irmão e o amante desta planeavam matá-lo. Foi por medo que o Mestre de Avis apunhalou o Conde de Andeiro. Depois, para o poder não cair na rua, avançou.

Seguiu um conselho político: “Dai o que não é vosso, prometei o que não tendes e perdoai a quem não vos errou” (Ferreira, 2008, p. 34).

A sua capacidade de liderança durante o cerco de Lisboa e a resistência à invasão castelhana levou os representantes do clero e da nobreza a imitarem o povo e a escolhê-lo como rei. Aljubarrota provou que fizeram a escolha certa.

Com efeito – segundo o improvável historiador Vasco Gonçalves, engenheiro-militar, general no pós-25 de Abril e primeiro-ministro dos II, III, IV e V governos provisórios – a guerra entre Portugal e Castela, em 1383-85, está longe de ser apenas uma guerra entre dois estados (Gonçalves, 2004, II.1-2). Porque, no que aos portugueses diz respeito, trata-se de um conflito que mergulha as suas raízes nas lutas sociais que se vinham desenvolvendo e intensificando desde finais do século XIII e ao longo do séc. XIV.

Em Maio de 1383 dá-se o casamento de D. Beatriz e D. João de Castela, que enviuvara meses antes.

Com a morte do rei D. Fernando, em 22 de Outubro de 1383, o Tratado de Salvaterra de Magos, celebrado em 6 de Abril desse ano entre a rainha D. Leonor Teles, o conde João Fernandes Andeiro e o rei de Castela, legitima a tomada de poder de D. Leonor Teles, agora viúva, como regente da Coroa e abre as portas à hegemonia castelhana sobre Portugal.

Do texto desse Tratado resultaria que a Coroa de Portugal passaria a pertencer aos descendentes do soberano de Castela, D. Juan I – ou D. João de Castela. De acordo com esta determinação, a capital do reino passaria para Toledo.

Apostados numa solução presuntivamente pacífica dos pontos de vista político e militar, estes três intervenientes no processo urdiam assim um rumo para Portugal que estava longe de agradar à esmagadora generalidade do povo, massacrado pelo crescente degradar das condições de vida sócio-económicas e descontente com a perspectiva de perda da soberania advinda da evidente cedência ante Castela.

As rivalidades entre as baixa e alta nobreza, que a morte de D. Fernando trouxe inexoravelmente à tona; o acelerar da degradação das condições de vida do povo, vítima de sucessivas colheitas agrícolas pouco menos do que desastrosas; a fome; as epidemias – como a Peste Negra; e as guerras contra Castela resultaram numa crise social e económica à luz da qual a iminência de perda da independência se afirmou como um facto decisivo.

O conflito tratará de evidenciar quão distantes estão entre si os diferentes estratos sociais que compõem a sociedade portuguesa no esboço final do feudalismo e no berço de uma nova era, o mercantilismo, geneticamente ligado ao aparecimento de um novo grupo social – a «proto-burguesia».

Por isso, há 627 anos, ao assassinar o Conde de Andeiro, o Mestre de Avis pôs em marcha uma revolução que garantiu a independência e que, simultaneamente, promoveu a ascensão social de franjas da sociedade portuguesa que o regime feudal desde sempre manietara.

Foi no dia 6 de Dezembro de 1383, que D. João, Mestre da Ordem Militar de Avis, se dirigiu ao palácio real, no Limoeiro, em Lisboa – onde hoje funciona o Centro de Estudos Judiciários – com um pequeno grupo de amigos. Depois de cumprimentar a rainha D. Leonor Teles e os nobres que a acompanhavam pediu ao conde de Ourém, o galego João Fernandes Andeiro, que lhe desse uma palavra em particular.

O amante da rainha viúva terá desconfiado e terá dado ordens para que homens seus se fossem armar convenientemente.

Por seu lado, acompanhado de um grupo de homens, esses sim bem armados, logo que chegado ao Paço, D. João força de imediato o acesso à sala onde se encontrava a rainha.

O Conde de Andeiro e Leonor Teles terão reagido mal à entrada, firme e impetuosa, do nobre e respectiva comitiva, onde se integravam Fernão de Álvares, comendador de Vila Viçosa e Juromenha; Lourenço Martins, antigo preceptor de D. João I e futuro alcaide de Leiria; Lopo Vasques, irmão de Martim Vasques, destacado nobre que só na Primavera de 1385, durante a realização das cortes, em Coimbra, decidiu enfim apoiar o Mestre de Avis; e dois homens da estrita confiança de D. João: Rui Pereira e o pajem Gomes Freire.

Sendo hora de jantar os nobres que por ali se encontravam retiraram-se também, alguns ainda que porventura informados da conspiração – pelo que o casal ficou sozinho na presença de D. João e seus homens.

O Conde de Ourém ainda insistiu com D. João para que este partilhasse a refeição mas este recusou, pedindo-lhe que rumassem a outra sala com a justificação de que tinha algo significativo a comunicar-lhe.

Alerta mas resignado ao pedido de D. João I, o Conde de Andeiro saúda D. Leonor e afasta-se da sua vista, ao lado de D. João e seguidos por Rui Pereira, Lourenço Martins e o pajem Gomes Freire.

É então que à beira de uma janela, encobertos por uma longa cortina, D. João sussurra ao provável amante de D. Leonor o seu conhecimento por uma alegada maquinação para levar a cabo o seu próprio assassinato.

Mas o conde de Ourém nega com veemência a suspeitosa afirmação e inflama-se na reacção. Quando D. João percebe que a indignação do seu interlocutor poderá subir de tom e suscitar a curiosidade e a preocupação de D. Leonor Teles, apenas a escassos metros da sala onde se encontram, ou mesmo de alguém mais, o filho bastardo de D. Pedro I saca de um alfange comprido e atinge-o violentamente na cabeça e no pescoço. O galego tomba mas resiste e não sucumbe imediatamente pelo que, ainda com forças, terá tentado esquivar-se para a sala contígua, onde presumivelmente permanecia D. Leonor Teles.

Mas, estrategicamente próximos, os homens de D. João saltaram à liça e acabaram com ele ali mesmo, rematando, sem remissão, o ataque desencadeado por D. João.

Com a sua espada, Rui Pereira consuma a morte do Andeiro e Gomes Freire salta de imediato para a rua dirigindo-se a casa de Álvaro Pais.

“Matom o Meestre! matom ho Meestre nos Paaços da Rainha! Acorree ao Meestre que matam!”. (Lopes, 1945, p.24), assim gritava o jovem Gomes Freire pelas ruas da Baixa

provocando a saída às ruas e às janelas e portas de muitos curiosos, alertados pelo alvoroçado ruído.

Juntou-se uma multidão às portas do palácio, ameaçando invadi-lo. Foram impedidos pelo próprio Mestre D. João, que assomou à janela principal e lhes disse: “Amigos, sossegai, que eu estou vivo e são, a Deus graças” (Ferreira, p. 34, 2008). Não sossegaram e, indignados pela recusa do bispo de Lisboa em mandar tocar os sinos a rebato, os populares desceram à Sé, ali a dois passos, e, lembrando que o prelado, D. Martinho, era castelhano, lançaram-no da torre, juntamente com dois acompanhantes. Os amotinados dirigiram-se à judiaria para matar judeus e saquear as suas casas e lojas. Foram impedidos de o fazer no último minuto, por um magistrado que invocou o nome do Mestre.

A cavalo, o pajem percorre velozmente a distância entre o Paço e a casa de Álvaro Pais, que aguardava notícias sobre o desfecho do caso para, a partir de sua casa e logo que chegasse a notícia da morte do Conde de Andeiro, dar corpo ao segundo momento do golpe e que era o do levantamento.

Em casa, o antigo chanceler-mor dos reis D. Pedro I e D. Fernando ultimava os preparativos de um amplo movimento que ali, naquele exacto momento, adquiriria a dimensão nacional requerida.

Líder determinado mas ainda assim hesitante, D. João I temeu pela vida e pelas represálias de Castela. Por isso tem uma ideia astuciosa: decide enviar emissários a Alenquer, para onde se retirara Leonor Teles, propondo casamento à viúva do seu meio-irmão, cujo amante assassinara. Mas como a rainha recusasse e os ricos proprietários e mercadores de Lisboa, pressionados pelos mesterais e pela arraia-miúda, lhe reiterassem apoio, prometendo pegar em armas por ele, o Mestre decidiu-se a encabeçar a revolução.

Em 7 de Dezembro, pressionado por uma mole de povo reunida no átrio de S. Domingos, em Lisboa, e instigada pela voz rude do tanoeiro Afonso Aires Penedo, aceitou o título de «Regedor e Defensor do Reino».

Os sobressaltos revolucionários desenhavam-se cada vez com maior fragor. Como escreveu Joel Serrão (1985, p. 53), “surgia um princípio de ordem”. E acrescenta: “Um só caminho de ora avante lhe era lícito trilhar: o da emancipação definitiva da tutela castelhana, o da afirmação da existência consciente de uma nacionalidade, porque era esse o único que o povo, com a força da consciência resolvida ao sacrifício, lhe indicava e lhe impunha”.

Preparar-se-ia, pois, para o passo seguinte: montar a resistência ao invasor que se esboçava no horizonte Leste do território.

É aqui que as incertezas na sucessão dinástica de 1383 acabaram por determinar o realinhamento social que impulsionou de forma decisiva a revolução popular que conduziu o hesitante D. João, filho bastardo do casamento de Teresa Lourenço com D. Pedro I, morto em 1367, e mestre da ordem militar de Avis, a tornar-se no novo monarca.

O revés da morte de João Fernandes Andeiro foi mal digerido por Castela. E, à revolta popular, fortemente instrumentalizada pelos comerciantes mais ricos da cidade de Lisboa e por nobres de menor importância, apoiantes de D. João, agora «Regedor e Defensor do Reino», Castela reage.

D. Leonor tinha 33 anos em 1383.

A viúva do rei D. Fernando e meio-irmão de D. João era, pois, apenas sete anos mais velha do que o enteado. E a verdade é que este facto não impediu os altos dignitários e líderes da revolta de ponderar e propor ao Mestre de Avis a possibilidade de realização desse matrimónio pelo que ele encerraria enquanto factor disruptivo face às ambições do rei de Castela.

Com a morte de D. Fernando, em Outubro de 1383, o rei de Castela decidira ignorar por completo as tramitações resultantes do Tratado de Salvaterra, assinado em Abril desse ano, segundo as quais se estabelecia que, até ter um filho legítimo maior de D. Juan, D. Beatriz seria rainha de Portugal. E fora neste contexto que, para abreviar a hegemonia e assumpção do poder por parte dos castelhanos em Portugal, D. Leonor, industriada pelo Conde de Andeiro, assumira a regência do reino.

Mas D. João I, o filho primogénito de Henrique de Trastâmara, precursor recente de uma dinastia que em poucos anos se caracterizara já pela fortíssima tendência imperial e para o aumento guerreiro dos territórios, já se auto-proclamara e fizera aclamar, em Toledo, como rei de Castela e de Leão e de Portugal, tendo mesmo juntado numa só as bandeiras dos três territórios.

D. João I de Castela casara-se em 1375 com Leonor de Aragão, mas tendo muito cedo ficado viúvo, desposou então a 17 de Maio de 1383, ao abrigo do já referido Tratado de Salvaterra, D. Beatriz – então com apenas dez anos de idade.

D. Juan não queria perder tempo e estava disposto a tudo para que, o quanto antes, conseguisse anexar Portugal. E como o Tratado de Salvaterra não dispunha, expressamente, que, por via do matrimónio com a pequena Beatriz, se tornasse rei de Portugal mas sim, e logo mais tarde, um eventual filho do casal, neto de D. Fernando, decidiu então tentar, pela força das armas, o que só o tempo ou as circunstâncias talvez pudessem vir a legitimar.

É neste quadro que se desenha a possibilidade de o Mestre vir a casar-se com D. Leonor, facto que evidencia também a quanto estavam dispostos os conjurados e até que ponto estariam disponíveis para, em nome da oposição a Castela, intentar todos os esforços para que o rei castelhano não assumisse o poder e a governação do reino português.

Rumo a Alenquer, onde se encontra refugiada D. Leonor, a pequena comitiva que se desloca até à vila é, como não poderia deixar de ser, chefiada por Álvaro Pais, coadjuvado por Álvaro Gonçalves Camelo.

Já na vila que terá visto nascer Luís de Camões, é apresentada a D. Leonor a proposta de aliança matrimonial e a disponibilidade de D. João em, com ela, assumir a regência do reino até que D. Beatriz atingisse a idade de catorze anos e pudesse reinar, na condição de ter a seu lado D. João como seu principal conselheiro.

Mas Leonor Teles de Meneses rejeita essa possibilidade. A seu lado estão, ainda, nobres, ricos-homens, aristocratas terratenentes, cavaleiros e escudeiros, mestres de ordens militares e membros do clero. Entre outros, com Leonor Teles de Meneses alinham “D. Fernando Afonso, mestre de Santiago, Pêro Lourenço de Távora, Martim Gonçalves de Ataíde, João Afonso Pimentel, Vasco Peres de Camões, Aires Vasques de Alvalade, João Gonçalves, o chanceler-mor Lourenço Eanes Fogaça, Vasco Porcalho, o comendador-mor da Ordem de Avis, e Martim Eanes da Barbuda”¹⁹. Incluem-se ainda o seu irmão e seu tio, D. João Afonso Telo e Gonçalo Mendes de Vasconcelos, respectivamente, além de um séquito deslocado desde o Paço.

Poucos dias decorridos sobre este encontro, inconformada com as ambições de D. João e dos seus, organiza ainda um esboço de reacção militar ao movimento popular que, dia a dia, ganhava cada vez mais partidários por todo o território.

¹⁹ Cf. geneall.net/pt/forum115888/re-crise-de-1383-85-revolucao.

Mas em pouco tempo, entre a cobiça sem limites de Juan de Castela e a estratégia dos revoltosos reunidos em redor do Mestre de Avis, a viúva de D. Fernando, pressionada pelos nobres que, à sua volta, invocavam a necessidade de honrar os compromissos inerentes ao casamento de sua filha com D. Juan, viu-se obrigada a ceder a regência do reino ao rei castelhano.

A sua posterior ida para Castela foi um enorme sinal de rendição que provocou dois efeitos distintos e colaterais mas convergentes: o de desmotivar muitos dos seus apaniguados que se não reviam na revolta popular ocorrida em Lisboa e propagada ao País mas que, por outro lado, não se sentiam igualmente confortáveis com a entrega em «bandeja de ouro» do reino lusitano aos archi-inimigos vizinhos; e o de fortalecer a coesão e as convicções dos homens arregimentados por Álvaro Pais e que constituíam o núcleo duro do Mestre.

De resto, o inicial galgar de terreno das hostes joaninas ligadas ao Mestre e, acima de tudo o mais, as cortes de Coimbra foram bem a prova de como ficara dividida a nobreza portuguesa desde Dezembro de 1383 e de como nenhuma das causas entretanto geradas conseguira fazer um pleno consensual de aceitação.

Imediatamente consciente da dimensão do conflito que terá por diante face às ambições expansionistas de Castela e do seu novo aclamado rei, D. Juan, o Mestre de Avis dá início à recolha de donativos que permitam arrecadar o dinheiro suficiente para montar um exército que possa enfrentar o tradicional inimigo castelhano.

Retida em Alenquer desde a morte do Conde de Andeiro, a viúva de D. Fernando escreve a D. João de Castela a quem pede que regresse a Portugal para tentar restabelecer a antiga ordem reinante, permitindo-lhe reapossar-se da regência do reino.

Quando recebe as missivas da sogra, já em território português, D. Juan recobra no ânimo e, resoluto, desce pela Beira Alta até ao centro do País até Santarém. Aí, subvertendo o entendimento expressamente ratificado pelo Tratado de Salvaterra de Magos, ignora as pretensões de D. Leonor Teles e ele próprio auto-proclama-se rei de Castela, de Leão, de Portugal e da Galiza.

Nesta assumpção de atitude do rei de Castela ficava obviamente plasmado o desafio de se intrometer com as ambições de poder de D. Leonor e, acima de tudo, com o poder emergente de Lisboa, personificado em D. João, Mestre de Avis. Provocando até ao limite do sustentável a nova classe dirigente portuguesa emanada da revolução, os partidários de

D. João começam, então, a preparar a cidade de Lisboa, da qual o Mestre de Avis se torna legítimo defensor no pressuposto de pôr cobro a qualquer tentativa de contra-ataque por parte de Castela.

Depressa se percebeu a importância do auxílio de Inglaterra, reino com que Portugal tinha um tratado de aliança assinado em 1372 – o Tratado de Tagilde –, e particularmente o apoio do duque de Lencastre, João de Gant, que tinha pretensões ao trono castelhano. Desta forma são enviados, ainda em Dezembro de 1383, embaixadores a Londres, que são recebidos por Ricardo II e pelo duque de Lencastre.

A resposta do rei de Inglaterra foi favorável aos pedidos do Mestre, permitindo que os embaixadores portugueses recrutassem em Inglaterra homens de armas e arqueiros. Em contrapartida, o Mestre de Avis aceitou as pretensões do duque de Lencastre ao trono de Castela.

E quando, a 12 de Janeiro de 1384, após ter pressionado D. Leonor Teles a ceder-lhe a regência do reino, D. Juan assume em Santarém o governo de Portugal, viola, assim, o Tratado de Salvaterra de Magos, no qual se dispunha que a viúva de D. Fernando se mantivesse como regente de Portugal.

Sentindo-se traída pela atitude para consigo desrespeitosa do monarca castelhano, D. Leonor desafia vários nobres portugueses, ainda por si alinhados, para que não juntem as suas forças e o seu apoio a Juan de Castela.

À margem desta manobra, e auto-assumindo-se como rei de Castela, de Leão, de Portugal, de Toledo e da Galiza, Juan avança rumo a Lisboa. Manda imprimir e cunhar moeda. E convoca um extraordinário arsenal de meios humanos e armamentos que se lhe juntarão desde Santarém até Lisboa, acabando por instalar o cerco em definitivo entre as praças de Alenquer e Torres Vedras.

Ordena que Leonor Teles seja presa e enviada, já como prisioneira, para o Convento de Tordesilhas, onde permanecerá até morrer.

Também em Fevereiro são aprisionados alguns navios de abastecimento castelhanos que entram na barra, com mantimentos para a frota castelhana que julgavam já estar em Lisboa, sendo o pescado utilizado pelo Mestre para o abastecimentos da capital e para o pagamento de soldados.

No final de Fevereiro D. Juan I de Castela desiste de tomar Coimbra, e dirige-se novamente para Santarém. Em Março sai de Santarém para Arruda, onde pondera entre cercar Lisboa, ou em atacar vários castelos que estão pelo Mestre de Avis. Opta por cercar Lisboa, logo que a frota castelhana chegue.

Designado fronteiro do Alentejo pelo Mestre de Avis, Nun' Álvares Pereira derrota os castelhanos na Batalha dos Atoleiros, área hoje inscrita no concelho alentejano de Fronteira. Era o dia 6 de Abril de 1384.

À frente de um pequeno exército que “contaria entre 1200 a 1500 homens, o contingente português derrota uma força castelhana com cerca de alegadamente sete mil homens”²⁰.

Ficava provado que o poderoso e infundável exército de Castela era, afinal, susceptível de ser derrotado, evento que produziu uma sensação de grande optimismo entre as hostes portuguesas.

Inconformado, o rei de Castela decide alterar a sua estratégia e mês e meio depois monta o cerco naval a Lisboa.

A 14 de Maio, comandada por Gonçalo Rodrigues de Sousa, a frota portuguesa rumo ao Porto. E ainda em Maio, tomam-se medidas que reforçam a capacidade de resistência de Lisboa, no campo dos abastecimentos e da fortificação militar.

Foi no dia 26 de Maio que a frota de Castela arribou a Lisboa.

E a 29 o exército castelhano consumou o cerco à cidade, instalando-se o comando dos invasores em Santos-o-Velho. A frota lusitana, vinda do Porto, “era composta por 17 naus e 17 galés, e enfrentou, a 18 de Julho, à entrada de Lisboa, a frota castelhana – na que ficou conhecida como a «Batalha do Tejo»”²¹.

A frota castelhana era composta por 61 naus, 16 galés, uma galeota e várias outras pequenas embarcações. Entre o contingente português registou-se a perda de três naus e alguns mortos, tendo visto também ser feitos prisioneiros alguns dos seus homens. Ainda assim, a frota portuguesa conseguiu romper as linhas castelhanas, que lhes eram muito superiores, e descarregar no porto de Lisboa os alimentos que trazia. Esta ajuda alimentar

²⁰ <http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/historia/nove-seculos-servico-portugal/Paginas/Batalha-Naval-Tejo.aspx>. Acedido em 15 de Junho de 2013.

²¹ <http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/historia/nove-seculos-servico-portugal/Paginas/Batalha-Naval-Tejo.aspx>. Acedido em 15 de Junho de 2013.

veio-se a revelar muito importante para a população que defendia Lisboa. A 30 de Julho, devido aos efeitos causados pela falta de água, Almada rende-se ao rei de Castela. No início de Agosto é descoberta uma conjura, na qual alguns portugueses abririam as portas de Lisboa aos castelhanos – os implicados são presos ou expulsos da cidade.

A 27 de Agosto, os lisboetas conseguem resistir a uma iniciativa-surpresa das embarcações castelhanas concomitantemente articulada com uma ofensiva terrestre na zona alta de Santa Catarina. O Mestre encoraja os portugueses a lutar, combatendo ele próprio junto ao rio, onde quase morre afogado. Mas, ainda que resistindo, a população de Lisboa, designadamente devido à falta de alimentos, dá sinais de grande deterioração das suas condições de vida. E a derrota às mãos dos homens de Juan de Castela parece cada vez mais iminente.

O Mestre de Avis considera, então, duas hipóteses: chamar Nuno Álvares Pereira e atacarem as forças castelhanas, o que implicava as forças de D. Nuno atravessarem o rio em batéis; ou abandona Lisboa, juntamente com as suas tropas, atravessa o rio em galés para a margem sul, junta-se aos homens de Nuno Álvares Pereira e ambos atacam o exército castelhano de Norte para Sul. Por considerar as duas hipóteses demasiado arriscadas, D. Nuno aconselha D. João a que se espere mais algum tempo.

Devido em grande parte à determinação das forças portuguesas, que tão bem resistiram, e por Lisboa estar bem murada e defendida, com a recente Muralha Fernandina; e de outra parte devido a uma epidemia de peste que grassou entre as forças castelhanas e que na sua fase final chegou a matar duzentos homens por dia, o monarca castelhano decidiu retirar-se para Castela a 3 de Setembro.

Em jeito de festa, é levada a efeito, em Lisboa, uma grandiosa procissão, na qual participa o Mestre de Avis, em acção de graças pelo sucesso da resistência de Lisboa. O Mestre de Avis é reconhecido pela nobreza, clero e povo, em juramento solene, como Regedor, e Defensor dos Reinos de Portugal e do Algarve.

Coberta pelo insucesso e não exactamente por razões militares ou estratégias, mas porque dizimada pela Peste Negra que se abatera de forma brutal entre o contingente sitiador, a tropa de Castela vê-se obrigada a abandonar as águas do Tejo e regressar a casa. Afastados momentaneamente os combates com Castela, o partido do Mestre avançou, então, para a

batalha política. O passo seguinte na longa, mas efectiva, caminhada até ao trono será a organização das cortes de Coimbra, reunidas em Março e Abril de 1385.

Com os magnos objectivos de caucionar e cancelar as despesas de guerra e decidir a quem deveria ser entregue o trono de Portugal, realizam-se em Coimbra, entre 3 de Março e 6 de Abril de 1385, as cortes.

Marco absoluto e fulcral na afirmação dos operacionais e teóricos vitoriosos ligados ao Movimento Social de 1383, estas cortes de Coimbra foram palco de duas correntes principais: a dos apoiantes do infante D. João de Castro e a dos apoiantes de D. João, Mestre de Avis. À margem desta pugna directa houve, ainda espaço, para os nobres que advogavam a tese de entregar o poder a D. Juan de Castela ou D. Beatriz.

Os apoiantes do primeiro davam corpo aos Legitimistas-Nacionalistas, afecto aos nobres que defendiam a causa de D. João de Castro, bem como de seu irmão D. Dinis, ambos filhos de D. Pedro I e de D. Inês de Castro e, por essa via, meio-irmãos do Mestre de Avis.

Opostamente encontravam-se os burgueses e os nobres arregimentados para a causa joanina e que se agruparam em torno dos Nacionalistas. O primeiro grupo era liderado por Martim Vasques da Cunha, 1º conde de Valência de Campos, que, efectivamente, se notabilizou em Coimbra pelo confronto e oposição aos apaniguados do Mestre de Avis pelo qual só acabou por alinhar quando mais tarde convencido pelos argumentos de João das Regras, o seu futuro genro. Extraordinário guerreiro, são-lhe conferidos e reconhecidos excepcionais proezas militares e actos heróicos já então ao serviço do rei D. João I, para com quem ainda assim sempre manteve uma relação de desconfiança e afastamento, ao contrário de seu irmão, Gil Vasques da Cunha, esse um fiel e indefectível seguidor de D. João I de quem chegou a ser alferes-mor.

A importância da conquista do apoio enfim rendido de Martim para com a causa de João das Regras não foi pouco significativa. Posteriormente, ao lado de Gonçalo Vaz Coutinho, vencedor da Batalha de Trancoso, e embora sem proximidade ao Mestre, acabará por ser sucessivamente premiado pelo primeiro rei da Dinastia de Avis com a outorga e entrega de títulos, castelos, senhorios e outros privilégios.

Do lado dos Nacionalistas, defendia-se a tomada do trono pelo Mestre de Avis. Eram eles mesterais e burgueses mais letrados, alguns representantes do povo instruídos por Álvaro

Pais, nobres de linhagem inferior e representantes eclesiásticos de menor dimensão e influência.

De fora das cortes ficou um grupo relevante de nobres, os Legitimistas ou de Castela, constituído por grande parte da nobreza que prestou vassalagem a D. João I de Castela e a D. Beatriz de Portugal, na qualidade de rei e rainha e senhores de Portugal, mas que depois optou por não comparecer no momento da decisão. Essa ausência é compreensível tendo em conta o facto de as hostes de Castela terem sido sucessivamente derrotadas nos dois anos anteriores à realização do importante encontro coimbrão.

Mas nesta facção emergia, a anos-luz de todos os outros intervenientes no conclave, João das Regras, um jurisconsulto que, segundo Fernão Lopes, terá passado por Bolonha.

João das Regras, de seu nome João Anes, foi filho de João Afonso das Regras ou Aregas, segundo estudos mais imprecisos, e de Sentil Esteves, que, mais tarde, veio a ser mulher de Álvaro Pais.

Por esta via familiar veio a ser João das Regras responsável pela construção e apresentação da sustentação jurídica que convenceu e legitimou a ascensão do Mestre a rei de Portugal.

Estudioso e professor de leis, rapidamente ascendeu ao estatuto de conselheiro e chanceler do Mestre de Avis.

Foi o principal responsável pela tese que caucionou a ascensão de D. João a rei de Portugal, ao destruir as argumentações dos que, diferentemente, advogavam a entrega dos comandos do reino a D. Beatriz, ao rei de Castela ou a outros dois meio-irmãos de D. João: os infantes D. Dinis e D. João.

Professor da Universidade de Lisboa, mais tarde titular de um cargo aproximado ao de reitor, teve a seu cargo a espinhosa, mas bem conseguida, missão de desmontar as pretensões dos adversários da causa de D. João I e argumentar em favor do Mestre.

Numa exposição para a posteridade, João das Regras enuncia as diferentes razões que convergentemente legitimarão a defesa do nome do Mestre de Avis como herdeiro natural do trono português.

Com efeito, ao invocar esmiuçadamente as evidentes fragilidades das referidas candidaturas confrontando-as com todos quantos tentavam enfileirar por cada uma dessas teses, suscitou o legista, por um lado, a inferência conclusiva da existência de um vazio

hereditário; e provou, por outro lado, a razoabilidade da tese que defendia a nomeação do Mestre.

Ao tornar tão flagrantes as primeiras impossibilidades quanto plausíveis as razões pelas quais deveria ser eleito rei de Portugal o Mestre de Avis, João das Regras levou à escolha de um candidato outrora improvável mas decisivo para o curso, então redesenhado, da História de Portugal.

Em concreto, aos infantes D. João e D. Dinis, filhos de D. Pedro e Inês de Castro, apontou o conselheiro do Mestre de Avis pelo facto de serem filhos de uma união nunca legalizada, além de que lhes verberou a atitude de terem alinhado ao lado de Henrique II de Castela na guerra contra Portugal.

A D. Juan de Castela não perdoa João das Regras o facto de ter quebrado o contrato resultante do Tratado de Salvaterra de Magos, violando-o pela sua prática. Acusou-o ainda de ser herege.

E aos defensores da causa de D. Beatriz, filha do falecido rei D. Fernando, aponta o jurisconsulto o defeito de ser fruto de uma aliança extra-conjugal entre o monarca e D. Leonor Teles, que era já casada quando o D. Fernando a intentou desposar.

À distância do tempo e à luz das leituras possíveis de fazer sobre o evento das cortes de Coimbra, parece hoje evidente que as hostes joaninas ligadas ao Mestre de Avis eram as melhor preparadas para o tropel argumentativo de que a cidade beijada pelo rio Mondego foi palco naquelas semanas de discussão sobre o futuro do reino de Portugal.

É essa, pelo menos, uma das conclusões a retirar do facto de terem tido assento nestas cortes mais de cinquenta concelhos iminentemente compostos por elementos das classes sociais mais populares e favoráveis à causa do Mestre.

No balanço final destas cortes, os concelhos, mais na base do apoio dado ao Mestre e da fidelidade e serviço reconhecidos, e de uma forma mais imperativa do que argumentativa, conseguiram o redesenhar de um aparelho de administração mais «democrático», se assim se lhe pode chamar, que garantia a consulta e mesmo a intervenção das diversas forças sociais do reino.

Como refere Coelho (2008, p. 96), “numa monarquia «limitada», defendeu Marcello Caetano, e na consubstanciação do aforismo jurídico «quod omnes tangit debet ab omnibus approbari» [o que a todos diz respeito, por todos deve ser aprovado]’ouviam-se os povos

proclamar «porque é direito que as cousas que a todos pertencem, e de que todos sentem encargo, sejam a elo [isso] chamados»”.

Com D. João I coroado rei, e ultrapassado o maior momento de perigo para Portugal, importa dizer que “os diferendos com Castela não foram de imediato selados com a paz, pois que também aquele reino atravessa momentos de instabilidade interna”. Não admira, por isso, que ao longo de muitos anos, se tivessem mantido “hostilidades, cabendo ao reino de Portugal algumas investidas em terra vizinha. Acordadas sucessivas tréguas, viveu-se então uma época de «paz vigilante», para utilizar uma expressão do (...) professor Borges de Macedo” (Mendonça, 2013, pp. 13-17).

Mais tarde, a experiência adquirida por Portugal levou o novo rei a procurar evitar os erros cometidos no passado. Por isso, ao contrário do que era costume, “estas pazes não foram seladas com qualquer contrato matrimonial. O rei português afastava desta forma eventuais ameaças à sua dinastia, recentemente legitimada. Por outro lado, Portugal agigantara-se já num projecto pioneiro da Europa do tempo: o domínio do Atlântico” (Mendonça, 2013, pp.13-17).

Tendo em conta que Castela fora aliada da França contra Inglaterra na «Guerra dos Cem Anos», foi nestas circunstâncias que parece ter sido muito bem urdida a estratégia de D. João I no que concerne às alianças a estabelecer. Estratégia que explica o seu próprio casamento com uma filha do duque de Lencaster, Filipa, ainda em 1385, uma ligação que selava o compromisso mútuo de ajuda contra Castela.

Um casamento cuja proposta, inicialmente, não foi bem vista por João de Gand que “esperava há muito tempo por um casamento adequado para a filha mais velha, e não estava ainda certo de que o rei de Portugal fosse o genro que pretendia, pois mantinha reservas em relação a dois pontos” (Serrano, 2009, p. 43).

E quais eram esses dois pontos?

O primeiro tinha a ver com a condição de bastardo de D. João.

O segundo prendia-se com os votos eclesiásticos que tinha professado, uma vez que tinha sido Mestre da ordem religiosa-militar de Avis.

Sabedor destas conjecturas por parte do possível e desejado sogro, D. João I optou por não esperar mais pela oficialização da dispensa papal quanto a esses votos, abreviando assim a “autorização para contrair casamento” (Serrano, p. 47, 2009).

Foi assim que, a 2 de Fevereiro de 1387, D. João I e D. Filipa de Lencastre se casaram. Com a bênção do bispo portuense, D. Gil Alma, o rei de Portugal contraiu matrimónio com a filha do adúltero e desbragado João de Gand.

Vinte anos mais tarde, ainda ao abrigo desta cordial e cultivada relação diplomática entre portugueses e ingleses, Brites (Beatriz) – filha bastarda de D. João I e de Inês Pires, ligação da qual nasceu ainda Afonso, relacionamento mantido pelo fundador da Dinastia de Avis imediatamente antes da sua ligação a Filipa – casou-se com Thomas FitzAlan, 12.º conde de Arundel, no cumprimento de uma cuidadosa estratégia de aprofundamento da aproximação a Inglaterra tecida por João Vaz de Almada, que foi um importante apoiante do mestre de Avis e mais tarde embaixador em Inglaterra.

Curiosamente, Afonso o primeiro filho do rei, veio a casar-se com Brites Pereira, filha do «Santo Condestável», Nun' Álvares Pereira.

Mais tarde, quanto aos casamentos dos seus descendentes legítimos nascidos do casamento com Filipa de Lencastre, o rei vencedor das cortes coimbrãs foi sempre demonstrando uma muito cirúrgica e criteriosa escolha com o objectivo de fortalecer os negócios da diplomacia e não ceder brechas ao inimigo número um – o reino de Castela.

Não será de desprezar a possibilidade de a razoabilidade e a sensatez com que os filhos de D. João I se conduziram desde muito jovens e em vida ter a mão e a influência directas da progenitora, pois, “como tantas vezes sucede, (...) não era [D. Filipa] uma criança ingénua; era mais e melhor: era uma mulher decidida a ser boa” (Martins, 1983, p. 14).

Contra o próprio exemplo da devassidão paterna – e porque testemunhara a sua maldade – Filipa viveu e transmitiu aos seus e ao rei “a serenidade, dote inestimável da gente saxónia”, um povo que vive “de si e não, como os meridionais, das impressões externas que recebem. Têm o orgulho ingénito, inacessível à vaidade que nos move”. Saxões que se governam “pelo pensamento, ou pelo sentimento, sem atenção ao tumulto do mundo que passa” porque “a vida para eles é uma tarefa, ordenada por um dever; para nós é uma festa, ou um sacrifício” (Martins, 1983, p. 15).

Com base no pressuposto de que em 1383 o sentimento nacional seria inexistente, alguns historiadores defenderam a tese da atitude antipatriótica da aristocracia portuguesa. Todavia, esse sentimento já existiria nessa época, chegando até de épocas mais remotas. Não

terá sido esse, afinal, o pensamento de Afonso Henriques quando se auto-proclamou rei de Portugal?

O que se verificou é que não era essa nobreza feudal a portadora desse sentimento patriótico, facto, aliás, observável na lealdade com que muitos alcaides de praças portuguesas se submetiam ao rei de Castela.

Moreno (1985, p. 3)" dá conta dessa submissão quando refere que "após a conclusão das cortes de Coimbra, impunha-se ao jovem monarca tomar a direcção do Norte a fim de preparar o exército que combatesse as fortalezas que haviam tomado voz por Dona Beatriz, mulher de João I de Castela".

Foi o que D. João I fez, tendo permanecido em Coimbra até 21 de Abril, altura em que deixou a cidade para se dirigir ao Porto, onde chegou a 25 de Abril. A permanência de D. João I na cidade do Porto, acompanhado da sua hoste, prolongou-se por escassos onze dias até 5 de Maio.

Moreno (1998, p. 9) é uma fonte privilegiada para a reconstituição do percurso real. É ele que refere os passos reais: "elevado a rei, D. João I mostra-se incansável no sentido de recuperar o território e ocupar as fortalezas refractárias ao seu domínio". E é assim que "os primeiros anos do seu governo implicam um esforço de guerra considerável que obriga o monarca a deslocar-se constantemente em sucessivas campanhas militares. De notar que enquanto o Condestável actua principalmente no Sul do País, o rei desenvolve a sua acção sobretudo no Norte com destaque para as regiões do Minho, Trás-os-Montes e Beira" (1998, p. 9).

Continuando a acompanhar a deslocação real fica-se a saber que "a chegada do exército real a Guimarães, para dar início ao cerco da vila e do castelo, verificou-se em 8 de Maio. Era ali alcaide Aires Gomes da Silva" (Moreno, 1985, p. 6).

Como se constata, D. João I estava em território hostil, praças que tinham tomado partido por Castela, situação que se manteria porque após Guimarães seguiu-se Ponte de Lima, cujo alcaide, Lopo Gomes de Lira, outro homem da confiança do falecido rei D. Fernando e, portanto, alinhado com D. Beatriz e João de Castela.

Mais um caso em que a lealdade transitava do rei falecido para a sua única filha.

Moreno (1985, p. 14) refere que "a derradeira campanha contra um reduto acastelado de Entre-Douro-E-Minho deu-se em Fevereiro de 1388 – intervalada por uma longa permanência em Braga – quando D. João I empreendeu o ataque a Melgaço".

A tarefa real estava praticamente concluída. Tarefa árdua se for tomado em consideração o tempo que exigiu. Uma vitória só possível porque ao poderio militar daquele que tinha sido proclamado rei em Coimbra se juntava “uma certa desmoralização das guarnições militares dos castelos”, situação que possibilitou “a feitura de acordos que se traduziam na rendição dos sitiados” (Moreno, 1985, p. 15).

Na verdade, à medida que a influência de D. João I ia alastrando, a determinação das praças afectas a Castela ia, naturalmente, esmorecendo e não convocava à manutenção da resistência.

Noutro plano, os laços solidários observáveis no seio da população indicia a existência de um assinalável sentimento nacionalista. “Não são poucas as alusões de Fernão Lopes a esse sentimento pátrio: «o povo meúdo» quando a aristocracia, após a morte de D. Fernando, erguia o pendão por D. Beatriz, mulher do rei de Castela, respondia com «Arraial, arraial, por Portugal»²²”. É então que ficam registadas inúmeras manifestações de apoio, vindas dos mais diferentes pontos do País, para o Mestre de Avis.

Por tudo isto, e, acima de tudo, pelo seu “carácter nacional e social, a guerra de Portugal contra Castela foi uma guerra justa”²³, embora convenha fazer uma breve reflexão sobre esse conceito. Assim, segundo Vicente (2006, pp. 363-373), “os pensadores Cícero, São Agostinho, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius, entre outros, procuraram responder a duas perguntas fundamentais: quando é permissível travar uma guerra? «jus ad bellum»; e quais as limitações na maneira de travar uma guerra? «jus in bello»”. Depois acrescenta que “a Teoria da Guerra Justa procura reger três tópicos principais: a causa da guerra – «jus ad bellum», a condução da guerra – «jus in bello», e as consequências da guerra – «jus post bellum» e conclui que “só quando se cumprirem os critérios de «jus ad bellum» é que é permissível o uso da força”, ou seja, “a causa justa é o princípio fundamental da «Guerra Justa»”²⁴.

²² Cf. geneall.net/pt/forum115888/re-crise-de-1383-85-revolucao.

²³ Cf. geneall.net/pt/forum115888/re-crise-de-1383-85-revolucao.

¹¹ Vasco Gonçalves apresenta a sua reflexão sobre o assunto ao referir que “a legítima defesa contra uma agressão é encarada pela comunidade internacional como a regra basilar da causa justa. Esta concepção de causa

No caso em estudo, após os primeiros momentos e a materialização da queda dos alicerces da governação afecta a Castela, a guerra foi conduzida com o suporte popular na procura da liberdade e do progresso social e em defesa da independência nacional contra o domínio estrangeiro.

Uma guerra com uma vitória que permitiu o fortalecimento dos poderes do País e político-económico da burguesia, factos que conduzirão directamente ao desenvolvimento da navegação e do comércio marítimo e à gesta dos Descobrimentos.

Na obra de Fernão Lopes constata-se como, na óptica dos grupos não senhoriais e do reduzido número de nobres que combatem ao lado de D. João, a guerra era sentida como justa e, por conseguinte, como sua.

E só assim se explica que as vitórias dos portugueses, em território nacional, tenham sido sempre alcançadas em grande inferioridade quanto a efectivos, armamento e equipamento. Nas vésperas da batalha de Aljubarrota, Nuno Álvares tenta que os seus homens não conheçam antecipadamente a enorme superioridade do inimigo.

A arrogante nobreza castelhana apelida os portugueses de “desesperados que não receiam a morte”, “um pouco número de pobre gente” (Gonçalves, 2004, l. 206).

A vitória dos portugueses não pode, pois, ser explicada, simplesmente, pela arte militar. Há nela uma matriz de entusiasmo e arreganho nacionalistas que podem ser considerados como fundamentais no desfecho do conflito.

De qualquer forma, este significativo triunfo militar não serviu para clarificar um conjunto de questões que jamais obtiveram, ou provavelmente obterão, uma resposta linear. “Crise? Revolução? Guerra? Um pouco de tudo isso. Crise dinástica, indiscutível, e crise política dependendo desta. E, evidentemente, guerra – que não deixou de prolongar e amplificar, em Portugal, o velho conflito que dividia a Europa do tempo entre ingleses e o bloco franco-castelhano” (Duarte, 2006, p. 130).

Como Castela era o inimigo, a opção portuguesa, em termos de alianças, estava reduzida a uma via de sentido único, ou seja, acabava por não ser opção.

2.2. Capitães, Corporação Dinamizadora do 25 de Abril de 1974

justa pode parecer demasiado estreita. A determinação da iminência da agressão e do actor responsável são os aspectos com maior relevância actual”.

É precisamente o entusiasmo e o arreganho de carácter popular e patriótico que matizam e, quanto ao autor da presente tese, tornam cúmplices ambos os processos revolucionários: em 1383, de cariz anti-inimigo externo – contra o poderio hegemónico, simbolizado pelo possível invasor representado pelo território vizinho; em 1974, de tónica anti-inimigo interno – contra o poderio totalitário de um regime repressivo, simbolizado pela ascensão de Salazar à governação.

Sobre até que ponto será possível estabelecer uma relação directa entre a caracterização psicológica dos jovens que ingressaram na Academia Militar (AM) nos primeiros anos da década de 60 e o seu posterior envolvimento no Movimento dos Capitães – que culminou no 25 de Abril de 1974 – é o que aqui se pretende desenvolver, com base no choque de oponências que o autor desta tese julga existentes entre, de um lado, as motivações posteriores dos jovens para os quais as portas da Academia se escancararam nas vésperas do eclodir da Guerra Colonial, e, da outra banda, os interesses de curto prazo que motivaram os responsáveis castrenses e políticos então exclusivamente empenhados no reforço das fileiras e no aparentemente glorioso, embora, como mais tarde se confirmou, infrutífero, esforço de guerra.

Tratar-se-á aqui, pois, da história desse compromisso que o tempo e os factos acabaram por transformar em ruptura, bem como das expectativas de uns e de outros – responsáveis do Estado Novo e capitães revoltosos –, afectos a cada um dos lados das respectivas trincheiras.

É encravado entre o isolamento português verificado após o final da Segunda Guerra Mundial e a crescente pressão exercida nas colónias pelas primeiras iniciativas organizadas pelos movimentos de libertação que Salazar decide, em 1961, responder à chamada e ao desafio lançado pelos grupos que lutavam pela sua auto-determinação.

No horizonte, os valores psicológicos sufragados, primeiro pelas elites culturais, e, depois, já pelas massas sociais nos anos da agitada década de 60 e posteriormente da de 70, ameaçam chegar a Portugal.

Esboça-se um cruzamento claro entre os conceitos pós-materialistas com sinais de «promiscuidade» sócio-global, enquanto factor promotor de rupturas epistemológicas

indiciadoras de novos comportamentos e notoriamente agregadoras e dinamizadoras de atitudes de revolta e insubordinação colectiva levadas ao extremo da comunidade.

Sobretudo os «anos sessenta» significaram a concretização de novos arquétipos culturais e ideológicos que atacam uma certa ideia de moralismo a que Salazar e os seus eram em particular sensíveis.

Dos Estados Unidos chegam à Europa as notícias da eleição de John Fitzgerald Kennedy, mas chega, sobretudo, o «sonho americano». E, com ele, o idealismo «ganha asas» pelo incremento do consumo de drogas, a liberdade sexual e a crescente afirmação do feminismo e da homossexualidade. Chega, também, um certo toque de ingenuidade transmitido pelo combate por causas sociais e humanitárias. A década não fecha sem que, em 1969, se realize o «Festival de Woodstock»...

No «Velho Continente» há também sinais fortes de transformação. Surgem os «The Beatles», o Papa João XXIII rasga uma quase-revolução na Igreja Católica a partir da realização do Concílio Vaticano II e, em França, dar-se-á o «Maio de 68».

No resto do Mundo dá-se a Revolução Cubana, eclodiria a Guerra no Vietname, inicia-se o uso da informática e o astronauta Neil Armstrong torna-se no primeiro homem a pisar a face da Lua para, meses depois, os soviéticos fazerem descer um robô em Vénus e os norte-americanos um outro, em Marte.

Só por ingenuidade ou cegueira os responsáveis políticos portugueses – com Salazar à cabeça, seguido dos seus mais directos acólitos – puderam acreditar que esta vaga de transformações políticas, sociais e ideológicas que soprava por tantas latitudes e a tantos quilómetros/hora de velocidade de Norte a Sul do planeta poderiam manter Portugal à romanceada e utópica margem de tudo o que se passava com fragor um pouco por todos os cantos do planeta.

Teimosamente, Portugal persistia um País de começo de século, preso e agarrado aos princípios que Salazar impregnara de um Corporativismo rural em claro e rotundo contraciclo com os principais estados ocidentais que olhavam os seus posicionamentos em função dos tempos que se viviam e, acima de tudo, perspectivando já muito do que se desenhava nos respectivos horizontes.

Passava o ano de 1930 quando António de Oliveira Salazar e o Governo de Domingos Oliveira, com o apoio de grande parte do Exército – sobretudo dos oficiais mais

jovens – grande parte dos quais haviam sido os «cadetes de Sidónio» – começaram a construir os alicerces essenciais do Estado Novo.

Segundo César de Oliveira (1989, p. 4), “esses alicerces tinham por traves-mestras a União Nacional, a Constituição Política e o Corporativismo. A União Nacional: partido único, concebido como associação cívica não partidário, criado por decreto-lei governamental e que foi a única organização política autorizada até ao 25 de Abril de 1974”; depois a Constituição Política, “aprovada em plebiscito em 1933, em que as abstenções contaram como votos favoráveis e que definiu o quadro jurídico-formal em que se moveu o Estado Novo” (1989, p. 7); e, finalmente, o Corporativismo, “baseado no Estatuto do Trabalho Nacional e que se completou na legislação sobre sindicatos, casas do povo e casas de pescadores e sobre a Previdência Social” (1989, p. 11).

A esta construção estrutural que visava a construção e a resistência do regime que desenhava, Salazar foi ao longo dos anos agregando outras armas tais como o Secretariado da Propaganda Nacional, a censura prévia à imprensa, a polícia política, a reforma administrativa, tudo instrumentos de poder que contribuíram para o fortalecimento do Estado Novo no quadro de uma política assente na autoridade e na repressão.

A tese de Adriano Moreira, ainda que recontada nas palavras de Pinto (2005, p. 45), apontava para que “o regime do Estado Novo [se alicerçou] na doutrina de Salazar e no seu ideário de fontes heterogéneas, que incluíam os maurrasianos e nacionalistas franceses, a doutrina social do papado, o Código do Direito Canónico na parte relativa ao Ordinário do Lugar e uma componente nacionalista”.

Na leitura de Oliveira (1989, p. 10), Salazar foi um “líder que soube com habilidade, inteligência e determinação obstinada, usando muitas vezes a dureza e uma crueldade implacável para os seus próprios apoiantes, [...] dar corpo àquelas preocupações das classes médias e das pequenas burguesias”.

Ainda segundo este investigador da História Contemporânea de Portugal e igualmente professor e político, “a debilidade das estruturas económicas, financeiras, sociais e políticas produzidas pelo capitalismo liberal tornou impossível [...] ao contrário da França, Inglaterra ou Estados Unidos, a reconversão económica e política do parlamentarismo e do liberalismo económico”. Porque, acrescenta, “em Portugal, como na maior parte das sociedades de capitalismo periférico e dependente, a única alternativa que restou às classes

dominantes foi o recurso às soluções autoritárias”. Por isso, num determinado lapso de tempo de cerca de 50 anos, “convergiram com os interesses das classes médias e das pequenas burguesias no apoio ao Estado Novo” (Oliveira, 1989, p. 9).

Não admira que Oliveira Salazar não manifestasse quaisquer dúvidas de que ‘a manutenção no poder era a primeira das preocupações de qualquer estadista. E é este o quadro de pensamento que acolhe a forma efectiva e objectiva como o ditador encarou os incidentes em Angola, em 1961. Se o ataque da União dos Povos de Angola (UPA) constituía e sinalizava uma ameaça ao seu poder, importaria então que ele mesmo e os altos dignitários do regime promovessem a avaliação do esforço de guerra a fazer.

Feito esse escrutínio, diagnosticadas as novas necessidades para a frente de guerra, a decisão foi no sentido de ir para África rapidamente e em força, mesmo se o advérbio fosse bem mais fácil de cumprir do que a segunda parte da decisão.

Porém, o arrastar do conflito em Angola e a abertura de duas novas frentes, na Guiné e em Moçambique, exigiriam a mudança, profunda e drástica, dos critérios de admissão à Academia Militar.

Haveria que responder ao crescente agudizar da situação nos então territórios portugueses com a prontidão, nesse contexto gerada, de alavancar um ingresso mais intensivo de militares que garantisse, depressa e em força, contingentes mais alargados para as frentes de combate que se anteviam duras no continente africano.

A iniciativa de activar a máquina de guerra ditou que os responsáveis políticos, sob as ordens emanadas da capital do Império, se tenham sentido na obrigação de acelerar a formação de oficiais. Na conjuntura de então, a decisão da hierarquia será a de «deixar na prateleira» os pruridos sócio-elitistas pelos quais a escola se formou e cresceu para apontar à oportunidade de a Academia Militar ter de responder aos estritos desafios do momento vigente.

O «sangue azul» e aristocrata que durante décadas forjara uma elite militar pronta para a manutenção da paz iria em breve dar lugar aos proletariados urbano e rural de Portugal. O País pedia e os grupos sociais com menos acessos ao Poder agradeciam esta forma revisitada da expressão «carne para canhão».

O dia 4 de Fevereiro de 1961 marca a data em que o Movimento Popular de Libertação de Angola reivindica o ataque à cadeia de Luanda, no qual sete polícias são assassinados.

A autoria deste ataque continua a ser objeto de divergência. Bem mais consensual é que, onze dias mais tarde, nas províncias do Zaire, Uíge e Quanza-Norte, um ataque tribal com características nunca antes observadas, está na base de um massacre de populações brancas e trabalhadores negros naturais de outras regiões da colónia. Pela primeira vez de forma aberta e desafiadora, os movimentos de libertação davam sinais de rebeldia e questionavam a ordem instituída.

Mas, em simultâneo com estes incidentes e enquanto em Lisboa a base do regime era minada pelas mudanças sociais e pelos condicionalismos económicos, ao mesmo tempo que a conspiração e a insatisfação generalizadas se propagavam nas Forças Amadas, desde as mais altas patentes até aos oficiais subalternos, “os parceiros de Portugal na NATO permaneciam calmos e pouco conscientes de que algo estava errado com o seu antigo, dócil e ocasionalmente útil aliado” (Maxwell, 1999, p. 62).

Com efeito, de tal forma a grande potência além-atlântica estava «distráida» quanto à situação política nacional que, quando no início do mandato de Richard Nixon, em 1969, foi feita uma análise detalhada da situação na África Austral, um grupo intergovernamental para questões africanas “informou o Conselho Nacional de Segurança de que *‘as perspectivas da rebelião [na África portuguesa] são de impasse total: os rebeldes não podem expulsar os portugueses e estes podem contar, mas não eliminar os rebeldes’*” (Maxwell, 1999, p. 63).

Lisboa treme, mas Salazar não hesita e dá ordens firmes para que a repressão Armada seja efectiva nas Colónias. A Metrópole não poderá ficar insensível às convulsões ultramarinas. Prepara-se a guerra. E os homens que a farão.

Refundada como Academia Militar, em 1959, a instituição sempre fora, pelo menos até 1961, um mundo à parte. Inacessível até então à maioria dos rapazes portugueses e confinado aos que eram oriundos das ordens e grupos sociais mais abastados e tradicionalistas da sociedade portuguesa, o nível de acesso prepara-se para sofrer uma importante metamorfose.

Dedicada ao estudo das Forças Armadas, a investigadora Maria Carrilho desenvolveu durante os últimos 25 anos estudos relevantes que determinam e auxiliam à melhor compreensão do fenómeno social que a Academia Militar provocou na década de 60.

Segundo ela, “39,6% dos jovens que ingressaram na Academia entre 1930 e 1960 eram filhos de antigos oficiais – a partir da década de 60 esse número baixa drasticamente para os 10,2%. Os filhos de operários acabarão por passar, naquele mesmo período, de 0% para 9,9% e os descendentes de empregados qualificados de 3,4 para 13,5%”. E acrescenta a investigadora: “Em 1930 não entrara na Academia um único candidato proveniente de famílias operárias e, em cada dez candidatos, quatro descendiam de oficiais de carreira. Agora constata-se que só entram mais 0,3% destes últimos do que dos anteriores” (Carrilho, 1985, p. 72).

Filhos do proletariado urbano; do campesinato e de agricultores sem expressão; de funcionários públicos de escalão inferior; e de ferroviários e pequenos comerciantes, são estes os jovens de quem o Estado Novo se serviu para enfrentar os movimentos de libertação nas então Colónias e que, sensivelmente uma década mais tarde, acabarão por ser, eles próprios, a desferir o golpe misericordioso no regime então dirigido por Caetano.

Acima enunciados, os números e os juízos de valor que lhes são implícitos ajudam a compreender por que razão a inicial abstracção político-filosófica dos futuros revoltosos – que começaram por se agrupar numa mini-célula exclusivamente corporativa – também é susceptível de ser explicada pelos contornos das suas origens e ascendências. Afinal, importa que numa certa perspectiva de Sociologia Militar se entenda o esforço de valorização social e de reconversão do próprio tecido intelectual destes operacionais militares de origens modestas, um dia tornados revolucionários pela força das circunstâncias que eles próprios originaram e determinaram.

De acordo com Vasco Lourenço, membro de todas as comissões coordenadoras do MFA, nado e criado numa família pequeno-burguesa da Lousa, concelho de Castelo Branco, “o grande «boom», digamos assim, da frequência [de alunos] aconteceu em 1962” (Cruzeiro, 2009, p. 24). E explicita: “deixou de haver uma selecção baseada quer em razões económicas, quer em razões de elitismo e de «cunhas»”, ou seja, terminou o “crivo tão apertado nas possibilidades de entrada e, portanto, outras classes economicamente menos favorecidas

começaram a ter acesso à Academia Militar. Houve, de facto, uma democratização maior no acesso [...] que viria a ter influência mais tarde no 25 de Abril” (2009, p. 24).

Estes foram os militares sem título ou tradição familiar que estabeleceram entre si diferentes níveis de compromisso, mas que de forma coincidente e simultânea se envolveram na preparação do 25 de Abril de 1974.

Se assim se pode dizer, separavam-nos os meios mas unia-os o fim. E, também por essa razão, se ousa aqui diferenciar a sua intervenção em diferentes áreas, correspondentes, afinal, a formas distintas de perspectivar, entender e concretizar o derrube do Governo e de um regime com quase cinco décadas.

Atreve-se o autor do presente trabalho a defender que – ainda que, ou talvez porque, provenientes de uma origem de base comum, mas heterogénea aos níveis geográfico e até económico sem uma génese mimética – as idiossincrasias plurais destes operacionais acabaram por fazê-los convergir num «caldeirão de homens-bons» em função da forma como, no final, cada um se submeteu e sujeitou o «eu» ao «eu» do grupo e a carreira pessoal à conduta de um movimento criado em proveito do colectivo nacional.

Em rigor, a falta de coesão doutrinária, que desde quase sempre caracterizou o Movimento dos Capitães, cruza-se de forma axial com a raiz-formato de micro-movimento único de cariz corporativo-profissional que só a escassos dois meses da própria Revolução dos Cravos adquire a forma de macro-movimento com objectivos mais ambiciosos.

Mas também essa ingenuidade e esse desapego formais ao exercício do Poder tornam ainda mais relevante a bondade da adesão de dezenas de oficiais a uma causa que tinha à partida muitas mais probabilidades de correr mal e conhecer um desfecho negativo do que correr bem e torná-los heróis do século XX português.

Em Angola, os efectivos militares portugueses contavam, no início de 1961, com “cinco mil militares africanos e 1 500 metropolitanos”²⁵, organizados em dois regimentos de Infantaria – um em Luanda e outro em Nova Lisboa – cada um com dois batalhões de instrução e outro de atiradores – e um grupo de Cavalaria, sediado em Silva Porto. A densidade média era, portanto, de um soldado por cada 30 km².

²⁵ <http://www.uc.pt/cd25>. Acedido em 18 de Setembro de 21013.

Imediatamente disponíveis para acorrer à zona afectada “estavam apenas mil soldados europeus e 1 200 africanos”²⁶. Um mês mais tarde, a 13 de Abril, no seguimento da comunicação formal da Administração Kennedy a Salazar para proceder à abertura dos processos de autodeterminação e independência das Colónias, o ministro da Defesa, general Botelho Moniz, intenta um golpe de Estado.

Ao invés da reacção das hostes ligadas ao Estado Novo, que reagem firmes e coesas em torno e na defesa intransigente da causa salazarista, a adesão ao movimento rebelde revela-se frágil. Supostamente denunciados pelo general Kaúlza de Arriaga e pelo almirante Américo Tomaz, os mentores da intentona, Botelho Moniz e o general e ex-Presidente da República Craveiro Lopes, que entretanto se deixara de alguma forma seduzir pelos ideais republicanos e oposicionistas, caem em desgraça.

Mas o regime de António Oliveira Salazar e os chefes militares e políticos interpretam correctamente todos estes sinais dados em 1961 e tratam de atacar directamente os problemas internos e externos provocados pelos movimentos independentistas. Resultado: decidem franquear as portas da Academia Militar a mais gente, outra gente, nova gente.

Gente que seria fundamental para o fim da ordem antiga e o estabelecimento da ordem nova, apesar de um início pouco organizado.

Por essa altura, o continente africano começava a dar sinais de mudança. Ao cabo de um mês em África, em visita pelas Colónias do Império, corria o dia 3 de Fevereiro de 1960 quando o primeiro-ministro inglês, Harold Macmillan, chegou à Cidade do Cabo, na África do Sul, e proferiu «The wind of change».

O discurso, que ficava para a história como um desafio proveniente desde a mais inesperada das origens – a própria Coroa Britânica –, assinalava, sem tibiezas, a disponibilidade e a abertura de Londres para estudar a concessão da independência a esses territórios.

Na ocasião, Macmillan disse que “o vento da mudança sopra na direcção deste continente. Quer gostemos quer não, a afirmação desta consciencialização nacional é já um facto político”.

Mas estes ventos demoraram a chegar a Portugal.

²⁶ <http://www.uc.pt/cd25>. Acedido em 18 de Setembro de 2013.

E, também tardiamente chegado às reuniões do Movimento, como adiante se verá, Ernesto Melo Antunes foi decisivo na concepção e redacção, entre Fevereiro e Março de 74, do documento «O Movimento das Forças Armadas e a Nação» – o primeiro de matriz assumidamente política produzido pelos militares rebeldes.

Altamente preparado do ponto de vista da prática e da Filosofia Política e há muitos anos habituado a relacionar-se com quadros e dirigentes dos movimentos oposicionistas ao Estado Novo, Melo Antunes aborda, em entrevista, com desassombro e lógica, a questão ilógica de enfileirar e integrar um Exército imbuído de uma conduta e uma estratégia contrárias às suas. “Foi, obviamente, se me posso exprimir assim, o maior trauma da minha vida, que deixou marcas profundíssimas com consequências no plano pessoal [...] porque era uma contradição terrível, era, ao fim e ao cabo, fazer a guerra do lado errado” (Cruzeiro, 2004, p. 39).

Desta forma, o major, à época do 25 de Abril, define o seu estado de alma e mostra sem tibiezas o quanto lhe custou a experiência da Guerra Colonial quando já tinha absoluta consciência do seu significado.

Desafiador, sublinha: “eu tinha uma tese [...] relativamente à questão política em Portugal [...] pensava que a luta contra o regime tinha de ser feita com os instrumentos habituais da resistência numa situação de Ditadura, mas que no caso português e talvez até em função, em grande parte, da situação colonial, a situação só seria resolvida através das Forças Armadas” (Cruzeiro, 2004, p. 39). E explica, sem contemplações, que se tratava uma ideia muito antiga, “já de antes do 25 de Abril, e que, pelo menos na minha consciência, tinha aí uns quinze anos de existência”. Depois, relembra as várias tentativas, durante os anos sessenta, de abalar o regime, de o “subverter através de acções várias, mas as conspirações do costume nunca haviam dado resultado, e isso, no meu ponto de vista, só provava a minha teoria de que só através de uma sublevação dentro das Forças Armadas seria possível a queda do regime” (Cruzeiro, 2004, p. 40).

Rama & Plantier, (s.d., p. 11) defendem que “um homem só nasce realmente quando começa a firmar-se. E nascer significa, em termos de vida colectiva, tomar posição crítica, actuante, face às realidades que integram a sociedade a que pertence”. Uma verdade que os militares portugueses não demorariam a confirmar.

Com efeito, quando chegados aos diferentes teatros de operações da Guiné, Angola e Moçambique, os oficiais do Quadro Permanente (QP) eram rapidamente confrontados com um contexto nos antípodas dos cenários por si alguma vez imaginados.

À medida que as semanas e os meses passavam, agravava-se a situação de instabilidade resultante da desmoralização provocada pela ausência e alheamento generalizados dos altos comandos nas linhas da frente do conflito; pelas dificuldades militares, humanas e morais infligidas pela dureza de uma guerra tida como injusta e perdida; pela oposição perseverante aposta pelos movimentos de libertação, designadamente na Guiné, uma colónia que nunca fora de povoamento e onde o PAIGC proclamou unilateralmente a independência em 24 de Setembro de 1973; e pela chegada às frentes de combates dos oficiais e sargentos milicianos oriundos dos bancos das faculdades e imbuídos dos ideais democráticos então em voga na Europa Ocidental e Estados Unidos.

Melo Antunes, filho de oficial da Legião Portuguesa, só em 22 de Março de 1974 se desloca a casa de Vítor Alves para dar a conhecer o Programa do MFA. E só um mês antes se familiarizara com o Movimento.

Recorda-se bem da primeira reunião em que participou e na qual, “depois de ouvir as diferentes tomadas de posição, fiz uma intervenção que realmente acho que foi importante no sentido de dar a perceber às pessoas que não chegariam a parte nenhuma se se mantivessem em posições de estrita reivindicação profissional” (Cruzeiro, 2004, p. 49). E, adiante, sintetiza Melo Antunes: “o que estava em jogo era muito mais vasto do que isso, muito mais profundo”.

Inconformados com o que, cada vez mais, parecia ser uma acção militar com desconhecidos efeitos corporativos e profissionais e, de qualquer forma, aquém dos propósitos que do ponto de vista social e patriótico importavam questionar, os principais responsáveis do Movimento dos Capitães avançam decididamente para um texto bem mais abrangente e ambicioso.

Sem dúvida, “todos concordávamos serem inaceitáveis, para o progresso e bem-estar da população portuguesa, as políticas económicas e sociais que mantinham o País na cauda da Europa e com uma maioria da sua população vivendo mínimos níveis de subsistência” (Charais, 2013, p.25).

Face à convergência e crescente adesão de militares de diferentes patentes de todos os ramos castrenses, nasce o Movimento das Forças Armadas.

Empenhados numa conspiração urdida em torno de problemas profissionais e do foro eminentemente corporativo e de carácter militar, os mais altos responsáveis operacionais do Movimento dos Capitães, a partir de 5 de Março de 1974 denominado Movimento das Forças Armadas, compreendem que o assalto ao regime não poderá, jamais, quedar-se, única e exclusivamente, pela reivindicação da melhoria das suas regalias sob pena de se enjeitar uma oportunidade de ouro para derrubar o Governo de Marcello Caetano.

Por isso Carvalho (1984, p. 160) considera que foi ultrapassada “a luta pelo prestígio do Exército para se afirmar a necessidade da luta pelo prestígio das Forças Armadas. Alargava-se o âmbito das reivindicações às classes de sargentos, cabos milicianos e praças. Fazia-se um apelo final à unidade”.

Durante quase cinco décadas, várias tinham sido as tentativas para fazer cair o regime totalitário implantado por António de Oliveira Salazar, que chegou mesmo a ser vítima de uma tentativa de assassinato.

Com efeito, desde muito cedo a Oposição começou a fazer frente, primeiro, à Ditadura Militar, entre 1926-1933, e depois, em pleno Estado Novo, de 1933 a 1974.

Intelectuais, políticos, militares e sindicalistas participaram, embora de uma forma pouco assertiva, em diferentes acções que tiveram por objectivo acabar com o regime salazarista. Entre outros, Humberto Delgado, Álvaro Cunhal e Norton de Matos lutaram contra um regime que, apoiado numa polícia política eficaz, sempre conseguiu manter-se, resistir e, de certo modo, reinventar-se.

Muitos dos elementos que ao longo de quase cinco décadas combateram o Estado Novo foram obrigados a procurar no exílio a liberdade e o espaço de manobra necessários para porfiar na sua luta.

De certa forma desorganizados, os primeiros oposicionistas ao regime tiveram no Partido Comunista Português um importante bastião de resistência. Tratava-se de uma oposição enérgica mas sempre debilitada pela total ausência de contactos com estruturas militares, facto que, como facilmente se constatará, constituía um relevante factor de fragilização.

Entre 1927 e 1937, ou seja depois do 28 de Maio de 1926, de Norte a Sul do País, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores e, até, na Guiné, há registos de várias revoltas – todas infrutíferas.

A saber:

- as insurreições de 3 e 7 de Fevereiro de 1927, respectivamente no Porto e em Lisboa;
- a revolta dos oficiais de Cavalaria 7, que, em 20 de Julho de 1928, se fixaram no Castelo de S. Jorge, em Lisboa;
- a revolta militar de 20 de Julho de 1930;
- a rebelião de 4 de Abril a 2 de Maio de 1931, na Madeira, a que se seguiu a revolta das forças militares aquarteladas nos Açores;
- a revolta militar de 26 de Agosto de 1931, em Lisboa;
- a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934;
- a revolta do quartel da Penha de França, em Lisboa, em 1935;
- a revolta dos barcos de guerra surtos no Tejo, em 1936;
- o atentado contra Salazar, quando ia assistir à missa dominical na capela da casa de um amigo, em Julho de 1937.

De assinalar que a referida greve geral de 1934 viria a ficar conhecida pela jornada de luta organizada pelos operários comunistas da Marinha Grande, uma rebelião que visou objectivamente o processo de corporativização implementado pelo 9.º Governo da Ditadura Portuguesa e 1.º do Estado Novo de António de Oliveira Salazar.

Porém, “ainda por uma vez mais a tentativa foi votada ao fracasso” (Baptista, 1975, p. 63), com os anarquistas e os comunistas a responsabilizarem-se mutuamente pelo fracasso daquilo que o PCP, pela voz de Bento Gonçalves, designaria como uma «anarqueirada». Frase que o 25 de Abril de 1974 se encarregaria de apagar. Razão pela qual a Marinha Grande passou a celebrar com pompa e circunstância a memória heroica do 18 de Janeiro de 1934.

Em 1943, numa altura em que o destino da Guerra Mundial se inclinava para o lado dos aliados, teve início uma outra fase oposicionista.

Primeiramente autónoma do Partido Comunista, selou, também por essa razão, durante cinco anos uma prática mais institucional de resistência ao regime.

Assente numa tentativa de maior pendor organizacional, os seus protagonistas intentaram a participação em diversos actos eleitorais que não tiveram outro efeito senão o de agitar levemente a estrutura do Salazarismo. Nasce o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) que persegue a principal finalidade de agrupar as facções rebeldes disseminadas pela sociedade portuguesa desde intelectuais a profissionais liberais e cidadãos democratas sem ligação ao Partido Comunista Português. Mário Soares surge, aqui, pela primeira vez, como um dos agitadores deste movimento, embora a recente biografia da autoria do jornalista Joaquim Vieira dissipe por completo a dúvida sobre a verdade da pertença de Soares ao PCP.

Em 1945, com o advento democrático que sopra desde a Europa e os Estados Unidos após a vitória sobre as forças do Eixo, o MUNAF dá lugar ao Movimento de Unidade Democrática (MUD), organização subtilmente reconhecida por Salazar que, apenas circunstancialmente, tolera a sua existência para causar boa impressão aos responsáveis ocidentais que olhavam com desconfiança a neutralidade lusa durante a II Guerra Mundial.

Os comunistas, que durante algum tempo haviam permanecido fora das mais recentes «démarches» políticas, aderem de certa forma ao MUD, que, assim, adquire uma nova energia. Muitas pessoas apercebem-se do dinamismo gerado e integram esta onda de revolta anti-salazarista.

Mas o ditador percebeu rapidamente o perigo que este movimento representava para o Estado Novo. Extinto pelo Governo, em 1948, o MUD dá origem à Comissão de Apoio à candidatura presidencial do general Norton de Matos. Salazar não conseguia travar a expansão da revolta contida mas germinada e, assim, provocado e ferido no seu orgulho, volta a puxar dos galões e não hesita em recuperar a pior face do regime e a polícia política volta ao revisitado registo de actuação violenta. Voltam, igualmente, as perseguições e, por conseguinte, a clandestinidade e o exílio.

Ainda assim, nos anos seguintes a 1949, apoiadas pelo ânimo inquebrantável dos comunistas, as facções oposicionistas voltam a juntar-se em redor de duas candidaturas democráticas que muito perturbarão a ordem do Estado Novo: a de Quintão Meireles, em 1951, e, sobretudo, a de Humberto Delgado, em 1958.

Em consequência dos eventos eleitorais de 1958, corre o mês de Março de 1959 quando várias personalidades da vida militar e civil intentam um golpe de Estado,

denominado como Golpe da Sé, mas a PIDE, com recurso a informadores existentes no seio dos próprios conspiradores, desmantela a acção.

Derrotado nas urnas, o «General sem medo» consegue atrair e congregar à sua volta parte substancial da Oposição Democrática. E, pela primeira vez, sente-se o apoio de militantes e activistas comunistas, democratas de todos os quadrantes, sindicalistas, religiosos inconformados e estudantes universitários. Sente-se, enfim, a força do apoio popular e um efeito propagador que ameaça o regime e faz efectivamente tremer Salazar.

O acto eleitoral de 8 de Junho de 1958 resultara do facto de o então Presidente da República ter entrado em conflito com Salazar decidindo aquele não se recandidatar. Salazar avançou, então, para o nome do almirante Américo Tomás, como representante do regime pela União Nacional. Face a isto, a Oposição Democrática organizou-se em redor de Delgado.

Como alguns temiam, os resultados finais da consulta eleitoral ditaram a vitória da União Nacional, com 76,4 por cento dos votos, contra 23,6 de Humberto Delgado. Ficaram na ocasião para a História o duro e despudorado assédio exercido pela PIDE sobre os apoiantes da candidatura democrática e, de Norte a Sul do território, sobejaram relatos e denúncias de fraudes eleitorais.

Atento e preocupado com o forte e significativo sinal dado pela população, Salazar e os ministros que lhe eram mais leais alteram as regras do jogo político-eleitoral e decidem que, doravante, a eleição do Presidente da República far-se-á já não através do sufrágio directo mas através de um colégio eleitoral composto pelos adeptos da União Nacional. Aliás, no âmbito legislativo, a União Nacional detinha o monopólio, uma vez que, até ao 25 de Abril de 1974, obteve sempre a eleição da totalidade dos deputados.

O ano de 1961 marca, de novo, uma fase muito instável na vida do Estado Novo. A partir do alto mar, um grupo de portugueses e espanhóis comandados por um ex-militar e antigo seguidor de Salazar, Henrique Galvão, assalta, sequestra e desvia o Santa Maria, paquete português que se dirigia a Miami, nos Estados Unidos da América.

Henrique Galvão era próximo de Humberto Delgado, constituindo ambos uma dupla muito carismática e admirada entre a oposição portuguesa, designadamente os oposicionistas não-alinhados com o Partido Comunista.

Expulso do Exército e exilado na Venezuela, Galvão comandou a tomada do navio numa acção espectacular e que correu os quatro cantos do Mundo a que deu o nome de «Operação Dulcineia».

Corria o dia 22 de Janeiro de 1961 quando, em sintonia com Delgado, também exilado, no Brasil, Henrique Galvão, acompanhado de uma vintena de elementos da auto-denominada Direção Revolucionária Ibérica de Libertação, ocupou a ponte de comando do navio Santa Maria e deu início a uma operação cujos efeitos telúricos provocaram um autêntico «terramoto político» em Portugal.

O episódio acabou de forma frustrante para os revoltosos com a respectiva rendição no porto brasileiro do Recife, mas o regime voltara a abanar e o planeta percebera que o Estado Novo vivia, cada vez mais, terríveis dias de uma agonia que o eclodir oficial da Guerra Colonial no dia 4 de Fevereiro mais não fez do que confirmar.

Sustentado embora em alguns sectores de raízes profundas da sociedade portuguesa – como a ala mais conservadora das Forças Armadas, o alto clero católico e a alta burguesia capitalista – o regime evidenciava fracturas cada vez mais pronunciadas que a Oposição – formada por várias pequenas e médias oposições – aproveitava num alastrar de propagação sistémica capitalizado por sectores cada vez mais contestatários e alertas.

Mas a recusa da democratização e a manutenção do Império Colonial continuavam a ser fundamentos axiomáticos no desenho do Estado Português que a propaganda oficial veiculava sem ceder.

Vieram depois à tona as revoltas estudantis, tendo a Crise Académica de 1962, em Coimbra, sido o ponto alto dessa indignação e desse sentimento de rebelião. Na capital centenas de estudantes universitários engrossam células e grupos de resistência anti-fascista e as polícias são chamadas constantemente a repelir as suas investidas, ora mais evidentes, ora mais subversivas.

A 31 de Dezembro de 1961, de novo com o envolvimento do «General Sem Medo» dá-se uma revolta militar no Regimento de Infantaria 3 de Beja que também acaba sem consequências, mas que assinala uma alteração radical na atitude dos revoltosos porque, pela primeira vez em mais de três décadas, os seus intérpretes recorrem às armas para intentar um golpe.

Entre ofensivas pontuais e, por vezes, de alguma violência, mas na verdade sempre eficazmente resolvidas pelas autoridades do Estado Novo, só em 1969 voltam a registar-se sinais evidentes de agitação, em reacção a alegadas irregularidades registadas nas eleições legislativas de 26 de Outubro desse ano.

Com efeito, tendo concorrido quatro listas a esse acto eleitoral: União Nacional (UN); Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD); Comissão Democrática Eleitoral (CDE); e Comissão Eleitoral Monárquica (CEM), o primeiro plebiscito após a saída de António de Oliveira Salazar da Presidência do Conselho, verificou-se serem infundadas as esperanças dos que confundiram a ilusão de alguma abertura política com a chamada «Primavera Marcelista», porquanto no final apurou-se que a União Nacional elegeu – como sempre acontecera – a totalidade dos 120 deputados com 980 mil votos, contra 133 mil das restantes listas que, por essa via, não lograram eleger qualquer representante.

É neste contexto de frieza perante a apresentação dos referidos resultados que um grupo de deputados se agrega e dá origem a um movimento designado por «Ala Liberal».

Autores de vários projectos que visavam dinamizar e aprofundar a renovação de sectores do regime, um processo que o próprio novo Presidente do Conselho, Marcello Caetano, esboçara poder vir a encetar mas que foi claramente impotente para o concretizar, os elementos da «Ala Liberal» acabaram por abandonar a Assembleia Nacional, numa atitude que, embora com origens políticas e ideológicas distintas das que durante décadas marcaram a oposição ao Estado Novo, contribuíram igualmente para o desferir de mais um rude golpe na credibilidade do Governo e para o engrossar de uma oposição gradualmente mais vasta e assertiva.

Entre este convulso ano de 1969 e os primeiros anos da nova década observam-se sinais tumultuosos de agitação que vão das greves às manifestações estudantis e que atingem o seu zénite com o agudizar da guerra colonial que, ao cabo de quase dez anos, começa a provocar efeitos evidentes na sociedade portuguesa e nos seus mais jovens filhos. As famílias sofrem. Em síntese, uma realidade que a crise mundial de 1973 veio transtornar ainda mais, tornando assim ainda mais complexa a gestão deste dossiê.

Como Pinto (2012, p. 205) demonstra, Portugal teria uma última oportunidade para solicitar o apoio internacional – no caso o norte-americano – aquando da guerra do Yom Kippur, mas Marcelo Caetano não tinha a capacidade negocial de Salazar e não logrou “uma

compensação ‘substancial’ e rápida” pela utilização da Base das Lajes. Uma oportunidade pela qual o então embaixador português em Washington, João Hall Themido, muito lutou, como conta na primeira pessoa no livro «Dez anos em Washington 1971-1981».

Porém, como Pinto (2012) assinala, o quadro interno norte-americano não era favorável ao acolhimento da estratégia colonial portuguesa.

Isolados pela força das circunstâncias internacionais e pela difícil conjuntura criada intramuros, os responsáveis governamentais portugueses ficam cada vez mais isolados e já nem o apoio do clero e da alta finança sustentam a decrepitude do aparelho e a iminência da queda do regime.

Ora é neste quadro de contradições internas do Estado Novo que o MFA faz crepitar a sua chama, assente na plena convicção por parte dos seus dirigentes de que nem a heterogeneidade cognitiva quanto ao que deveria ser o pós-revolução constituirá um factor impeditivo da união entre estes homens nem da sua exacta consciência do projecto. Prova disso, o resultado final – o próprio 25 de Abril.

Nos últimos tempos do Estado Novo, correspondentes ao estertor de um regime já moribundo, a capacidade operativa dos intelectuais aumenta.

Entre outros factores, repercutida em Portugal de forma bastante viva, a crise do parisiense «Maio de 68» chega às faculdades: professores e alunos envolvem-se cumplicemente em causas expressas de forma categórica em assembleias, concentrações e greves às quais os responsáveis políticos do Estado Novo reagem com cada vez maior dificuldade, evidenciando as fragilidades do regime e encorajando assim os revoltosos a unirem-se e a agirem.

À agitação académica somam-se outros epifenómenos de carácter internacional, mas também interno, de que as greves laborais nos campos e nos aglomerados urbanos são apenas algumas das expressões mais difíceis de reprimir pelas autoridades políticas e pelas forças policiais.

“A partir do último trimestre de 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram um volume e uma capacidade de movimentação cuja importância, devido ao silêncio que os meios de informação eram obrigados a manter, não foi apercebida por grande parte da população” (Santos, Lima & Ferreira, 1976, p. 21)

Da leitura de *O 25 de Abril as Lutas Sociais nas Empresas*, trabalho efectuado e publicado em 1976 por um conjunto de investigadores que contou com a colaboração entre outros da socióloga Fátima Patriarca e do historiador Manuel Villaverde Cabral, conclui-se que, além das “greves verificadas, umas, como resultado de movimentos espontâneos dos trabalhadores; outras, integradas num plano de organização sindical” (p. 27), não se ficou por aí a acção dos trabalhadores crescentemente descontentes face ao agudizar, num sentido restrito, das condições de trabalho e, num plano mais lato, das suas próprias condições de vida.

Assim, constata-se que essa acção se “manifestou igualmente através de outras formas de expressão: redução dos ritmos de produção; manifestações de rua; concentrações junto das fábricas e reuniões; apresentação de cadernos reivindicativos e abaixo-assinados; e recusa de prestação de horas extraordinárias” (p. 27).

A actividade dos movimentos políticos, de que emergem com especial fulgor a Oposição Democrática e o Partido Comunista, tem um efeito erosivo nas cada vez mais depauperadas defesas do Estado Novo.

Melo Antunes chama a atenção para o facto de que “grande parte dos [milicianos] que passaram por lá [Guerra Colonial] nesses meses iam influenciados pelas lutas estudantis de Portugal continental e tinham uma formação claramente antifascista e colonial” (Cruzeiro, 2004, p. 43).

Os responsáveis por uma extrema-esquerda mais activa dão conta de estar atentos ao potencial contingente de jovens despertos para o combate ao Estado Novo. E, a partir de 1967, várias organizações políticas preconizaram e puseram em prática formas de luta armada, estratégia que levou a que no interior do Partido Comunista Português, “força hegemónica da oposição clandestina”, o problema tivesse sido levantado por sectores dissidentes, o que não deixou de conduzir “a rupturas orgânicas” e, assim, “no fim dos anos 60 e início da nova década assistir-se-á ao aparecimento de vários grupos que defendiam a prática de formas de luta violenta” (Martins & Loureiro, 1980, p. 14).

Para além das acções de violência revolucionária e de justiça popular levadas a cabo pela Frente de Acção Popular e Anti-Fascista (FAP) e pelo Comité Marxista-Leninista Português CMLP, respectivamente, organizações que, entre 1964 e 1976, ao lado dos núcleos de O Comunista tutelaram e comandaram a actividade do movimento marxista-leninista em

Portugal, outras três organizações se distinguiram “na prática da luta Armada, quer pela relativa constância das suas acções violentas, quer pelo impacto produzido na vida política nacional: a Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR), a Acção Revolucionária Armada (ARA) e as Brigadas Revolucionárias (BR)” (Martins & Loureiro, 1980, p. 14).

A actividade destes grupos não tem o efeito de se cruzar com o povo nas ruas ou com os militares subversivos mas concorre directa e eficazmente para o desgaste da governação e contribui para o avolumar das desconfianças do povo para com a linha seguida por Marcello Caetano e seus pares.

Os efeitos da Guerra Colonial sentem-se na vida económica, social, política, também cultural e, claro, instalam-se com vigor nas fileiras das Forças Armadas.

As sempre desgastantes escaramuças provocadas pelos movimentos de libertação na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola desmoralizam ainda mais os militares portugueses. A luta no mato recrudescer em matéria de dificuldades.

O movimento global de oposição à Guerra Colonial torna-se um eixo activo de atracção de descontentamento e as energias parecem concentrar-se todas do mesmo lado, até porque, a juntar à condenação ocidental, haveria que contar com o apoio que o Bloco de Leste prestava às forças nacionalistas. A desmoralização alastra entre as hostes portuguesas.

Nos diversos teatros de operações passam as semanas, os meses e os anos de comissão mas não as agruras por uma guerra em que, salvo raras excepções, os oficiais superiores não marcam presença e em que as dificuldades militares, humanas e morais infligidas pelos inimigos mais sentenciam a sensação de perda e de injustiça.

A situação foi-se agravando ainda mais na medida em que os movimentos de libertação da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, cada vez com equipamento mais moderno, alcançaram vários êxitos na luta armada.

Por isso, na fase final do regime, o movimento contra a Guerra Colonial e as lutas nas Forças Armadas tornam-se um dos centros de polarização de descontentamento e de energias e adquirem uma importância cada vez maior. É a quinta grande frente da luta popular contra o regime que acabará por ser determinante para o seu fim.

A luta contra a Guerra Colonial dos povos submetidos ao Império pelo reconhecimento do direito à completa e imediata independência transformou-se, nos últimos

anos do regime, num vigoroso movimento nacional. Adquirindo crescente amplitude e tomando várias formas, essa luta travou-se em três frentes principais:

- a acção política;
- a resistência nas Forças Armadas, e
- as acções contra o aparelho militar colonialista.

Correspondendo à acção política, multiplicam-se as acções de resistência no seio das próprias Forças Armadas. Nunca como na Guerra Colonial o número de desertores e refractários atingira uma cifra comparável à registada em Portugal. Segundo indicadores recolhidos por fontes da Associação 25 de Abril, o número de refractários chegou a atingir quase um terço dos mancebos em idade militar.

O brutal esforço de guerra desenvolvido durante quase 15 anos provocou significativos efeitos, até do ponto de vista demográfico, para a sociedade portuguesa: a mobilização de aproximadamente um milhão de homens para teatros operacionais a 5 mil quilómetros de distância, no caso da Guiné; 8 mil km, no caso de Angola; e 12 mil km, no caso de Moçambique, tiveram no número de refractários um dado indiciador, e também relevante, dado o número elevado que se aponta ter atingido.

A verdade é que, quando se fez uma avaliação rigorosa das estatísticas referentes às enormes e pujantes correntes emigratórias da época, um forte contingente pertencia a jovens que fugiam ao serviço militar e à guerra. A par das deserções, as manifestações de resistência nas Forças Armadas adquiriram um carácter cada vez mais frequente e reiterado. É nesta situação e neste ambiente que toma corpo o Movimento dos Capitães, mais tarde denominado por Movimento das Forças Armadas (MFA).

Duas designações que, bem vistas as coisas, não estão totalmente correctas. No primeiro caso porque não eram apenas capitães que integravam o grupo. No segundo porque a Guarda Nacional Republicana também integra as Forças Armadas e não se envolveu no golpe.

O Movimento dos Capitães traduz, nas Forças Armadas, a tomada de consciência do povo português quanto à necessidade do fim da guerra e da pronta liquidação do Estado Novo.

As Forças Armadas, que haviam sido durante quase meio século o principal apoio do regime, tornam-se agora, de dia para dia, um apoio cada vez mais condicional e incerto.

Ganhas para a causa da revolução democrática, acabaram por vibrar o golpe mortal no Estado Novo.

Por um lado o agravamento das contradições e dificuldades do regime e o aprofundamento da crise interna; e, por outro, o vigoroso desenvolvimento da luta popular contra a repressão e contra a guerra indiciavam a aproximava de uma situação revolucionária a passos rápidos e seguros.

É neste contexto de insatisfação generalizada que, ao pronunciamento militar, se sucede quase imediatamente o levantamento popular. No próprio dia 25, as massas populares apareceram poderosas, rodeando, acarinhando, apoiando e estimulando os militares, tomando elas próprias iniciativas de acção, fundindo o povo e as Forças Armadas numa mesma aspiração e num mesmo combate.

Depois de quase meio século de autoritarismo iniciava-se a revolução portuguesa que iria causar a surpresa e a admiração da Europa e do Mundo. A 25 de Abril de 1974 sucumbia, derrotado pelo Movimento das Forças Armadas/MFA e pelo povo, um regime de 48 anos que Salazar impôs ao povo português, um regime tão estruturado quanto repressivo que sobreviveu à morte do ditador ocorrida em 1970.

E é este compósito de diversas realidades reduzidas a um dia só que aponta para a conclusão de que o caminho percorrido desde as primeiras reuniões em Agosto de 1973, em Bissau, até à tarde do dia 25 de Abril, no Largo do Carmo, em Lisboa, faz desta revolução uma acção directamente resultante da adição das circunstâncias particulares à consciência de grupo em nome do colectivo.

Neste ponto parece pertinente proceder a uma reflexão de âmbito moral. Assim, este trecho apresenta como objectivo avaliar uma eventual quebra de ética protagonizada pelos Capitães de Abril, contra o próprio regime que serviam, no quadro do seu envolvimento na conspiração organizada que culminou no 25 de Abril de 1974.

A questão que aqui se coloca visa, pois, despistar uma possibilidade de leitura que permita suscitar a questão sobre a plausibilidade de os operacionais ligados ao Movimento dos Capitães terem tido uma atitude não-ética para com a hierarquia militar que integravam e o regime que serviam e perante os quais estavam comprometidos.

Poucas vezes, como no caso do 25 de Abril de 1974, uma atitude de desrespeito e um conflito assente na deslealdade institucionais terão correspondido tanto a uma dinâmica

convulsa de cariz positivo. Esta, sustentada num fraccionamento ético e disruptivo quanto ao comportamento, acabou por resultar num novo quadro estrutural apontado ao bem-comum da comunidade.

Face ao exposto, e mesmo tendo em conta o facto de terem contrariado os preceitos do direito positivo com a defesa e implementação de princípios de direito natural, considera-se aqui totalmente redutora a possibilidade de que os militares de Abril tenham, em algum momento, traído a «lei vigente».

A relevância do Congresso dos Combatentes, como factor motivador de revolta, tornou-se igualmente no pretexto decisivo para a corporização do estado de indignação instalado contra o ministro Sá Viana Rebelo e respectivas produções legais.

Considera-se nesta tese que a tomada de consciência assumida pelos membros do Movimento dos Capitães visou, a seus olhos, ir ao encontro das mais ansiadas necessidades do povo e do País.

E mais: passou a ser convicção dos capitães que a manutenção pelo regime de uma guerra ilícita – porque imposta – aumentava as suas certezas sobre a oportunidade, necessidade e, até, legalidade da sua intervenção.

Factor declaradamente positivo da transformação de Portugal no último quartel do século XX, a Revolução dos Cravos assentou, por um lado, na gradual degradação do regime autoritário; e, por outro, numa prática subversiva que resultou do exercício de uma ética de responsabilidade sobre uma ética de disciplina, a qual, por não ser refém do dogma mas da circunstância, contribuiu para a aplicação prática do que ousa aqui chamar-se de uma ética de princípio sobre o princípio da ética.

Importará, assim, dedicar algum espaço a uma importante questão ética agregada à perspectiva dos capitães como «homens-bons», entendidos como indivíduos que, em certa medida, sujeitaram à sobreavaliação global, da comunidade e de todos os cidadãos a subavaliação do nível particular e do próprio estatuto, isto é, colocando em risco as suas próprias situações a favor de uma intervenção que, sem eu entender, beneficiaria o colectivo.

Almeida (1977, p. 93) afirma que “não foi por medo da guerra que os capitães conspiraram em Portugal, na Guiné, em Angola e Moçambique... capitães que andavam nessa mesma guerra há seis, oito ou doze anos...”. E pormenoriza: “Já se tinham habituado à guerra, conheciam-na por dentro e por fora... Conviviam também com as camadas mais politizadas

vindas das universidades, a interrogarem-se, a porerem em questão aquela guerra e o regime que a impunha” (Almeida, 1977, p. 94).

Entre as baladas de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Luís Cília, José Mário Branco ou ao escutar o «Cancioneiro do Niassa», os capitães interrogavam-se cada vez mais sobre a legitimidade daquela guerra, seus fundamentos, sua utilidade e respectivo desfecho. E questionavam-se sobre a favor de quem seria? E para quê?

Longe de entenderem a necessidade e o gerar de uma oportunidade que viabilizasse uma mudança de regime, o que estes capitães vislumbravam era a inexorabilidade de cessar com um registo de vida que se evidenciava ao contrário do sentido do mundo e ao arrepio do que emanava dos axiomas de progresso mais elementares que o futuro ia apontando.

Por isso o 25 de Abril não foi, “certamente, um produto linear e imediato dos anos sessenta e do que então vivenciámos” (Almeida, 1977, p. 93). E acrescenta o então capitão: “Tem as suas raízes históricas, sociais e militares em causas profundas. Mas terá no mínimo sido animado pela mentalidade daquela geração”. Uma mentalidade que “tão decisiva terá sido para agrupar os homens que, vendo reunidas todas as condições para que o seu País acertasse o passo pela História, não quiseram faltar à chamada que esta lhes fez” (Almeida, 1977, p. 99).

Criador do princípio da Ética da Responsabilidade e da Ética da Convicção, foi Max Weber quem advogou a necessidade de, na esfera da sociedade, a defesa dos interesses comuns se situar acima dos particulares.

Para o intelectual alemão dedicado às Ciências Sociais e Humanas, considerado um dos precursores da Sociologia, nenhuma ética do mundo “pode esquivar o facto de, em numerosos casos, para se alcançar fins ‘bons’ se ter de empregar meios moralmente duvidosos, ou pelo menos perigosos, tendo que admitir ao mesmo tempo a possibilidade, ou até a probabilidade, de efeitos secundários maus” (Weber, 2000, p. 90).

Ora a eventualidade dos efeitos secundários é algo de que os militares de Abril cuidaram mas que jamais lhes tolheu a iniciativa. Como Salgueiro Maia disse, numa das paradas da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, na dura e decisiva noite de 24 de Abril de 1974, ao dirigir-se aos homens que o acompanhariam na marcha sobre Lisboa, “existem vários tipos de estados: os corporativos, os sociais e o estado a que chegámos” (Duarte, 1995, p. 99).

Foi o que os Capitães de Abril fizeram, pois parece resultar claro que, a partir do momento em quem, mergulhados na dialéctica entre o «dever-de-obedecer-e-o-dever-de-agir», se decidiram pela conspiração anti-regime – em nome de uma consciência social e de um imperativo categórico mais abrangentes e socialmente mais vastos do que os pressupostos inicialmente indexados ao conjunto do cumprimento das suas estritas reivindicações profissionais.

Para a esmagadora maioria dos militares que integraram o Movimento dos Capitães não custa assim a crer que a dúvida sobre avançar ou não nunca se terá colocado verdadeiramente porque, desde cedo, estavam conscientes de que dar corpo ao golpe – depois revolta e por fim revolução – seria algo desejado pela generalidade das pessoas contra os interesses das minorias e das elites governantes.

E que assim agir era um dever do cidadão-militar alinhado com as expectativas e esperanças da população contra uma estratégia política e uma política de guerra há muito des governadas e sem sentido.

A diferença sobre de que lado estava a maioria da razão ou a razão da maioria é expressa num episódio protagonizado pelo hoje coronel Vasco Lourenço, um dos fundadores do Movimento dos Capitães e coordenador da primeira reunião do Movimento, nas Alcáçovas.

Conta o operacional de Abril que, a escassos meses do 25 de Abril, tendo sido chamado com o então capitão Hugo dos Santos à presença do Chefe do Estado-Maior da Região Militar de Lisboa, coronel Matos Duque, a ambos foram solicitadas explicações sobre rumores relativos a posições contestatárias atribuídas a um grupo de oficiais intermédios e subalternos.

Os capitães ouviram o discurso paternalista do coronel que, a certo passo, fita Vasco Lourenço e lhe diz, chamando a atenção para uma pequena falha numa vidraça fosca do seu gabinete:

“Está a ver ali aquele ponto negro? É assim que acontece consigo e os outros: sois um ponto negro e serão absorvidos pela maioria”.

Vasco Lourenço aguentou o olhar do superior e respondeu: “O nosso coronel está enganado. Os senhores é que são o ponto negro que será absorvido pela maioria – que nós representamos!” (Lourenço, 2009, p. 87).

O episódio acima descrito parece responder a uma questão de importância vital e incontornável e que consiste em tentar entender até que ponto reinava entre os oficiais pré-revoltosos a sensação de certeza quanto ao envolvimento e acompanhamento do processo revolucionário que se esboçava e concretizaria a curto-médio prazo.

O que se conclui da forma empertigada e insubmissa com que Vasco Lourenço respondeu ao coronel é que ele e os seus camaradas estavam afinal firmemente determinados a levar por diante as suas mais convictas intenções.

Na verdade, milhares de estudantes, um ano depois do Maio de 68, saem à rua e desafiam sem medo o regime. A Crise Académica de 1969, prolongamento de outras lutas estudantis, abria caminho à Revolução de Abril, que surgirá cinco anos mais tarde.

Segundo Celso Cruzeiro (1969, p. 205), advogado e activista anti-regime de então, o ministro da Educação, José Hermano Saraiva, recusa ceder às exigências dos alunos e, “em vez de diálogo, acusa-os do crime de sedição, de desrespeito ao Chefe do Estado”. Como resultado, “muitos dos dirigentes estudantis são expulsos da universidade e chamados, depois, ao serviço militar. O Governo de Marcello Caetano alterava a lei de adiamento de incorporação militar: só os estudantes com bom comportamento escolar, a partir daí, poderiam adiar a tropa”. Sem o desejar verdadeiramente, o Governo transferia de forma involuntária a luta coimbrã para os quartéis, “os mesmos que exigiam ensino para todos contestavam agora a Guerra Colonial e espalhavam no Exército o sentimento anti-regime. No quartel de Vendas Novas, conseguimos destruir por completo a lógica da ideologia fascista e colonial”, sintetiza o advogado coimbrão.

Manifestação concreta do sentimento comum e fortemente enraizado entre a maioria dos capitães – e não só – dos três ramos das Forças Armadas, dar-se-á quando estes oficiais se aperceberam de que os seus problemas eram, afinal, pequenas contradições integrantes de outra, e bem mais alargada contradição – a do próprio regime português.

Neste contexto concreto suscita particular interpretação uma iniciativa da hierarquia que foi a da introdução da acção psicossocial, pela qual os responsáveis castrenses pretenderam facultar aos capitães a possibilidade de, já nos teatros de operações, se identificarem melhor com o perfil do inimigo e das populações entre as quais estes tantas vezes se dissimulavam.

“A acção psicossocial (entre nós, militares, conhecida pela «apsico») dirigida ao dito inimigo e às populações naturais acabou por se tornar num «boomerang» que se virou contra a própria política colonial”²⁷.

De facto, para desempenharem as suas missões, os militares tiveram de contactar “cada vez mais intimamente com a realidade das sociedades indígenas. Facilmente se aperceberam das gritantes injustiças das relações coloniais e da violência e da enorme mentira que estava escondida atrás da propaganda oficial do regime”. E explicita, com ironia: “Os alvos mais atingidos pela «apsico» acabaram por ser aqueles que não constavam nos planos, isto é, os comandantes de companhia”.

Sujeitos a uma enorme pressão, caracterizada pela singularidade do enfrentar e do vivenciar de uma guerra atípica, chamada de guerrilha; pela relação com os homens sob a sua directa alçada; pela distância da terra-natal; pelo agudizar da própria relação com as hierarquias; e pelo «stress» implicado pela coabitação com populações hostis, os capitães adquiriram uma grande capacidade operacional aliada a efectivos poderes de decisão.

Como comandantes de companhia os capitães eram “os executantes directos de toda a gama de actividade e pelas suas mãos passava tudo quanto tinha a ver com uma vasta área de responsabilidade”. Porém, tinham de contar “essencialmente consigo próprios, com a sua própria capacidade de decisão e de imaginação para solucionar os inúmeros problemas nos mais variados campos de actuação”.

E que áreas eram essas? “Do foro operacional, administrativo, logístico, disciplinar, bem-estar das tropas, relações com as autoridades administrativas, contacto e apoio às populações”.

Percebe-se assim melhor como, ao chegar às zonas de operação – e entre estas nas mais adversas dos territórios da Guiné, Angola e Moçambique – os capitães rapidamente adquiriam a consciência da injustiça daquela guerra, outro conceito verdadeiramente substancial e axial para a total compreensão da viragem mental que nestes oficiais se operava logo que punham pé nas Colónias.

Na verdade, o capitão percebia, de imediato, que “era empurrado para aquelas situações pela incompetência ou desinteresse de grande parte dos seus chefes nos seus

²⁷ Esta citação e as seguintes foram feitas tendo como fonte Clemente, D. *Da geração de 60 à Guerra Colonial*, Centro de Documentação 25 de Abril

gabinetes na cidade e a centenas de quilómetros de distância. Os militares ter-se-ão convencido de que estavam a combater na guerra errada”, reitera ainda Duran Clemente. “Afinal o seu inimigo estava no Terreiro do Paço. Muitos militares ter-se-ão compenetrado aí da legitimidade dos africanos na sua luta de libertação”.

Face ao exposto, e mesmo tendo em conta o facto de terem contrariado os preceitos do direito positivo com a defesa e implementação de princípios de direito natural, considera o autor totalmente redutora a possibilidade de que os militares de Abril tenham, em algum momento, sido traidores.

Acredita-se, pois, nesta tese de doutoramento, que a tomada de consciência assumida pelos membros do Movimento dos Capitães visou, a seus olhos, ir ao encontro das mais ansiadas necessidades do Povo e do País.

“Todos somos responsáveis por tudo perante todos”, terá um dia dito Dostoievski. Convictamente, defende o autor que acreditaram os revoltosos que, por via da sua acção, acabaria Portugal por obter um conjunto de conquistas bem mais importantes do ponto de vista político e justas numa óptica sócio-económico-cultural do que as que – pontual, sectorial e genericamente – se haviam registado desde décadas e até às vésperas da revolução.

Os primeiros anos de Guerra Colonial ainda se entenderam, é costume ouvir-se da boca de muitos antigos combatentes, muitos deles mais tarde empenhados na sublevação - os mesmos militares que, não tardou, estavam a defender a urgência de uma solução política.

Mais tarde psicólogo e odontologista, Dinis de Almeida foi um dos mais activos operacionais da génese e evolução do Movimento dos Capitães. Actor, e por isso mesmo observador privilegiado das ocorrências revolucionárias, não deixa de ser curiosa a explicação com que enquadra a forma como alguns dos militares - mais conscientes da injustiça da manutenção da guerra – actuavam nas frentes de combate.

De facto, um número menor de “excelentes combatentes, de feição progressista, distinguia-se pela prática de um tipo de guerra invulgar nas Colónias, primando pelo respeito pela dignidade dos seus inimigos feitos prisioneiros, seleccionando os inimigos a abater, reduzindo-os exclusivamente aos guerrilheiros, com exclusão firme da população” (Almeida, 1977, p. 62).

Já o oficial-general e docente universitário Pedro Pezarat Correia – major no 25 de Abril e que acumulou seis comissões na Índia, Moçambique, Guiné e Angola – enquadra e

justifica a sua participação na Guerra Colonial, advogando que, não enjeitando o que nela fez, aquilo de que verdadeiramente se orgulha é do seu “firme contributo para lhe pôr termo” (1994, p. 17).

Autor de vários livros, dezenas de publicações e centenas de intervenções na Comunicação Social, salienta que “inicialmente generosos face a um problema que se lhes apresentava como um imperativo nacional”, os operacionais do Movimento dos Capitães “foram-se apercebendo do equívoco em que estavam envolvidos e dos verdadeiros interesses que o seu sacrifício servia. Ao fim de treze anos de guerra, perguntavam-se: para quê? Para quem?” (Correia, 1994, p. 19).

Igualmente relevante o papel desempenhado por António Sebastião Ribeiro de Spínola.

A 20 de Julho de 1970, o general, então Comandante-Chefe das tropas portuguesas na Guiné, disse a um grupo de deputados da Assembleia Nacional em viagem pelo território: “À revolução social subversiva temos de opor, inteligentemente, uma revolução social progressiva, ou, por outros termos, uma contra-revolução anti-reaccionária”. E prossegue: “Na generalidade os guineenses lutam para obter vantagens concretas, querem viver melhor e em paz. Portanto, a prossecução de uma política de valorização integral da população actuaria como factor favorável de desequilíbrio, afastando-a decisivamente do processo subversivo e aproximando-a, progressivamente, da causa nacional”.

No Verão de 72, alguns oficiais do círculo restrito de António de Spínola desencadeiam um conjunto de contactos com a já atrás referida «Ala Liberal»²⁸ com o objectivo declarado de concretizar o afastamento de Américo Tomaz da Presidência da República e proceder à sua substituição por Spínola, um «cabo-de-guerra» respeitado aquém e além-fronteiras.

Ainda que tratando-se de um homem engajado no regime vigente, o então Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné acaba por se incompatibilizar com Marcello Caetano por este se recusar a caucionar as suas tentativas de estabelecimento de negociações directas com os responsáveis do PAIGC.

²⁸ Projecto reformista que defendeu uma forte liberalização do Estado Novo e do qual faziam parte, entre outros, Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, João Bosco Mota Amaral, Magalhães Mota e Miller Guerra.

Spínola entendia como perdida a guerra na Guiné; Caetano, que embora tivesse uma imensa consideração pelo carismático oficial de Cavalaria, não acolheu as ideias do cabo-de-guerra e acabou por ceder às pressões dos radicais do Estado Novo, empenhados na recandidatura de Américo Tomaz à Presidência da República.

Nas palavras de Almeida (1977, p. 113), Marcello Caetano acabará por “pactuar com a recandidatura de Américo Tomaz, fazendo fracassar o projecto”. Só que “na Guiné, estava já criado o ambiente propício ao debate sobre a guerra, tema-tabu do regime. A ideia de que a solução do problema é política e não militar difunde-se entre a oficialidade spinolista que acabará por liderar a contestação ao referido Congresso”. E prossegue Dinis de Almeida, antigo operacional do 25 de Abril e do 11 de Março, reconhecendo que a responsabilização dos oficiais do Quadro Permanente pelos insucessos, “cuja razão de ser era bem mais política do que militar, não traduzia senão a intencional preparação da opinião pública, não apenas para os periódicos, inevitáveis e frequentes insucessos militares, mas também para o colapso iminente que se esboçava na Guiné” (Almeida, 1977, p. 161).

Melhor do que ninguém, Spínola sabia exactamente o que se passava. E sabia também que, por detrás das suas palavras sobre os guineenses, estavam outras, porventura bem mais preocupantes que se relacionavam com a visão cada vez mais descrente e minada com que os oficiais lusos olhavam e se posicionavam face à guerra.

As teses assumidas por António de Spínola, segundo as quais a guerra na Guiné jamais passaria por uma solução bélica mas sim política, acabaram por calibrar e encorajar os oficiais de menor patente que viram na imagem do admirado chefe militar o detonador de uma subversão tão possível como cada vez mais necessária. Impacientes, os oficiais formados na Academia Militar entre 1962 e 1965, a tal «carne para canhão», acumulam comissões e descontentamentos.

Presos à inércia que a Guerra Colonial gerava, os ultras do regime legado por Salazar, unidos em redor da figura do almirante Américo Tomaz, tudo faziam por manter intacto o espírito combativo que trouxesse das Colónias para a Metrópole uma lufada de encorajamento e crença na manutenção do Império.

E foi neste caldo de contradições, expectativas e desesperanças que se chegou ao que acabou por se cotar como o derradeiro, e definitivo, elemento que funcionou como a «válvula de escape» de todo o anti-clímax entretanto gerado: o Congresso dos Combatentes do

Ultramar, já de si uma desafortunada iniciativa pela falta de oportunidade por que se caracterizou, assente na tentativa de igualar estatutos entre diferentes classes de oficiais, sublinhará ainda mais as profundas clivagens existentes entre oficiais do Quadro Permanente (QP) e os oficiais milicianos – os chamados «puros e os espúrios».

Organizado pelo regime e realizado entre 1 e 3 de Junho de 1973, no Porto, para facilitar o acesso dos oficiais milicianos à carreira, dando a hierarquia a ideia de ignorar o tremendo esforço de guerra protagonizado dia-a-dia, todos os dias, pelos oficiais do Quadro Permanente, teve efeitos pouco menos do que devastadores que concorreram directamente para a dinamização absoluta do Movimento dos Capitães.

Desde logo, e ainda que de forma não intencional, a mobilização provocada pelo Congresso deixa à vista de todos as movimentações que decorriam na Guiné e, sobretudo, o facto de António de Spínola ter aí criado um clima susceptível ao debate sobre a guerra. A este propósito (Rezola, 2003, p. 40) refere que, “apesar de sempre ter sido um homem do regime, em meados de 1972, o Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné incompatibiliza-se com Marcello Caetano, ao ver gorados seus esforços de desenvolvimento de conversações com o PAIGC”. Ora, face à “recusa de Caetano na procura de uma saída política para a guerra, que o general considera perdida em termos militares, leva o seu escol de «magníficos» a promover uma tentativa de «golpe palaciano»” (Rezola, 2003, p. 40).

Como se tudo isto não fosse já suficiente, o ministro do Exército, Sá Viana Rebelo, faz aprovar dois diplomas – o decreto-lei 353/73, de 13 de Julho, promulgado em 29 de Junho de 1973, constante na I Série do *Diário do Governo* n.º 163; e o decreto-lei 409/73, de 20 de Agosto, promulgado em 8 de Agosto do mesmo ano, inserido na I Série do *Diário do Governo* n.º 194 – cujas consequências se revelarão totalmente contrárias ao objectivo inicial e que fazem alastrar a indignação entre toda a classe de oficiais abaixo do posto de tenente-coronel, agudizada pela realização do Congresso dos Combatentes.

O decreto-lei 353/73 visava solucionar a carência de capitães e subalternos do Quadro Permanente no Exército, através de medidas de recurso que os oficiais daqueles postos, que haviam ingressado na Academia Militar como cadetes, consideravam lesivas dos seus direitos. Todavia, gera-se de imediato um movimento de rejeição do decreto, que não pára quando, um mês depois, a 20 de Agosto, o Governo, através do ministro do Exército, Sá

Viana Rebelo, procura emendar a mão com o 409/73, o qual, acabando por produzir alguns efeitos entre os maiores, deixou sem alteração a situação dos capitães.

A ira dos capitães tinha efectivamente como causa principal o decreto-lei que Sá Viana Rebelo caucionara e que rasgava as portas do Quadro Permanente das Forças Armadas a novos candidatos sem o mesmo nível de preparação. Desgastado por uma guerra de treze anos alargada a três territórios tão diferentes quanto difíceis, este Quadro Permanente carecia urgentemente de reforços ao nível de capitães e oficiais subalternos.

Era este o problema que o diploma legal em causa visava sanar através de um curso intensivo que os oficiais milicianos frequentariam na Academia Militar. As facilidades eram evidentes: bastava aos capitães ou subalternos com o 7.º ano de escolaridade com idade inferior a 31 anos, em 1 de Janeiro do mês de admissão, e dispor de boas indicações, obterem boas classificações e frequentarem um curso acelerado de dois semestres numa qualquer escola prática para poderem passar ao Quadro, inclusivamente ao posto de major. Eram assim preteridos os oficiais do Quadro Permanente, cujas carreiras de esforço e antiguidade eram rapidamente ultrapassadas pelas facilidades concedidas aos mais novos.

Entre o corpo militar foi extraordinária a repercussão desta legislação. Foram enviados processos individuais ao ministro do Exército para que este avaliasse cada uma das situações referentes aos militares que, de alguma forma, se julgavam injustiçados.

Em simultâneo começaram a circular folhetos denominados «Dos espúrios aos puros» e «Estagnação ou progresso», que consubstanciavam textos que tinham por objectivo evidenciar as divisões e as clivagens entre oficiais do Quadro Permanente e milicianos e cuja autoria nunca alguém apareceu a reclamar.

Como pólvora, espalha-se pelos oficiais revoltados do QP uma vaga de revolta que terá em Bissau, na Guiné, no dia 21 de Agosto, uma data marcante pela reunião que um grupo restrito de capitães organiza e que terá continuidade uma semana depois, a 28, quando surge, também em Bissau, o primeiro documento para recolha de assinaturas de adesão ao Movimento dos Capitães, sendo eleita a primeira comissão do Movimento que integra os capitães Almeida Coimbra, Matos Gomes, Duran Clemente e António Caetano.

Sem que vejam minimamente satisfeitas as suas expectativas e insatisfeitos com a pretendida correcção legislativa, os capitães decidem avançar para a realização de uma reunião agendada para 9 de Setembro, numa herdade das Alcáçovas, no distrito de Évora, de

onde sairá uma exposição a dar conta do “espanto e desgosto” com que tinham recebido a publicação daqueles decretos e como a sua base afectava “o prestígio do Exército e o moral e sentido de justiça dos oficiais do Quadro Permanente”. (Duarte, p. 82, 1999).

Situado na estrada que liga a vila das Alcáçovas a Viana do Alentejo, e pela sua localização à altura bem discreta, o Monte do Sobral, propriedade de um familiar do capitão Dinis de Almeida, foi o local escolhido para acolher a reunião que congregou 95 capitães, 39 tenentes e 2 alferes.

Segundo a referida exposição, consideram os capitães que “nem o prestígio do Exército foi salvaguardado, nem os casos de mais flagrante injustiça foram resolvidos a contento. Não foi, assim, feita justiça!”, concluem os oficiais ali reunidos.

O comunicado explica com pormenor a revolta destes homens.

Na verdade, face à letra da lei vertida pelos diplomas legais aprovados pelo Governo, é assim mantido e reforçado o projecto de criar um curso intensivo com o objectivo de substituir o curso normal das Armas e que, em detrimento dos muitos que anos antes decidiram optar por assumir uma vocação, cauciona as vantagens concedidas aos que vierem, ao abrigo da nova legislação, a ingressar na Academia Militar.

Segundo os capitães, conclui-se “que a situação do QP deveria merecer um estudo profundo, objectivo e honesto das verdadeiras causas do mal-estar e desmoralização”.

Contundente, o texto vertido pelo documento de reacção ao 409/73 alude a uma “pseudo-solução”, movimento que teve como “única preocupação resolver o problema das ultrapassagens inconvenientes em relação aos oficiais superiores, esquecendo, porém, as centenas de capitães e subalternos, para quem se mantêm todos os inconvenientes assinalados no diploma anterior [353/73]”.

O referido relatório terminou com uma nota patriótica mas reveladora de uma incontida ameaça:

“Assim, com a lealdade que constitui apanágio dos oficiais do Quadro Permanente, informam V. Ex^a [o ministro Sá Viana Rebelo] de que recorrerão para já, e se tal for necessário, às instâncias superiores, para a defesa dos seus legítimos direitos, mas não podem deixar de lamentar terem de tomar tal decisão, dada a situação particularmente grave que a Nação atravessa e dado o momento político presente, o que não deixará de ser aproveitado por mal-intencionados para porem em dúvida as intenções e o significado de tal atitude”.

À saída das Alcáçovas, os militares estavam unidos por uma luta comum que passaria, em seguida, pelo endosso do documento ao Presidente do Conselho, Marcello Caetano, e ao Presidente da República, Américo Tomaz.

Em 12 de Outubro de 1973, entretanto saído do Governo, Sá Viana Rebelo cede o lugar a Andrade e Silva. O novo ministro nomeia para o cargo de subsecretário de Estado do Exército o até então chefe dos Serviços Cartográficos do Exército, coronel Carlos Viana de Lemos, amigo de Mariz Fernandes, um major que participara na reunião subversiva das Alcáçovas e que fora destacado para integrar, com Lobato de Faria e Clementino Pais, a comissão responsável pela entrega do documento aos atrás citados mais altos dignitários do Estado Novo.

A posição pública assumida pelos oficiais acaba por desencadear um movimento nacional imparável. Ao mesmo tempo que um grupo de oficiais na Guiné fizera chegar a Marcello Caetano e a Américo Tomaz uma carta a manifestar o seu desagrado para com os enunciados decretos. Seguiu-se depois um sinal emitido desde Moçambique através da assinatura de um documento de protesto da autoria de 106 oficiais superiores, capitães e subalternos. Entretanto, no Continente, o documento das Alcáçovas recolhe o apoio de mais 190 oficiais.

Amigo de Francisco da Costa Gomes e considerado um convicto pró-ocidental, Viana de Lemos vai sendo informado do evoluir da situação de desconforto reinante entre os capitães por Mariz Fernandes que, por sua vez, não tardará a abandonar as reuniões do Movimento dos Capitães pelo que já não comparece na reunião de S. Pedro do Estoril.

Os ventos da História sopravam cada vez mais com maior intensidade.

Para os oficiais que cuidavam, em Bissau, do objectivo de preparar o esboço das primeiras reuniões a realizar em breve já no Continente e de alinhar as ideias essenciais do que viria a ser o Movimento das Forças Armadas, o tempo corria a uma velocidade trepidante pelo que se vão consciencializando de que não há um segundo a perder.

Absolutamente conscientes do esforço de guerra feito durante anos e dando corpo a comissões recheadas de perigos e incertezas, os militares da Academia insurgem-se.

Assim sendo, às cúpulas do regime não sobem os principais sinais do descontentamento fortemente sentido abaixo dos galões de tenente-coronel.

O efeito de contaminação psicológica, filosófica, doutrinária e, até, ideológica foi devastador no seio dos oficiais de mais baixa patente e que mais arriscavam a vida nos teatros de operações das frentes de combate de Angola, Moçambique e Guiné. As consequências da Guerra Colonial sentem-se na vida económica, social, política, também cultural e, claro, instalam-se com vigor nas fileiras das Forças Armadas.

Em Lisboa, aos gabinetes dos responsáveis militares e políticos, só esporadicamente chegam os ecos decerto inequívocos mas pouco consistentes do desagrado dos capitães e maiores. Mas o conformismo institucional que impera face à inevitabilidade doutrinária de manter a guerra não dá o flanco.

À margem da abstracção dos altos dignitários do Estado e das chefias militares, é neste caldo que se cozinham as mais profundas e insanáveis insatisfações, frustrações e ambiguidades.

Das mais diversas origens e tonalidades, o lume brando revolucionário ganha contornos irreversíveis selados por operacionais já calejados em transformar e substituir a dor sentida nas frentes de batalha pelo ânimo da esperança que gradualmente passa a depender, apenas e exclusivamente, da sua energia e do seu querer.

Esmagados por comissões de serviço, impiedosamente abandonados à sua sorte pelas chefias, arrasados por guerrilhas organizadas e desesperançados num desfecho positivo para o conflito, estes operacionais aderiram a um projecto de mudança política que nascera numa reivindicação corporativa mas que acabou numa revolução exemplar se forem tidas em conta a profundidade e transversalidade das alterações estruturais posteriormente operadas.

Sendo certo que “o radicalismo dos militares tem condições por vezes para ir além do desejo único de destruir as ordens feudais mais retrógradas, adoptando rapidamente a ideia da revolução social e aprofundando cada vez mais o seu significado” (Almeida, 1977, p. 14), resulta assim claro que o 25 de Abril “apresenta as características de um golpe militar que [...] vem a revelar-se de tipo revolucionário” (Carrilho, 1985, p. 302).

É este conjunto explosivo de circunstâncias que acabará por evidenciar a gestão formalmente desastrosa dos problemas da guerra por parte dos responsáveis do regime e a forma como uma mal e equivocadamente resolvida questão corporativa acabou na Revolução de Abril de 74.

Neste quadro considerada data absoluta e decisiva para a queda do Estado Novo, a Revolução dos Cravos não pode, ainda assim, ser encarada como o único momento que levou a tal desfecho.

Imediatamente antes de 25 de Abril, outros momentos e outras incidências contribuíram de diferentes formas para o desenhar de uma data que corresponde, efectiva mas não isoladamente, ao sucumbir do regime ditatorial.

A «Kaúlzada» foi um desses momentos.

Tentativa interna de extremar o Estado Novo pela ala direita, consistiu na preparação de um golpe militar que tenderia a levar ao poder militares mais extremistas do que os responsáveis da confiança de Marcello Caetano titulares das chefias castrenses. Entre os dias 15 de Novembro de 1973 e a primeira semana de Janeiro de 1974, esta tentativa de golpe ganhou contornos e aqueceu a vida política portuguesa.

Delineada pelo general Kaúlza de Arriaga, antigo e fiel colaborador de Oliveira Salazar e depois de Marcello Caetano, antigo subsecretário de Estado da Aeronáutica e comandante-chefe da região militar de Moçambique, a intentona visava radicalizar o regime e promover ao poder a extrema-direita acolitada sob as abas de Kaúlza.

Antigo «delfim» de Salazar, Kaúlza de Arriaga acabou por cair em desgraça junto do chefe do Governo, Marcello Caetano, no seguimento do triste episódio de Wiriamu, aldeia que foi palco de um massacre de populações ordenado em Dezembro de 1972 sob a tutela e o comando de Kaúlza. No seguimento da chacina, o regime de Marcello Caetano foi altamente pressionado nos mais variados *fora* internacionais, obrigando a relegar Arriaga para segundo plano.

Regressado à Metrópole, em Agosto de 1973, Caetano chama Kaúlza e aproveita a sua presença em Lisboa para o afastar de Moçambique ainda em consequência do incidente de Wiriamu.

A este propósito, é interessante ler o que Marcello Caetano lhe escreveu em 9 de Julho de 1973, considerando que fora ele quem o demitira: “Como lastimo que se venha embora! Mas reconheço a vantagem, para si, para Moçambique, para todos nós, em outra pessoa rever os conceitos e as tácticas da acção anti-subversiva em Moçambique”. (Andrade, 2002, p. 29).

Trata-se claramente de um discurso de justificação. Uma tentativa de resolver a questão com ganhos para todos, situação que já se sabia impossível.

A verdade é que, desde o Papa Paulo VI e do secretário-geral da ONU à BBC, em todos os cantos do Mundo se percebeu sem tibiezas o que se passara na ainda hoje recôndita povoação moçambicana pelo que se tornara tão inevitável o «emprateiramento» de Kaúlza como a sua vontade em vingar o julgamento público de que foi alvo – daí à congeminação de um golpe por si liderado foi um passo.

Além do genocídio ou, se se preferir, do massacre de Wiriamu, Kaúlza ficou também associado ao uso do «napalm» numa óptica estritamente defensiva. O «napalm» consiste num conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada, tendo sido particularmente usado como armamento militar nos conflitos armados dos anos 60 e 70, e de que a Guerra Colonial e o Vietname são exemplos. Utilizado em lança-chamas e bombas incendiárias, serve também o objectivo de provocar asfixia em populações através da desoxigenação do ar envolvente e do aumento da concentração de monóxido de carbono. Possibilita ainda a rápida abertura de clareiras para a aterragem de helicópteros em frentes de combate.

Foi em casa de Salgueiro Maia, a 15 de Novembro de 1973, em Santarém, que se deu o primeiro encontro entre o Movimento dos Capitães e o grupo ligado a Kaúlza.

Além do anfitrião, participaram na reunião Rodrigo Sousa e Castro, Freire Nogueira e Rosado da Luz pelos capitães e o coronel Frade Júnior que tentou sensibilizar os oficiais para um projecto de tomada de poder comandado pelo general Kaúlza de Arriaga.

Logo a seguir será Hugo dos Santos a ser contactado por Henrique Troni enquanto Frade Júnior volta à carga com Sousa e Castro. Os apaniguados de Kaúlza não desarmam e recorrem a todas as iniciativas para tentar demover os oficiais em estado de pré-revolta para que adiram à sua causa que corresponde a um esboço de golpe de Estado de extrema-direita.

Sempre a par das «démarches» levadas a cabo pelos seus seguidores, Kaúlza decide emitir também um sinal aos oficiais milicianos a quem manda tranquilizar porque nada será feito contra as suas pretensões. Mas esta atitude perturba as negociações com o Movimento dos Capitães e Rodrigo Sousa e Castro faz saber a Frade Júnior que não há espaço para concessões nem para cedências políticas.

Para os capitães, o momento é de união entre os profissionais do Quadro Permanente e nada os fará afastar desse objectivo. Daí que o ruído introduzido por movimentações paralelas tenham levado à desconfiança do Movimento.

Em resposta e com o objectivo de fazer dissipar a desconfiança instalada, Kaúlza faz chegar aos capitães um documento a explicitar as suas intenções. Renitentes, os capitães resistem à pressão de Kaúlza e a uma nova investida realizada na capital do Ribatejo por alguns oficiais pára-quedistas.

Já determinados a não ceder, os responsáveis do Movimento alertam Francisco da Costa Gomes e António de Spínola para os perigos que encerra a eventual aliança a Kaúlza de Arriaga. Este, que sabia correr contra o tempo pois a qualquer momento poderia ser desmascarado fosse pela estrutura do Exército e pelo Governo de Marcello, fosse pelos capitães, e conhecia a precariedade da organização do Movimento dos Capitães e o vazio ideológico que o caracterizava, manda Silvino Silvério Marques, Joaquim Luz Cunha e Henrique Troni darem um ultimato aos oficiais do Movimento. Mas, antes ainda de se dar este passo, Carlos Fabião, um major ligado ao Movimento que frequentava um curso para oficiais superiores no Instituto de Altos Estudos Militares, aproveita uma aula do referido curso para, em articulação com os capitães, denunciar os contornos políticos da intentona que o general Kaúlza e seus homens estavam a preparar e alerta para o facto de o apoio do Movimento aos direitistas poder vir a significar a eliminação, pelo menos política, de Costa Gomes e António de Spínola.

Realizar-se-ia, entretanto, uma das mais importantes reuniões do Movimento, em Óbidos, a 1 de Dezembro, durante a qual foi eleita a primeira Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães.

“Reunião determinante, nela foram decididos os pontos fundamentais que levariam ao 25 de Abril” (Arquivo Associação 25 de Abril, 2003, p.6). Segundo Vasco Lourenço, nesse documento, vertem-se a:

- “1. Definição de qual o caminho a seguir, para se atingirem os objectivos desejados;
2. Decisão sobre o alargamento do Movimento a todas as Forças Armadas (estiveram presentes observadores da Armada e da Força Aérea);

3. Decisão sobre a necessidade de escolher um chefe, com a definição de quais os contactáveis (que foram escolhidos os generais Costa Gomes e Spínola” (Arquivo Associação 25 de Abril, 2003, p.6).

Regressando ao episódio com que envolveu Kaúlza de Arriaga, foi no dia 17 de Dezembro, a casa de Vítor Alves acolhe uma reunião de alguns membros da Comissão Coordenadora do Movimento a fim de se perceber qual o verdadeiro envolvimento dos pára-quedistas com Kaúlza. No dia seguinte, nova reunião, agora com Avelar de Sousa, membro do Movimento, que se assume incapaz de dizer até que ponto os seus camaradas estarão envolvidos com o golpe de extrema-direita.

Nos primeiros dias de Janeiro a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães decide em definitivo cortar as negociações que vinha mantendo com os emissários de Kaúlza de Arriaga e prossegue os seus trabalhos com vista à concretização dos seus próprios planos.

Na verdade o 16 de Março tem o seu «pontapé-de-saída» no rescaldo de uma reunião do Movimento, realizada a dia 5 de Março, em Cascais, quando cerca de 200 oficiais dos três ramos das Forças Armadas se reuniram no ateliê do arquitecto Braula Reis.

Embora assente no desentendimento evidente entre representantes do Exército e da Força Aérea, e com a abstenção da Marinha, resultou desse encontro a aprovação do documento “O Movimento das Forças Armadas e a Nação”, que define quatro linhas de acção claras e objectivas:

- 1) Concretizar, logo que possível e dentro de elevadas expectativas de êxito, o golpe;
- 2) Elaborar o programa;
- 3) Contactar oficiais graduados
- 4) É reafirmado o voto de confiança na direcção do Movimento e na Comissão Coordenadora.

Mas um outro factor perturbou de forma decisiva e incisiva o decorrer desta reunião magna de Cascais: a pressão exercida por um grupo de oficiais já muito razoavelmente organizado e afectos a António de Spínola para que se não perdesse mais tempo e se avançasse o quanto antes para a deposição do regime.

“Temos um chefe. Vamos atrás e pronto!” (Duarte, 2000, p. 88), clamam alguns desses oficiais, que advogam uma intervenção rápida e decidida.

Actuando marginalmente ao plano que vinha sendo arquitectado pela Comissão Coordenadora do Movimento, este grupo de oficiais na órbita de António de Spínola intenta um golpe de Estado, que, decide, terá o seu ponto de arranque a partir do Regimento de Infantaria nº 5, das Caldas da Rainha.

Do grupo de comando fazem parte, entre outros, Manuel Monge, Almeida Bruno, Casanova Ferreira, Virgílio Varela, Rafael Durão, Dias de Lima, António Ramos, Armando Marques Ramos, Ferreira da Silva, Farinha da Silva e Adelino Matos Coelho, este hoje general na reforma e que sempre negou que a coluna saída das Caldas da rainha fosse afecta a Spínola e, ainda menos, um golpe dos spinolistas.

Desconfiada com a actividade de alguns oficiais, a 8 de Março a hierarquia militar procede à transferência compulsiva dos capitães Vasco Lourenço e Carlos Clemente para os Açores; Antero Ribeiro da Silva para a Madeira; e David Martelo para Bragança.

Em reacção a esta medida que decapita parte importante do centro de decisão do MFA, Otel Saraiva de Carvalho acaba por ceder emocionalmente um pouco e encosta a sua posição ao grupo de António de Spínola.

De resto, há muito que o general alentejano decidira dar largas à suas intenções.

Primeiro recusa a pasta do Ultramar. De seguida dá à estampa, em 22 de Fevereiro de 1974, o livro *Portugal e o Futuro*.

A obra, publicada com a chancela da Arcádia, resultava do espírito empreendedor e polémico de Waldemar Paradelo de Abreu que tinha como directora a poetisa Natália Correia, que foi quem, aliás, sugeriu que os pensamentos e escritos de Spínola passassem a livro.

O título sai à rua. A edição esgota. E o regime volta a estremecer com evidência e estrondo.

Na obra, Spínola escrevia que se impunha, no imediato, “o reconhecimento de princípios fundamentais, alguns dos quais considerados até aqui autênticos tabus” (1974, p. 146).

E quais eram esses princípios?

O autor elucidava que “o primeiro deles é o da franca aceitação do direito dos povos à autodeterminação, direito que o mundo não aceita que rejeitemos, nem nós próprios, no foro íntimo, admitimos possa ser rejeitado quando é posta em causa a nossa autodeterminação” (1974, p. 146).

Como forma de justificar a sua posição, Spínola (1974, p. 176) recordava que “a isenção e independência de que fazemos alarde, e a firmeza com que temos defendido as posições assumidas face a imposições vindas do estrangeiro, são afirmações inequívocas de autodeterminação. Não será, pois, defensável que neguemos a outros aquilo de que não abdicamos”. E aprofundava o general no seu livro entender por essa autodeterminação a liberdade de os povos, por intermédio de instituições próprias, democraticamente constituídas, “afirmarem a sua expressão no contexto internacional, decidirem os fins comuns a alcançar e as acções a serem empreendidas para os atingir, e exercerem a soberania na ordem interna sem outras limitações nem delegações senão as que por eles próprios forem decididas”.

Num texto agitador, quer face ao contexto passadista em que o Estado Novo teimava em persistir, quer numa visão futurista que na sua obra descortinava, António de Spínola, vanguardista, como que defende uma «Commonwealth de matriz lusitana», quando avança que o problema residia, assim, em promover a autodeterminação das populações ultramarinas pela sua integração na República Portuguesa, facto que, escreveu “não sendo fácil no quadro actual, o será todavia num quadro diferente. [...] sabemos fazer-nos aceitar pela ausência de preconceitos rácicos; sabemos conviver com povos de culturas diferentes e cativar a sua simpatia. Ainda hoje o português é preferido pelos africanos” (Spínola, 1974, p. 149).

Taxativo, defende que “a existência de problemas específicos para cada Província e para a Metrópole, e a existência em cada Província de grupos detentores de culturas ancestralmente diferentes e insusceptíveis de gradação, torna impossíveis soluções unitárias de carácter absoluto” (1974, p. 151).

Assentava as suas convicções no argumento de que “toda a tentativa de forçar soluções desse tipo agrava as tensões existentes e afasta-nos, cada vez mais, da verdadeira unidade a realizar” (1974, p. 151). Uma unidade “só possível pela via do progresso social e económico em clima de absoluta expressão de todos os grupos humanos que nela participam” (Spínola, 1974, p. 155). E, demolidor, sobre a solução política para o impasse a que Portugal chegara, advoga que um Estado que não promova “efectivamente a prosperidade dos indivíduos que o compõem perde o substrato agregador da massa que lhe confere existência e arrisca-se a desaparecer pela via da anexação por outro Estado ou pelo perecimento do corpo social em que se consubstancia” (Borga & Cascais, 1974, p.38).

De certa forma inconformado com o facto de o Movimento dos Capitães não ser uma iniciativa sua e cada vez mais afastado da orientação militar que o Governo de Marcello dera aos destinos da Guerra Colonial, o general dera luz verde aos oficiais da sua confiança para que se desenhasse um golpe de Estado.

Resulta explosivo o binómio que decorre da impaciência deste grupo conjugada com a exoneração de Spínola e de Costa Gomes no seguimento do episódio da «Brigada do Reumático», em 14 de Março.

Através de uma mal-disfarçada e narcísica jactância, os spinolistas aumentam os sinais de entusiasmo e aceleram a passada rumo a um desencadear de acção que culminará no 16 de Março.

A «Brigada do Reumático», episódio que ficou conhecido por se ter tratado de uma cerimónia de solidariedade institucional da iniciativa de um conjunto de idosos e conservadores oficiais-generais do exército, Marinha e Força Aérea alinhados com Marcello Caetano que não passou aos olhos de muitos portugueses como um «beija-mão» algo ridículo e destituído de sentido.

Face ao simbolismo atribuído ao evento e reconhecido pela atitude dos referidos oficiais, o Presidente do Conselho afirmou na ocasião que “o País está seguro de que conta com as suas Forças Armadas e em todos os escalões destas não poderão restar dúvidas acerca da atitude dos seus comandos”.

Ora a recusa de António de Spínola em participar na cerimónia e a respectiva subsequente exoneração inflamam definitivamente as hostes à guarda do antigo Governador Militar da Guiné.

Num curto período, o regime perdia os três governadores militares das principais Colónias onde se travava a Guerra: Francisco da Costa Gomes deixara o comando da Região Militar de Angola em 1972; em 1973 é António de Spínola que abandona a chefia das Forças Armadas na Guiné-Bissau; e ainda antes do fim deste ano é Kaúlza de Arriaga quem perde o lugar de comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique.

Ainda que todos afectos a diferentes sensibilidades, constituem três baixas de monta na arquitectura militar do Estado Novo.

O dique continuava a encher. No horizonte desenhavam-se os azimutes que levariam ao fim do regime de Salazar e Marcello.

É assim que o dia 15 de Março se torna, de repente, a data de todos os acontecimentos.

É exarada a exoneração de Spínola e Costa Gomes e o capitão Vasco Lourenço voa para Ponta Delgada.

Otelo reúne-se com Manuel Monge, Casanova Ferreira e Armando Ramos. Durante o encontro são informados de que em Lamego, os oficiais do Centro de Instruções de Operações Especiais (CIOE) promovem um levantamento militar e sublevam-se como forma de protesto contra as exonerações de Spínola e Costa Gomes.

Esta acção descoordenada, desarticulada e precipitada, mesmo no contexto da aceleração spinolista, terá um poderoso efeito detonador no seio dos oficiais que pressionavam Otelo, que, sem Vasco Lourenço a seu lado, dá sinais de fragilidade e concorda em acelerar de forma definitiva um processo golpista praticamente nascido do nada mas que a conjugação de circunstâncias ia tornando inexorável.

De acordo com a base de dados históricos, “ainda neste mesmo dia, o general António de Spínola almoça no Hotel Embaixador, em Lisboa, com o coronel Rafael Durão, os tenentes-coronéis Dias de Lima e João de Almeida Bruno e o capitão António Ramos. O núcleo duro do general estudava a probabilidade de acelerar o golpe militar”.

Em declarações à agência noticiosa britânica Reuters, o secretário-geral do Partido Socialista Português, Mário Soares, declarava que a “decisão tomada pelo Governo de Marcello Caetano [de demitir os dois generais] é grave e revela a sua incapacidade para liberalizar e para resolver os problemas políticos fundamentais [do País]”²⁹.

Em síntese, os oficiais moderados do MFA são ultrapassados pela direita por uma facção spinolista ansiosa por uma intervenção imediata que reabilite a imagem do seu chefe e considerado «cabo-de-guerra».

Obstinadamente, os homens de Spínola aproveitam a madrugada do sábado, 16, para sair rumo a Lisboa. E nem o facto de se tratar de um sábado e ser, por essa razão, mais complexa a adesão das unidades por todo o território os demove das suas intenções.

A escassos três quilómetros da capital serão detidos.

²⁹ Abril de Novo – Cronologia do Ano de 1974,

Entre os contingentes militares encarregues de travar a movimentação golpista comandados pelo brigadeiro Pedro Serrano, encontram-se forças do Regimento de Artilharia 1, da Guarda Nacional e, ironicamente, da Escola Prática de Cavalaria, comandada pelo então capitão Palma.

Totalmente entrosados com o Movimento das Forças Armadas, desde as primeiras horas do dia que os capitães da EPC tinham dado sinais de não estar alinhados com o 16 de Março. Ainda que a contragosto foi, pois, sem surpresa que estes capitães intervieram na detenção da marcha dos spinolistas oriundos das Caldas da Rainha e comandados pelo capitão Armando Marques Ramos.

Às 16h00 dá-se a rendição.

O Governo faz publicar uma Nota de Imprensa que esclarece:

“Na madrugada de sexta-feira para sábado, alguns oficiais em serviço no Regimento de Infantaria 5, aquartelado nas Caldas da Rainha, capitaneados por outros que nele se introduziram, insubordinaram-se, prendendo o comandante, o segundo comandante e três majores e fazendo em seguida sair uma Companhia autotransportada que tomou a direcção de Lisboa.

O Governo tinha já conhecimento de que se preparava um movimento de características e finalidades mal definidas, e fácil foi verificar que as tentativas realizadas por alguns elementos para sublevar outras Unidades não tinham tido êxito.

Para interceptar a marcha da coluna vinda das Caldas foram imediatamente colocadas à entrada de Lisboa forças de Artilharia 1, de Cavalaria 7 e da GNR. Ao chegar perto do local onde estas forças estavam dispostas e verificando que na cidade não tinha qualquer apoio, a coluna rebelde inverteu a marcha e regressou ao quartel das Caldas da Rainha, que foi imediatamente cercado por Unidades da Região Militar de Tomar.

Após terem recebido a intimação para se entregarem, os oficiais insubordinados renderam-se sem resistência, tendo imediatamente o quartel sido ocupado pelas forças fiéis, e restabelecendo-se logo o comando legítimo.

Reina a ordem em todo o País”.

Portugal recobrava do susto, a capital voltava a assumir o comando das operações e os mais altos responsáveis do regime respiravam fundo.

E até no dia seguinte, 17 de Março, no Estádio José de Alvalade, o país futebolístico rendia-se à politicamente correcta vitória do Sporting Clube de Portugal, liderado pelo avançado argentino, Hector Yazalde, sobre o Futebol Clube do Porto do astro peruano, Teófilo Cubillas.

Também crente neste estado de coisas, Marcello Caetano decide dirigir-se a 28 de Março aos portugueses, na que será, sem o saber, a derradeira «Conversa em Família».

Por sinal esta última «Conversas em Família» marcou um momento importante na história da televisão em Portugal por ter sido a primeira emissão em que se recorreu a um teleponto.

Esse programa televisivo, estreado na RTP a 8 de Janeiro de 1969, numa altura em que o regime já não tinha condições de futuro, correspondeu a uma decisão de Marcello Caetano, respaldado num parecer de Ramiro Valadão, o «homem forte» da RTP, que o aconselhou a comunicar com os portugueses via televisão, para lhes dar a sua visão sobre a intentona e para acabar com os boatos.

Nada de novo se for tido em conta que, sujeitas a um modelo de comunicação unilateral, estas «Conversas em Família» tinham por objectivo estabelecer uma aproximação aos telespectadores partilhando, num clima intimista, reflexivo e doméstico, as suas convicções ao mesmo tempo que tentava fazer passar as explicações sobre as difíceis decisões políticas a tomar, por aqueles tempos, pelo Governo a que presidia.

Com o rápido fenecer da vela acesa doze dias antes pelos operacionais spinolistas, o Presidente do Conselho crê poder cantar vitória e, aos microfones da televisão e da rádio, profere um longo discurso carregado de patriotismo, em que aproveita para abordar, e censurar, a intentona frustrada das Caldas.

Irreflexão essa também constatada por Pinto (2005, p. 63) ao escrever que “a pressa em derrubar o regime levou a situações que poderiam pôr em risco o sucesso do Movimento. [...] Como Vasco Lourenço referiu, os revoltosos das Caldas portaram-se como os espontâneos que pulavam para a arena e acabavam por ser colhidos pelo touro”.

Mas se, por uma banda, o insucesso do pronunciamento militar de 16 de Março teve o efeito de transmitir alguma desesperança às franjas da população de forma geral mais informada e sensível, fazendo crer que o regime se encontrava bem de saúde e com a situação controlada, a cobro de qualquer eventualidade anormal, por outro lado, a frustração resultante de 16 de Março transmitiu para dentro do MFA as certezas sobre o que teria de ser feito e evitado a fim de se obter o êxito pretendido, tendo o condão de revelar a necessidade, óbvia, de que o «Dia D» teria de ser arquitectado e concretizado com um muito maior grau de rigor, organização e eficácia.

E é desta forma que, logo a 28 de Março, escassos doze dias após o incidente das Caldas, reforçados com a convicção de que, com outro nível de preparação, seria possível desferir enfim o «murro no estômago» do Estado Novo pelo qual cada vez mais cidadãos almejavam, os capitães voltaram ao seu caminho inicial, para mais reforçados agora com o desejo de, rapidamente, poderem libertar os camaradas aprisionados.

No novo contexto criado, fica então fixada a versão final do Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas, ao qual os capitães se obrigarão e endossarão na noite de 25 de Abril aos membros da nova Junta de Salvação Nacional.

Um documento que, pela sua importância histórica, merece figurar no corpo da tese e não apenas como anexo. Dizia o seguinte:

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas e raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutíveis representantes do Povo Português;

Considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo Português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa:

A – Medidas imediatas

1 – Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil.

A escolha do Presidente e Vice-Presidente será feita pela própria Junta.

2 – A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no Continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e Governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular;

1) Os Governos-Gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo, até nomeação de novos Governadores-gerais pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos correntes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude. No Ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) A entrega às Forças Armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução;

e) Medidas que permitam vigilância e controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio;

1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na Opinião Pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reacçãoários, será criada uma comissão ad hoc para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual

se manterá em funções até à publicação de de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

i) O controlo de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

B – Medidas a curto prazo

1 – No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição;

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de Chefe do estado-Maior General das Forças Armadas, Vice-Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas; Chefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior do Exército e Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 – Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente Programa.

3 – Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional, para salvaguarda dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 – O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 – O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de “associações políticas”, possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, teatro e Cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;

1) A extinção dos “tribunais especiais” e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juízes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos.

As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 – O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os Portugueses.

7 – O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros

Países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 – A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C – Considerações finais

1 – Logo que eleitos pela Nação a Assembleia legislativa e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional.

2 – O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações.

Otelo Saraiva de Carvalho oferece-se para alinhar o plano de operações e a data do golpe fica agendada para os dias compreendidos entre 20 e 29 de Abril.

Otelo é quem se dedica a organizar toda a movimentação militar do 25 de Abril, assente numa dinâmica multi-disciplinada e articulada entre unidades militarizadas principais, secundárias e forças de instrução, tais como a EPI - Escola Prática de Infantaria; EPC - Escola Prática de Cavalaria; EPA - Escola Prática de Artilharia; EPAM - Escola Prática de Administração Militar; EPE, Escola Prática de Engenharia.

Nessa madrugada, da Escola Prática de Cavalaria saíram 27 viaturas militares, dez das quais blindadas, do tipo Panhard EBR, Panhard ETT e Chaimite.

Já ao começo da manhã dois blindados pesados M-47 Patton e três blindados médios M-24 Chafee rumaram também a Lisboa.

O material utilizado no golpe estava longe de ser o ideal pois, normalmente, as unidades de instrução encontram-se apenas equipadas com material usado e de qualidade inferior ao das unidades ditas operacionais.

Na operação intervieram ainda viaturas do RC-3 - Regimento de Cavalaria de Estremoz e do RC-4 -Regimento de Cavalaria de Santa Margarida. Mantidas de prevenção, juntamente com estas, várias outras unidades aderiram ao golpe sem que, ainda assim, tenham

tido oportunidade de sair à rua e intervir de forma directa ou decisiva no rumo dos acontecimentos.

A principal movimentação militar ocorreu na madrugada/manhã de quinta-feira, 25 de Abril, quando as tropas da Escola Prática de Cavalaria chegaram ao Terreiro do Paço, centro nevrálgico do poder onde se concentravam então os ministérios.

Equipadas com armas ligeiras, de Infantaria transportada em viaturas Chaimite e Berliet, morteiros auto-transportados do tipo AML, habitualmente referidas em Portugal como ‘autometralhadoras’, e veículos blindados de reconhecimento do tipo EBR armados com canhão de 75mm, estas forças rapidamente tomaram conta das ocorrências e dominaram a zona.

A necessidade da obtenção de domínio sobre esta área por parte dos revoltosos representaria como que um sinal simbólico da tomada do poder porquanto, tomado o poder em Lisboa, tal significaria a tomada do poder em todo o País. E, controlando Lisboa, estariam, à distância, controlados os territórios ultramarinos.

Foi frágil e nada consistente a oposição das forças do regime aos revoltosos. No rio Tejo, uma fragata envolvida em manobras da NATO nada fez e do Regimento de Cavalaria 7 e do Regimento de Lanceiros 2 da Polícia Militar seguiram duas forças para o Terreiro do Paço que, quando ali chegaram e estabeleceram contacto com o capitão Salgueiro Maia, se passaram imediatamente para o lado dos revoltosos.

Primeiro a oposição que o não chegou a ser nas águas do rio. Por ironia do destino, nesse mesmo dia 25 de Abril de 1974 estava previsto arrancar o «Dawn Patrol», operação conjunta da NATO que seria suposto incluir – além da presença, em Lisboa, durante dois dias, de fragatas e contra-torpedeiros da Marinha Real do Canadá – a participação de uma fragata portuguesa – o NRP Gago Coutinho. Durante a manhã de 25, enquanto as forças da Escola Prática de Cavalaria se dispunham nos teatros de operações no «Campo das Cebolas», Av. Ribeira das Naus e Rua do Arsenal, os navios da NATO ultimavam os preparativos para deixar a capital rumo ao Atlântico. Passava já das 11h00 quando as embarcações zarparam do Porto de Lisboa. Nas águas daquele excepcionalmente agitado rio Tejo ficaram um navio canadiano, que chegara um dia depois da restante esquadra e que retardou a sua saída até ao último momento na expectativa de ter de evacuar cidadãos canadianos apanhados nas malhas de um eventual conflito, e o NRP Gago Coutinho.

Em rigor também a embarcação lusa estava preparada para sair rumo ao Mediterrâneo onde deveria integrar manobras da NATO, mas as ocorrências levaram o vice-chefe de Estado-Maior da Armada, almirante Jaime Lopes, a dar ordens no sentido de o navio se posicionar de molde a constituir uma ameaça visível perante a evolução dos movimentos dos militares revoltosos. Cerca das 08h00 a fragata voga na direcção do Terreiro do Paço, frente ao qual se posiciona.

A verdade, todavia, é que, ao longo de toda a manhã, nunca da fragata saíram quaisquer sinais que evidenciassem a intenção de abrir fogo contra os militares comandados pelo capitão Salgueiro Maia. E, assim, ou porque alguns oficiais alinhados com o golpe de Estado o impediram ou porque o comandante do navio, o capitão-de-fragata António Seixas Louçã, cedeu ao bom senso e optou por não dar ordem de fogo, jamais o regime conseguiu ter no rio Tejo uma verdadeira ameaça ao êxito das intenções prosseguidas pelo Movimento das Forças Armadas.

Aliás a posição de elevação do fogo assumido pela embarcação, que, caso fosse necessário, destruiria em minutos as posições dos homens de Salgueiro Maia, deixou para a posteridade a imagem de uma neutralidade que beneficiou a acção dos militares insubordinados ao Estado Novo.

Em terra, uma segunda força abeira-se da Praça do Comércio onde chega cerca das 09h30, tomando posições no flanco esquerdo. Quatro carros de combate pesados M-47 Patton, pertencentes ao Regimento de Cavalaria 7, comandados pelo 2º comandante da Região Militar de Lisboa, brigadeiro Junqueira dos Reis, tomam posições na Av. da Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal.

No flanco oposto uma força da Guarda Nacional Republicana, equipada com 12 viaturas «Land Rover», atinge o «Campo das Cebolas», que dista cerca de quinhentos metros das posições então ocupadas pelos revoltosos. Mas o responsável pela força dos guardas da GNR é um ex-oficial subalterno que servira às ordens de Salgueiro Maia, na EPC, em Santarém, e que, assim, se junta de imediato e com entusiasmo ao seu antigo superior.

O abraço cúmplice dado por ambos foi registado pelo jornalista Adelino Gomes que, na ocasião, transmitiu através do seu microfone: “Agora já não percebo nada – o capitão dos revoltosos abraçou o GNR!” (Duarte, 2000, p. 44).

Enquanto isso, não longe, outras tropas continuavam a ameaçar cercar as tropas de Salgueiro Maia e carros de combate que continuavam fiéis ao governo, tomam posições no Largo Camões, de onde podem ameaçar os soldados provenientes de Santarém.

Sabendo da situação, o comando das operações do lado dos revoltosos manda avançar para dentro de Lisboa o esquadrão enviado desde Estremoz, que atravessou a Ponte sobre o Tejo às 13:30, sendo constituído por três pelotões equipados com algumas viaturas Panhard EBR e AML. O objectivo era evitar que as forças que cercavam o quartel da GNR, no Largo do Carmo, não ficassem, elas próprias, cercadas, como se chegou a temer por volta da uma hora da tarde.

O fracasso do 16 de Março pedira e implicara a tenacidade dos que vão até ao fim e o talento dos que não falham.

A 25 de Abril a história foi, enfim, outra.

Uma cadeira tinha levado à queda de Salazar, mas não ao encerramento do regime. O Movimento dos Capitães apeou o herdeiro natural e fechou o ciclo.

Capítulo 3 – Apoio Popular, Elemento Comum e Decisivo da Passagem do «putsch» a Revolução

Adiante neste capítulo observar-se-ão as diferenças e desenvolver-se-ão pormenorizadamente as diferentes intercepções produzidas em 25 de Abril de 1974 e em 1383 pela acção directa dos mais desfavorecidos e do povo em geral.

Ainda assim, ressalta de qualquer forma óbvio que se encontra – na Revolução dos Cravos como em 1383 – um cenário comum da luta dos comerciantes e artesãos contra a nobreza – operários e estudantes contra a PIDE antes do 25 de Abril; “ou a pressão dos camponeses rebeldes, os homens-bons e, por detrás destes, os trabalhadores assalariados livres, trabalhadores sem terra e sem senhor, que Fernão Lopes imortalizou com o nome de «ventres ao sol»”³⁰, num desempenho em tudo semelhante ao dos trabalhadores rurais do Alentejo durante o Estado Novo.

Precusores do proletariado moderno e de cenas de insubordinação social, das quais nos ficou como documento mais circunstanciado o fantástico relato da insurreição de Évora, dirigida pelo cabreiro Gonçalves Eanes e pelo alfaiate Vicente Anes, em tudo a apontar cumplicemente para a luta contra o latifúndio do século XX nos campos do Alentejo e do Ribatejo, revela-se impossível, assim o julga o autor desta tese, que não se estabeleça em ambas as circunstâncias históricas uma tão flagrante e notória analogia do ponto de vista conceptual e, até, espacial.

Como em Abril de 74, perpassa a ideia de que o êxito do golpe em boa parte congeminado por Álvaro Pais e levado a cabo por D. João teria sempre o acolhimento da maioria da população por constituir, enfim, a libertação de uma indesejada lógica de perda autonómica esboçada com a temível aproximação a Castela.

E como na Revolução dos Cravos, o povo acolheu, aderiu e suportou de forma incondicional o sinal da mudança ainda que, praticamente no fim do dia 25 de Abril, a esmagadora maioria das pessoas não fizesse a mais pequena ideia sobre quem eram os ideólogos do derrube do Estado Novo, suas orientações políticas e que estratégia defenderiam para o futuro que ali se desenhava.

E ocorre assim, uma vez mais, em ambos os momentos históricos, uma tremenda coincidência – crê o autor da tese não derivada do seu por si assumido entusiasmo analítico ou, mesmo, emocional – pois que aponta, de modo convergente, para a aceitação de um desfecho esperado ainda que ignorado.

³⁰ http://www.arqnet.pt/portal/pontosdevista/ac_classes.html

Claro que, em 1383, muitos dos castelos e praças-fortes subsistiram às ordens de alcaides próximos de D. Leonor e de Castela, assim tendo permanecido até muito tempo mais tarde. O que explica que só nas cortes de Coimbra muitos desses nobres tenham, enfim, aderido em definitivo ao Mestre de Avis, a partir de então D. João I, rei de Portugal.

Convirá ter presente que a Primeira Dinastia foi marcada pela necessidade de afirmação como País independente e daí a cruzada – decorrente do cumprimento das determinações da Bula Papal – para Sul, até encontrar o mar. Cruzada que necessitava dos nobres em dois momentos. Primeiro para o esforço da conquista. Depois para a garantia da defesa do território conquistado. Por isso, não admira que o rei se visse obrigado, em plena época feudal, a premiar os nobres, embora tal decisão em nada favorecesse a centralização do Poder nas mãos reais.

O Estado Moderno ainda demoraria. Bodin, o criador da soberania, ainda não tinha visto a luz do dia e a Vestefália só chegaria em 1648.

Face ao exposto, a referida atitude dos nobres terá de ser enquadrada mais numa dimensão dos interesses individuais do que num espírito nacional.

A propósito da conclusão partilhada por Álvaro Pais e pelos demais mentores da revolta de 6 de Dezembro sobre a necessidade de credibilização e capacidade de afirmação do movimento rebelde, acredita o autor desta tese não deixar de ser emocionante estabelecer uma nova analogia entre este movimento social e a Revolução dos Cravos.

Na verdade, não só pelas discussões alastradas entre capitães antes de 25 de Abril de 74, como à vista do desenrolar dos acontecimentos ao longo do próprio dia 25, constata-se que também aqueles oficiais sentiram a necessidade de dar mais corpo à rebelião para que, como em 16 de Março, ela não abortasse por falta de músculo, claro que sem pôr em causa a pertinência de uma mais completa planificação.

Assim como Álvaro Pais recorreu a D. João para fortalecer a sua causa, também por essa razão os responsáveis do Movimento das Forças Armadas, no Posto de Comando da Pontinha, recorreram a António de Spínola, convocado para acolher a rendição de Marcello Caetano no Quartel do Carmo e receber, simbolicamente, o poder governativo das mãos do Presidente do Conselho, para que este não caísse na rua, como terá proferido o amargurado Marcello Caetano que, pela sua formação académica, sabia bem o significado dessa situação.

Se a matéria, afinal, não tem horror ao vazio, os vazios do Poder implicam sempre um elevado custo.

O respeitado catedrático de Direito Administrativo e Presidente do Conselho pretendia, com aquelas palavras, reflectir a presunção própria de que o poder instituído não cairia, assim, nos braços de capitães que julgava impreparados – tendo para mais diante de si como exemplo Salgueiro Maia – temendo que a situação se descontrolasse e houvesse um banho de sangue, a menos que, como de facto sucedeu, se processasse alguma transmissão de legitimação hierárquica que significasse a seus olhos e emprestasse uma outra maturidade à sua deposição e substituição e dos que com ele detinham o comando da governação.

Como relatou mais tarde Salgueiro Maia³¹, o general Spínola chegou ao Largo do Carmo pelas 17h45 acompanhado do tenente-coronel Dias de Lima, do major Carlos Morais, do capitão António Ramos e do médico Carlos Vieira da Rocha, mas “não respondeu sequer ao meu cumprimento militar e assumiu o ar de quem ali tinha sido chamado para resolver uma situação crítica com a qual pouco tinha a ver”.

Era um general a desconsiderar figuras que considerava menores e, por isso, limitou-se a perguntar ³² “como podia garantir a segurança de Marcello e dos ministros. Declarei que numa Chaimite. Foi falar a sós com Marcello e veio de lá com ar de dono da guerra!”

O golpe tinha um autor, mas o regime deposto ainda foi a tempo de reescrever o acto e cooptar por outros protagonistas.

Dividindo-se a doutrina quanto à definição e designação de golpe de Estado e Revolução, cabe aqui produzir nota relevante quanto à intervenção decisiva do povo enquanto mola que acciona e faz avançar certa convulsão; coisa diferente consiste na real transformação verificada na sociedade por via dessa mesma alteração na condução da sociedade. Isto é: pode desencadear-se o processo conducente a uma revolução pelo apoio do povo mas poderá essa mudança não compaginar minimamente uma tal transformação que chegue precisamente ao povo. Mais claro ainda: poderá haver acção do povo mas não benefício. E se as consequências dessa acção não forem assim drásticas, profundas, convulsas, intestinas, poderá não haver revolução.

Depois da concetualização feita no capítulo inicial, é essa a temática que importa aprofundar.

³¹ Informação recolhida pelo autor em entrevista com Salgueiro Maia.

³² Informação recolhida pelo autor em entrevista com Salgueiro Maia.

Assim, segundo Sanchez Cervelló (1993, p. 139), “o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 teve como motivo essencial a resolução da questão colonial”. Segundo o historiador espanhol, as origens de tendência revolucionária “ligam-se ao projecto golpista da oposição, que conseguiu aglutinar amplos sectores da instituição militar, em virtude do profundo descontentamento que alastrava na corporação”.

Para trás, mas também incluídos no Capítulo que ora começa, pretendeu o autor abordar as diferentes leituras que ao longo de muitos anos têm sido produzidas por investigadores e cientistas sobre golpe de Estado e revolução e em concreto sobre 1383 e 1974.

Por serem naturalmente distintas as fontes de análise que sobre um e outro momento históricos impendem, cabe, aqui, uma nota que parece absolutamente necessária e oportuna sobre o facto de que, no que à Revolução de 1383 diz respeito, essas fontes se circunscreverem em parte significativa das vezes, ao relato de Fernão Lopes porque “houve tempo em que a História e a interpretação dos acontecimentos, que em Portugal ocorreram na segunda metade do século XIV e tiveram como ponto culminante o grande levantamento popular de 1383, se fazia quase inteiramente a partir das Crónicas de Fernão Lopes” (Rebelo, 1983, p. 15)

Um dado relevante, sobretudo porque, ainda na actualidade, “não é muito o que se conhece sobre a sua vida.

Sabe-se que nasceu entre 1380 e 1390 e [...] supõe-se não ser nobre mas antes provir de meios camponeses ou mesteirais de Lisboa e arredores (Luz, 1986, p. 19). E “porque contava um sapateiro na família da [sua] mulher” (Saraiva & Lopes, 1979, p. 121).

De acordo com Luz (1986, p. 24), “pouco ou nada se sabe dos primeiros quarenta anos da sua vida”, a não ser que “desde, pelo menos, 1419, [talvez tivesse, portanto, uma idade que rondasse os 35 anos] que exercia as funções de secretário de D. João I, tarefa que desempenhou até à morte do monarca e em que se manteve no tempo de D. Duarte”. Sabe-se, ainda que, “em 1422, exerceu a função de «escrivão da puridade»³³ do infante D. Fernando e em 19 de Março de 1434 [teria uma idade a rondar os 60 anos] foi-lhe conferido por D. Duarte [já coroado rei de Portugal] o ordenado anual de 14 000 réis pelo seu trabalho de

³³ Tratava-se de um alto funcionário da Coroa, da confiança do rei de Portugal e ao qual acometia a responsabilidade de organizar os eventos e os assuntos de carácter mais privado.

cronista pois que foi encarregue de reduzir a corpo de história as memórias dos anteriores reinados”.

Aos cronistas cabia pôr em crónica, ou seja, ordenar cronologicamente os acontecimentos passados, uma forma afinal de imortalizar os feitos reais, um desejo que não se resumia a Portugal, pois as crónicas surgiram por influência dos centros mais avançados da cultura de então, [vindo] por cópia dos modelos franceses, italianos e, sobretudo, de Castela.

Sobre a finalidade das mesmas, pode dizer-se que “primacialmente tinham por objectivo distrair e entreter um público mediante leitura em voz alta [perante grupos] (...) e secundariamente tinham também propósitos educativos e de registo. (...) Em Portugal [a crónica] nasceu nas cortes senhoriais, [designadamente nas cortes reais, mas também nas cortes episcopais e abaciais]” (Luz, 1986, p. 19).

Ora, em síntese, não obstante a reiteradamente questionada imparcialidade de Fernão Lopes, o peso da «mundanal afeição», não restam também dúvidas sobre a importância do seu legado de historiador acrescido da riqueza da sua notável capacidade de criação literária, uma vez que recorreu a um estilo coloquial repleto de sinestésias, de forma a que o leitor se sentisse integrado no plano da acção.

Estas serão, certamente, as razões pelas quais, na leitura de Carvalho (1984, p. 80), Lopes surge “como um caso «sui generis» sem paralelo,[...] entre os cronistas medievais.

Ainda segundo o mesmo autor, em Fernão Lopes “existe o cronista, mas já existe também e da maneira mais anacrónica, o historiador”, ou seja, o cronista foi além da missão de que foi incumbido. Por isso, na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes é “cronista quando se ocupa de Nuno Álvares Pereira, o seu herói individual, de quem faz incondicionalmente o panegírico”, mas é “já historiador, como nenhum outro cronista, quando personifica a cidade de Lisboa, quando se ocupa do povo de Lisboa na Revolução de 1383, quando se ocupa do povo português, o seu herói colectivo”. Poderá haver, ainda, uma fase intermédia porque “fica entre o cronista e o historiador, fica na transição da crónica à história quando se ocupa de D. João I Mestre de Avis e rei de Portugal, por ele sempre criticado, o seu anti-herói, se assim lhe podemos chamar” (Carvalho, 1984, p.80).

3.1. Reacção do Povo face ao Golpe de 1383

O Movimento Social que levou à Revolução de 1383 tem sido um dos marcos da História de Portugal que cimeiramente tem apaixonado os investigadores nacionais.

Percebe-se que o encadeamento dos factos então ocorridos persista em gerar uma aura de fascínio e curiosidade pessoal e, concomitantemente, uma sede de investigação científica que nem o passar dos anos destruiu.

Antes de tudo revela-se essencial não perder de vista a complexa situação social que então se verificava: o povo esfamado, vítima de guerras sucessivas e de formidáveis vagas de pestes.

Também numa óptica político-económica o horizonte não se apresentava mais pacífico e não menos convulso: a nobreza desagregava-se, o clero perdia poder e nascia uma «proto-burguesia» capitalista.

Logo depois, vem a questão da ambiguidade dinástica resultante da crise de soberania suscitada pela morte do rei D. Fernando e, esta, conjugada com o facto, mal visto, do casamento de sua filha, D. Beatriz, com Juan de Castela.

A seguir, a conturbada e conflituante regência de D. Leonor Teles de Meneses, que correspondeu a um flagrantemente escrutinado período tão curto quanto imbrincado de ocorrências polémicas e que agravaram o estado de sítio que se fazia sentir entre o povo e por todo o território.

Surge então o assassinato do Conde de Andeiro, a designação do Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino e a entrada numa nova fase da vida de Portugal que culminará nas guerras com Castela e nas cortes de Coimbra.

E tudo isto se passou em apenas dois anos!

Segundo António Borges Coelho (1975, p. 27), precisamente na análise do Movimento de 1383, “o golpe de Estado parece ser a situação de ruptura política em que o poder muda de mãos mas não sai da mesma fracção de classe e não altera, significativamente, as estruturas sociais e políticas”. Para Coelho, “revolução, ao contrário, é toda a alteração violenta no domínio da classe ou fracção de classe no poder, o que proporciona alterações significativas na estrutura jurídico-política (ou tentativa de dissolução) dos elos sociais anteriores”.

Explicita Borges Coelho que não há a seu ver como negar o carácter revolucionário do Movimento de 1383. Alega que a vitória da nova facção sobre o espectro do poderio

aristocrático, representado pela aliança dos nobres portugueses com Castela, fica a dever-se, em muitas cidades e vilas do País, à acção popular.

Concordando o autor da tese com este pressuposto, será importante, ainda assim, centrar a análise do presente objecto de estudo numa outra vertente consideravelmente determinante.

Com efeito, dando como adquirido que o povo, a arraia-miúda, os ‘ventres-ao-sol’, aderem rapidamente ao Movimento desencadeado pelo Mestre de Avis e seus homens, está claro que não são esses grupos e os representantes desses estratos sociais os dinamizadores do Movimento – e isto é, também, inequívoco. Esse povo consiste naqueles que os revoltosos manipulam, sem aspas note-se, para cimentar o golpe e para dessa forma coartar qualquer capacidade de reacção aos governantes depostos.

No âmbito desta tese de doutoramento não se pode considerar sustentável a ideia segundo a qual lenhadores, madeireiros, malteses, braceiros, pastores, mancebos, homens de soldada, cabaneiros, oficiais e trabalhadores de serviços, marinheiros, pescadores, estejam imbuídos de espírito revolucionário. Sim, sentiam-se explorados, estavam em vias de abandonar os campos em direcção às cidades, mas não possuíam uma definida consciência de classe que os fizesse pretender compreender, e muito menos integrar em termos de acção, um movimento organizado de deposição da governação.

Ora o mesmo se não passa com os mercadores-proprietários, mesteirais e artesãos sediados nas cidades e, designadamente, em Lisboa, profissões que se arvorarão, essas sim que não outras, na base que determinará a acção e a eficácia da acção revoltosa.

Foi Jaime Cortesão, quem, em 1930, verdadeiramente provocou a polémica sobre se 1383-83 correspondeu a uma crise ou a uma revolução ou, como alguns defenderam, a um episódio apelidado de «Interregno».

Seguido na controvérsia, postaram-se de um lado os defensores de uma concepção «revolucionária» opondo-se-lhes aqueles que apostaram numa perspectiva «nacionalista».

“Para aqueles a resolução da crise dinástica tem como fundo uma «Revolução» burguesa, «social»; para os últimos, é o aparecimento de uma consciência nacional que caracteriza convulsões, pelo que não devem ser consideradas mais do que uma «Crise», que pode apelar-se de «Revolução Nacional»”³⁴.

³⁴ O Portal da História. O interregno de 1383-85. Crise ou Revolução?

De permeio surgem Jaime Cortesão, António Sérgio e Joel Serrão, historiadores mais moderados e que relacionam directamente os sucessos de 1383-85 com a estrita intervenção dos grupos burgueses.

Alinhado com Álvaro Cunhal surgiu muitas vezes António Borges Coelho, que investiu todas as forças do seu saber na defesa intransigente da *Crónica de Fernão Lopes*, obra sem a qual, é bom de ver, a teoria marxista da Revolução de 1383 não teria como se sustentar. Teoria de que Álvaro Cunhal foi um acérrimo defensor, situação que merece uma breve análise, embora se deva acautelar que não parecem comparáveis os graus de militância e liderança política e o nível de investigação académica.

Nada de novo se for tida em conta a linha que separa o político e o politólogo.

Na mira dos dois estiveram, por exemplo, autores como Oliveira Marques ou António José Saraiva. Mas também Marcello Caetano e, até, o escritor Antero de Quental.

Neste ponto convirá saber o que refere o Portal da História.

“Seria um absurdo histórico que o novo regime, surgido da insurreição, com dois anos de vida, em guerra vitoriosa com Castela, preparasse e convocasse umas cortes para aí ver aprovado o triunfo do inimigo”. Assim, para Cunhal, “se os argumentos de João das Regras não tivessem sido aceites pelos nobres legitimistas, os senhores do novo regime teriam acabado por seguir o oferecimento de Nun'Alvares: despachar o Mestre de seu estorvo”. E sintetiza: “A justificação jurídica teve o mérito de alargar o campo dos que apoiavam a revolução burguesa e de arrancar ao inimigo a bandeira da legalidade, do direito e da tradição”³⁵.

Segundo o político, “as cortes de 1385 foram, na sua época, um parlamento revolucionário, surgindo por um momento na história portuguesa como expressão de uma vontade nacional soberana. Não bastou a justificação jurídica de João das Regras para investir o Mestre nos poderes da realeza”. As cortes afirmam expressamente que nomeiam e escolhem D. João para rei e senhor e outorgam que se chame rei. E acrescenta Cunhal: “As decisões das cortes de 1385 marcam, na sua multiplicidade e autoridade, a decisiva influência burguesa na direcção da política central. São as cortes que nomeiam o Conselho do rei, impondo uma maioria burguesa: quatro letrados e quatro representantes dos concelhos, num total de catorze

³⁵ O Portal da História. O amadurecimento da crise. Álvaro Cunhal. Todas as citações de Álvaro Cunhal foram retiradas deste sítio.

membros”. E para que não subsistam quaisquer dúvidas sobre o sentido genético do facto, ajunta Cunhal que “as cortes de 1385, embora realizadas já depois do esmagamento dos focos de rebelião camponesa e proletária, são, pelas suas resoluções, uma prova do carácter de classe da revolução e do retumbante triunfo da burguesia”.

Trata-se, claramente, de um registo linguístico mais próprio do século do político do que do tempo dos acontecimentos. Daí a utilização de palavras como «proletária», um termo cujo étimo é latino – proles – mas que só passou a fazer parte do vocabulário político a partir do início do capitalismo industrial³⁶.

Igualmente conhecido pelo seu interesse por matérias das áreas cultural e histórica, aquele que foi o líder histórico do Partido Comunista Português reflecte sobre o factor bélico inerente ao mandato do Mestre de Avis, Regedor e Defensor do Reino e, a partir dali, D. João I, rei de Portugal.

Para Álvaro Cunhal, “uma das preocupações das cortes foi assegurar, pelas suas medidas, a continuação vitoriosa da guerra, uma guerra que interessava às classes populares e, particularmente, à burguesia”. E na verdade, sob a óptica do político, vistas assim as coisas pela sua natureza de guerra nacional contra a nobreza e seus associados castelhanos e pelas novas soluções tácticas encontradas no terreno militar, “tal guerra era bem uma guerra revolucionária da burguesia”.

Burguesia, aqui sim, um conceito utilizado no tempo certo porque são bem conhecidas as conotações negativas que Cunhal faria do termo no período pós-25 de Abril, numa conjuntura em que a palavra burguês passou a ser sinónima de reaccionário e não de revolucionário.

Por esta razão, da vitória conceptual de D. João nas cortes de Coimbra não se pode autonomizar a pressão física exercida por Nuno Álvares Pereira que, de fora, acompanhou todo o evoluir da situação acompanhado de mais de trezentos escudeiros e cuja presença contribuiu para que a cimeira não se alongasse no tempo mais do que o necessário e assim evitar que as forças às ordens de Castela pudessem antecipar, e materializar, as suas intenções invasoras.

³⁶ O rei Sérvio Túlio usou a palavra «proletarii» na Roma Antiga para designar aqueles que apenas serviam para dar filhos a Roma e para servir no exército. A partir do capitalismo industrial a palavra passou a ter um sentido mais político com o surgimento dos socialismos utópico e científico.

Como decorre da História, os romanos nunca adiavam uma guerra porque tal significaria dar vantagem ao adversário. Em Portugal, Adriano Moreira avisa que a indecisão não pode demorar mais do que a dúvida sob pena de hipotecar o futuro. O povo limita-se a proverbiar: «Não guardes para amanhã o que podes fazer hoje» porque «O que tem de ser tem muita força».

Ao lado da luta das classes contra o inimigo estrangeiro e ao ataque frontal e sem tibiezas dos historiadores que designa de burgueses – no mau sentido, bem entendido – do século XX, Álvaro Cunhal denuncia a tentativa de sonegarem aqueles o que diz ser o carácter essencial da Revolução: que essa luta nacional foi ao mesmo tempo e fundamentalmente uma revolução de classes da sociedade contra outras classes, uma revolução da burguesia – a boa, a revolucionária – e seus aliados contra a nobreza territorial. E acrescenta: “A revolução de 1383 confirma o ensinamento de Marx e Engels, segundo o qual ‘no pano de fundo da luta entre burgueses citadinos e nobreza feudal aparece o camponês rebelde e atrás dos camponeses os rudimentos revolucionários do proletariado moderno’”, afirmação que permitirá inferir a existência de um «proto-proletariado».

E refere Cunhal, que “em todos os grandes movimentos burgueses houve explosões independentes da classe que era a precursora, mais ou menos desenvolvida, do moderno proletariado”.

Ao ler estas conclusões de Álvaro Cunhal, ou do também historiador marxista António Borges Coelho, sobre a crónica de D. João I, resulta óbvio e por demais evidente o papel histórico atribuído ao povo, em tudo anacronicamente semelhante ao desempenhado na Revolução dos Cravos pelos milhares de cidadãos que saíram à rua e encheram o Largo do Carmo até à rendição de Marcello Caetano às mãos do Movimento das Forças Armadas (MFA).

De resto esta similitude de processos e de passos deram origem a um tão surpreendente estudo sobre os dois ‘golpes revolucionários’ da autoria de Vasco Gonçalves, o já falecido ex-primeiro-ministro pós-25 de Abril, conhecido pela liderança política no período designado por ‘Gonçalvismo’ vivido em pleno Período Revolucionário em Curso (PREC).

Um período durante o qual os cantores de intervenção, designadamente aqueles que eram conotados com o PCP, pediam força ao «camarada Vasco» e lhe prometiam em nome do povo que seriam «a muralha de aço».

Na verdade, mais de seis séculos depois do Movimento de 1383/85, importa tentar perceber as linhas de convergência que possam ajudar a melhor compreender estas duas datas tão marcantes e tão significativas na História de Portugal e do seu povo.

Por isso, a Revolução há-de adquirir desde logo um carácter nacional, social e popular.

Tanto em Abril de 74 como em 1383, a luta pela independência nacional funde-se com a luta contra os privilégios das classes mais altas, pela obtenção do poder político. Ambas as revoluções, ambas burguesas e pequeno-burguesas se identificam assim com a luta pela independência nacional. Uma contra o duro autoritarismo imposto por Oliveira Salazar, outra pela defesa da soberania, as duas em nome do povo, embora manipuladas por novos grupos liderantes: em 1383, os burgueses e mercadores ricos; em 1974, uma plêiade de oficiais que ambicionam o exercício de um novo poder.

Para Oliveira Marques,³⁷ “é verdade que a sua origem popular, com desconfiança por tudo aquilo que era nobreza ou alto clero, lhe deu um sentido crítico que o fez incomparável no panorama do tempo e lhe temperou as subserviências de valido do Paço”. Por essa razão, tempera o seu parecer e desafia: “os relatos dos principais acontecimentos partidários e a caracterização das mais importantes figuras não podem ser tomados como a verdade intocável que a grande massa dos historiadores portugueses lhes têm conferido”. Defende ainda Marques que “muitos dos episódios afamados da Crónica de D. João I valem antes como romance histórico de alto nível literário (pela movimentação das massas, pela psicologia dos homens, pelo desenrolar dos actos) do que como testemunhos de uma realidade passada”.

Em Marques, que sibilinamente analisa a estrutura e o tom da obra de Fernão Lopes numa óptica muito mais literária e muito menos histórica, “as melhores páginas históricas de Fernão Lopes são talvez as da Crónica de D. Fernando, sobretudo quando se referem a factos controláveis e isentos da possibilidade de partidarismo”.

Numa alusão directa, embora condescendente, ao facto de o cronista medieval ter escrito tanto e de forma tão aprofundada e acalorada sobre D. João I e as incidências da vida do monarca com as quais Fernão Lopes não conviveu, justifica “a probidade do cronista-

³⁷ O Portal da História. A.H. de Oliveira Marques, A obra de Fernão Lopes. Acedido em 30 de Julho de 2013.

tabelião que se revela abonada pelas fontes documentais que persistiram até hoje”, o que torna Lopes em “um dos maiores escritores de todos os tempos”.

Trata-se de uma questão pertinente porque, como se sabe, nem sempre os investigadores vivem na conjuntura temporal dos acontecimentos que narram. Por isso, é a existência de fontes documentais credíveis que lhes permite construir a interpretação dos factos. Das verdades. As suas verdades.

Muito focado na dualidade entre veracidade e imparcialidade na obra de Fernão Lopes, António José Saraiva³⁸ admite não haver dúvidas sobre tratar-se de “um cuidadoso investigador apoiado constantemente em documentos” e que, “além disso, pelo senso crítico com que joeirou a sua documentação, pelo método de crítica de fontes, vai muito além do seu tempo e se antecipa aos historiadores do século XIX”³⁹.

“A autenticidade documental das crónicas de Fernão Lopes confere-lhes – argumenta Saraiva – (...) um carácter muito consentâneo com a profissão de tabelião e arquivista exercida pelo seu autor”. E, elencando as suas qualidades profissionais, discrimina em Fernão Lopes⁴⁰ “a leitura e a cópia autêntica de documentos, a factura de pública-forma, o emprego rigoroso do formulário de chancelaria, o escrúpulo na indicação de locais e datas e o relato minucioso das solenidades legais e contratuais que soube aproveitar na tarefa de historiador”.

Um caso claro de um bom aproveitamento da actividade profissional para conseguir ir mais além.

Destaca ainda ser de notar, nas palavras de Fernão Lopes, a autoridade de que se reveste, a maneira digna e grave e a consciência de uma importante função pública que acompanham [a sua obra], pois não é um simples particular quem fala, mas um magistrado com o sentimento de uma responsabilidade pública e oficial.

Depois, Saraiva reconhece que “é incontestável que pelo sentido da autenticidade documental, pela crítica das versões contraditórias e pela noção de que há uma verdade histórica para além dos critérios pessoais, ele singulariza-se entre os historiadores medievais”.

³⁸ O Portal da História. António José Saraiva, Veracidade e imparcialidade em Fernão Lopes. Acedido em 2 de Agosto de 2013.

³⁹ O Portal da História. António José Saraiva, Veracidade e imparcialidade em Fernão Lopes. Acedido em 2 de Agosto de 2013.

⁴⁰ O Portal da História. António José Saraiva, Veracidade e imparcialidade em Fernão Lopes. Acedido em 2 de Agosto de 2013.

Elogioso, o então professor da Universidade de Amesterdão reconhece ser “incontestável também, tanto quanto se tem podido averiguar, a sua probidade profissional [e sublinha que é conveniente] não perder de vista que essas qualidades andam ligadas a certa mentalidade profissional e a certa função responsável e pública – a de cronista oficial”.

Afinal, a função de cronista correspondia a um cargo muito elevado e decorria de uma vontade manifesta do rei. Havia que saber merecer a deferência real, embora os conceitos de História dos cronistas, designadamente de Fernão Lopes, de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina, estivessem longe de ser semelhantes.

Todavia, adverte António José Saraiva⁴¹: “Convém entretanto não exagerar o rigor crítico de Fernão Lopes. Nem sempre as razões da sua escolha são explicadas ao leitor; [...] outras vezes as suas razões não são inteiramente convincentes. [...] Não se deve confundir a probidade e competência de um historiador com a sua imparcialidade”. E acentua que cada um dos aspectos suscitados de análise leva a diferentes problemas. Para Saraiva, dando por adquirido que Lopes foi honesto e objectivo na utilização e apreciação dos documentos que escolheu para as suas crónicas, “resta saber se a sua condição social, a sua formação ideológica e até a própria função de que estava incumbido não o situavam em certa posição, donde era inevitável percepcionar certas [outras] perspectivas”.

Era a chamada de atenção para a mundanal afeição resultante não dos laços pátrios, mas de uma ligação privilegiada e da consequente dependência decorrentes do exercício de um cargo de nomeação real.

Cultor de uma expectável visão conservadora, Marcello Caetano não alinha na deferência cega para com o relato de Fernão Lopes e cria uma outra perspectiva, mescla de sentido patriótico e cariz religioso. Por isso, resume: “os partidários de D. João I lutavam pela verdadeira Igreja contra os «cismáticos», que apoiavam o anti-papa de Avinhão – é uma Revolução Nacional nacionalista”⁴².

Assim, refém do seu próprio pensamento e da arquitectura conceptual a que se entrega, desbarata, renega e condensa os eventos de 1383-85.

⁴¹ O Portal da História. António José Saraiva, Veracidade e imparcialidade em Fernão Lopes. Acedido em 2 de Agosto de 2013.

⁴² O Portal da História. Marcello Caetano. As Cortes de 1385. As citações seguintes são provenientes da mesma fonte.

Desbarata-os o iminente professor de Direito na medida em que advoga terem servido as cortes de Coimbra para plasmar um superior estado de espírito patriótico sobre os pretextos circunstanciais de carácter social.

Renega-os, ao subverter o âmago popular da revolta submetendo-a, de forma inapelável, ao rigor da lei sabiamente interpretada por João das Regras durante a cimeira de Coimbra. Porque, segundo Caetano, a eleição de D. João como rei de Portugal mais não corresponde do que ao desiderato legal relacionado com o «estado de necessidade» do reino, expresso nas palavras de João das Regras: segundo a necessidade em que somos postos requer, a nós convém em tal caso por força elegermos o rei.

E condensa-os, pois alega como indubitável que:

- “1.º o trono foi declarado vago, por falta de herdeiro legítimo à coroa portuguesa;
- 2.º as cortes entenderam que em tal caso a escolha de rei lhes pertencia de direito, sem qualquer restrição;
- 3.º o Mestre de Avis foi eleito rei atendendo às suas qualidades pessoais e pela sua linhagem (requisitos de elegibilidade) mas exclusivamente em nome do direito que as cortes reivindicaram a prover de titular a coroa vaga;
- 4.º a circunstância de ele ser filho adulterino e mestre da Ordem de Avis levou as cortes a invocar o estado de necessidade para justificar a eleição antes de ser obtida dispensa da Santa Sé para tais impedimentos, e a reservar a decisão do Pontífice em última instância”.

Como se percebe, o estado de necessidade – uma versão medieval do estado de excepção na atualidade – era indispensável para que o «poder espiritual» aceitasse que alguém que tinha feito votos eclesiásticos pudesse ser dispensado dos mesmos para ocupar o lugar cimeiro da hierarquia do «poder temporal».

Sensivelmente pelo mesmo céptico diapasão olhou Antero de Quental, ao alinhar os seus pontos de vista pela recusa em aceitar a *Crónica* de Fernão Lopes como único axioma descritivo das movimentações de 1383-85.

Para o escritor e poeta açoriano, que se cingiu a um reformismo inteligível do facto, durante a Idade Média, “os nobres e populares [da Península Ibérica] uniram-se por interesses e sentimentos e diante deles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa”, insistindo, cerca de um ano mais tarde, num discurso proferido no Casino Lisbonense, em Lisboa, no dia 27 de Maio de 1871, durante a 1.^a sessão das

Conferências Democráticas, na ideia de que “a aristocracia, durante séculos, não esmagou nem sufocou o espírito das populações inferiores, nem entre nós nem em parte alguma [antes] as civilizou”.

Ainda mais abstracta foi a análise de José Hermano Saraiva.

Lacónico, o antigo ministro da Educação do Estado Novo, professor universitário e historiador, reflectiu que todas as interpretações “sobre o carácter social da revolução são divergentes. Trata-se, aliás, sempre de reinterpretações, porque se baseiam todas na descrição de Fernão Lopes, que é já em si uma interpretação repassada de sentimentos políticos” (Saraiva, 1981, p.116).

A disputa filosófica entre historiadores recentes relativamente às causas e efeitos da Revolução de 1383 contribui para o aumento, alega o autor desta tese, do interesse não extinguido do facto.

Admita-se, portanto, que – para uma era em todos os capítulos nos antípodas da actual e sem quaisquer termos, relativos ou absolutos, de comparação no que respeita ao fenómeno da Globalização ou dos avanços espaço-temporais permitidos pelo século XXI – se viveu naqueles dois anos uma notável e extraordinária escalada que, também ela, justifica, assim, o interesse da presente tese de doutoramento.

Assim, no quadro geral desta tese, não se pode deixar passar em claro quer a vida autónoma destes factos, «per se»; quer o facto geral para o qual todos sumativamente concorreram e que é a brutal ruptura em 1383-85 processada e só terminada com o nascimento da Dinastia de Avis.

O dia 6 de Dezembro de 1383 não se limita a assinalar o começo de uma simples ‘crise’ social, como tantas vezes e tantos analistas, historiadores e estudiosos lhe chamaram e se lhe referiram.

Em rigor, o dia 6 de Dezembro de 1383 reflecte uma revolução, um processo verdadeiramente revolucionário, o qual implicou profundas e visíveis metamorfoses na sociedade portuguesa de então e para o futuro.

Quiseram os promotores do conceito de ‘crise de 1383’ – de forma deliberada umas vezes e involuntariamente outras – traduzir uma realidade restrita, socialmente mitigada, politicamente limitada e historicamente ocasional.

Ora não foi nada disso que aconteceu: os eventos sucessivos deflagrados, e reiteradamente ocorridos, a partir de 6 de Dezembro de 1383, apontam para uma movimentação global e que, a partir do momento em que foi desencadeada, gerou uma ampla e vasta adesão nacional assente num consenso com efeitos e resultados práticos objectiváveis e precisos no tempo e no espaço decorridos.

1383 começou em Lisboa, no Paço da Rainha, é certo. Mas a verdade é que, num ápice, se espalhou e alargou a todo o território nacional. A Revolução contagiou a transversalidade da ansiosa e reprimida sociedade portuguesa.

Escaparam aqueles nobres, mais afectos à sub-classe que dominava através do conclave gerado por D. Leonor, o Conde João Fernandes Andeiro e o séquito luso-castelhano tão interessado na manutenção do «statu quo» com Castela e aos quais se agregavam nada poucos elementos e representantes do clero – depois era o vazio.

Um vazio flagrante ainda que poderoso e musculado, resultante da forma como o poder vinha sendo exercido desde a morte de D. Fernando – longe do povo, contra Portugal e às ordens de Castela.

Face ao despotismo emergente evidenciado pela regente do reino e contra a aliança cada vez mais evidente desta e dos que a seguiam com o rei de Castela, aliança esta consubstanciada, anos antes ainda em vida do rei D. Fernando, no casamento de D. Beatriz com o sucessor do trono castelhano, os revolucionários lusitanos rapidamente fizeram alastrar o Movimento de 6 de Dezembro transportando-o e elevando-o do plano linear confinado à dinâmica da sublevação aos confins do território e à solidariedade de concelhos bem afastados da capital – nasce a revolução.

Com a morte, rápida, do Conde de Andeiro; a capitulação de D. Leonor Teles; e a fuga para Castela de muitos nobres que sentiram o poder a desaparecer sob os seus domínios e os seus pés, foi mais fácil aos dirigentes responsáveis pelo processo revolucionário impor as suas regras e viabilizar – de forma tão fulminante quanto possível – a nova orientação: romper com Castela e, pelas fronteiras do território, definir uma nova era da realidade portuguesa.

Com estrépido, a queda no abismo do regime dominado por uma nobreza estabelecida e que contava com o beneplácito institucional do aparelho eclesiástico e dos seus mais altos dignitários escancarou as portas da situação a novos e intrépidos cidadãos,

caucionando o acesso ao exercício efectivo do poder a uma classe de nobres menos bem posicionados na corte e nos negócios da administração do reino.

Mas, acima de todas, a alteração telúrica produzida pelo início desta revolução possibilitou a ascensão de diversos sub-grupos de baixa e não reconhecida cotação social conglomerados numa «proto-burguesia» abordada nesta tese e que, subordinada mas não dependente do Mestre de Avis, sobe vertiginosamente dos balcões de comércio da Baixa de Lisboa e dos convés das embarcações de pequeno e médio porte aos patamares executivo e decisório da governação e da administração do reino.

Tendo em vista o imediato alargamento das bases de apoio ao projecto recém-deflagrado, Álvaro Pais activa uma rede de emissários que tinha preparada e que estende para Sul do território com o objectivo de cativar a adesão das gentes.

Com o conhecimento de D. João, Álvaro Pais desde cedo tratara de enviar ao Alentejo representantes seus com o fito de por ali se promover o alastrar das chamas da insurreição e da sublevação popular.

Portalegre, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Beja e Tavira são, entre outras, importantes localidades a Sul de Lisboa para onde se estenderá, ao encontro do povo mais desfavorecido, a avalanche irresistível gerada pelo assassinato do Conde de Andeiro.

Em simultâneo a esta vaga de cariz popular, também os castelos das localidades que gradualmente iam alinhando com a causa do Mestre juntavam as suas forças em forma de adesão ao Movimento. Contrariamente, noutros pontos, para Centro e Norte, como Alenquer, Torres Vedras, Santarém ou praças-fortes do Minho, como Braga e Guimarães, é sem sucesso que os populares tentaram conquistar os respectivos castelos.

Mas D. João confia inteiramente neste seu conselheiro para concretizar o processo de alargamento da necessária sustentação da revolução.

Já D. Leonor Teles ou a sua filha, Beatriz, ou mesmo o seu genro, marido desta, D. Juan de Castela, não conseguem, em qualquer ponto do País, inverter a lógica e as tendências revolucionárias insufladas a partir de 6 de Dezembro de 1383 nunca tendo sido identificadas vilas ou cidades apoiantes da causa castelhana, agora em vias de ser derrubada e exumada.

Não deve causar surpresa esta total e absoluta ausência de apoio popular a D. Leonor Teles na medida em que a viúva do rei D. Fernando constituía, afinal, a principal causa, talvez

mesmo o «nó górdio» da revolta popular incontida e durante as derradeiras décadas acumulada.

A forma como era tratada – aleivosa – revela muito sobre a moral vigente na época. Uma moral que, como se percebe, não era comum ao povo e àqueles que deveriam ser os seus naturais guardiães, os altos dignatários do clero.

O povo, que desconhecia a importância da alcova na vida da corte, revelou uma dificuldade muito superior na aceitação de uma rainha que não sentia digna do seu rei.

Como parece então óbvio, foi bem distinto o paradigma de actuação e intervenção dos alcaides e nobres e senhores afectos às ideias de enfeudamento nacional a Castela daquele que caracterizou o apoio das gentes do povo a D. João I e à concretização de um verdadeiro projecto de independência face aos perigos de dependência que desde Castela faziam pairar uma carregada nuvem de duvidosa autonomia sobre a soberania e a sociedade portuguesas da época.

E foi muito devido ao apoio do povo e à sua pertinaz determinação em momentos fundamentais que se produziu este marco histórico na História do País e tão profunda e alterosa transformação na orientação do rumo do território.

Destacam-se, aqui, entre outros momentos, o apoio ao Mestre de Avis no dia e nos dias subsequentes ao assassinato do Conde de Andeiro; a resistência ao cerco naval, em que, durante cerca de quatro meses, Castela isolou a cidade de Lisboa; a defesa da cidade do Porto, em Janeiro de 1384; ou a impiedosa perseguição popular promovida pelas populações aos soldados castelhanos em fuga porque derrotados na tremenda Batalha de Aljubarrota.

Porque este povo desde há muito vinha a manifestar o seu repúdio e a sua acrimónia – primeiro, de forma sub-reptícia, e depois de forma mais assumida – pela aliança com Castela, fazendo assim antever o desenlace registado mas nunca exactamente aceite.

E é este extraordinário contributo popular que alimenta e engrossa a convicção de que só assim foi possível transportar a ideia de golpe conferindo-lhe extraordinária amplitude até à realidade revolucionária que durou e se cimentou até às marcantes e apoteóticas cortes de Coimbra.

Este povo, ressalve-se em nome do necessário rigor científico, entendido numa perspectiva não do Direito Constitucional, que engloba e determina a actuação da mole humana que dá corpo a uma nação, mas reservado ao conceito característico da Idade Média,

o chamado terceiro-estado – ou seja, os plebeus destituídos da maioria dos direitos, integrantes de uma massa de cidadãos acrítica e inabilitada do ponto de vista psíquico-ideológico para intervir na administração do Estado.

Uma situação que se manteve durante os séculos do Antigo Regime e que não consistiu num exclusivo português porque nas vésperas da Revolução Francesa o País do Iluminismo contava com um «terceiro-estado» que representava 98% da população, embora, na verdade, fosse apenas detentor de pouco mais de metade da totalidade das terras do reino.

Fenómeno este tanto mais curioso e significativo se se levar em linha de conta que é precisamente este povo sem regalias e sem qualquer tipo de acesso ao exercício do comando da gestão estatal que promove directamente a coesão nacional, administrativa, territorial e emocional de Portugal adquirida no pós-cortes de Coimbra. Isto é: o consolidar da unidade nacional acaba por resultar directamente da acção e da influência de uma classe social destituída e sem representatividade ou categoria social ou política, levando o País a adquirir os contornos definidos e definitivos que, até então, jamais tivera.

Com D. Leonor em total perda, primeiro pelo desaparecimento do seu amante e mentor político, ao qual tudo confiara e nas mãos de quem se entregara no que à governação do reino respeitava, e depois pela perda de confiança instalada pela deterioração da situação político-económica ocorrida no território do Minho ao Algarve; com D. Beatriz, sua filha, «ferida de morte» aos olhos da maioria da população devido ao casamento com D. Juan de Castela; e com o infante D. João, o outro meio-irmão do Mestre de Avis, preso em Castela – restava o Mestre como praticamente candidato único à sucessão de D. Fernando e como exclusiva solução credível para uma nova fase da realidade nacional.

Ainda assim, os dias imediatamente posteriores a 6 de Dezembro revelam a possibilidade de um desfecho que, a ter-se concretizado, teria alterado com toda a certeza o rumo dos acontecimentos e proporcionado um outro curso à História de Portugal. O autor do presente trabalho refere-se, neste particular, à iniciativa de D. João, Mestre de Avis, ter proposto casamento a D. Leonor Teles, uma proposta que não vai no sentido de valorizar a figura do Mestre, pelo menos aos olhos do povo.

Com efeito, em sede desta tese de doutoramento, dir-se-á mesmo que poucas vezes um facto tão simples como um pedido de casamento – embora nesta circunstância se afigure entendível a exacta especificidade e relevância desse pedido, ou, neste caso, a recusa,

repercutiu tamanhas consequências e teria, de outra sorte, alterado tanto o rumo dos acontecimentos.

Dividindo-se a doutrina quanto à definição e designação de golpe de Estado e Revolução, cabe aqui dizer que uma realidade é a intervenção decisiva do povo enquanto mola que acciona e faz avançar certa convulsão; enquanto outra, diferente, consiste na real transformação verificada na sociedade por via dessa mesma alteração na condução da sociedade.

Claro que a intervenção do povo no quadro da revolução de 1383 tem muito a ver com a forma como esse povo se ligou aos eventos que se sucederam a 6 de Dezembro e, em particular, no espírito aguerrido e nacionalista, como se bateu nas sucessivas intervenções militares contra Castela.

A tónica de guerra civil urdida contra o inimigo invasor estrangeiro pelos burgueses e concretizada pela nobreza emergente às ordens de D. João compagina um modelo e um sentido de luta fortemente patrióticos que apela à união de todos contra a ideia de perda da autonomia nacional.

Ora é a conjugação entre a necessidade de fazer ascender o Mestre de Avis ao trono e esse perigo esboçado por Castela que fará alinhar, na mesma circunstância, as expectativas de nobres, burgueses e povo.

E por essa razão a insurreição contribuiu para a alteração significativa do espectro militar de Portugal.

Regressando à visão marxista de Álvaro Cunhal, constata-se ser este da opinião de que “a insurreição foi o embate entre as massas populares e as forças militares organizadas, na sua esmagadora maioria contra-revolucionárias. Saíram vitoriosas as massas populares. Frente aos castelos, os «povos meúdos», mal armados e sem capitães, com os «ventres-ao-sol», antes do meio-dia os pilhavam por força”. E remata: “Os aristocratas, militares profissionais, foram vencidos pelos vilões insurrectos [porque] vencida a nobreza na insurreição, mas não ainda batida na guerra de intervenção de Castela” (Cunhal, 1975, p. 33).

Suportado em Nuno Álvares Pereira, o novo rei deixa de contar com a Cavalaria entendida como principal força do seu exército e recorre à Infantaria como motor de defesa e ataque das novas tácticas militares implementadas.

Uma batalha que o historiador português Luís Miguel Duarte descreve em pormenor. Desde logo no tempo: “são cerca das cinco da tarde do dia 14 de Agosto de 1385”. Depois na tática de guerra, ou seja, a descrição do embate: “a vanguarda da cavalaria do exército de Juan I, rei de Castela, acaba de se pôr em movimento. Percorrerá alguns metros a trote, antes de se lançar decididamente a galope, com as lanças bem seguras, apertadas contra o corpo sob a axila do braço direito” (Duarte, 2006, p. 4). Do outro lado, “a poucas centenas de metros, a hoste portuguesa e inglesa aguarda o embate, em formação cerrada, todos de pé. Vezes sem conta o desfecho deste ataque inicial determina o resultado da batalha” (Duarte, 2006, p. 4).

Como enfatiza o já mencionado historiador português, o resultado da batalha decidiria “se os reinos de Castela e de Portugal serão reunidos, nas pessoas de Juan I e de sua mulher Beatriz, ou se Portugal continuará a ser um reino independente, sob o rei D. João I, designado poucos meses antes nas cortes de Coimbra. É isso que está em jogo naquela carga de cavalaria e nos sucessos militares que se lhe seguirem”.

Exibindo um conhecimento sócio-militar que poucos lhe reconheceriam, Cunhal (1975, p. 48) explica que, “em Portugal, como em outros países, o aperfeiçoamento da Infantaria foi um produto das necessidades de a burguesia ascendente fazer frente, no campo da luta Armada, às forças do Estado feudal, à Cavalaria aristocrática”. Para Cunhal, o desenvolvimento das forças militares da burguesia acompanhou o desenvolvimento da sua importância económica e da sua luta contra a ordem feudal. Depois, num alarde revolucionário exulta: “A tática militar «pé terra» não foi, pois, uma descoberta de generais nobres, mas uma criação espontânea das massas populares e seus dirigentes, resultante da própria evolução dos acontecimentos históricos e da natureza de classe da revolução”.

Contra Castela, da parte dos portugueses, o embate funciona como uma guerra nacional e popular, uma guerra que mergulha as suas raízes nas lutas sociais e de classes que se vinham desenvolvendo e intensificando ao longo do séc. XIV.

Em Aljubarrota, entre o contingente castelhano imperava a Cavalaria – têm ao longo dos tempos os historiadores apontado para um número superior a trinta mil soldados, mais de vinte mil deles cavaleiros. Enquanto tal, entre os portugueses impunha-se a Infantaria através de dois mil homens com lanças, oitocentos besteiros e quatro mil peões.

Por esta razão, na mesma obra, Álvaro Cunhal puxa dos galões marxistas para justificar estar-se assim, em Aljubarrota, na presença do “desenrolar de uma vitória da

Infantaria burguesa [novamente no seu «bom sentido»] contra a Cavalaria aristocrática”. E, por não ter sido a batalha de uma nação contra outra nação, mas a batalha dos burgueses revolucionários de Portugal contra a nobreza reaccionária de Portugal e Castela, “o carácter de luta pela independência racional [originado pela intervenção castelhana na revolução portuguesa] dá a esta batalha um significado muito particular para a nação portuguesa”. Pelo que, sintetiza o líder comunista: “Aljubarrota é um dos pontos culminantes da luta de classes na Península e um triunfo das forças progressivas contra as forças reaccionárias”.

Tirando a troca de «progressivas» pela bem mais habitual qualificação de «progressistas», nada de novo na visão histórica de Cunhal.

Estava-se processando o declínio do sistema feudal causado, fundamentalmente, pela liquidação da servidão da gleba nos séculos XIII e XIV e pelo surgimento da pequena produção baseada no trabalho do proprietário dos meios de produção e da produção estruturada sobre o trabalho assalariado.

A expansão dos concelhos está ligada ao desenvolvimento desta produção: é sua consequência e é seu estímulo, na medida, por exemplo, em que favorecia a libertação dos servos da gleba. Estes dão lugar aos pequenos produtores formando-se, depois, por um lado, uma classe de camponeses ricos, a burguesia rural; e, por outro, uma classe de camponeses sem terra que fornecem trabalho assalariado.

Este crescimento dos níveis da pequena produção baseada no trabalho assalariado aumenta a produção em geral. Resultado: aumenta o comércio interno; nasce uma sub-classe comerciante que aumenta em número; há um novo grupo sócio-económico que se integra no mapa das relações sociais, humanas e políticas.

Para trás ficavam os tempos em que o rei se via obrigado a decretar a obrigatoriedade da ida à feira, uma estratégia destinada a promover o desejo de aquisição de produtos – aquilo a que se poderia designar pelo processo publicitário da época – e, como tal, a exigir um aumento da produção individual suscetível de garantir essa compra.

Numa segunda fase o gradual e natural incremento do comércio externo conduzirá inevitavelmente ao surgimento de uma ultra-classe de mercadores mais ricos e com interesses estratégicos mais refinados e alargados.

Com o desenvolvimento da produção mercantil e do comércio os burgueses concentram na sua mão grande riqueza. Com o seu crescente poder económico a burguesia

ligada ao comércio marítimo torna-se o principal inimigo da classe senhorial e vem a estar em condições de, em unidade com as outras classes não senhoriais, disputar o poder político à nobreza latifundiária.

O surgimento das novas classes e camadas sociais, o crescente poder económico da burguesia, cujos interesses se opõem aos da classe senhorial, exercem pressão sobre o poder real e obrigam a que os privilégios da nobreza e do clero vão sendo reduzidos ao longo dos séculos XIII e XIV.

Contudo, a natureza do Estado não muda com as conquistas que a burguesia vai alcançando. A nobreza latifundiária e militar, de que o rei é o primeiro senhor, continua a ser a classe dominante, continua a dispor da direcção política do Estado porque, para além de ser a principal detentora da terra, numa conjuntura em que a mesma continuava a ter muito valor, era o garante da defesa da mesma contra as invasões.

Por parte da burguesia, amadurecem as condições para a disputa do poder político à nobreza.

Tomando nota da situação vivida, a nobreza lusitana vinha já desde há algum tempo a dar sinais de querer aliar-se à nobreza castelhana como forma de resistir ao emergir de um conjunto de matizados perigos classistas de evidente carácter neo-burguês.

Ignorando os riscos que essa união implicaria para a autonomia de Portugal e com o objectivo exclusivo de manter os respectivos privilégios e ascendente de poder, fomenta em desespero de causa o casamento da infanta D. Beatriz, filha única de D. Fernando e de D. Leonor Teles, com o monarca de Castela.

Antes, em 1376 e 1380, o casamento da infanta com príncipes castelhanos estivera para ser realizado, prevendo-se já então a sucessão de um rei castelhano no trono de Portugal.

O próprio casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles fora preparado pela nobreza portuguesa em aliança com a de Castela com vista a influenciar mais directamente as decisões do rei no sentido favorável aos interesses da nobreza portuguesa. E de tal modo assim foi que os burgueses e artesãos se revoltaram em vários pontos do País. E não apenas por causa da falta de sorte na escolha real da consorte!

Hoje em dia, face à carga ideológica que o termo implica, falar em burguesia para períodos anteriores ao século XVII constitui, no mínimo, uma imprecisão histórica. Burgueses há desde o século XII, se entendidos como os habitantes dos burgos que fazem do comércio a

sua fonte de receitas. Em função do que o termo actualmente significa será bem mais correcto recorrer a expressões neutras, como mercadores ou comerciantes. Nesta tese adoptaram-se estas denominações sem prejuízo de se considerar constituírem as raízes mais remotas da burguesia chamando-lhe então uma espécie de «proto-burguesia».

Assim como, sempre que aqui se fala em classe social, não se estará a seguir a leitura mais científica resultante das posteriores correntes marxistas, segundo as quais só é classe social a classe trabalhadora-operária ou economicamente desfavorecida por se tratarem das únicas com absoluta consciência de classe. Na verdade, optou o autor desta tese por adoptar e forçar um registo «mais largo» e, talvez por essa mesma razão, algo mais susceptível de eventual «distorcimento» científico.

Porventura a mais entusiástica e exuberante manifestação anti-regime terá sido protagonizada pelo alfaiate Fernão Vasques e respectivos companheiros.

Em 1371, à frente de três mil mesteiros, besteiros e homens de pé, que corajosamente tornaram público o seu desagrado pelo casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles, o alfaiate lisboeta encabeçou uma grande manifestação de protesto – aqueles homens tinham compreendido o significado político desse matrimónio preparado pela nobreza portuguesa em convivência com a de Castela.

Usando da palavra, Vasques ter-se-á dirigido ao próprio monarca advertindo-o para que se não casasse com Leonor Teles de Meneses.

Exprimindo a oposição de interesses entre as classes populares e a nobreza feudal, essa revolta dos mesteiros representou uma tal ameaça ao poder feudal que o rei mandou matar Fernão Vasques e muitos dos seus companheiros.

Era o destino a ditar a sua lei e a castigar o desaforo de ousar pôr em causa a decisão real. Por isso, saíram caras as invectivas dirigidas por Fernão Vasques a D. Fernando e à sua amada – e nesse mesmo ano de 1371 acabou, como se sabe, na força.

Escreveu Fernão Lopes que “os populares se juntavam criticando acesamente os privados do rei e os grandes da terra que lho consentiam” (Gonçalves, 2004, II. 47-48).

Nos últimos meses da vida de D. Fernando acentuou-se junto do rei a influência da nobreza mais conservadora e acomodada, facto que levou ao recrudescimento da tensão social e contribuiu para criar as condições para a insurreição de Lisboa, poucos dias depois da morte do rei.

Mas as ameaças do povo e dos «ventres-ao-sol» desvalidos da cidade de Lisboa não produziram qualquer efeito prático e o matrimónio acabou mesmo por se realizar.

Resolvido o problema, resulta claro que os nobres mais próximos do casal real não avaliaram devidamente as sequelas e o legado que a poderosa manifestação de desagrado deixara pelo caminho dos tempos mais próximos.

Burgueses, mercadores mais abastados, armadores de Lisboa e do Porto e alguns homens de leis não aristocratas, mas que tinham logrado estudar e projectar-se a um patamar social um pouco mais alto não deixaram por mãos alheias as raízes geneticamente semeadas por Fernão Vasques e trataram de se ir reunindo e arregimentando cada vez mais apoiantes para uma causa para a qual ficaria apenas a faltar um líder que possibilitasse consumir com êxito uma revolta e que não se deixasse voltar a cair nos mesmos erros e a enredar na mesma falta de poder que assistira ao impotente Fernão Vasques e aos homens por ele capitaneados anos antes.

Em 1383, a luta pela independência nacional funde-se com a luta contra os privilégios da nobreza e pelo poder político, pois a classe dominante à qual era disputado este poder político era a mesma que, para conservar as suas posições, havia provocado a intervenção da nobreza de Castela contra os interesses populares e estava disposta a entregar o Governo de Portugal à monarquia castelhana.

A revolução burguesa identifica-se, assim, com a luta pela independência nacional. A revolução tem um nítido carácter de classe.

Dois campos se afrontam: o da nobreza territorial latifundiária e o das classes não senhoriais: a burguesia urbana e rural, os mesterais, os pequenos proprietários camponeses, os camponeses sem terra, nesse momento unidos contra o mesmo inimigo – a nobreza portuguesa e castelhana –, ultrapassando assim as próprias e naturais contradições de interesses que havia entre essas classes sociais não senhoriais. Foram estas forças que se defrontaram em Aljubarrota.

O facto de, do lado português, sempre ter havido nobres ao lado das classes populares não altera o carácter do confronto de classes. Em todas as revoluções houve sempre elementos da classe dominante que tomaram o partido das classes em ascensão, progressistas, que se opõem ao poder dessas mesmas classes dominantes.

Aliás, convém salientar que era restrito o número de nobres que estava com Portugal. E pertenciam aos estratos inferiores da nobreza. Eram dos menos abastados.

Não se poderá, pois, afirmar que do lado português, “em Aljubarrota, se encontravam todas as classes sociais defendendo a independência nacional” (Gonçalves, 2004, II. 66-67).

Estava, sim, um reduzido número de nobres que eram chefes militares das tropas populares. Os comandos militares, os quadros superiores eram, regra geral, nobres que, como se sabe, naquele tempo, faziam da arte da guerra a sua principal actividade.

O que aconteceu foi que esses poucos nobres, em consequência dos êxitos na guerra e em virtude da posição que ocupavam no exército, ascenderam à grande propriedade territorial, no lugar daqueles que se puseram ao lado de Castela.

Era a sucessão não prevista pelas classes privilegiadas da nobreza de sangue pela nobreza de direito ou de facto. Aquela que colocara o interesse nacional em primeiro lugar, embora, com o desenrolar do processo, viesse a colher frutos a nível individual.

Com efeito, foi com esses nobres leais a Portugal que, dadas as condições objectivas e subjectivas da época, foi reconstituída a grande parte dos domínios senhoriais. O caso mais típico é o de Nuno Álvares Pereira que ascendeu ao primeiro plano da classe senhorial e de tal modo que os seus domínios atingiram uma extensão igual à dos domínios que anteriormente possuíam muitos dos grandes nobres tomados em conjunto.

Era o regresso a um procedimento que, muitos anos depois, levaria o rei D. João II a afirmar que o seu pai entregara as terras aos nobres e o deixara dono das chaves e estradas do reino. Nada que «pela lei e pela grei» não tivesse solução, como as mortes dos Duques de Aveiro e de Viseu permitiria perceber. Mas, sendo essas contas de outro período, volte-se, então, à circunstância em estudo.

É Fernão Lopes que diz que em resultado da grande crise surgiu uma “«sétima idade» em que se levantou um mundo novo e nova geração de gentes, aparecendo fidalgos de origem plebeia e erguendo-se pequenos aristocratas à primeira linha da nobreza” (Cit. In. Gonçalves, 2004, I. p. 81).

Repare-se que, para Fernão Lopes, o aparecimento de um mundo novo não estava ligado, como hoje, a uma profunda transformação nas relações de produção e distribuição entre as diferentes classes sociais. As condições objectivas da vida da sociedade portuguesa em fins do séc. XIV não eram de molde a poder colocar à consciência da burguesia e das

classes populares a necessidade de uma modificação radical das estruturas socioeconómicas, que liquidasse o poder da classe senhorial. Só séculos mais tarde essa questão será posta pelas burguesias dos diferentes Países e com grandes intervalos de tempo entre si.

De facto, verifica-se que, nos finais do séc. XIV, o Movimento de 1383-85 respeita as estruturas da sociedade feudal. Em 1383-85, do ponto de vista socioeconómico, o objectivo fundamental comum à burguesia e às classes populares era o de limitar os privilégios senhoriais, devendo, contudo, ter-se presente que eram diferentes entre si os objectivos concretos da burguesia e das demais classes populares. Em Aljubarrota, na realidade e como já foi referido, encontravam-se muito poucos fidalgos do lado de Portugal. A principal nobreza portuguesa estava do lado castelhano, quer ali, em Aljubarrota, nas hostes de Castela, quer na chefia de povoações e castelos que se mantinham como ilhas ao serviço do inimigo, quer mesmo em Castela.

Aliás, quando da primeira invasão castelhana, em princípios de 1384, o rei de Castela entrou praticamente sozinho em Portugal, antes do seu exército. Tal era o apoio que o rei de Castela tinha entre a nobreza portuguesa que o rei chegou à Guarda acompanhado da sua mulher e de um pequeno séquito de cerca de trinta pessoas, sendo recebido processionalmente pelo bispo e clero e acorrendo depois numerosos fidalgos ao paço episcopal onde se hospedou.

Um hóspede, uma visita que dignificava quem o recebia, e não um invasor. Era essa a visão dos altos dignitários da Guarda, certamente em nome de privilégios do passado, mas também já esperançados em colher frutos da sua forma de acolher aquele que julgavam vir a ser o futuro rei de Portugal.

Em Aljubarrota, além de D. João I, Nuno Álvares e de mais uma dezena de grandes senhores haveria cerca de uma centena de nobres de modesta hierarquia.

Ora, “o número de membros da nobreza portuguesa é estimado, nos fins do séc. XIV, em 4000 a 5000 pessoas, não incluindo os membros da família real que seriam algumas centenas” (Gonçalves, 2004, II. 102-103).

A nobreza que combatia contra os Portugueses em Aljubarrota tinha bem a noção do carácter de classe da guerra que fazia.

A verdade é que o processo revolucionário de 1383-85 acabará quanto ao autor por constituir aquilo que se poderá chamar de elemento premonitório para o que veio a ser, séculos mais tarde, a Revolução dos Cravos.

3.2. Apoio Popular aos Militares Revoltosos no 25 de Abril

Poder-se-á teorizar sobre as diferenças conceptuais existentes entre «putsch», golpe de Estado, revolta, sublevação militar e revolução. Como aliás o autor da tese teve oportunidade de abordar em passagens anteriores do presente documento.

E é bem verdade que, a esse respeito, a Revolução dos Cravos suscita as mais diferentes interpretações, pois “não foi um golpe de Estado militar clássico [...]”, mas sim uma “sublevação militar”, depois “golpe de estado” que se apoiava “num vasto movimento popular” ou mesmo “rebelião” (Foubert, 1975, pp. 30-34).

Mescla teórica e operativa de vários conceitos, admite-se nesta tese que, em Abril de 74, “a dinâmica desenvolvida só foi possível pelas características que fizeram do golpe de Estado um caso especial. Uma revolta militar clássica ou um mero golpe de Estado não teriam, certamente, proporcionado as condições para que aquela dinâmica se desenvolvesse” (Correia, 1994, p. 43).

Nas vésperas do 25 de Abril de 1974, a luta do povo português contra o regime e a Guerra Colonial tornara-se um poli-movimento imparável de massas que, na prática, se estendia a muitos e diferenciados grupos sócio-económicos da sociedade portuguesa.

Com efeito, muitos portugueses vinham cada vez mais contactando com a realidade da Guerra Colonial, que arrastava os homens para a morte e as famílias para a angústia.

E acaba por ser esta base psicológica de devastada experiência social que coloca o Estado Novo sob os constantes holofotes da comunidade e a pressão de cidadãos gradualmente inconformados com o rumo da situação, numa conjuntura em que os movimentos de libertação – na óptica dos colonizados – e terroristas – na visão da Metrópole – contavam com a opinião favorável da comunidade internacional e o apoio cada vez maior do Bloco de Leste e seus aliados.

Paralelamente, o Partido Socialista e, sobretudo, o Partido Comunista Português, empenham-se num combate a que o regime ditatorial dará luta sem tréguas, recorrendo aos meios necessários dos pontos de vista político, policial e propagandístico.

Antecedendo imediatamente o 25 de Abril, nos últimos meses de 1973 e nos primeiros de 1974, o movimento popular de massas já se desenvolvia de forma sensível e alargado a várias frentes.

A primeira dessas frentes, alinhavada nas movimentações do proletariado urbano, assente numa sub-classe social de certa forma liderante que intervinha como linha da frente na generalidade do processo da luta popular.

Sem tibiezas, a repressão fazia sentir a sua acção sobre o movimento operário, mas jamais os altos representantes do agora agonizante Estado Novo lograram eliminar a eficácia organizativa da luta dos trabalhadores. Greves dos operários industriais, do sector dos transportes, da área dos empregados administrativos, dos pescadores e dos trabalhadores agrícolas acabaram por exercer uma profunda mácula e uma incontornável influência no desenvolver do processo revolucionário.

Além das múltiplas e heterogéneas, pequenas mas desgastantes, lutas travadas nas empresas, de Outubro de 1973 ao 25 de Abril de 1974, mais de cem mil trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo intervieram numa cada vez maior e mais impressiva vaga de paralisações que teve como efeito desferir sucessivos, repetidos e violentos golpes no crescentemente abalado edifício do Estado Novo.

Não era o regresso às jornadas de luta pelas oito horas de trabalho diário, conquista só alcançada no início da década de sessenta do século XX, mas o espírito não andava afastado.

Uma segunda frente de luta popular contra a Ditadura consistiu no movimento democrático.

As formas de organização e métodos de acção de massas do movimento democrático português constituíram um exemplo brilhante da associação do trabalho legal e do trabalho clandestino nas adversas e sempre desconfiadas condições criadas pelo contexto de um regime autoritário. Dando sempre mostras de porfiar sem desistir dos respectivos objectivos, o movimento democrático soube sempre encontrar formas renovadas de organização e de acção

que lhe permitiram atingir, esclarecer e contagiar amplos sectores de uma cada vez mais sensível sociedade portuguesa e desencadear um poderoso movimento de massas.

Uma luta que, no entanto, poderia ter dado frutos mais cedo, não fosse a obstinação do PCP, que recusava abrir mão do controlo total dos movimentos oposicionistas.

A terceira frente de luta popular nasceu, cresceu e projectou-se no movimento juvenil – a juventude teve um papel de extraordinário destaque na luta contra a Ditadura. Daí o surgimento de organizações que tinham como destinatários naturais os jovens.

Muitos jovens – trabalhadores e estudantes – estiveram nas primeiras linhas de combate ao regime e em diversas frentes da luta política, económica e cultural, na agitação clandestina, nas manifestações de rua, nas actividades que envolviam, afinal, maior exposição aos perigos.

A quarta grande frente de combate foi a das camadas e grupos médios.

Os intelectuais, ao longo de quase meio século de opressão, constituíram em muitas ocasiões e circunstâncias uma firme, empenhada e lúcida barreira oposicionista, participando activamente no movimento democrático e desenvolvendo uma actividade cultural e de criação literária e artística contra o fascismo.

Intelectuais que não englobavam apenas os deserdados da fortuna e que se viam obrigados a subir a corda a pulso. Entre os opositores ao Estado Novo figuram personalidades de origem privilegiada, mas que sabiam distinguir o conforto próprio do desconforto quase generalizado.

Em 1968, apesar de todos os sinais dados por Marcello Caetano no sentido de uma certa liberalização do regime, constata-se que a política de «autonomia progressiva» acabaria por impor a necessidade de prosseguir com a Guerra Colonial. “E esse era o nó górdio da questão: Caetano, sob pressão dos integristas e por profunda convicção pessoal, entendia não ter outra saída que não fosse a do empenhamento militar. O que, fatalmente, iria comprometer todo o seu programa de reformas” (Mattoso, 1994, p. 548).

Com efeito, tendem – crê o autor – a não subsistir hoje dúvidas de que, em redor da sua «Evolução na Continuidade», tentou Caetano urdir um plano de acção que congregasse os seus mais fiéis apaniguados, os mais ortodoxos da extrema-direita que se batiam pela radicalização do regime e um grupo, cada vez mais alargado e preponderante de figuras que, sobressaindo por de dentro do aparelho do poder vigente, davam graduais e seguras

manifestações de discordância e crescente distanciamento para com a política marcelista na defesa de uma abertura pela via democrática e menos totalitária.

Por estes tempos, a capacidade de iniciativa dos grupos intelectuais intensificou-se exponencialmente. Uma realidade que ficou bem evidente pela realização de grandes assembleias, concentrações e greves e que deram sinal de uma tenaz oposição ao regime sempre que possível manifestada através da imprensa, do cinema, do teatro e ou da dinamização cultural.

São igualmente disso exemplos, entre outros, a criação da Associação Portuguesa de Escritores e grandes movimentos culturais associados às classes dos professores do ensino secundário e dos médicos.

Em todos os sectores e quadrantes da vida social, o povo português passara à ofensiva contra a exploração e a opressão totalitárias em defesa das suas liberdades e pela solução dos seus problemas vitais. Na situação portuguesa pesava, de forma crescente, a Guerra Colonial, com todas as suas consequências. Com efeito, os resultados da guerra sentiam-se na vida económica, social e política e na situação das Forças Armadas, numa conjuntura em que a adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) no ano inicial da década de 60 e a emigração para uma Europa em reconstrução mostravam que havia vida para lá de Badajoz.

Depois de quase meio século de ditadura iniciava-se a revolução portuguesa que iria causar a surpresa e a admiração da Europa e do Mundo. A 25 de Abril de 1974 terminava, derrotada pelo Movimento das Forças Armadas – MFA e pelo povo, a longa ditadura salazarista impôs ao povo português, um regime tão estruturado quanto repressivo que sobreviveu à morte do ditador ocorrida em 1970.

É assim que, seja pelas características dos protagonistas ou pelas principais motivações dos grupos dirigentes; pela oposição a um inimigo identificado ou pela adesão inequívoca das massas populares, subsistem, entre 1974 e 1383, quanto ao autor da presente tese, convicções sustentadas que suportam a cumplicidade ontológica de ambos os fenómenos históricos assentes na movimentação dos grupos, corporações, sectores da sociedade, por um lado, e nas ondas de choque provocadas pelos burgueses e pelos militares agitadores, por outro.

Com efeito, é na capital do Reino e do País que, em 1383 e 1974, decorrem as mais importantes movimentações tendentes à transformação dos regimes vigentes e à deposição dos respectivos dirigentes. Em ambos os casos emergem novos grupos líderes dos cenários impostos pela acção dos revoltosos, autores da decapitação dos sistemas que colapsam face ao vigor de quem se perfila e ao apoio incondicional que nos dois casos contribui de forma decisiva para a vitória da quem se rebela contra quem está instalado.

A forma como o povo interveio e acompanhou as incidências ocorridas durante as sublevações de 6 de Dezembro de 1383 e 25 de Abril de 1974 teve muito a ver com a arquitectura específica e a execução concreta de ambas as revoltas e com o protagonismo operacional e espírito de liderança desempenhados pelos respectivos grupos revoltosos no consumir das duas movimentações.

Isto é, em ambos os casos em análise o povo não constituiu a mola ou o dínamo directos, mas sim o factor de pressão, e de consabida cumplicidade, que fez inclinar o tabuleiro do jogo para um dos lados rumo à vitória – em ambos os casos, o lado da rebelião!

A participação e intervenção populares só eclodem a partir do momento em que a coordenação liderante dos cabecilhas revoltosos passa, em um e outro casos, para o domínio público. E para a rua, num sentido literal. Porque foi só quando a agitação atingiu as ruas e o povo agregou o seu apoio que ambas as rebeliões ganharam dimensão vitoriosa.

Ainda que a população de Lisboa estivesse já nessa altura nas ruas e a revolta se estivesse a transformar numa revolução, o desfecho, em ambos os casos, não estava ainda encontrado, porquanto, tanto em 1383 como em 1974, as forças revoltosas, embora de diferentes formas e apresentando características distintas, tiveram de se apartar dos inimigos e dos constrangimentos com que se depararam, sendo esta realidade mais evidente no desenvolvimento da Revolução dos Cravos tendo em conta a existência de um inimigo definido e divisível logo em pleno teatro de operações.

Por isso, ao arrepio da participação popular, a extraordinária mobilização militar conceptualizada e levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas constituiu a verdadeira força motriz da revolução e o garante de que a Ditadura baquearia. Não pelo efeito da acção de militantes políticos, grevistas sectoriais, intentonas facilmente desbaratadas, manifestações estudantis ou farpas de intelectuais, mas sim mercê da operacionalização objectiva dos capitães e de todos quantos, com eles e atrás deles, sobrevieram.

A partir do Terreiro do Paço e em contacto permanente com o quartel na Pontinha, em Lisboa, que alojava o Regimento de Engenharia nº 1 e onde os responsáveis do Movimento das Forças Armadas decidiram instalar o Posto de Comando, Salgueiro Maia comandou a operação que, ao longo do dia, foi sendo seguida, desencadeando a adesão das unidades militares arregimentadas e previamente articuladas com o Movimento, contagiando, simultaneamente, o povo da capital.

No Posto de Comando, os «sete magníficos» oficiais que coordenaram toda a operação foram o major Otelo Saraiva de Carvalho, o capitão-tenente Vítor Crespo, o major Sanches Osório, o tenente-coronel Amadeu Garcia dos Santos, o tenente-coronel Fisher Lopes Pires, o major Hugo dos Santos, o capitão Luís Macedo, oficial da unidade, e ainda o major José Maria Azevedo, no apoio ao Posto de Comando.

Dos três primeiros membros do Secretariado Executivo do Movimento das Forças Armadas, constituído em Dezembro de 1973, só Otelo se encontra na Pontinha.

Entre outras atribuições, Vítor Alves responsabilizara-se pela redacção de vários dos comunicados dirigidos à população pela rádio, assumindo o comando das operações no lugar de Otelo Saraiva de Carvalho a partir das 16h00 de 25 de Abril.

Já Vasco Lourenço encontrava-se no Quartel-General nos Açores, depois de para aí ter sido enviado pela hierarquia que suspeitava da intensa actividade desenvolvida pelo capitão de Infantaria. Detido na casa de Reclusão da Trafaria é enviado à força para Ponta Delgada regressando a Lisboa no primeiro avião de 28 de Abril.

Da Comissão Coordenadora inicial, restava, pois, Otelo, encarregue de coordenar o grupo de sete oficiais que, durante o dia 25, estabeleceu e definiu a acção conjunta e global da operação.

À Escola Prática de Cavalaria coube controlar os acessos ao Banco de Portugal, à Companhia Portuguesa Rádio Marconi, ao Terreiro do Paço e os acessos à Praça do Município.

De Norte a Sul e do Litoral para o Interior, o País está praticamente paralisado.

No Porto, ocorrem manifestações envolvendo jovens e estudantes universitários de um lado e militares e agentes da Polícia de Segurança Pública por outro.

Em Beja, o Batalhão da Guarda Nacional Republicana e o Comando Distrital da PSP mantêm os contingentes no interior das unidades. Em Évora também.

Mas em Peniche e Santarém o povo sai à rua e confraterniza com militares.

Na capital, a meio da manhã, o presidente da Assembleia Nacional, Carlos Amaral Neto, dá por encerrada uma curtíssima sessão parlamentar de cerca de quinze minutos que apenas regista as presenças de trinta e nove deputados.

À margem da concreta mega-operação militar desencadeada pelos oficiais revoltosos, o papel do povo no processo do 25 de Abril é susceptível de ser dividido em três momentos absolutamente distintos:

i) Um primeiro passo, que nada tem a ver com a maquinação subversiva dos capitães, e que se consubstancia no facto de, durante muitos anos, diversos sectores da sociedade portuguesa desenvolverem acções que, a seu modo, desgastam o regime e alavancam uma erosão que contribuirá de forma efectiva para o ruir interno de algumas estruturas. Um processo que, por essa mesma razão, nem sempre foi sempre visível mas que produziu indiscutíveis efeitos – como atrás de viu, conclui-se que as actividades das organizações partidária, sindical, proletária e universitária alimentam mentalmente os capitães mas não são incluídas no plano de operações;

ii) Uma segunda etapa, centrada no exacto dia 25 de Abril, relacionada com a adesão imediata das massas populares ao MFA ao longo do dia revolucionário, com consequências importantes porquanto reveladoras de um apoio cívico, capital ao sucesso da manobra então desencadeada – durante cerca de doze horas – entre as seis da manhã e as seis horas da tarde – o povo é o «ás» que faz ganhar o jogo;

iii) E um terceiro momento, que reflecte o envolvimento do povo na construção do regime democrático – relevante a constatação de que a sua acção e intervenção voltam imediatamente a ser passivas, de cariz reactivo e outra vez manipulado ora pelas facções militares que rapidamente se definem ora pelas forças político-partidárias que num ápice pulverizam o espectro político e incendeiam a sociedade portuguesa.

O golpe dá-se sem derramamento de sangue, e principalmente porque parece não ter havido qualquer intenção por parte dos militares fiéis ao Governo em promover uma carnificina nas ruas de Lisboa.

O grande número de populares, que não saíram das ruas, na maioria dos casos por não se aperceberem do risco que corriam, acabaram por ser determinantes para a marcha e o resultado do golpe.

Risco que existiu e que, aliás, custou vidas humanas porque era necessário exigir a rendição de Marcello Caetano e de Américo Tomaz e das tropas que lhes permaneciam leais, mas também da PIDE, fechada a «sete chaves» na sede da Rua António Maria Cardoso, ao Chiado, e que tentava queimar as marcas da sua violenta actuação.

Algo que, como decorre da História, é prática habitual quando os regimes autoritários e totalitários caem.

Retomando ao campo de actuação, Ferreira (1989, p. 25) refere que “quanto à cena do Largo do Carmo, verdadeiro «ex-libris» da revolução do 25 de Abril, tem muito mais a ver com a movimentação política do dia 25 de Abril do que com qualquer premeditado plano de manobra militar”.

Numa época anterior, durante séculos de iliteracia quase completa da população, as imagens eram os livros do povo. No 25 de Abril, a atuação militar precisava de criar os seus ícones.

O Governo cai ao fim da tarde quando é formalmente entregue a uma Junta de Salvação Nacional encabeçada pelo general António de Spínola e que integra, também, o general Francisco da Costa Gomes, ambos do Exército; os almirantes António Rosa Coutinho e Pinheiro de Azevedo; os generais do Exército Jaime Silvério Marques e Galvão de Melo; e o general piloto-aviador Manuel Diogo Neto.

A atitude da população também merece referência.

Salgueiro Maia, no relatório escrito a 29 de Abril, transmite uma ideia mais concreta e espontânea do papel da população do que a descrita por Otelo no seu livro *Alvorada em Abril*. “Mas o certo é que o brigadeiro Junqueira dos Reis, afecto a Marcello Caetano, não deixa de mencionar a população que o envolve no Largo do Camões como o factor decisivo que o impede de avançar (Ferreira, 1984, p. 33). Curiosamente, “até certo ponto, a população só evita conflitos mais latentes devido à suposição de que as forças de Junqueira dos Reis estavam pelos revoltosos e a favor do derrube da ditadura” (Ferreira, 1984, p. 34).

À guisa de conclusão, parece ser possível afirmar que, seja pelas características dos protagonistas ou pelas principais motivações dos grupos dirigentes; pela oposição a um inimigo identificado ou pela adesão inequívoca das massas populares, não podem, desta forma, acreditar o autor, hoje subsistir dúvidas sobre a cumplicidade ontológica de ambos os fenómenos históricos.

Uma cumplicidade que, nesta tese, se tratou de expor e desnudar ainda mais em função do factor de convergência relacionado exactamente com o apoio do povo, nos dois processos, como elemento decisivo para a vitória de certa facção sobre outra.

Capítulo 4 – Liderança Pessoal como Factor de Sucesso Colectivo

Esta tese de doutoramento tem, igualmente, por objectivo estabelecer uma comparação analógica e de proximidade entre as figuras e os papéis desempenhados pelo Mestre de Avis e por Salgueiro Maia, facto ao qual, como o autor tem vindo a defender em sede da presente análise científica, não é possível fechar os olhos.

Ditada pelas regras inerentes a uma actualidade tornada refém do endeusamento mediático, típico de sociedades anódinas e sem referências, a mitificação memorialística que a História de Portugal e o colectivo popular guardam de D. João I, talvez menos, e de Salgueiro Maia, provavelmente mais, é a de heróis do seu tempo.

Heróis porque afectos a paradigmas de análise cada vez menos comuns na sociedade contemporânea: bravura no campo de batalha, capacidade de liderança, sensibilidade e bom-senso.

Considerado como uma imagem que transmite a manifestação de um exemplo e designadamente de parte desse mesmo exemplo, o herói é tido como aquele que tende a congrega em si as qualidades necessárias para enfrentar e vencer as dificuldades apresentadas por determinado problema ou situação de características excepcionais e de complexa resolução.

Claro que, na Mitologia Grega, o herói consubstancia o protagonista épico de uma fantástica narrativa que intercede entre o «Bem» e o «Mal» e entre os deuses e os homens, adquirindo, por essa mesma razão, uma ultra-dimensão que os faz ficar situados na linha de entidades semi-divinas.

De acordo com diferentes eras, as correntes de carácter estético e os géneros literários, o conceito de herói é assinalado por uma simbologia de certa forma difusa: na sua heterogeneidade psicológica, ética e social, representa, por um lado, a vida dos homens; por outro lado, representa a superação dessa mesma condição humana plasmada no mítico atingir de virtudes incomuns que o «comum dos mortais» não consegue mas gostaria de atingir e que são, por exemplo, a coragem ímpar, a crença sem limites, a determinação sem paralelo, a magnanimidade sem precedentes.

Essencialmente altruístico, o herói segue a sua caminhada e persegue o seu fito guiado por superiores sentimentos e estados de espírito de que sobressaem a luta pela liberdade, a entrega ao sacrifício e a busca incessante da justiça feita moral.

Autênticas forças da natureza, os heróis surgem como individualidades semi-mortais capazes de protagonizar feitos imortais – tal como Camões cantou relativamente àqueles que “se vão da lei da morte libertando” – no recurso a capacidades e competências anormais que lhes possibilitam derrotar entidades de força fora do comum e representativas de perigos, psicológicos e físicos, só por eles enfrentados e susceptíveis de serem ultrapassados.

Por isso, desde a Mitologia Grega até à actualidade, o heroísmo se tornou um facto inoculado no imaginário popular como algo de inatingível e que corresponde a um tal nível de auto-superação só ao alcance raros e em situações de particular gravidade existencial.

Claro que o conceito de heroísmo não escapa imune ao relativismo interpretativo e cognitivo que o rodeia e emoldura e, por isso, tão propiciador à subjectividade analítica que o conforma e sugestiona.

Assim, no contexto desta presumidamente assumida heroicidade de ambos os sujeitos estudados nesta tese, o facto é que, de ambos, aqui tidos como heróis, ressaltam duas características que, provavelmente, explicam o porquê desta referida bravura – que não pode jamais ser confundida com bravata - e que sustentam:

- i). a coragem com que, cada qual, agiu nos respectivos tempo e espaço;
- ii). a vontade que os moveu e que não terá sido, claramente, a da obtenção desse, chame-se-lhe, estatuto de heróis.

Do alto da superioridade moral que advém da coragem e do desapego, Salgueiro Maia, o «nobre militar», encarna a imagem do heroísmo discreto e do combate à hipocrisia que cega.

Coerente, ético e solidário, o capitão foi um profissional e um cidadão dotado de uma imensa categoria que agiu ao arreo estrito e regimental de uma hierarquia em nome de duas causas muito mais justas, alargadas, abrangentes e ambiciosas como foram o povo português e a Democracia.

D. João I, o «rei burguês», reveste a pele e o mandato de uma valentia, por vezes, é certo, mitigada e mitigável, mas que contribuiu de forma decisiva e definitiva para a afirmação de uma nova identidade social e de um reequilibrar de forças entre os até então mais desfavorecidos e mais beneficiados.

Despreocupados consigo próprios, apesar das dúvidas levantadas por Fernão Lopes sobre os verdadeiros motivos da decisão do Mestre⁴³, e com as consequências resultantes dos seus actos, optaram por caminhos, facultaram decisões e possibilitaram novos rumos a partir, tão simplesmente, do seu génio, da sua energia e da sua, aqui entusiasticamente advogada, infindável sensatez.

Desta forma, constata-se que, muito longe de deverem ser considerados como meras silhuetas da História de Portugal, D. João I e Salgueiro Maia protagonizaram, cada qual à sua

⁴³ Uma das posições defendia que o Mestre só voltou a Lisboa para matar o Conde Andeiro porque teve receio de que alguém o denunciasse para cair nas boas graças do Conde. Afinal, havia várias pessoas que estavam por dentro do processo.

maneira, muito mais do que aquilo que cada um terá para si perspectivado, logrando, assim, rasgar portas que a sua índole idiossincraticamente moderada jamais lhes entrevira.

Cresceram como indivíduos e bateram-se como soldados contra a salvaguarda exclusiva dos seus direitos e interesses. Homens que não desiludiram os seus e fizeram por tentar respeitar os adversários, o rei e o capitão constituem, hoje, incontornáveis personalidades de referência da História de Portugal também pela consistência e a originalidade com que viveram as suas vidas e desempenharam as suas missões.

Sob todos os pontos de vista, compará-los será profundamente anacrónico. Como advogou Lucien Febvre, o anacronismo é o pecado mais imperdoável do historiador. Mas não é de comparações exactas e herméticas que visou esta tese, senão a de intentar estabelecer uma possível – e acreditada – relação equidistante de semelhanças entre os dois fenómenos históricos analisados e, porventura, os seus dois principais rostos.

O historiador Vitorino Magalhães Godinho, que na Escola de Altos Estudos, em Paris, contactou precisamente com Lucien Febvre, Fernand Braudel, Marcel Bataillon, Georges Gurvitch e Radcliffe-Brown, argumenta que “o desafio de relacionar o percurso individual com os quadros conjunturais e estruturais é fundamental. Não há investigação histórica, sobretudo do ponto de vista estrutural e dinâmico, sem personalidades. A História é um constante diálogo entre as personagens e as estruturas existentes” (Revista de História. Com.br. Vitorino Magalhães Godinho. Fevereiro de 2011).

Mais acrescenta que, enquanto que para Lucien Febvre, o problema fundamental da História era “o da inserção da personalidade no devir histórico”, Magalhães Godinho acreditava que, “à pergunta sobre ‘até onde temos o direito de *entrar* na personalidade dos outros?’, se sobrepôs a imperiosidade desse conhecimento cruzado e relacionado”⁴⁴.

4.1. Papel de D. João I como eixo da revolta de 1383-85

*“Homem de um só parecer,
dum só rosto e duma fé,
d’antes quebrar que volver,
outra cousa pode ser,*

⁴⁴ Revista de História. Com.br. Vitorino Magalhães Godinho. Fevereiro de 2011

mas de corte homem não é.”

Sá de Miranda

Remetida, embora, à figura de D. João III, 15.º rei de Portugal, no âmbito de uma missiva elogiosa mas, ao mesmo tempo, desconfiada e negativamente crítica sobre os vícios da corte e as «manhas» de muitos dos nobres que o rodeavam, atreve-se o autor desta tese a evocar – e a redireccionar para D. João I – os versos mais conhecidos dessa carta, da autoria do poeta quinhentista Francisco Sá de Miranda, e que não podem deixar de suscitar alguma enigmática estranheza porquanto dirigidos a um monarca que deixou, por exemplo segundo Alexandre Herculano⁴⁵, a marca de “homem medíocre, inábil, fanático, ‘inábil para governar por si próprio”. Mas, enfim, estes são juízos que não cabem no âmbito dos temas presentemente abordados.

Ao que parece filha do mercador lisboeta Lourenço Martins, a mãe de D. João I, Teresa Lourenço, terá sido uma aia educada com especial zelo por sua mãe, Maria de Lurdes Gil.

Contraditoriamente, sobre a suposta mãe de D. João I, pairam ainda hoje as mais solenes e pertinentes dúvidas tendo em conta que, segundo os escritos de Fernão Lopes, se trataria ela de uma mulher vinda da Galiza, Dona Tareija Lourenço.

Lourenço Martins foi a quem D. Pedro entregou o filho bastardo para que fosse inicialmente ensinado e educado. E por esta razão se supõe ser ele o confiável avô a quem D. Pedro teria entregue o pequeno. Esta suspeita é reforçada até pelas benesses e recompensas de que Martins foi sempre sendo alvo por parte de D. Pedro, mesmo quando João não estava já à sua mercê porque entregue aos cuidados de D. Nuno Freire de Andrade, mestre da Ordem de Cristo e a quem, numa fase posterior, o rei confiou a sua educação.

Foi sobre este filho que, certo dia, disse D. Pedro que lhe teriam confiado uma premonição: a de que “um seu filho, de nome João, haveria de montar muito alto e trazer grande honra a Portugal” (Ferreira, 2008, p. 34).

Também Fernando Salgueiro Maia, em episódio que adiante se verá, se deleitou certa ocasião com o sonho de, um dia mais tarde, vir a protagonizar acto de excepcional dimensão.

⁴⁵ Citação produzida a partir da versão electrónica do blog Causa Mérita, consultado em 17 de Maio de 2013, no sítio http://www.causamerita.com/hist_9.htm.

Ele, que em 25 de Abril de 1974, foi o principal rosto da revolta militar que levou ao derrube das forças afectas ao Estado Novo e com o qual marcharam sobre Lisboa cerca de duzentos homens que trocaram o Inverno rigoroso da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, pela Primavera de milhões de compatriotas subjugados a um regime autoritário, mas não totalitário, que, enfim, seria derrubado naquela madrugada.

Uma breve paragem na narrativa para justificar a classificação terminológica do Estado Novo.

De facto, um regime totalitário tem, na perspectiva de Friedrich e Brzezinski cinco características identificadoras:

- Um partido único;
- Uma polícia política secreta muito ativa e dispendo de meios apropriados à sua acção;
- Domínio completo, ou monopólio, dos meios de comunicação social;
- Controlo de todas as organizações políticas, sociais e culturais e um sistema de planificação económica;
- Subordinação total das Forças Armadas ao poder político.

Ora, mesmo aceitando que a União Nacional possa ser vista como o partido único do regime, o simples facto de serem as Forças Armadas a derrubar o regime parece ser suficiente para mostrar que Salazar tinha razão quando temia os militares. Afinal, muitos dos seus problemas tinham sido causados por elementos da hierarquia militar: Henrique Galvão, no rapto do navio Santa Maria; Humberto Delgado, na campanha eleitoral para a Presidência da República; Botelho Moniz, na tentativa de derrube de 1961; Venâncio Deslandes, o «D. Pedro de Angola», que se permitia grandes distanciamentos enquanto Governador-Geral e que quis tributar com efeitos retroativos a Companhia dos Diamantes...

Como tal, o Estado Novo – ao contrário do nazismo, do fascismo, do estalinismo e do maoísmo – não preencheu todos os requisitos do totalitarismo.

Voltando à narração, quase seis séculos antes, D. João I, Mestre de Avis, encarnara a vitória do povo e da burguesia sobre a classe nobre e o clero na defesa da independência de Portugal contra as encobertas intenções expansionistas de Castela e os interesses particulares das chamadas classes altas.

Com este trabalho pretende-se apontar um facto que praticamente nunca suscitou qualquer interesse entre os investigadores mas que, preconiza-se aqui, parece merecer a maior atenção.

Na verdade, ainda que admitindo que os dois momentos históricos nesta tese abordados são naturalmente distantes na cronologia e ontologicamente díspares na essência, sustenta-se aqui que contêm um tal conjunto de similitudes e analogias que talvez, doravante, possa vir a ser criado um novo quadro de estudo e de investigação. Quadro esse assente em novos paradigmas históricos que legitimem o aprofundar de dois marcos da História de Portugal tão identitariamente distantes como essencialmente próximos.

Convicto da oportunidade da presente tese e certo da surpresa que a comparação entre o Mestre de Avis e Salgueiro Maia provocará em alguns, muito se questionou o autor da presente investigação sobre a respectiva pertinência científica.

Na verdade, e na medida dos seus papéis militares e operacionais, parece desde logo bastante tolerável a aparente proximidade entre o capitão de Abril e Nun'Álvares Pereira.

Sucedem que, sem beliscar as insofismáveis características de ambos, sobressai aos olhos do presente autor a necessidade de elevar o tom da comparação analógica, o grau de responsabilidade assumido e o protagonismo assumido a um patamar ao qual aqui se crê o «Santo Condestável» não ter chegado, uma posição não partilhada por Fernão Lopes, como a leitura da *Crónica* deixa claramente perceber.

Que fique claro que a Nun'Álvares Pereira não faltam adjectivos que qualifiquem a sua valentia, lealdade, espírito de liderança e capacidade estratégica. Como João das Regras, este outro braço-direito de D. João I foi ainda um brilhantíssimo conselheiro, cabo-de-guerra ímpar e patriota convicto que fez da sua fé uma arma poderosa e aliada de uma espada como quase nenhuma outra ao serviço de Portugal e da sua independência enquanto nação.

Nascido em 1357, tinha João o mesmo nome de outro dos seus meio-irmãos, este fruto do amor de D. Pedro I por Inês de Castro, assassinada por sentença de seu pai, o rei D. Afonso IV. Um acontecimento triste e que Camões narrou com recurso a um eufemismo – tirar Inês ao mundo determina – para suavizar a decisão real.

Atribuindo a História a D. Pedro I a frase atrás referida sobre o futuro de um seu filho, não se torna difícil atribuir esse presságio ao Mestre de Avis e não ao seu meio-irmão D. João, protagonista de uma vida agitada, e trágica, pela forma como se casou e matou a sua mulher,

D. Maria Teles, irmã de D. Leonor Teles, e como, por via desse facto, acabou por ter de sair de Portugal para sempre perseguido pela mais tarde viúva de D. Fernando e Regente do reino.

Mas D. João, o «legítimo», acabou por ser preso às ordens de D. Juan de Castela, marido de D. Beatriz, filha de Leonor Teles e D. Fernando, por temer que o seu estatuto de descendente directo do rei D. Pedro pudesse caucionar a sua candidatura ao trono português o que esteve efectivamente em equação nas cortes de Coimbra de 1385, circunstância em que a alta nobreza defendeu arduamente a sua nomeação como legítimo pretendente. O seu destino final acabou por ser a morte numa prisão de Salamanca, em 1387.

Foi pois sobre João, o «bastardo», nascido no mesmo ano em que seu pai ascende ao trono, que acabou por recair o lado bom da vida. Aos sete anos de idade, “e havendo morrido o Mestre da Ordem de Avis, D. Martim do Avelar, o seu mentor [D. Nuno Freire de Andrade] encontrou-se com D. Pedro, na Chamusca, e sugeriu-lhe a entrega do referido mestrado àquele seu filho ilegítimo” (Coelho, 2008, p. 21). Recorrendo ao cronista como fonte, mais acrescenta Coelho que “o monarca aceitou ‘mui ledo’ a proposta e logo ali lhe cingiu a espada e o beijou e abençoou, armando-o cavaleiro. Um dos requisitos para ser mestre da Ordem estava satisfeito”.

«O de Boa Memória», cognome pelo qual ficou conhecido, D. João I foi o décimo rei de Portugal e o primeiro da Dinastia de Avis. O seu legado foi extraordinário e perfeita a sua aura. Não nasceu para ser rei mas foi-o e de que maneira!

Foi Luís Vaz de Camões quem, depois de Fernão Lopes, mais aprofundou e plasmou o protagonismo de D. João I na História de Portugal.

Em *Os Lusíadas* só D. Afonso Henriques e Vasco da Gama lhe mereceram mais referências. De resto foi Camões quem adjectivou de «Ínclita Geração» os filhos de D. João I, devido ao valor por estes manifestado e que tanto se destacaram na sua época, e como exemplos de tempos futuros, pelo elevado grau de educação e valor militar, mas também de sabedoria e probidade com que parece sempre terem pautado as suas vidas e a sua afirmação na sociedade portuguesa.

Na estância⁴⁶ 1 do Canto IV da sua obra magna, relata Luís Vaz de Camões a forma como, com D. João I, se fez luz e se rompeu a penumbra medieva a que Portugal estava há

⁴⁶ *Os Lusíadas* são um poema épico e, por isso, têm de obedecer à estrutura formal, ou seja, dez cantos, cada um com um número variável de estâncias – a designação para as estrofes –, cada estância com oito versos e cada verso com dez sílabas métricas.

muito tempo preso e que com o reinado inquieto de D. Fernando de modo tão exuberante se acentuara:

“Depois de procelosa tempestade,/Nocturna sombra e sibilante vento,/Traz a manhã serena claridade,/Esperança de porto e salvamento;/Aparta o Sol a negra escuridade,/Removendo o temor do pensamento,/Assi no Reino forte aconteceu,Depois que o rei Fernando faleceu” (Camões, 1972, p. 149).

Na estância 2, sublinha Camões a condição de bastardo de D. João I e a forma como outros se tentaram aproveitar da incúria de D. Fernando a que só o Mestre fez frente com sucesso:

“Porque, se muito os nossos desejaram/Quem os danos e ofensas vá vingando/Naqueles que tão bem se aproveitaram/Do descuido remisso de Fernando,/Depois de pouco tempo o alcançaram/Joane, sempre ilustre, alevantando/Por rei, como de Pedro único herdeiro, (Ainda que bastardo) verdadeiro” (Camões, 1972, p. 149). Um claro jogo de palavras porque à condição de bastardo, que deveria ser tomada como uma limitação para o acesso ao Poder, foi acrescentado o adjectivo «verdadeiro», como forma de ultrapassar a ilegibilidade.

Na estância 3 Camões não regateia o papel do Mestre de Avis na obtenção da independência de Portugal face aos perigos representados por Castela: “Ser isto ordenação dos Céus divina,/Por sinais muito claros se mostrou,/Quando em Évora a voz de uma menina,/Ante tempo falando o nomeou;/E como cousa enfim que o Céu destina/No berço o corpo e a voz alevantou:/- “Portugal! Portugal!” (alçando a mão, disse)/ “pelo Rei novo, Dom João!” (Camões, 1972, p. 150).

De notar que a estrofe transcrita identifica, perfeitamente, a presença da mão de Deus, uma forma de intervenção sobrenatural característica do messianismo.

Na estância 12 do mesmo Canto IV destaca o poeta o cuidado com que D. João I se rodeou e o espírito de sacrifício com que se bateu em defesa de Portugal: “Joane, a quem do peito o esforço crece,/Como a Sansão hebreu da guedelha,/Posto que tudo pouco lhe parece,/Cos poucos do seu Reino se aparelha;/E, não porque conselho lhe falece,/Co’os principais senhores se aconselha,/Mas só por ver das gentes as sentenças,/Que sempre houve entre muitas diferenças” (Camões, 1972, p. 152).

Trata-se da imagem de um rei valoroso mas ponderado, que busca o conselho de quem sabe da arte. No caso, os «principais senhores», ou seja, os poucos nobres que sustentavam a sua causa.

As estâncias 23, 25 e 36, 37 e 45 exaltam as vitórias militares contra Castela:
“Com toda esta lustrosa companhia/Joane forte sai da fresca Abrantes,/Abrantes, que também da fonte fria/Do Tejo logra as águas abundantes./Os primeiros armígeros regia/Quem pera reger era os mui possantes/Orientais exércitos sem conto/Com que passava Xerxes o Helesponto” (Camões, 1972, p. 155).

Uma contextualização inicial para situar a acção, mas também uma referência elogiosa ao exército português. Depois:

“E da outra ala, que a esta corresponde,/Antão Vasques de Almada é capitão,/Que depois foi de Abranches nobre conde;/Das gentes vai regendo a sestra mão./Logo na retaguarda não se esconde/Das Quinas e Castelos o pendão,/Com Joane, Rei forte em toda parte,/Que escurecendo o preço vai de Marte” (Camões, 1972, p. 156). A figura do rei a impor-se e a alcandorar-se à condição de Deus, sendo comparado ao Deus da Guerra. E:
“Sentiu Joane a afronta que passava/Nuno, que, como sábio capitão,/Tudo corria e via e a todos dava,/Com presença e palavras, coração./Qual parida leoa, fera e brava,/Que os filhos, que no ninho sós estão,/Sentiu que, enquanto pasto lhe buscara,/O pastor de Massília lhos furtara” (Camões, 1972, p. 161).

Era a figura do rei protector, preocupado com os seus, sabendo que a batalha se aproximava e que essa é a hora de apelar à coragem que também decorre da atenção concedida. Ainda:

“Corre raivoso e freme, e com bramidos/Os montes Sete Irmãos atroa e abala:/Tal Joane, com outros escolhidos/Dos seus, correndo acode à primeira ala:/- «O fortes companheiros, ó subidos/Cavaleiros, a quem nenhum se iguala,/Defendei vossas terras, que a esperança/Da liberdade está na nossa lança!” (Camões, 1972, p. 161).

Luís de Camões enfatiza a acção do rei nos momentos cruciais da batalha, não apenas através da coragem bélica, mas também, ou sobretudo, através do apelo ao amor-pátrio, a variável que convinha manter constante. E finalmente:

“O vencedor Joane esteve os dias/Costumados no campo, em grande glória;/Com ofertas, depois, e romarias,/As graças deu a quem lhe deu vitória./Mas Nuno, que não quer

por outras vias/Entre as gentes deixar de si memória/Senão por armas sempre soberanas,/Para as terras se passa Transtaganas” (Camões, 1972, p. 163).

Era a forma diferente de D. João I e de Nuno Álvares Pereira comemorarem a vitória. O rei, a dar graças a quem o levara à vitória; Nuno Álvares Pereira, homem de acção, antes de se tornar homem de reflexão, em busca de novas batalhas.

A vida acabaria por ter uma daquelas alterações em que é fértil e o Condestável ficaria na História pelas obras espirituais mais do que por força das armas.

No Canto VI, estância 43, realça Camões a forma como o casamento de D. João com a inglesa Filipa de Lencastre levou ao fulcral arregimentar de apoios para assim desestabilizar e desmoralizar o vizinho inimigo castelhano. Numa iniciativa exemplar do ponto de vista estratégico, militar e, sobretudo, diplomático, o rei português arrumava ou tirava proveito, de uma vez; com duas questões: a fissura, que já existia, entre Castela e os ingleses, e que aprofundaria com o seu aproximar à família de Leonor; e a conquista desse mesmo apoio para a sua causa, traduzido em homens experimentados na arte da guerra e conhecedores da forma com os castelhanos tinham por costume evoluir nas frentes de combate.

Maquiavel viria mais tarde a ensinar que mais valia ao Príncipe perder com as tropas próprias do que ganhar com as alheias.

Ora D. João I mostrou que toda a regra admite excepção e que a independência nacional justificava o arrojo de aceitar a entrada no solo pátrio de aliados tão poderosos.

“No tempo que do Reino a rédea leve,/João, filho de Pedro, moderava,/Despois que sossegado e livre o teve/Do vizinho poder, que o molestava,/Lá na grande Inglaterra, que da neve/Boreal sempre abunda, semeava/A fera Erínis dura e má cizânia,/Que lustre fosse a nossa Lusitânia” (Camões, 1972, p. 232).

Era a busca de alianças para garantir a independência do reino face a uma Castela que, como a História comprovaria, nunca abandonou a intenção monopolística sobre a Península Ibérica. E a estância 50 dedica-a Camões aos filhos de D. João I, como legítimos e honrados seguidores dos seus ensinamentos: “Não consentiu a morte tantos anos/Que de herói tão ditoso se lograsse/Portugal, mas os coros soberanos/Do Céu supremo quis que povoasse;/Mas para defesa dos Lusitanos/Deixou, quem o levou, quem governasse/E aumentasse a terra mais que dantes:/Ínclita geração, altos infantes” (Camões, 1972, p. 164).

Tratava-se do peso valioso de uma herança que consolidaria a Dinastia de Avis, através do exercício do Poder e do controlo do movimento expansionista, iniciado com a conquista de Ceuta em 1415, mas que não demoraria a perceber que o futuro estava no mar e na Costa Ocidental Africana. Um percurso em que D. Afonso V, *O Africano* representou a excepção que a regra tem o hábito – umas vezes feliz, outras nem tanto – de admitir.

A estância 37 do Canto VIII tributa-a Camões, novamente, à brilhante descendência de D. João I que relaciona com a conquista de Ceuta, marco decisivo no arranque do processo evolutivo de Portugal sobre os mares rumo aos destinos desconhecidos que o Império rasgou. “Olha cá dous infantes, Pedro e Henrique/Progénie generosa de Joane/Aquele faz que fama ilustre fique” (Camões, 1972, p. 293).

Assim adulado por alguns, como Camões; personagem resultante da circunstância e do acaso histórico para outros, como em certas passagens de Fernão Lopes; pusilânime e discreto para outros ainda, D. João I voltou a ser, séculos mais tarde, alvo da poesia superior, neste caso de Fernando Pessoa, através do retrato soberbo e rendido, feito enigmática mas efectiva caracterização, sob o título «D. João O Primeiro», na obra *Mensagem*.

No referido poema, Pessoa escreve que “O homem e a hora são um só”, no que parece ser a defesa da ideia de que, por vezes, há certas individualidades da História que se fundem com as dinâmicas da própria História. Depois, “Quando Deus faz e a história é feita”, transmite com clareza o conceito segundo o qual esses homens podem ter a capacidade de operar e contribuir para alterações notórias no rumo dos acontecimentos mas que a última palavra cabe sempre a Deus como entidade suprema e absoluta de quem efectivamente depende o desfecho da História.

Em “Mestre, sem o saber, do Templo/Que Portugal foi feito ser” discorre Pessoa sobre a sua presunção de que D. João I foi Mestre de Avis e, simultaneamente, Mestre dos factos extraordinários aos quais o seu nome acabou por ficar gloriosamente associado na História de Portugal.

Na terceira estrofe do poema, “Teu nome, eleito em sua fama/É, na ara da nossa alma interna/A que repele, eterna chama/A sombra eterna”, (Pessoa, 1979, p. 32), o poeta eleva o nome deste rei improvável ao mais alto patamar de uma luminosidade que impede e trava as sombras da derrota e do infortúnio.

Dedicado aos assuntos da caça, foi tão a sério que levou o tema que escreveu uma obra, *O Livro da Montaria*, que versa o passatempo preferido dos reis que eram, afinal, as coutadas reais. O livro, que vai muito além dos tratados temáticos que haviam sido anteriormente publicados, contém uma notável matriz literária.

“A linguagem, rica de vocábulos e metáforas provenientes da gíria dos caçadores, e a construção da frase, enredada e anacolútica [irregular do ponto de vista gramatical] sugerem um público de ouvintes e um autor pouco afeito à disciplina literária, embora com conhecimentos patrísticos e escolásticos” (Saraiva & Lopes, 1979, p. 112).

Foi também D. João I que “concedeu à cidade de Lisboa o privilégio de ser a sua sede permanente [da Universidade]; e tanto ele como os seus sucessores intensificaram a sua intervenção na vida universitária” (Saraiva & Lopes, 1979, p. 107). E é com ele que se concretiza “a primeira tradução da Bíblia de que há notícia em Português” (Saraiva & Lopes, 1979, p. 152).

Muitas vezes assim tem sido descrito este rei D. João I: como o homem da bem-aventurança, da fé e da virtude.

Foi com este rei que Portugal ultrapassou as sequelas que sobre o País - e a Europa - se abateram no século XIII chegando ao século XIV, mercê das fomes, das pestes e das guerras que assolaram o continente durante décadas a fio.

A triste trilogia negra que conduziu a um recuo demográfico muito acentuado e ao abandono dos campos, apesar de, quando lá chegados, os camponeses constatarem que, afinal, as cidades representavam, em muitas das vezes, bem mais uma miragem do que uma realidade concreta e atractiva para o seu futuro.

Foi com ele que a crise social de 1383 e a crise independentista de 1385 foram torneadas com êxito absoluto e que se deu a Conquista de Ceuta, quando soube perceber que o acto de armar os filhos cavaleiros poderia ser acompanhado de um feito suscetível de servir os interesses nacionais, desde logo como factor de aglutinação social porque a conquista era do agrado de todos os grupos sociais.

Os nobres em busca de prestígio, despojos de guerra e recompensas reais. Os burgueses com o ouro e as especiarias no horizonte. O povo, porque os campos de Ceuta produziam o trigo que poderia matar a fome do reino. E, até, o clero, comprometido com a

reluzente dupla perspectiva de propagar a fé cristã e aumentar a sua política de influência em outros quadros geográficos.

Nenhum destes argumentos viria a colher totalmente, mas tal não deslustra a correcção de um projeto que o vedor da Fazenda, João Afonso, não deixou de avalizar.

Foi, também, com D. João I que se iniciou o processo das Descobertas e da Expansão Portuguesa no Mundo, um movimento que procurou lá longe os recursos de que o País tremendamente carecia.

D. João I prosseguiu a obra iniciada pelo rei Lavrador, D. Dinis, e porfiou em contribuir para tornar gradualmente mais poderosa a Armada Portuguesa.

Tendo vivido mais dezoito anos, tentando sempre manter unidas as gentes portuguesas, por isso percorre o País de lés-a-lés; tentando sempre equilibrar as Finanças da Coroa e os interesses da nova aristocracia com os da burguesia comercial. Começa a partilhar o governo da Nação com o seu filho D. Duarte. Tem assim tempo disponível para recordar ainda os feitos da sua juventude e escreve o já referido *O Livro da Montaria*. Nele descreve as múltiplas técnicas da montaria, a caça foi sempre a sua grande paixão. Evoca o prazer das lutas de corpo a corpo, do jogo da pela e da dança, da música e do xadrez. Chega mesmo a comparar à beata contemplação de Deus, a alegria de ver um urso a cair na armadilha.

Os filhos de D. João I, a proclamada «Ínclita Geração», foram D. Duarte, rei de Portugal, monarca sensato, rigoroso, que se dedicou ao aprofundamento do estudo da moral e da boa governança; D. Pedro, morto na Batalha de Alfarrobeira, e que se notabilizou pelas viagens empreendidas e legados à ciência; D. Henrique, «O Navegador», o obstinado mentor do processo dos Descobrimentos; e D. Fernando, «O Infante Santo», morto nas masmorras de Fez, em Marrocos, após seu irmão Henrique se ter recusado a trocar a sua vida pela restituição da posse da praça árabe de Ceuta. Isabel foi a única filha legítima sobrevivente do rei e de Filipa de Lencastre. Nascida em Évora, viria a ser duquesa da Borgonha, pelo casamento com Filipe III, protagonista do Tratado de Arras, pelo qual, em 1435, se colocava um ponto final na Guerra dos Cem Anos. Este matrimónio representou nova genial iniciativa da Dinastia de Avis, e do seu precursor, D. João I, no sentido de uma vez mais isolar o arqui-inimigo português de Castela e fazer encostar a diplomacia e a governação lusitana aos poderosos reinos de Inglaterra e França.

D. João I foi aquele que – depois das incipientes incursões navais às Canárias protagonizadas por D. Afonso IV e dos intermitentes impulsos marítimos dados por D. Fernando – ainda encontrou, à beira dos 60 anos de idade, força e energia para decidir comandar um exército de cerca de 20 mil homens para, como já foi referido, tomar Ceuta no que é o primeiro passo na extraordinária epopeia dos Descobrimentos.

D. João I é o «motor» dos Descobrimentos, a alavanca poética e, ao mesmo tempo, eficaz que fez espoletar um processo racional, estratégico, rigoroso e objectivo, aliança clara de pura inteligência política com elevada capacidade organizativa.

Porque com D. João I e sua descendência não é só da conquista e definitiva clarificação do território que se fala. Nem tão-pouco da estrita reorganização social ou de uma redistribuição mais equitativa e abrangente das riquezas internas. Chegam muito além os contornos efectivos da sua herança, evidentes na «Expansão Ultramarina» e na chave que doravante abrirá o cofre, até então inexpugnável e apenas sonhado, do comércio do Oriente.

Ora é analisando esta forma sagaz e efectiva como D. João I agregou e teceu as malhas genéticas do reino de Portugal e do Império Além-Mar que se esboçava, que causa ao autor desta tese significativa estupefacção a análise contra-corrente, ensimesmada e bastante isolada com que António Sérgio entendeu caracterizar D. João I e incorrer mesmo em tantas contradições – logo ele, um investigador tão rigoroso e respeitado pela visão interdisciplinar da História. Na verdade, ficará para sempre por explicar a forma, em certa linha grosseira, como o intelectual e pensador progressista caracteriza o papel e o protagonismo de um rei tão raro.

Segundo Sérgio, ainda condescendente, “o que se gerou na revolução de 1383-85 não foi só uma nova dinastia: foi uma nova proporção de importância entre as classes sociais e entre as actividades económicas, dando como resultado uma nova fase da nossa História” (Sérgio, p. 33, 1979).

Mas, depois, fala de “um caso fortuito, o casamento de D. João I com (Filipa) filha do Lencastre (João de Gant, duque de Lencastre e filho de Eduardo III de Inglaterra) [que] contribuiu para modificar a Corte a as classes dirigentes de Portugal. Homem de primeira grandeza não era o rei – nem pela finura da inteligência, nem pela firmeza de decisão no campo” (Sérgio, 1979, p. 39). E acrescenta, de modo tolerantemente mordaz, que D. João I “tinha bom senso – na dose moderada que não chega ao génio – e adaptou-se às ideias das

peessoas que o ajudaram: Álvaro Pais; João das Regras; Nun' Álvares Pereira; a rainha; o vedor da Fazenda, João Afonso; e finalmente os filhos. Estes nasceram com grandes dotes, e lograram educação primorosa no ambiente criado por D. Filipa” (Sérgio, 1979, p. 39).

Volta depois a contrapor-se a si mesmo quando refere que “raras vezes se viu, em toda a História, tão notável realização de um ideal completo de humanidade”. Tudo porque a corte “era então uma academia; os infantes – cavaleiros, sábios e moralistas. [...] «Ínclita geração/altos infantes», lhes chamou Camões nos seus *Lusíadas*” (Sérgio, 1979, p. 40).

Seguindo à risca as palavras do extraordinário intelectual e pensador que foi António Sérgio, ao olhar para D. João I, é-se assim contraditoriamente confrontado com o que se assemelha a um produto ocasional e que mais aparenta ser um resultado de «geração espontânea» do que os feitos protagonizados e propiciados pelo criador da singular e exemplar «Ínclita Geração».

Sumariamente analisado este conjunto de opiniões sem aparente nexos num pensador racional como foi António Sérgio, pergunta-se como terá então sido possível a D. João I liderar a Revolução de 1383?; e reequilibrar como nunca a sociedade portuguesa?; e ajustar o «poboo meudo» à burguesia, esta à nobreza e todos ao rei?; e derrotar o inimigo de décadas?; e ser aquele que, ainda apenas Mestre, traduziu um *Livro de Horas* do Latim e escreveu, já no despedir da vida, *O Livro da Montaria*?; e dar início à mais notável das sagas desempenhadas pelos portugueses?!

Oliveira Martins (1983, p. 23) sintetiza muito daquilo que se escreveu neste capítulo ao dizer: “Para si, o rei quis ‘*Il me plaît*’, e com razão, porque raríssimos viveram mais a seu gosto. Tudo lhe saiu bem, a esse homem feliz. Conquistou o Reino, e sentou-se no Trono aclamado pelo povo inteiro”. Depois recorda a importância dos aliados: “acertou casando, e teve a mais bela geração de filhos. Nuno Álvares coroou-o, e João das Regras sancionou com a lei o que o condestável traçara com a espada”. Em seguida, relembra o início da epopeia: “velho e viúvo, com os filhos à roda, comete a temeridade de ir a Ceuta, e conquistando-a com a máxima facilidade, deixa em herança ao Reino o caminho da glória patente”.

Finalmente, destacando a síntese necessária a fazer do reinado de D. João I, Oliveira Martins (1983, p. 24), reflecte ainda que no decurso do seu longo reinado de quase meio-século, “transforma os costumes, as leis e até a cronologia, a este povo que recebera

agonizante, e que entrega à história reconstituído pela introdução de ideias morais novas, e das novas leis que no seu tempo se restauravam na Itália”.

A «estória» de uma vida que ficou na História e na qual o apoio – interno e externo – desempenhou um papel fundamental.

4.2. Salgueiro Maia no Epicentro das Operações Militares do 25 de Abril de 1974

Na memória dos que com ele mais de perto privaram permanecem vivos os sentimentos e as lembranças da partida madrugadora da Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, rumo à capital.

Relembra Carlos Beato, um dos mais próximos braços-direitos e adjunto do capitão Maia antes, durante e depois de 25 de Abril de 74, mais tarde presidente da Câmara Municipal de Grândola e administrador do grupo mutualista Montepio: “Éramos 240 jovens e partimos numa coluna militar com carros blindados e uma grande esperança de devolver Portugal ao caminho da liberdade e da Democracia. A sorte estava do nosso lado e felizmente as coisas correram como desejávamos” (Beato, 2011, pp.72-81).

Ainda, segundo o então alferes Beato, comandante do 6º pelotão de atiradores, “a Salgueiro Maia não se dizia que não”. Por isso quando, ainda antes do final do ano de 1973, foi abordado pelo capitão que o questionou “sobre a possibilidade de vir a integrar um grupo restrito de acção, a resposta foi entusiástica e afirmativa”. Mas isso foi em 1973. E durante meses nunca mais se falou no assunto, “embora, por vezes, se soubesse que se faziam umas reuniões e se discutiam coisas”.

Salgueiro Maia, por muitos considerado o mais puro e desinteressado dos militares de Abril e de todo o processo revolucionário, entrara na Academia Militar em 1964.

Filho de um ferroviário – factor e mais tarde chefe de estação – cedo perdeu as ilusões sobre a guerra em África. No Verão de 1968, em pleno mato moçambicano, imagina uma revolução.

Sendo um homem de armas, foi acima de tudo um idealista que interveio no 25 de Abril com um único propósito – o da obtenção da liberdade para o povo – projecto de vida

para com o qual, até hoje, quase quatro décadas após a Revolução dos Cravos, só o povo parece nutrir genuíno reconhecimento.

Curioso como certo dia, no cumprimento de uma comissão de serviço em Moçambique, e ainda a cinco longínquos anos do 25 de Abril de 74, confidenciará em certa ocasião alimentar “o sonho de descer um dia a Avenida da Liberdade num carro de combate para derrubar o Estado Novo” (Duarte, 2000, p. 44).

Era esta a pronominação de que se falou no subcapítulo anterior.

De qualquer forma como, ao longo de tantos anos, tinham já ocorrido tentativas de mexer com a situação e sempre com saldo negativo, subsistiam entre os oficiais mais informados a dúvida e a desconfiança sobre o sucesso de uma acção em concreto. E o capitão de Castelo de Vide não escapava a essa sensação de dúvida sobre que sucesso teria um dia iniciativa assim.

Todavia, logo que regressado da Guiné, integrou o Movimento dos Capitães e foi designado como representante da Escola Prática de Cavalaria passando, por via desse facto, a marcar presença nas reuniões mantidas.

Era o assumir de que a conjuntura era favorável. Bastava uma cuidada preparação, algo que o «mal-amanhado» Golpe das Caldas quase se encarregara de negar.

De Dezembro de 1973 a Abril de 74 foi um passo. E, certo dia, pelas onze e meia da manhã, em plena parada da Escola Prática, os capitães Salgueiro Maia e Correia Bernardo aproximaram-se do oficial miliciano Carlos Beato e comunicaram-lhe, ordenando-lhe discrição, que chegara a hora – e que seria nessa noite.

Com a frustração do 16 de Março ainda no pensamento, os oficiais contactados prepararam-se no dia 24 para uma noite de aventura, autêntico mergulho no escuro, salto para um amanhã desconhecido que, vinte e quatro horas mais tarde, nenhum deles em concreto saberia antever onde e como estaria.

Ultrapassado o estigma do aniquilado e triste Golpe das Caldas, o grupo de oficiais deitou mãos à obra durante toda a tarde de 24 a fim de ter preparados os armamentos, as viaturas, as fardas e as rações de combate, os meios necessários com que a coluna seguiria para Lisboa.

Quando, a menos de cinco minutos para as onze da noite, o locutor João Paulo Dinis anunciou aos microfones dos Emissores Associados de Lisboa, a voz de Paulo de Carvalho na canção «E depois do Adeus», ficava dada a primeira senha.

À meia-noite e vinte, na Rádio Renascença, o locutor de serviço, Paulo Coelho, que dirige o programa «Limite» – ignorando que os seus dois colegas Carlos Albino e Manuel Tomaz estão combinados com os militares e que, por essa exacta razão, os minutos seguintes serão preenchidos na antena da rádio por uma gravação feita pelo radialista José Leite de Vasconcelos – anuncia a canção «Grândola Vila Morena», interpretada pelo baladeiro José Afonso.

Um autor proscrito pelo Estado Novo e rapidamente co-optado pela Oposição, mesmo aquela em cujas propostas o cantor não se revia, conhecida que era a sua faceta revolucionária pouco – ou mesmo nada – propícia a aceitar modelos sem os questionar.

A partir daquele momento todos sabem já que a saída seria irreversível, e efectiva a ordem para arrancar ao encontro do Estado Novo e de um futuro prometido chamado liberdade.

Assim, e como a Salgueiro Maia não se dizia que não, como nunca se cansa de dizer Carlos Beato, mesmo quando se percebeu que aquela formatura tão fora de horas e pela qual perpassava uma excitação anormal visava um objectivo perigoso e constituía um passo de risco, todos, sem uma única excepção, os oitocentos militares manifestaram imediata e incondicional disponibilidade para integrar a coluna.

Mas nas viaturas só havia lugar para 240 homens.

Todos os restantes milicianos tiveram de ficar no quartel. Eles, e a mão-cheia de oficiais do Quadro Permanente, capitães de carreira e de conspiração, os quais, à última hora, se quedaram em Santarém alegando diferentes e bem mais ponderosas razões que se sobrepuseram ao desafio aventureiro de, ao lado de Salgueiro Maia, marcharem sobre Lisboa para enfrentar a Ditadura e desfecharem o golpe fatal no regime.

Relata Carlos Beato que, quando chegaram ao Terreiro do Paço, ainda não se tinham apercebido bem de que era à sua “coluna militar que o poder se ia render e que Marcello Caetano, na altura refugiado no Quartel do Carmo, iria sair na nossa Chaimite para a Pontinha, onde se encontrava o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas” (Beato, 2011, p. 74).

Devido à acção directa de Salgueiro Maia, Santarém e as suas tropas tiveram uma importância nuclear no desenrolar das incidências da Revolução dos Cravos.

Impotente face à determinação do jovem capitão e consciente das diferentes possibilidades de fogo existentes entre os dois blocos que ali representavam, o tenente-coronel Ferrand de Almeida, 2º comandante de Cavalaria 7, que chegara às imediações do Terreiro do Paço ao romper da manhã, à frente de um pelotão de reconhecimento «Panhard», logo se rendeu a Salgueiro Maia.

Não era uma questão de galões. Era o reconhecimento, por parte do superior, de que o seu inferior só hierarquicamente o continuava a ser. Mais do que um indivíduo, era o símbolo de um grupo.

Foi depois, a meio da manhã de 25 de Abril, que se viveu um dos momentos mais dramáticos do golpe e que tudo poderia ter precipitado.

Passou-se quando o brigadeiro Junqueira dos Reis fez avançar um pelotão de carros de combate M47. Dirigindo-se sem medo na direcção dos temíveis veículos, que tinham as torres apontadas para a sua silhueta, o capitão Maia caminhou resolutamente e ganhou ainda mais ânimo ao constatar que o facto de não ter sido alvejado significava a falta de convicção dos respectivos tripulantes em relação à sua atitude.

Era a forma moderna daquilo que se narra no livro *A República* de Platão, quando Sócrates se sentiu esmagado pelo poder de argumentação de um sofista –Trasímaco – e só conseguiu continuar a argumentar porque não colocou os olhos no chão e foi o primeiro a olhar de frente para o adversário.

Com um lenço branco numa das mãos e uma granada num bolso – “para o que desse e viesse”, sublinhou mais tarde Maia – o militar estancou, quando se encontrava já muito próximo da dianteira da força inimiga e ouve Junqueira dos Reis ordenar a sucessivos atiradores que disparassem sobre o inimigo. Mas os seus homens não só não obedecem como tomam a decisão de desviar as torres de fogo dos carros após o que saltam para o chão dirigindo-se na direcção de Salgueiro Maia, juntando-se-lhe e contribuindo com a sua coragem e desafio para o aumento, naquele momento preciso e precioso, da sua auto-confiança.

“Eu ia sem tropas, sem armamento. Se as coisas corressem mal seria comigo que tudo correria mal”, disse mais tarde.

Convocou a coragem. Desafiou a morte. Ganhava a guerra.

Tratava-se de carros de combate dotados de grande poder de fogo e potência e que tinham efectivamente capacidade para arrasar com tudo e todos quantos se lhe opusessem.

Viveram-se, então, momentos de “grande tensão e angústia só resolvidos porque Salgueiro Maia era um líder carismático e um grande comandante operacional, como sobejamente provou nos teatros de operações forjados no Terreiro do Paço e no Largo do Carmo; e porque, por outro lado, o Estado Novo estava caduco” (Beato, 2011, 72-81).

Esta citação contém dois elementos sobre os quais se impõe uma breve reflexão.

Assim, no que diz respeito à caducidade do regime, muitos portugueses, mais informados, há muito combatiam o Governo do País, as respectivas políticas e um regime que apresentava condições de vida nas quais o povo cada vez menos se revia. Isto, muito embora o sistema, talvez devido à inculcação ideológica, contasse ainda com um número significativo de apoiantes incondicionais.

Já no plano internacional, Portugal, que durante anos se considerara um Estado «orgulhosamente só», era uma Nação que, apesar da envergonhada crítica internacional à Guerra Colonial e ao estreitamento repressivo do regime, beneficiava de uma mal-disfarçada conivência de muitos estados ocidentais e da sua discreta aceitação diplomática e institucional.

Ora foi o inconformismo global desses portugueses, ali personificado, que rompeu o cinzentismo daquela manhã de Abril para iluminar os homens que, nos carros de combate às ordens do brigadeiro situacionista Junqueira dos Reis, mandou disparar contra Salgueiro Maia.

Mas estes homens, que não eram subordinados de Maia nem jamais o haviam vislumbrado, eram jovens militares, que, tendo à sua frente, como alvo, a silhueta do capitão, se recusaram a obedecer.

“‘Sabe trabalhar com isso, nosso cabo?’ [disse o brigadeiro Junqueira dos Reis ao cabo apontador]. ‘Pouco’, Tentou compor José Alves Costa, adiantando: ‘Fui improvisado para aqui. Sei pouco trabalhar com isto’. O brigadeiro disse então: ‘Dá fogo já a direito’. Alves Costa retorquiu: ‘Vou ver se consigo, mas eu não sei’, ao que Junqueira dos Reis respondeu: ‘Ou dá fogo ou meto-lhe um tiro na cabeça!’” (Cunha & Gomes, 2014, p. 170).

Ao lado do cabo, também o aspirante Sottomayor se recusa a dar ordem de fogo. Valentes e anónimos, assim têm permanecido estes dois homens na História de Portugal.

Luminosa e sombria, a manhã de 25 de Abril veste-se de liberdade no corpo corajoso de uma realidade que se tornou eterno mito.

O cabo apontador enfiou-se então na torre do M47, fechou a porta e disse ao condutor: “Fecha as portas também” (Cunha & Gomes, 2014, p. 170). E, assim trancados no interior do ‘tanque’, cerraram o acesso do oficial-general ao interior e abriram as portas à ousadia de Salgueiro Maia – que é como quem diz as portas ao sucesso de um golpe de Estado que ali passava ao longo das próximas horas e breves dias passaria a revolução.

Acreditam hoje muitos dos protagonistas da Revolução dos Cravos que foi aquele o momento mais importante e decisivo do 25 de Abril. E que por ali passa a vitória em toda a acção militar porque se, do lado de Junqueira dos Reis, tivesse havido disparos e o abatimento natural e incontornável de Salgueiro Maia, outro teria sido o desfecho e talvez mesmo o 25 de Abril não se tivesse cumprido.

Ao princípio da tarde, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Luz Cunha, ouve o relato directo sobre a situação através de um telefonema com Ferrand de Almeida, detido desde manhã às ordens de Maia, e percebe o sucumbir da defesa militar a que o regime estava sujeito.

Unidos pela juventude, os 240 homens subordinados ao capitão Maia, acrescidos aos que, ao longo do dia, se lhes foram juntando, eram pessoas determinadas e, com o passar das horas, adquiriram a noção de que estavam a contribuir para o voltar de uma página importante da História do Portugal contemporâneo.

Acompanhados e liderados por Salgueiro Maia, comandante cuja conduta se caracterizava por uma grande lucidez, dinamismo e carisma, o que foi determinante na condução de toda a acção militar operacional, sabiam aqueles militares revoltosos que a derrota de Junqueira dos Reis e a subsequente caminhada acima pela Rua Augusta, Rossio, Rua do Carmo e Largo do Carmo, com o povo em apoteótica sintonia e claro apoio, antevia o culminar de um desfecho que passava agora pelo aperto final num regime que já só agonizava.

O fogo efectuado sobre a fachada do Quartel do Carmo, onde o Presidente do Conselho se refugiara era o toque a rebate indiciador de que dali não sairiam sem a rendição

de Marcello Caetano. “Nem que para isso tivéssemos que rebentar com o quartel”, disse alguns dias depois Salgueiro Maia, acrescentando: “Tínhamos fogo e potencial de carros blindados para isso mas é claro que queríamos evitá-lo a tudo o custo. Essa era uma das prioridades do MFA e as instruções foram todas no sentido de não provocar mortos e muito menos um banho de sangue”.

Um risco sempre presente a partir do momento em que os populares saíram à rua contrariando os apelos militares.

Por isso Salgueiro Maia recordava sempre com emoção o momento em que, “na Baixa, os ardinas chegaram com os jornais não censurados e as vendedeiras de flores começaram a deitar braçadas de cravos brancos e vermelhos”.

Censura que, como Pinto (2011) demonstrou, não tinha desaparecido com a chegada daquilo que continua, erradamente, a ser identificado como a «Primavera Marcelista».

E, talvez por isso, inspirado por esse mar de romantismo revolucionário, tenha tido o sangue-frio para, quando chegada a altura de fazer fogo sobre o Quartel do Carmo, onde se refugiara Marcello Caetano, ter proferido que “o objectivo não era fazer sangue, mas apenas destruir o edifício”. Isto na circunstância em que, recordaria anos mais tarde, num círculo de oficiais, avaliava a situação conferindo: “Temos homens; temos armas e munições; temos carros de combate e chaimites...” e a seu lado, felino, um dos seus braços-direitos, o alferes miliciano Beato, exclamou: “E temos o povo, meu capitão, e temos o povo!”.

O povo. Outra vez o povo, tal como em 1383-85!

Consciente, seguramente como poucos, da situação política que o País atravessava, Maia reconheceu mais tarde que, “à excepção do Melo Antunes e do Vítor Alves, 99,9% dos militares não possuíam bagagem política”. E acrescentou: “Sabendo que a guerra era injusta e sem solução, o regime opressivo e sem capacidade de reconversão, as Forças Armadas tinham conseguido o impossível para garantir ao poder a capacidade de diálogo que ele recusava, só restava a sublevação, mesmo sabendo os riscos que acarretava”, (Maia, 1994, p. 85).

Não é sem razão que Adriano Moreira defende que as Forças Armadas concederam ao regime mais do que o tempo suficiente para resolver um problema que, mais do que militar, era político.

O regime desperdiçou esse tempo e os militares, para colocarem um fim à guerra, viram-se forçados a derrubar o regime.

Salgueiro Maia habituou a fazer ouvir-se-lhe na voz e no tom a intervenção forte e nunca conformada. Mas será escasso, e injusto, reduzir a essa matriz o carácter abrangente da sua acção e a dimensão profunda das suas convicções.

Cultor das ideias que atraíam e que não afastavam, viveu obcecado com o desejo de ‘um mundo novo’ mal suportando a mesquinhez e a pequenez dos homens. Ao clamor intenso dos seus alertas, agregou um tributo à luz e um hino à tolerância e à diversidade. Havia euforia nas suas palavras, solidariedade na sua denúncia e entusiasmo no seu viver. Contra a inércia do silêncio e o conformismo da iniquidade, enfrentando ventos e marés, defendeu sempre as ideias em que acreditou.

Atento à Democracia e ao Capitalismo, ao fim da Ditadura e à ameaça comunista, interpretou com naturalidade a falência inevitável do Império e com coragem os perigos de novos imperialismos que se perfilaram à direita e à esquerda, numa conjuntura de Mundo bipolar onde até os «Não-alinhados» apenas o eram pela designação.

Percebeu a necessidade da justiça social e do trabalho como antídotos para a dor, a doença e o sofrimento. E a maior parte dos seus camaradas, mesmo os «superiores de encomenda», nunca conseguiram deixar de se vergar ante a sua figura, o seu passado e a sua categoria absolutamente únicos.

Seguindo a sua própria máxima de que a História é um rio que está a um passo da porta, o anti-herói, aquele que foi um dos principais, senão o principal, dos rostos do 25 de Abril, Fernando José Salgueiro Maia regressou a Santarém e à «sua» Escola Prática de Cavalaria escassas horas após a Revolução dos Cravos.

Incomodado com a fama granjeada, indiferente às honrarias e aos dividendos, ciente do dever cumprido, politicamente evoluído, socialmente realizado, o capitão rejeita as honrarias e abstém-se dos louvores.

Militar até à medula, dá provas de uma imensa sensibilidade cívica e de uma inesgotável capacidade de desapego. Ele, que tanto fizera pela coisa pública, rende-se de um dia para o outro à causa anónima, aquela que verdadeiramente o conforta e à qual regressa com simplicidade.

Salgueiro Maia recusou ser membro do Conselho da Revolução, adido militar ou até Governador-Civil de Santarém. Não se deixou comprar pelos «novos senhores» do 25 de Abril. E, por isso, escassos dois anos volvidos sobre a Revolução dos Cravos foi atirado para

o esquecimento dos serviços administrativos da Direcção da Arma de Cavalaria. Foi depois exilado para os Açores e, mais tarde, despromovido a responsável do Presídio Militar de Santarém.

Era a recompensa encontrada pelos detentores do Poder. Nada de novo se for tida em conta a sobrançeria com que Spínola o tratara no momento em que fora convocado a apropriar-se do movimento revolucionário...

Rapidamente marginalizado no período pós-revolucionário, passou a desafiar a Democracia como desafiara o Estado Novo – em nome e em defesa da justiça contra os mais poderosos – passou a auto-denominar-se um «implicado» no 25 de Abril.

Para muitos um herói, para outros uma ameaça, terminou entretanto as licenciaturas em Ciências Políticas e Ciências Antropológicas e Etnológicas, para, só em 1984, uma década depois da participação no 25 de Abril, lograr finalmente o regresso à Escola Prática de Cavalaria com as missões bem controladas pela hierarquia de chefiar o grupo escolar e a secção de logística da unidade.

Numa reportagem da autoria do jornalista Adelino Gomes, seu antigo colega no Liceu Nun' Álvares, em Tomar, e que reencontrara na manhã do dia 25 de Abril de 1974 na Baixa lisboeta, publicada nas páginas do *Público* de 25 de Abril de 2007, percebe-se o seu fado, que foi o destino traçado aos «generais de Abril» que não passaram de tenentes-coronéis – e de que é exemplo chocante e cimeiro Fernando José Salgueiro Maia, mas não menos e entre tantos outros, militares igualmente mediáticos como Ernesto Melo Antunes, Vasco Lourenço, Marques Júnior, Vítor Alves ou Rodrigo Sousa e Castro.

O ar colectivo sempre ajuda a minimizar o sentimento individual de injustiça.

O golpe militar, depois revolta e, mais tarde, revolução, tinha surgido para fazer uma Constituição e impor uma nova ordem. Essa nova ordem, no entanto, depressa recusara os progenitores e saudava os novos donos do Poder.

Em contra-ciclo com o que se acaba de dizer, apenas o facto de ter sido agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade em 10 de Julho de 1983, um reconhecimento do respeito imposto pela coragem e nobreza de carácter dos eleitos.

A mesma coragem com que, mais tarde, já com a doença fatal à vista desArmada, pediu uma pensão ao Estado português por «serviços excepcionais ou relevantes prestados ao País» que o Supremo Tribunal Militar chumbou e que o Primeiro-Ministro da altura, Aníbal

Cavaco Silva, caucionou – na mesma ocasião, Julho de 1988, em que o mesmíssimo Cavaco Silva concedeu idêntica pensão aos antigos inspectores e operacionais de primeira linha da polícia política de Salazar e Marcello, António Bernardo e Óscar Cardoso.

Era o reconhecimento, ao mais alto nível, de que a PIDE estava melhor cotada junto do Poder do que um militar que tinha dado o mais inegável dos contributos para o derrube do Estado Novo.

Como já foi escrito, Salgueiro Maia, no cumprimento de uma comissão de serviço em Moçambique, e ainda a cinco longínquos anos do 25 de Abril, confidenciou em certa ocasião alimentar “o sonho de descer um dia a Avenida da Liberdade num carro de combate para derrubar o Estado Novo” (Duarte, 2000, p. 44).

Concretizou o seu sonho. Deu sentido ao nome da avenida. O reconhecimento oficial foi curto. Demasiado curto.

Militar de carreira foi homem de sentido único. Pensou sempre pela sua própria cabeça. E por ela decidiu alinhar no combate ao Estado Novo e à Ditadura; por ela se distanciou do poder no pós-25 de Abril; por ela se remeteu a uma vida discreta e afastada dos holofotes; e por ela esperou, com serenidade, pela sua hora, mesmo tendo a consciência de quão prematuramente essa hora chegara.

Do cimo da sua imensa e ímpar superioridade moral, e seguindo o aforismo helénico segundo o qual morrem jovens aqueles que os deuses amam, Fernando José Salgueiro Maia foi o símbolo, primeiro, da coragem; depois, do desapego.

Sobre a sua ingenuidade individualista pairou sempre a hipocrisia colectiva, numa guerra dicotómica que perdeu sempre e pela qual nunca se bateu.

Disse certo dia, em 1992, o escritor e jornalista Fernando Assis Pacheco, pronunciando-se sobre Salgueiro Maia já depois da sua morte: “Você devia ter morrido não de um cancro qualquer, mas de pé, fulminado por um raio”⁴⁷.

Mas não, nem essa sorte teve o capitão de Abril que tudo fez e nada quis. E isso, essa abstracção, essa demissão do querer, esse passar por onde literalmente mais ninguém passa, valeram-lhe o ódio, a inveja, a hostilidade e a inimizade de quase todos.

⁴⁷ Jornal *Público*.

Decerto imorredoura, a acção directa de Maia no 25 de Abril e o seu subsequente desprendimento levaram-no inevitavelmente no sentido da glória que não se perde e, como escreveu o poeta e político Manuel Alegre, “actos assim não são perdoados pelos medíocres”.

Ao contrário de D. João I, a cuja acção e desempenho correspondeu sempre um sentido ascendente do seu reconhecimento, em Maia há uma dor e uma frustração permanentes que acompanharão a sua vida até ao fim e, para lá dela, rumo à eternidade.

A materialização das suas facetas resulta numa imagem hostil e desagradável para quem espera obediências e destila invejas. Afasta-o da órbita do Poder, e remete-o para a orla dos comandos emergentes.

O jornalista Augusto Abelaira contaria que quando estava à porta da Cova da Moura, a fim de relatar, para o jornal *Século*, a chegada dos heróis do dia anterior [25 de Abril] tinha notado “a presença de algumas chaimites e, sentado em cima duma delas, com ar melancólico, um oficial qualquer”. Perguntara quem era e alguém lhe respondeu que era o capitão Salgueiro Maia. O jornalista acrescenta que “o nome não me era desconhecido (conhecia-o havia vinte e quatro horas): o herói do Terreiro do Paço e do Carmo. Ali, numa posição subalterna, enquanto os tais generais, que nada tinham que ver com a Revolução, transpunham os portões da Cova da Moura”.

Era a História a cumprir-se. A reescrever a sua visão a partir do topo.

Abelaira finaliza o relato com uma frase lapidar: “Fiquei perfeitamente convencido de que aquele homem era o herói do dia anterior (o herói para o futuro)”⁴⁸.

Mas a aura de desprendimento toca poetas, atrai intelectuais e chama a atenção de pessoas ligadas à cultura.

Ousado, autêntico, estrela reluzente, molécula de liberdade, nau destemida, bandeira branca, pássaro de fogo, árvore de betão, genial foguete, eterno fulminante, Salgueiro Maia foi, contra a arrogância e o individualismo selvagens que escorrem nas vidraças do seu e deste tempos, aquele que encarnou a bela imagem recordada pelo advogado, jornalista e político Francisco Sousa Tavares, segundo a qual a aristocracia é, acima de tudo, a ambição de ser e não a avidez de ter.

⁴⁸ *Jornal Ilustrado*.

Ou, como sobre ele poetizou exactamente a companheira de vida de Sousa Tavares e extraordinária mulher de letras, Sophia de Mello Breyner Andresen, quando o descreveu como um ente de absoluta, única e rara verticalidade por ser “Aquele que na hora da vitória/Respeitou o vencido”; ou destacando o seu desapego à recompensa ou à voracidade na hora da vitória ou ao acesso aos corredores do Poder onde lhe teria sido fácil obter conforto de vida, cargos e distinções: “Aquele que deu tudo e não pediu a paga/Aquele que na hora da ganância/Perdeu o apetite”. E, ainda, por ter agido sempre em total conformidade com o plano delineado nunca o subvertendo ou jamais deixando subverter os seus princípios às circunstâncias vividas: “Aquele que foi ‘Fiel à palavra dada à ideia tida’/Como antes dele mas também por ele/Pessoa disse” (Andresen, 1994, p.17).

Além de Sophia, e tal como D. João I, também Salgueiro Maia acabou por ser evocado por alguns dos maiores poetas do século XX portugueses.

Manuel Alegre dedicou-lhe dois poemas de relevo e nos quais repercute “o homem da vitória que desdenhou o saque [e que] teve o Mundo a seus pés e voltou para casa” (Tavares, 1992, *Semanário*).

No primeiro desses poemas, *Poema a Salgueiro Maia*, Manuel Alegre escrutina a viagem que levou a coluna de Salgueiro Maia de Santarém a Lisboa: “Ele ia de Santarém a Caminho de Lisboa/não sabia se ganhava não sabia se perdia”.

Alegre formula um mergulho utópico nos pensamentos do capitão, pondo-se a adivinhar-lhe os estados de alma e as possíveis inquietações, os medos e as esperanças: “Ele ia de Santarém/ para jogar a sua sorte/a caminho de Lisboa/ em marcha de vida ou morte”.

Em si próprio concentrado para o concretizar da sua missão e sem por um segundo sequer se desconcentrar do escopo da sua incursão sobre capital, escreve Alegre sobre Maia que “e dentro dele uma voz/todo o tempo lhe dizia/levar a carta a Garcia”.

Aludindo à determinação do capitão, “todo de negro vestido/como um cavaleiro antigo/em cima do tanque verde/com o seu elmo e sua lança/ei-lo que avança e avança/ninguém o pode deter/Ele ia de Santarém/para vencer ou morrer”⁴⁹. No segundo desses poemas, intitulado ‘Salgueiro Maia’, Alegre destaca o destino da revolução entregue às mãos do capitão, protagonista de “esse momento absoluto e raro em que, de granada de mão no bolso, Salgueiro Maia conseguiu a rendição do comandante de Cavalaria 7, que dispunha

⁴⁹ As citações foram feitas a partir do blog de Manuel Alegre.

de forças e meios superiores”. Por isso, considera o poeta que “com esse gesto de uma coragem e de uma beleza sem par, Salgueiro Maia garantiu o triunfo da Revolução de Abril. Foi um só gesto – mas esse gesto pôs fim a meio século de tirania. Foi só um momento – mas esse momento já é História”.

Uma História que não demoraria a encontrar novos heróis. A jusante.

Neste poema, Manuel Alegre sublinha a singeleza e a autenticidade da iniciativa de Maia, que, logo após a revolução, abdica do envolvimento na luta pelo poder e se remete às suas funções de carácter estritamente militar: “Ficaste na pureza inicial/do gesto que liberta e se desprende/Havia em ti o símbolo e o sinal/havia em ti o herói que não se rende”.

A rendição que seria sempre ofensiva da dignidade de quem tinha combatido apenas em nome da liberdade e da justiça. Da Democracia que, para si, seria incompleta. Tal como em Atenas, aquando da criação.

Na linha do elogio às qualidades exclusivas de Salgueiro Maia na hora de dividir lucros e dividendos, o poema realça que “Outros jogaram o jogo viciado/para ti nem poder nem sua regra/Conquistador do sonho inconquistado/havia em ti o herói que não se integra”. Isto é, na ressaca imediata da mudança, enquanto muitos se entretinham **já**, com denodo, na ávida partilha dos louros e dos resultados, Salgueiro Maia resistia às benesses e se confinava à normalidade com que encarava o seu heroísmo tão pouco sedento de poder ou títulos.

Eternizando a imagem e o feito do capitão alentejano, o antigo combatente do Estado Novo e figura de proa da política e da cultura portuguesas desde a implantação da Democracia escreve que “Por isso ficarás como quem vem/dar outro rosto ao rosto da cidade./Diz-se o teu nome e saís de Santarém/trazendo a espada e a flor da liberdade”.

Uma liberdade que, no que a Portugal diz respeito, depois de tutelada até 1982, seria assistida em 1977 e 1983, mais tarde de serviço a partir de 1986 e, novamente assistida, quando chegou o ano de 2011.

Mas isso são outras contas!

Conclusão

Com a apresentação da presente tese de doutoramento pretendeu o autor elaborar um documento que contribua para o enriquecimento da reflexão sobre dois períodos particulares e de grande significado da História de Portugal.

Neste contexto, na parte introdutória da tese, foram apresentadas três hipóteses de trabalho.

A primeira, relativa ao facto de existir uma relação de analogia entre o Movimento de 1383-85 e o 25 de Abril de 1974.

Sobre esta hipótese debruçou-se o autor no Capítulo 2, analisando o carácter «proto-burguês» do Movimento de 1383-85 e a acção dos Capitães no 25 de Abril de 1974, bem como os processos caracterizadores da dinamização dos respectivos grupos de apoio – burgueses e capitães – dos pontos de vista corporativo e social.

Observe-se então que, para Fernão Lopes, o aparecimento de um mundo novo, mais livre, não estava ligado, como hoje, a uma profunda transformação nas relações de produção e distribuição entre as diferentes classes sociais. A liberdade tinha, então, um valor diferente do que tem hoje. Não era ainda, obviamente, um conceito de liberdade passível de entendimento

tal qual é apreensível na actualidade. Tratava-se, tão-somente, da liberdade de poder vender excedentes agrícolas, poder abandonar a terra, poder casar-se, poder reunir-se em assembleia.

Algo que poderá soar a estranho, designadamente a necessidade de obter autorização para actos tão básicos e elementares como a possibilidade de sair do local de trabalho, mas que, por exemplo, a leitura feita por Alfredo Margarido das imagens que acompanham a narração de Isabel Castro Henriques sobre a vida nas roças de São Tomé ajudará a perceber como um fenómeno duradouro na História de Portugal.

Os concelhos, cuja génese então se desenhava como resultado da luta dos servos da gleba pela sua libertação, são eles próprios um instrumento decisivo de liberdade que vivia ainda a sua própria Pré-História. Os concelhos tornam-se assim, numa primeira análise, refúgios de homens dependentes que buscam autonomia de vida.

Com a evolução da forma dos concelhos e das comunas, estas organizações territoriais tenderam a ganhar uma cada vez maior complexidade funcional. Neste contexto, as condições objectivas de vida da sociedade portuguesa nos fins do séc. XIV não eram de molde a poder colocar à consciência da burguesia e das classes populares a necessidade de uma modificação radical das estruturas socioeconómicas, que liquidasse o poder da classe senhorial. Ao contrário de 1974. Por isso, só séculos mais tarde essa questão será posta pelas burguesias dos diferentes Países e com grandes intervalos de tempo entre si.

Com efeito podemos verificar que, nos finais do séc. XIV, o Movimento de 1383-85 respeita as estruturas da sociedade feudal. Em 1383-85, do ponto de vista sócio-económico, o objectivo fundamental comum à burguesia e às classes populares era o de limitar os privilégios senhoriais devendo, contudo, e isso é muito significativo, ter-se presente que eram diferentes entre si as expectativas e os objectivos concretos da burguesia e das demais classes populares.

Para Portugal e para a Europa, e para o globo terrestre, a Tomada de Ceuta significou, de um certo ponto de vista simbólico, uma ponte. Uma ponte entre duas épocas na medida em que o reino português dá, com essa conquista, o primeiro passo para o Império e a Europa, no desencadear da globalização, dá o pontapé-de-saída na sua expansão pelo planeta, passando a impor os seus termos a todas as outras civilizações.

Como Santos (2002, p. 20), afirma, foram determinantes para o rumo global da Europa numa mesma e única direcção factores como “a consolidação dos estados-reinos

nacionais europeus, ligada à afirmação de uma burguesia, cuja influência não deixará, desde então, de se acentuar, proveniente do desenvolvimento das trocas comerciais possibilitadas pelas ligações com o Oriente, abertas com as Cruzadas”. Mas também, acrescenta, “ a decadência do Papado e a introdução de novas técnicas (em especial no campo da navegação marítima)”. E adianta ainda Loureiro dos Santos, estendendo outros factores que, a seu ver, contribuíram de forma decisiva para essa forma tão coesa de progressão europeia pelos «quatro cantos do mundo»: “uma maior abertura à arte, à literatura e ao conhecimento que se irão repercutir, mais tarde, no Renascimento; os movimentos reformistas religiosos; a discussão científica; e a redescoberta da existência de outros e tentadores espaços geográficos”.

Durante mais de um século, a política portuguesa tornar-se-á no ponta-de-lança integral do processo expansionista europeu. Após o reconhecimento do continente africano, ainda que a nível costeiro, no século XV, os navegadores portugueses disseminaram a sua presença por múltiplas direcções do planeta. “Acompanharam-nos comerciantes, missionários e aventureiros, realizando uma quantidade de façanhas individuais e de aventuras colectivas única na História da humanidade. Irão revelar assim, do Brasil ao Japão, alguns mundos e uma humanidade que, até então, não se suspeitava que existissem” (Chandeigne, 1990, Prólogo).

Tal como nas vésperas da Revolução dos Cravos, é bom não esquecer o carácter corporativo do Movimento dos Capitães e recordar uma vez mais a primeiríssima causa que motivou o seu «aggiornamento»: a luta pela obtenção de melhores condições pessoais de vida e a redução do número de comissões que os oficiais de patente intermédia eram obrigados a cumprir nas frentes de combate. Porque, uma vez mais se recorda, só já em pleno 1974, Ernesto Melo Antunes, um jovem oficial curiosamente filho de um quadro da Legião Portuguesa, recém-chegado ao seio do MFA e um dos mais qualificados operacionais do Movimento, introduz no programa concebido pelos revoltosos o cariz político e estratégico que até então ninguém tratara de assegurar.

Ora isto também prova de forma eloquente a distância ideológica – ou talvez mesmo a flagrante falta dela – que separava os mentores do golpe e os aderentes numa relação que, em 1974 como em 1383, acabará sempre por ser de interesse recíproco e polivalente para todos.

Entre 1383 e 1974 escoa um tão poderoso e indescritível universo de acontecimentos de transcendência nacional e global que não seria apropriado – e ridículo até – reduzir a essas duas faixas a História a História de Portugal. Mas, por outro lado, as rupturas e os traumatismos causados em ambas as datas, por ambos os movimentos, pelas facções que os fizeram agitar e pelos líderes directos que as encimaram correspondem, em síntese, a uma osmose coincidentemente estranha que só neles desvela esse facto de um «putsch» altamente corporativo na sua génese e circunstancialmente operativo na sua acção ter redundado, em escassas horas, numa revolução com consequências fracturantes e únicas em ambos os momentos históricos.

Em 6 de Dezembro de 1383 o assassinato do conde João Fernandes Andeiro pelo Mestre de Avis provocou um terramoto político que os burgueses e os mercadores de Lisboa e Porto decerto não previram tão profundo e devastador. Mas a verdade é que, como Mattoso (1993, p. 371) reconhece, em 1385 existiam já “importantes elementos de união em Portugal”, embora não houvesse “ainda a consciência generalizada dessa identidade”.

E quais eram esses elementos? “O território está definido e a população, apesar de separada por vedações estatutárias e fossos étnicos, compõe uma nação de, aproximadamente, um milhão de habitantes. A língua, o rei e toda uma teia de costumes e normas estabelecem os laços da identidade”. Por isso, a identidade era “coisa que está a cimentar-se, na solidariedade, na emulação e no perigo”. Está-se, assim, perante um processo em curso que, dependente da evolução política e militar, se poderia ou não consolidar.

A descendência de D. João I e o aceleração das técnicas e das tecnologias fizeram o resto, ou seja, “por outras palavras, qualquer cultura ou civilização é efeito e condição do *homo technicus*. A técnica assegura e exprime a socialização, o esforço colectivo das nações para se constituírem, fortalecerem e perpetuarem” (Mattoso, 1993, p. 374).

As duas circunstâncias analisadas obtiveram saldo favorável e, por essa razão, constituíram exemplos de saltos em frente no rumo do progresso da Nação e do corrigir do adiado reequilibrar da economia social às vésperas dos dois factos vigentes.

Quando, em 25 de Abril, Portugal fez o pleno das manchetes e aberturas de noticiários em todo o Mundo, escreveu-se na imprensa nacional que, “para um pequeno País com dez milhões de almas, isso só pode ser causado por uma razão muito boa ou uma razão muito má”.

Rapidamente a Revolução de 74 deu lugar às lutas pela conquista do Poder. Comunistas e socialistas, democratas-cristãos e sociais-democratas, radicais de esquerda e de direita enlearam-se num complexo «puzzle» de interesses e conflitos a que se juntaram os sindicatos, a Igreja Católica e, claro, o MFA. Sucederam-se os governos provisórios e agudizaram-se conflitos entre facções.

Era a fase da revolução social porque, de acordo com Maxwell (1999, p. 131), “ao Conselho da Revolução juntou-se a Assembleia do MFA, confusa amálgama de funções executivas e legislativas que tomou para si muita da autoridade que se pretendia para a Assembleia Constituinte, ainda por eleger”.

Face ao exposto, não parece abusivo dar por provada a primeira hipótese levantada na Introdução.

A segunda hipótese de trabalho, plasmada no Capítulo 3, aprofunda o apoio popular, tido como elemento decisivo da passagem de golpe de Estado a Revolução, dando origem à hipótese segundo a qual o contributo do povo representa uma condição necessária para o sucesso das operações e é susceptível de servir de respaldo à alteração dos objectivos iniciais, isto no que concerne à reacção do povo face ao Golpe de Estado de 1383 como no apoio popular aos militares revoltosos no 25 de Abril.

A este propósito, sublinha Vasco Gonçalves, a História mostra que não pode formar-se uma nação como uma comunidade de indivíduos que vivem no mesmo território e que, para além de relações económicas estáveis, estão ligados por uma língua comum e pelas particularidades da mentalidade, da cultura, do modo de vida, fixadas nos seus usos, costumes e tradições, “sem que, na sua raiz, estejam classes produtivas directas e as demais classes populares”⁵⁰.

Ora, neste contexto, os interesses destas classes, nos graves momentos de crise nacional, identificam-se com os interesses da Pátria. O que vale por dizer que entre os mais desfavorecidos e os que lhes seguem directamente na pirâmide social são facilmente estabelecidas linhas de contacto e de cumplicidade que não ocorrem a outros níveis sociais.

Será caso para reconhecer que os laços decorrentes das solidariedades horizontais ou de solidariedades de reduzido distanciamento hierárquico são mais poderosos porque tecidos com fios de proximidade.

⁵⁰ http://resistir.info/portugal/aljubarrota_vg.html. Acedido em 14 de Setembro de 2013.

Como se sabe, e em termos científicos restritos e absolutos, só é classe social o conjunto de indivíduos que se sente próximo e unido num todo pelas expectativas e necessidades comuns.

O mesmo não acontece quanto às classes privilegiadas dado que, em determinadas condições históricas, para defenderem os seus interesses e as suas posições frente à acção revolucionária das massas populares, sacrificam o sentimento patriótico e são capazes de comprometer a independência do seu País em troca do auxílio estrangeiro a fim de se manterem no poder e, acima de tudo, com a disposição tão característica de agirem com intenções individualmente desencontradas e não conjunturalmente arquitectadas.

Ao apontar um facto que, salvo opinião em contrário, nunca suscitou particular interesse e curiosidade científica entre os investigadores mas que merece, no seu entendimento, a maior atenção, pretendeu o autor, com este seu trabalho, contribuir de forma positiva e assertiva para o condensar de um acervo de reflexões e o indicar de pistas que possibilitem a reorientação de leituras e a interdisciplinaridade entre temáticas que o tempo inexoravelmente separa mas que a sua ontologia e especialidade podem efectivamente aproximar.

Na verdade, ainda que admitindo que os dois momentos históricos abordados nesta investigação são naturalmente distantes na cronologia e ontologicamente díspares na essência, sustenta-se aqui que contêm um tal conjunto de similitudes e analogias que talvez, doravante, possa vir a ser criado, ou desenvolvido, um novo quadro de estudo e descoberta.

Retornando à segunda hipótese, sem o apoio popular – o povo nas ruas misturado com os protagonistas e condicionando a sua acção – dificilmente ambos os episódios teriam tido o desenlace que a História conhece.

A terceira hipótese de trabalho assentou no pressuposto teórico de acordo com o qual a liderança pessoal e as figuras do rei e do capitão constituíram importante factor agregador de sucesso colectivo, desenvolvido no Capítulo 4 tanto no papel de D. João I, enquanto eixo da revolta de 1383-85, como no desempenho de Salgueiro Maia, enquanto agente no epicentro das operações militares do 25 de Abril de 1974.

Em vida, como na morte, D. João I e Salgueiro Maia enfrentam o destino com a mesma frontalidade e a mesma ausência total de frivolidade.

Sintomática, neste quadro, a forma como ambos encararam o fim das suas vidas e o encerrar das respectivas passagens terrenas.

Em Salgueiro Maia, o suave conformismo e o quase desdém com que tratou a doença que o consumiu mas à qual jamais outorgou o direito de lhe destruir o discernimento e as capacidades, de que são exemplos o expressar “dos seus desejos finais para que fosse cantada a «Grândola, Vila Morena» no seu funeral e para que fosse sepultado numa campa rasa” (Duarte, 1995, p. 217).

No rei, a absoluta noção de sobriedade, exposta mais tarde pelo cronista Rui de Pina⁵¹ quando descreve “o episódio anedótico da barba, isto é, a ordem dada por D. João para que lhe fizessem a barba, ordem emitida horas antes do passamento, já quando se achava «*em poder de Religiosos e outros Ministros de sua conciencia*».” (Sousa, 2009, p. 26). À primeira vista, ser-se-ia tentado a recriminar ao cronista o facto de ter registado palavras tão triviais: “lhe fizessem a barba ‘*que não convinha a Rey, que muitos aviam de vêr, ficar depois de morto espantoso e disforme*’. Tanta preocupação com a própria imagem parece, em moribundo, coisa demasiado terrena para quem se pretende estar às portas da glória e distraído do mundo” (Sousa, 2009, p. 27). Ora a “barba crescida, sinal de luto, daria ao aspecto do rei o ar de quem parte chorando – é nisso certamente que pensa D. João I (ou Rui de Pina por ele) mais do que na elegância do porto, deseja-se que quem o vir não tenha por precito” (Sousa, 2009, p. 28).

Porque o que um abriu, o outro fechou, e o que um rasgou, o outro coseu, pode dizer-se que, de certa forma, de D. João a Salgueiro Maia, do «rei burguês» ao «nobre militar» e dos burgueses aos capitães, vai a distância que expressa a intersecção de uma dinâmica inversa separada por seiscentos anos.

Em 1383 D. João encabeçou um processo que, escassas três décadas mais tarde, levou ao espoletar de uma das mais extraordinárias façanhas da História da Humanidade: a conquista de Ceuta assinala o começo da Expansão portuguesa e o arranque das Descobertas europeias nos mares profundos e desconhecidos do globo terrestre.

Coroado rei, D. João I fundou uma dinastia e refundou o Estado, algo que então se impunha e que suscita uma breve análise.

⁵¹ Teve intensa actividade entre 1490 e 1522, ano em que morreu, e a sua obra foi fortemente associada à de Gomes Eanes de Zurara

De facto, quando na segunda década do século XXI, o primeiro-ministro do XIX Governo Constitucional proclamou o seu desejo de refundar o Estado, os politólogos interrogaram-se, incrédulos, sobre a conceção que o governante de facto atribuía a esse conceito.

Na verdade, tendo o Estado três elementos constitutivos – aparelho de Poder, território e população – nenhum analista político via de que forma o Governo poderia proceder à refundação do mesmo, a menos que o «convite» governamental à emigração da população activa fosse visto como a peça-chave desse processo, pois o Governo não dispõe de competência para alterar nem os limites físicos do País nem os órgãos do Poder e o relacionamento daí decorrente.

No início da segunda dinastia era diferente, como esta tese procurou explicitar.

Em primeiro lugar, a centralização do Poder nas mãos do rei concedia-lhe e outorgava-lhe competências que não são reconhecidas a qualquer órgão nos sistemas políticos modernos se o regime dos mesmos for democrático.

Depois, a necessidade de substituir parte da nobreza de sangue pela nova nobreza de direito teve, obviamente, reflexos a nível da população e do aparelho do Poder.

Finalmente, o rei necessitou não apenas de garantir a posse do reino, mas também de deitar o País ao largo.

Por isso deitou mãos à obra de estabilizar as fronteiras terrestres e alargar os domínios além-mar. De Portugal, rumo às «sete partidas do mundo», a nação espraiou-se por muitas outras latitudes e o Império nasceu.

Ora, no que a esta hipótese de trabalho respeita, a investigação concluiu que foi sob o signo da nova dinastia, chamada então «de Avis», que vieram a dar-se os primeiros e notórios passos no sentido das grandes viagens e do descobrimento de novas rotas comerciais e de horizontes até então jamais explorados pelos europeus.

«Dar novos mundos ao Mundo» foi bem mais do que uma figura de estilo. Consistiu antes numa realidade que investigadores de outras nacionalidades, ainda que também participantes na construção do Euromundo, viriam a reconhecer.

Um dos filhos de D. João I, o Infante D. Henrique, ficou famoso pelo impulso dado às viagens para a costa africana. Seu bisneto, D. João II – que seria conhecido como «O Príncipe perfeito» – orientou as empresas marítimas, feitas em consórcio com os grandes

negociantes portugueses, genoveses e venezianos, para a busca de um caminho por mar para a Índia.

Séculos depois, deu-se a inversa: comandados por Salgueiro Maia, duas centenas de homens enfrentaram e saíram vencedores dos sucessivos embates com que se houeram a 25 de Abril de 1974.

A sua intervenção culminou com a obtenção da rendição do chefe do Governo, Marcello Caetano. Com a queda do regime, ficava para trás uma Ditadura que «mantivera por arames» as possessões outrora conquistadas e, sobretudo, descobertas.

Possessões que a Metrópole não desenvolvera com medo de as perder, algo que só viria a acontecer de forma serôdia devido a apoios internacionais, ainda que não assumidos publicamente. A mentira útil, cujo valor tanto Platão como Maquiavel reconheciam. Um remédio de uso reservado aos detentores do Poder. A estratégia para o manter.

Adiante esboçava-se o processo de independência desses territórios pelo que a Descolonização se iniciou imediatamente, situação que levaria Pinto (2005) a defender que o Império ruiu sem uma real Descolonização⁵². Em pouco mais de um ano nasceram os novos estados: a Guiné-Bissau, que auto-reclamara a independência em 24 de Setembro de 1973, e que viu reconhecida em 10 de Setembro de 1974; Moçambique, a 25 de Junho de 1975; Cabo Verde, no dia 5 de Julho de 1975; S. Tomé e Príncipe, a 12 de Julho de 1975; e Angola, a 11 de Novembro de 1975. O processo de Timor-Leste arrastou-se desde 28 de Novembro de 1975 até 20 de Maio de 2002, data em que foi, finalmente, reconhecida a independência do território, depois de mais uma humilhação de um povo que foi submetido a duas ocupações – para além da portuguesa – numa mesma geração.

Entre D. João I e Salgueiro Maia e entre a suave coragem e a firme lucidez de ambos se calibraram séculos de História e, de permeio, tantos eventos relevantes e determinantes da História de Portugal, da Europa e do Mundo.

É com D. João I que florescerá a capacidade sensorial dos portugueses como povo além-marítimo e anti-pagão. Compraz-se a curiosidade dos burgueses, afaga-se o ego dos nobres, satisfaz-se a ambição do clero e dá-se ao povo a expectativa da melhoria, feita de amor e violência trazidos, primeiro, das cortes de Coimbra, e décadas adiante, da África

⁵² A hipótese era a seguinte: “A Descolonização ocorreu por obra de uma elite, que havia feito o 25 de Abril, e de quem com ela partilhou o poder. Não foi um projecto nacional amadurecido, o que implicou que o Império Português tivesse ruído sem haver uma real Descolonização” (Pinto, 2005, p. 35).

descoberta, do Oriente em fogo e do Brasil afortunado. Guerreiro de guerreiros, cavaleiro da conquista, como Salgueiro Maia, oficial de Cavalaria, em ambos se consagrou o divino, o misterioso e o maravilhoso.

Face à investigação feita, parece ao autor desta tese de doutoramento ser possível concluir que o estudo apresentado encontrou respostas e perspectivas viáveis para as hipóteses de trabalho apresentadas na Introdução, embora não possa deixar de ter presente que, no âmbito das Ciências Sociais, a verdade é marcada por um elevado grau de subjetividade.

Uma subjetividade que as fontes ajudam a minimizar se for concedido espaço ao contraditório. Foi esse o espírito que alimentou esta investigação.

Uma verdade que importa continuar a procurar, até porque a História e a Ciência Política não param.

Assim, sugerem-se e suscitam-se aqui algumas pesquisas e um conjunto de questões cuja pertinência poderá contribuir para o alinhar de novos caminhos de investigação. A saber:

1. Poderão as novas dinâmicas sociais vir a gerar rupturas fragmentárias tão sensíveis como as registadas em 1383-85 e em 1974?
2. Que consequências poderão advir para a sociedade portuguesa do esmagamento social e económico da chamada classe média, ou, se se quiser, da pequena burguesia, ainda que não dedicada ao comércio?
3. A desvalorização da carreira militar levou a que as Forças Armadas dessem lugar a «armadas» com novas forças, designadamente as armas da informação, da comunicação e da actuação em rede. Poderão estas, a exemplo do que se tem passado no Norte de África e nas Américas Latina e Central, consubstanciar em Portugal fracturas profundas como as estudadas nesta tese?

Como se percebe, trata-se de problemáticas cuja ligação ao conteúdo desta tese é de difícil questionamento. Afinal, são mais ramos que saem de um tronco único, o da árvore genealógica de um Povo.

Bibliografia

- Abelaira, A. (1992, Abril 24). À margem do 25 de Abril. *O Jornal Ilustrado*, 24.
- Agesta, L. (1967). *Princípios de Teoria Política*. Madrid: Ed. Nacional.
- Almeida, D. (1977). *Origens e evolução do Movimento de Capitães*. Lisboa: Edições Sociais.
- Almeida, F. (2013). *As Elites em Portugal*. Lisboa: Edições Vieira da Silva.
- Almeida, J. (1999). *Classes Sociais nos Campos*. Oeiras: Celta.
- Amaral, D. F. (1995). *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Amorim, A. (1974, Maio 24). Capitão Maia: Um Homem na Revolução. *Flama*, 42-50.
- Andrade, J. (2002). *Dicionário do 25 de Abril – verde fauna, rubra flora*. Lisboa: Nova Arrancada.
- Andresen, S. M. B. (1994). *Musa*. Lisboa: Caminho.
- Arendt, H. (1977). O carácter disforme do sistema totalitário. In P. Mason (1977). *O Totalitarismo* (pp. 153-166). Lisboa: Delfos.
- Banazol, L. A. (1974). *a origem do movimento das forças Armadas*. Lisboa: Prelo.
- Baptista, J. (1975). *Caminhos para Uma revolução – Sobre o Fascismo em Portugal e a Sua Queda*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Barreto, L. F. (1987). *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber*. Lisboa: Gradiva.
- Bastos, C. R. (2004). *Teoria do Estado e Ciência Política*. São Paulo: Celso Bastos Editora.
- Bermeo, N. (2000). *A Teoria da Democracia e A Realidade do Sul Europeia*. Lisboa: DIFEL.
- Bessa, A. (1992). *Quem governa? Uma análise histórico-social do tema da elite*. Dissertação de doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de História dos Factos Sociais. Edições ISCSP: Lisboa.
- Bonavides, P. (2000). *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions Minuit.
- Brito, J. M. (Coord.). (1999). *Do marcelismo ao fim do império – Revolução e Democracia*. Lisboa: Editorial Notícias

- Caetano, M. (1953). *O Concelho de Lisboa na crise de 1383-1385*. Lisboa: Anais da Academia Portuguesa de História, II série, volume IV.
- Camões, L. V. (1972). *Os Lusíadas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Carmo, R. – Org. (2013). *Portugal, uma Sociedade de Classes. Polarização social e vulnerabilidade*. Lisboa: Edições 70.
- Carrilho, M. (1985). *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Carvalho, J. B. (1979). *Da história crónica à história-ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Carvalho, O. S. (1984). *Alvorada em Abril*. Lisboa: Ulmeiro.
- Carvalho, V. (1989). A Estratégia no Tempo dos Descobrimentos, in *Nação e Defesa*, nº 51, Jul-Set, pp. 71-84.
- Carvalho, V. (1989). *Estratégia Global e Subsídios Para Uma Grande Estratégia Nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Castro, A. (1983). *Lições de História de Portugal I. As classes populares na formação, consolidação e defesa da nacionalidade. Sécs XII a XV*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Castro, C. A. P. & Falcão, L. P. (2004). *Ciência Política: Uma Introdução*. São Paulo: Atlas.
- Cervelló, J. S. (1993). *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Chandeigne, M. (1990). *Lisboa e os Descobrimentos*. Lisboa: Terramar.
- Charais, F. (2013). *História viva. 25 de Abril: Golpe Militar ou Revolução?*. Lisboa: Âncora editora.
- Clemente, D. (sd). Título. In www.centrodedocumentacao25deabril-bing. Acedido em Janeiro de 2013.
- Coelho, A. B. (1975). *A Revolução de 1383* (2ª edição). Lisboa: Seara Nova.
- Coelho, M. H. C. (2008). *D. João I*. Lisboa: Temas e Debates.
- Conte, G. (1976). *Da crise do Feudalismo ao nascimento do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Correia, P. P. (1994). *Questionar Abril*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Correia, P. P. (1994). A Descolonização. In *Portugal 20 Anos De Democracia*. Pp. 40 a 72. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Cortesão, J. (1974). *Os Factores Democráticos da Formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Couto, C. (1988). *Elementos de estratégia – Apontamentos para um curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Cruzeiro, M. M. (2004). *Melo Antunes – o sonhador pragmático*, Lisboa: Notícias Editorial.
- Cunha, J. (1979). A insurreição rural alentejana na Revolução de 1383. *História*, 5, 30-37.
- Cunha, S. (1977). *O Ultramar a nação e o “25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora
- Cunha, A. & Gomes, A.. (2014). *Os rapazes dos tanques*. Porto: Porto Editora.
- Cunhal, Á. (1975). *As Lutas de Classes em Portugal nos fins da Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cunhal, Á. (data). O amadurecimento da crise. In Portal da História. Acedido em 13 de Maio de 2013 em www.arqnet.pt/Portal/Pontos de Vista/Index.html.
- Dahrendorf, R. (1993). *Reflexões sobre a Revolução na Europa*. Lisboa: Gradiva.
- Duarte, A. (1993, Julho 3). O Último combate de Salgueiro Maia. *Expresso*, 30-37.
- Duarte, A. S. (1995). *Salgueiro Maia – um homem da liberdade*. Porto: Edições Asa/Círculo de Leitores.
- Duarte, A. S. (1999). *Confissões do 25 de Abril*. Lisboa: Âncora editora.
- Duarte, A. S. (2012). *Acerto De Contas*. Lisboa. Âncora editora.
- Duarte, L. (2006). *Guerra pela Independência - Aljubarrota - 1383-1389*. Matosinhos: Quid Novi.
- Duverger, M. (1966). *Os regimes políticos*. Brasília: Difusão Europeia do Livro.
- Engels, F. (1982). *Obras Escolhidas. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. Lisboa: Edições Avante.
- Estanque, E. (2012). *A Classe Média. Ascensão e Declínio*. Lisboa: FFMS.
- Estanque, E. & Mendes, J. (1997). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Fanha, J. (1995). *Eu sou português aqui*. Lisboa: Edições Ulmeiro.
- Faure, G. O. (1982). *Métodos Qualitativos*. In J. Gazeneuve e D. Victoroff *Dicionário de Sociologia* (pp. 377-391). Lisboa: Verbo.
- Fernandes, A. (1997). *A Sociedade e o Estado. Sociologia das Formações Políticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, J. (2008, Dezembro 6). O crime que salvou Portugal. *Notícias Sábado*, 39.

- Ferreira, J. M. (1989). *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*. Lisboa: INCM.
- Ferreira, L. (1975). *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.
- Foubert, C. (1975). *Portugal 1974-75: les années de l'espoir*. Paris: IDOC.
- Godinho, V. M. (2007). *A Expansão quatrocentista portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Gonçalves, B. (1971). *Duas palavras*. Lisboa: Edições Cinquentenário.
- Gonçalves, V. (1983, 11 de Dezembro). A Revolução de 1383-85. *o diário*.
- Grossman, E., Saurugger, S. (2006). *Les groups d'intérêt. Action collective et strategies de représentation*. Paris: Armand Colin.
- Huntington, S. (1992). *The third Wave – Democratization in the Late Twentieth Century*. University of Oklahoma Press.
- Keller, S. (1967). *O Destino das Elites*. R. Janeiro/S. Paulo: Editora Forense.
- Lefebvre, H. (1969). *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes editores.
- Le Goff, Ladurie, Ariès, Certeau, Veyne et al. (1977). *A Nova História*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, F. (1977). *História de uma revolução – 'Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória'*. Lisboa: livros de bolso europa-américa.
- Lopes, F. (1945). *Crónica de D. João I*. Porto: Livraria Civilização.
- Lopes, O., A. J. Saraiva. (1979). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Lourenço, V. (2009). *Do interior da Revolução*. Lisboa: Âncora editora.
- Luttwak, E. (1991). *Golpe de Estado. Um manual prático*. São Paulo: Paz e terra.
- Luz, P. (1986). A História e Fernão Lopes. *História*, 93, 16-27.
- Macedo, J. (1987). Revolução. In: Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (verb. 540, 546). Lisboa-São Paulo: Editorial, Verbo.
- Maia, F. (1974). *Operação Fim-Regime. Relatório militar elaborado pelo capitão Salgueiro Maia após o dia 25 de Abril de 1974*. Manuscrito não publicado
- Maia, S. (1994). *Salgueiro Maia, Capitão de Abril, Histórias da Guerra, do Ultramar e do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Malaparte, C. (1983). *Técnica do Golpe de Estado*. Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América.
- Maquiavel, N. (1976). *O príncipe*. Mira-Sintra Mem Martins. Publicações Europa-América.
- Martins, J. & Loureiro, R. (1980). A extrema-esquerda em Portugal. *História*, 17, 14-26.
- Martins, O. (1983). *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Guimarães Editores.

- Marx, K. (1974). *O Capital*. Lisboa: Edições Delfos.
- Mathiot, A. (1952). Les Pressure Groups aux États-Unis. *Revue Française de Science Politique*. 3, 429-473.
- Mattoso, J. (1985) *Ricos-homens, infanções e cavaleiros*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Mattoso, J. (1993). *História de Portugal – volume II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, J. (1994). *História de Portugal – volume VII*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Maxwell, K. (1999). *A construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mendonça, M. (2013). História de Portugal. Expresso, 3, 13-17.
- Michels, R. (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa: Antígona.
- Mills, C. (1970). *De hombres sociales y movimientos políticos*. México: Siglo Veintuno Editores.
- Miranda, F. M. (1977). *Obras Completas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Moreira, A. (1971). *Tempo de Vésperas*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural.
- Moreira, A. (1977). *O Novíssimo Príncipe*. Braga-Lisboa: Editorial Intervenção.
- Moreira, A. (1977). *A Nação abandonada*. Braga/Lisboa: Intervenção.
- Moreira, A. (1985). *Saneamento Nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- Moreira, V. (1973). *Marcuse e a teoria da revolução*. Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas nº 16.
- Moreno, H. (1985). *A campanha de D. João I contra as fortalezas da região de Entre-Douro-E-Minho*. Porto: Separata da Faculdade de Letras. II Série, vol. II, pp. 45-57.
- Moreno, H. (1998). *Os itinerários de El-Rei D. João I*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Mosca, G. (1965). *Histoire des Doctrines Politiques*. Paris: Éditions Payot.
- Mosca, G. & Bouthoul, G. (1966). *Histoire des Doctrines Politiques*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Oliveira, C. (1989). No centenário do nascimento de Oliveira Salazar. *História*, 117, 4-11.
- Olson, M. (1968). *A Lógica da Acção Colectiva*. Oiras: Celta.
- Ossowski, S. (1976). *Estrutura de Classes na Consciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pacheco, F. (1992, Abril 10), Salgueiro Mais. *O Jornal*, 5.
- Pareto, V. (1902). *Les systèmes socialistes*. Paris: V. Giard & E. Brière.

- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Lisboa: Principia.
- Pernoud, R. (1969). *As origens da Burguesia*. Mira-Sintra Mem Martins. Publicações Europa-América.
- Pessoa, F. (1979). *Mensagem*. Lisboa: Edições Ática.
- Pinto, A. C. (2001). *O Fim do Império Português: a cena internacional, a guerra colonial e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte
- Pinto, J. F. (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático.
- Pinto, J. F. (2007). *Adriano Moreira – Uma intervenção humanista*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J. F. (2011). *O Império da Ilusitânia. A Censura na Metrópole e em Angola*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J. (2012). *Lisboa, os Açores e a América: jogos de poder ou rapina de soberania*. Coimbra: Almedina
- Pires, F. (1988). *Democracia e Solidão. Oração de Sapiência*. Universidade da Beira Interior.
- Popper, K. (1989). *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa: Editorial Fragmentos.
- Poulantzas, N. (1978). *Fascismo e Ditadura*. S. Paulo: Martins Fontes.
- Praça, Antunes, Amorim, Borga e Cascais. (1974). *25 de Abril*. Lisboa: Casaviva Editora.
- Presidência do Conselho de Ministros [PCM]. (1994). *O 25 de Abril na Imprensa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Queiró, A. (2002). *Revolução*. In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura (verb. 423, 426). Lisboa-São Paulo: Editorial, Verbo.
- Rama, M. M. S. & Plantier, C. (s. d.). *Melo Antunes – tempo de ser firme*. Lisboa: Liber Documento.
- Ramos, R. (2010). *História de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros.
- Rebelo, L.S. (1983). *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rezola, M. (2003). Do Congresso dos Combatentes ao Movimento dos Capitães. *História*, 57, 38- 43.
- Rodrigues, A., Borga, C. & Cardoso, N. (2001). *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Ruas, H. B. (1974). *A Revolução das Flores do 25 de Abril ao Governo Provisório*. Lisboa: Editora Aster.
- Russell, B. (1977). *História da Filosofia Ocidental*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, J. A. (2000). *Homo Zapiens, o feitiço da televisão*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, L. (2002). *Ceuta – a conquista*. Lisboa: Prefácio.
- Santos, L. (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*. Mira-Sintra Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Santos, M. (1959). *História de Portugal*. Fundão: Jornal do Fundão.
- Santos, M., Lima, M. & Ferreira, V. (1976). *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Saraiva, J. H. (1981). *História concisa de Portugal*. Mira-Sintra Mem Martins. Publicações Europa-América.
- Sérgio, A. (1966). *Prefácio à Crónica de Dom João I*. Porto. Livraria Civilização.
- Sérgio, A. (1979). *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Serrano, J. B. (2009). *As Avis*. Lisboa: a esfera dos livros.
- Serrão, J. (1985). *O carácter social da Revolução de 1383 (6ª edição)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sousa, A. (2009). *A morte de D. João I*. Porto: Fio da Palavra.
- Spínola, A. (1974). *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia.
- Rezzola, M. I. (2003). *Do Congresso dos Combatentes ao Movimento dos Capitães*. Comunicação apresentada nos Seminários do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UL), Lisboa.
- Tavares, M. (1992, Abril, 11). Salgueiro Maia. *Semanário*, 7.
- Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal do 25 de Abril à actualidade*. Volume I. Lisboa: Editorial Presença.
- Themido, J. (1995). *Dez anos em Washington, 1971-1981: As verdades e os mitos nas relações luso-americanas*. Lisboa: D.Quixote.
- Touraine, A. (1996). *Carta aos socialistas*. Lisboa: Terramar.
- Vaz, M. & al (2000). *Exclusão na História*. Oeiras: Celta.
- Vicente, J. P. N. (2006). O Direito à Guerra Justa. *Revista Militar*, 2451, 363-373.
- Weber, M. (1979). *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença.

Weber, M. (2000). *A política como profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Wright, E. (1981). *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar.

Série Monográfica

Estado-Maior do Exército [EME]. 1966. *O Exército na guerra subversiva*. Regulamento, I Generalidades. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Webgrafia

- Abril de Novo – Cronologia do Ano de 1974. Acedido em 14 de Janeiro de 2013, em <http://abril-de-novo.blogspot.pt/2010/05/cronologia-do-ano-de-1974-xix.html>.
- A Última Conversa em Família – História Aberta. Acedido em 27 de Janeiro de 2013, em <http://historiaaberta.com.sapo.pt/lib/doc017.html>.
- Infopédia, Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Acedido em 20 de Abril de 2013, em <https://www.infopedia.pt/>.
- geneall.net/pt/forum115888/re-crise-de-1383-85-revolucao
- O Portal da História. A Revolução de 1383-85 segundo Álvaro Cunhal. Acedido em 20 de Abril de 2013, em http://www.arqnet.pt/portal/pontosdevista/ac_classes.html.
- O Portal da História. O interregno de 1383-85. Crise ou Revolução? Acedido em 20 de Abril de 2013, em <http://www.arqnet.pt/PORTAL/pontosdevista/index.html>.
- <http://www.uc.pt/cd25>. Acedido em 18 de Setembro de 2013.
- http://resistir.info/portugal/aljubarrota_vg.html. Acedido em 14 de Setembro de 2013.
- <http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/historia/nove-seculos-servico-portugal/Paginas/Batalha-Naval-Tejo.aspx>. Acedido em 15 de Junho de 2013.
- Alegre, M.. Acedido em 25 de Setembro de 2012, em www.manuelalegre.com/.
- Alegre, M.. Acedido em 12 de Fevereiro de 2012, em www.manuelalegre.com/.

Publicações

- Lusa, Agência de Notícias de Portugal. (1994). 25 de Abril – Memórias. Lisboa
- Cinemateca Portuguesa. (1984). 25 de Abril – Imagens. Lisboa.
- *Revista do Reader's Digest*, 480, tomo 81, 72-81.

Apêndices

Entrevista realizada ao marechal Francisco da Costa Gomes

Noticia: 251401

Redactor: aduarte

Area:di

Para vender PALOP/20 anos: recordacoes coloniais do marechal Costa Gomes

+++ por António de Sousa Duarte, da Agência Lusa +++

Lisboa, ...Jul (Lusa) – Portugal usou armamento proibido internacionalmente na guerra colonial e esteve mesmo para utilizar uma poderosa arma química ou bacteriológica de destruição massiva em Angola, revelou a agência Lusa o ex-Chefe de Estado, Costa Gomes. +Eu mesmo usei desfolhantes no Leste de Angola+, reconheceu, em conversa com a agência Lusa, o ex-general chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas antes do 25 de Abril, a propósito da evocação da passagem do 20/0 aniversário da independência das ex-colónias portuguesas.

O marechal reagia deste modo a declarações recentes do general da Força Aérea Kauliza de Arriaga, feitas à agência Lusa, segundo as quais o recurso ao napalm fora uma arma meramente defensiva +para afugentar os guerrilheiros do capim+.

"Portugal esteve, mesmo, em 1970, à beira de usar em Angola uma poderosa arma química ou bacteriológica de destruição massiva", ressaltou o ex-Chefe de Estado, que se escusou a precisar o tipo de arma, sublinhando apenas que +tinha um muito forte efeito destrutivo+.

E, explicou: "há quatro tipos de armas com características de destruição massiva: as químicas, bacteriológicas, atómicas e radiológicas".

"Foi uma das duas primeiras que Portugal esteve então para empregar em Angola", realçou.

Costa Gomes confessou mesmo que o napalm foi usado nos teatros de operação da guerra colonial como arma ofensiva.

+Claro que foi utilizado napalm+, reforço, confessando: +eu próprio usei desfolhantes no leste de Angola+.

Sobre as declarações do antigo secretário de Estado da Aeronáutica e comandante-em chefe em Moçambique, Costa Gomes mostra-se reticente a sua argumentação de defesa da política ultramarina.

"Kauliza de Arriaga tem uma visão utópica no que respeita à independência dos povos africanos de língua portuguesa quando diz que teria sido possível protelar a colonização até aos dias de hoje. Como resistir mais 20 anos além dos 13 em que mantivemos a Guerra", interroga-se.

Sobre o balanço dos 20 anos de independência moçambicana, Costa Gomes entende que, "embora tenha ocorrido um declínio do nível de vida, fez-se o que podia ser feito".

Depois, "devido, fundamentalmente, à guerra intestina que entretanto nasceu, também fomentada e alimentada por alguns dos países vizinhos de Moçambique, foi o que se viu", sentencia.

"Moçambique tem, no entanto, um futuro excelente pela frente. Um sub-solo e solo ricos. Terrenos ideais para culturas agrícolas. O turismo e, é bom não esquecer, o gás, designadamente no sul da Beira. Além de que, parece, onde há gás...há petróleo", sublinhou.

Discordando das +vozes+ que dizem ter havido um retrocesso em todos os campos, Costa Gomes apontou o caso da educação. "O único liceu acima da média era o de Lourenço Marques, o da Beira já era apenas razoável e os de Nampula e Porto Amélia eram claramente medíocres", argumentou.

"E a verdade é que os negritos sabiam de cor os ramais dos caminhos-de-ferro do continente mas, da sua terra, não conheciam nem os nomes dos rios. E isso não abona muito para nós, pois não?", enfatizou.

O antigo Presidente da República considerou que a situação do sistema colonial português era pouco conhecido nos foros internacionais.

A situação de Portugal no mundo, perante a "forma peculiar de colonialismo que desenvolvia", era praticamente desconhecida dos estrangeiros, dada a forma "discreta e comprometida como agia a diplomacia nacional", explicou.

"Não poucas vezes estive em encontros com altas chefias e embaixadores de outros países, nos quais me diziam que aprendiam mais comigo numa hora do que nas longas conferências em que intervinham os representantes portugueses...", comentou o marechal.

Francisco da Costa Gomes recebeu a Agência Lusa no 'duplex' que habita, com a mulher, no último andar de um prédio da Avenida dos Estados Unidos da América, em Lisboa, e quebrou o silêncio formal de muito tempo, a pretexto dos 20 anos de independência de Moçambique, segundo ele próprio transmitiu.

Nascido em Chaves há 81 anos, continua a dividir a actividade entre viagens que empreende pelo estrangeiro e a pacatez de uma casa onde se rodeia recordações africanas e orientais de marfim, 'biscuit' e porcelana.

Na sala, onde recebeu a reportagem, fala passando as mãos rijas pelas pilhas de "livros importantes que vão saindo", lançando, de vez em quando um olhar furtivo por um quadro a óleo de Henrique Medina.

+E a minha mulher+, esclareceu o jornalista, quando este procurou indagar sobre quem era.

+E a Maria Estela+, precisou.

António Manuel de Sousa Duarte
Movimento de 1383 e 25 de Abril de 74 – burgueses e capitães, do «putsch» à revolução

Notícia: 311923

Redactor: jpalmeida

Area:di

para venderMoçambique/20 anos: Portugal fez massacres em massa, não genocídio, segundo a ONU

Lisboa, 11 Jul (Lusa) - As autoridades portuguesas fizeram, em Moçambique, durante o período colonial, "massacres em massa", mas não prefiguraram a forma de genocídio, segundo um relatório da ONU, datado de 1974 e até agora nunca divulgado.

O documento (Relatório da Comissão de Inquérito Sobre os Massacres em Moçambique), a que a Agência Lusa teve acesso, remonta a 22 de Novembro de 1974 e é oriundo das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Começou a ser elaborado em 1973, na sequência de uma investigação aos massacres de Wiriyamu, João e Chawola.

De acordo com o Relatório, "não há a evidência clara de que as autoridades portuguesas pretendessem dizimar a população nativa de Moçambique, havendo por isso diferenças entre as acções portuguesas e o protótipo de genocídio levado a cabo, entre 1939 e 1945, pelos alemães com os judeus".

Todavia, a Comissão denuncia a existência de "assassinios em massa", que consistem em "mortes perpetradas pelas tropas coloniais estacionadas no território e a sistemática dizimação de pessoas, se bem que a tais acções não possa propriamente chamar-se genocídio".

O documento alinha os diferentes meios de repressão e tortura utilizados pelas forças portuguesas: "massacres, massacres envolvendo a eliminação de populações e aldeias, assassinatos em massa, destruição de propriedades e culturas, violação de mulheres", precisando ainda "uso do 'cavalo-marinho', da 'palmatória' e de choques eléctricos, entre muitas outras torturas".

Assinala a existência de "gravíssimas atrocidades perpetradas pelo regime colonial fascista português contra os habitantes de Moçambique", destacando "acções como os massacres de Wiriyamu, João e Chawola, directamente exercidos contra grupos nacionais, étnicos e raciais dos nativos".

O Relatório, que foi elaborado para ser presente à Assembleia Geral então presidida por Abdulaziz Bouteflika, ex-ministro dos negócios estrangeiros da Argélia, foi assinado por uma Comissão composta por S.P.Upadhyay, do Nepal, Guenter Mauersberger, da ex-República Democrática Alemã, Martinez Ordonez, das Honduras,

António Manuel de Sousa Duarte
Movimento de 1383 e 25 de Abril de 74 – burgueses e capitães, do «putsch» à revolução

B. Rabetafika, de Madagáscar, e Sverre Johansen, da Noruega.

Foi instaurado de acordo com a Resolução 3.114, de 12 de Dezembro de 1973.

"É opinião da Comissão de Inquérito que o quadro de crime e violência que releva deste Relatório tem origem nas políticas adoptadas por Portugal e reveste a forma colonial que as autoridades de Lisboa encontraram para manter o processo de colonização", refere o documento.

E acrescenta: "O Governo colonial português não atendeu, como o fizeram outras potências coloniais na década de 50, às transformações que se impunham no diálogo com as então colónias".

O Relatório aponta que, "no contexto internacional, o colonialismo – mantido pelos executivos de António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano – reprimiu todas as manifestações de cariz nacionalista promovidas pelos nativos".

"Na fase mais avançada da Guerra Colonial, a população civil tornou-se vítima do crescente incremento de violência e repressão exercidas pelos governantes colonizadores. Cabe aqui uma especial referência, sem embargo à acção das actividades militares, às unidades operacionais especialmente criadas para a consumação da vitória na guerra", lê-se.

A Comissão pormenoriza: "Unidades recrutadas em África, Grupos Especiais (GE), Grupos Especiais de Paraquedistas (GEP), Comandos, os 'Flechas', corpo auxiliar de apoio à Polícia Política, a Direcção-Geral de Segurança (DGS) ('vulgo' PIDE), além das milícias especiais que cooperavam com as Forças Armadas no supervisionamento das 'vilas fortificadas', designadas por aldeamentos".

O relatório pormenoriza os testemunho recolhidos pela comissão, que afirma ser de centenas, concluindo: "existe uma clara ligação entre a política de concentração de populações nos referidos aldeamentos e o perpetrar de massacres e outras atrocidades pelas autoridades coloniais portuguesas".

lusa/fim

Entrevista realizada ao general Kaúlza de Arriaga

Notícia: 211863

Redactor: aduarte

Area:internac

Moçambique: "Auto-determinação era agora", diz Kaúlza de Arriaga

" " " Por António Sousa Duarte, da Agência Lusa " " "

Lisboa, Jun (Lusa) – O antigo comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique garantiu à Agência Lusa que em 1960 previu a auto-determinação dos povos africanos de língua portuguesa para 30 anos mais tarde, isto é, para agora.

O general, 80 anos, fez esta declaração por ocasião dos 20 anos de independência que o estado moçambicano assinala no dia 25.

"Era agora, era agora...isto, claro está, no caso de não ter havido essa desgraça que foi o 25 de Abril", diz nostalgicamente.

A conversa com o general decorre na sua casa de Lisboa, um sexto andar da Av. João XXI.

Durante quatro horas, Kaúlza de Arriaga folheia livros e revistas. Passeia os olhos pelas almofadas de seda e o pensamento pelo passado. Não atende o telefone mas levanta-se para exibir o régulo de Mecanheles, oferta de um chefe tribal africano.

Sentencia: "Em 1975 a descolonização foi, além de mal feita, errada na época. Daí para cá – e porque anteciparam 30 anos o que eu previ acontecesse agora, e só agora – foi o pesadelo, o equívoco, a tragédia".

Para Kaúlza de Arriaga, "Angola e Moçambique não estavam nada aptos para a autonomia e, contudo, estávamos a preparar um esforço imenso de desenvolvimento do território e promoção das populações, designadamente aos níveis da educação escolar e cívica, da assistência sanitária e da situação económica".

"O crescimento anual, antes da Revolução, era de 15 por cento em Angola e 9 por cento em Moçambique. E hoje como é?", pergunta e responde: "Hoje é uma tristeza. Veja-se a forma como exultam e se esmifram para chegar aos 1 ou 2 por cento de crescimento... Enfim, foi uma lástima, uma verdadeira lástima".

O general parte depois para o enquadramento histórico e estratégico do conflito colonial: "A União Soviética e a China tinham uma sagaz dupla acção de ataque directo – através do confronto aos EUA – e indirecto – por via dos prejuízos infligidos nos domínios que estavam sob a alçada dos países ocidentais".

A este propósito, instado a comentar uma recente, e enigmática, declaração do marechal Costa Gomes, segundo o qual, em 1970, Portugal teria estado na iminência de aplicar uma arma demolidora em Moçambique, Kaúlza de Arriaga opina: "Não faço a mínima ideia sobre a arma a que se refere Costa Gomes".

"A arma, não direi demolidora, até porque ainda mais poderosa, de que dispus foi a persuasão dos negros. Essa sim foi uma arma poderosíssima e que rapidamente, não fora o 25 de Abril, nos teria permitido manter do nosso lado as populações africanas", argumenta.

"Poderemos fazer novos Brasis, mas não admitiremos que nos obriguem a lançar povos no caos", foram as minhas palavras para

Salazar quando, um dia, discutimos o futuro dos territórios ultramarinos", lembra o antigo professor do Instituto de Altos Estudos Militares.

Sobre António de Oliveira Salazar, a opinião de Kaulza é clara, referindo-se-lhe como "um grande homem, de dignidade intocável e patriotismo ímpar".

"Não foi com ele que tive os maiores aborrecimentos, mas sim com Lisboa".

"Aliás – ironiza – a guerra foi mais contra Lisboa do que contra os terroristas".

Relativamente à operação "Nô Górdio" ("a maior que fizemos no Ultramar"), contou com um potencial que, "ao contrário do que certos historiadores sem categoria têm dito", dispôs de "oitenta mil e não 40 mil homens. E a verdade é que a FRELIMO retirou para a Tanzânia e teve de alterar a sua estratégia".

Na análise de um dos episódios mais controversos da guerra colonial – o massacre de Wiriamu, entre 16 e 18 de Dezembro de 1972 – o antigo chefe militar puxa de um documento por si elaborado há estassos dias e que revela, pela primeira vez e em exclusivo, à Agência Lusa.

Nele começa por referir a sua ausência em Lisboa na data do incidente.

"Voltei a Moçambique para passar, como sempre, o Natal com as tropas. O brigadeiro Armindo Videira informou-me de rumores sobre comportamento incorrecto das tropas perante as populações. Mande então instaurar o primeiro inquérito a Wiriamu, no qual veio a concluir-se que se tratava de um infeliz incidente em que teriam morrido umas 60 pessoas, entre terroristas e outros que o não seriam ou não eram", escreve.

"Durante sete meses, nada".

Mas os padres da Congregação de Burgos, actuante em Moçambique, não se deram por vencidos e, numa atitude "obcecada, irracional, doentia e amoral", convenceram "um outro padre, de nome Hastings", inglês, "a escrever um artigo falso e explosivo" no "The Times".

"Decidi a instauração do segundo inquérito".

As conclusões foram iguais, argumenta.

Todavia, em finais de Agosto de 1973, Marcelo Caetano manda arrancar novo inquérito que, "como era de esperar", congratula-se Kaulza de Arriaga, "confirma os resultados obtidos pelos dois anteriores".

Wiriamu foi, assim, na opinião deste antigo cabo de guerra, "um incidente infeliz mas corrente de guerra".

"E se alguém, especialmente um oficial das Forças Armadas, aparece, hoje, auto-confessando-se ter então cometido, permitido ou presenciado crimes, devesse ser imediatamente julgado e, se verdadeira a sua confissão, condenado e punido por esses crimes e pelo de os ter conseguido ocultar nos inquéritos", sugere.

Relativamente a um outro pomo da discórdia que tem oposto diferentes perspectivas sobre a guerra colonial, veio recentemente a terreiro o brigadeiro Pezarat Correia admitir o recurso ao "napalm" e aos "desfolhantes", no combate aos movimentos independentistas.

Uma vez mais, Kaulza não desarma, e contra-ataca: "Quanto aos desfolhantes, é um completo disparate, pelo menos em Moçambique e, que eu saiba, nas outras colónias".

E conclui, ineditamente: "Sobre o napalm, é um facto que o utilizámos, mas apenas porque os guerrilheiros se refugiavam no capim e era necessário afugentá-los. Só isso..."

lusa/fim

Entrevistas realizadas a um conjunto de militares envolvidos no 25 de Abril e que constam de uma obra do autor da tese

GARCIA DOS SANTOS O então tenente-coronel de Engenharia Amadeu Garcia dos Santos confessa que chegou tarde ao Movimento dos Capitães. No entanto, a sua acção à frente do plano de transmissões viria a revelar-se absolutamente decisiva para o desfecho da Revolução. Garcia dos Santos recorda as suas primeiras impressões do Movimento: **Entreí no 25 de Abril relativamente tarde, nos finais de 1973, princípios de 1974, mas já estava ligado ao Movimento dos Capitães. Entreí quando um amigo meu me convidou para isso. Éramos ambos professores na Academia e, naquele momento, o Movimento necessitava de pessoas de todas as armas. Eu era de Engenharia – de transmissões – e aderi. Na altura, discutia-se muito os ideais que estavam por detrás do Movimento. Eram discussões muito vivas, em que a base ideológica da Revolução era o assunto principal.**

Otelo Saraiva de Carvalho reivindica para si o convite feito a Garcia dos Santos, louvando-lhe as qualidades de carácter, inteligência e capacidade de trabalho. O estratega do 25 de Abril não poupa elogios à forma como o tenente-coronel

CONFISSÕES

desempenhou a sua função à frente das transmissões. Da parte de Garcia dos Santos, as primeiras impressões do que se passava no movimento foram algo dantescas. Nessas reuniões havia algumas pessoas que eram mais radicais na forma de pensar. Eram, supostamente, de extrema-esquerda. Sempre me considerei de esquerda – aliás, tinha motivos para isso. O meu pai era uma pessoa muito atenta à vida política da sua época e, lá em casa, durante a Segunda Guerra Mundial, havia o hábito de ouvir as rádios, como a BBC ou a Rádio Moscovo. Às escuras, lembro-me eu. Por isso já tinha a ideia de oposição dentro de mim. Mesmo assim, nas reuniões do Movimento, eu era o que se pode chamar um conservador. Havia gente que dizia que a Revolução ia ser um cenário sangrento, com bombardeamentos aéreos, confrontos... Isto antes do 16 de Março. Lembro-me de uma reunião, a 2 de Fevereiro de 1974, em que a descrição da Revolução era quase a de uma chacina. Nessa altura veio-me o estômago à boca e assustei-me. A minha visão era, nesse sentido e apenas nesse, muito mais conservadora. Apesar da má disposição confessa, Garcia dos Santos não parece ter dado parte fraca, a avaliar pela descrição das mesmas reuniões feita por Otelo Saraiva de Carvalho.

Otelo recorda também a emotividade de algumas reuniões, nomeadamente a de meados de Março de 1974, em que Casanova Ferreira insistia em começar a acção militar com “uma bomba de 250 quilos largada por um avião em cima da Assembleia Nacional”, mas descreve também a atitude de Garcia dos Santos, aparentemente imperturbável, que tomava notas para o “anexo de transmissões”.

O então tenente-coronel de Engenharia acabaria por ter acesso à Ordem de Operações realizada por Otelo Saraiva de

GARCIA DOS SANTOS

Carvalho apenas a 15 de Abril. A partir desse documento elaborou um anexo de transmissões de que foi distribuído, a partir de 23 de Abril, um exemplar a cada unidade. O facto de Garcia dos Santos ser também instrutor da Escola Prática de Transmissões, EPTm, permitiu-lhe conseguir autorização para a instalação de um cabo telefónico de 4 quilómetros entre a EPTm, em Sapadores, e o RE1, na Pontinha. A autorização, dada pelo Estado-Maior do Exército, chegou a 22 de Abril. Segundo Saraiva de Carvalho, “o sistema montado pela EPTm constituiu os olhos e os ouvidos do MFA em operações em 25 de Abril. Era como se nós, no posto de comando, estivéssemos comodamente instalados numa plateia às escuras, observando divertidos, e sem perder um único pormenor, a movimentação dos títeres que no palco, sob as luzes fortes da ribalta, não tendo qualquer possibilidade de nos enxergar, levavam a efeito, ainda sem o saberem, a última pantomina da sua longa carreira no cartaz”.

Garcia dos Santos recusa a ideia de que o 25 de Abril foi apenas um golpe militar: **O 25 de Abril foi sem dúvida um movimento militar, planeado por militares e concretizado por nós, mas não foi um simples golpe, porque as estruturas mudaram, as pessoas aderiram e estiveram ao lado dos militares e, sobretudo, dos ideais da Revolução. Por isso faz sentido dizer que foi uma revolução.**

Apesar de hoje ser fácil dizer que a população estava do lado da Revolução, houve ao longo do dia 25 diversas situações de crise que levaram os revoltosos a temer por um retrocesso no processo ou por um banho de sangue. Garcia dos Santos não esconde o medo que sentiu: **Temi várias vezes que a Revolução voltasse para trás. Com os tanques no Terreiro do Paço, ou quando houve notícia de que a GNR se**

CONFISSÕES

preparava para bombardear o Largo do Carmo... E, depois, com a fragata *F-473 Gago Coutinho* ao largo do Terreiro do Paço... nesse episódio as armas estiveram de facto apontadas, prontas a disparar. Houve, aliás, outra situação de melindre, quando os fuzileiros se preparavam para atravessar a ponte: tínhamos instruções para disparar se eles não viessem de boina a acenar. Tive medo e cheguei mesmo a pensar que a coisa podia correr mal. Mas nunca me passou pela cabeça, até àqueles momentos, que podia estar a arriscar a minha vida. Era uma coisa que estava longe. Depois, sim, mas naquela altura estávamos ali para levar aquilo até ao fim.

Depois de assegurar as transmissões, foi a assistir à Revolução que Garcia dos Santos passou o resto do dia. Passei o 25 de Abril ao lado da Revolução e de pessoas como Otelo. Depois o cenário foi-se modificando, vindo a resultar no 25 de Novembro. Antes, no Verão Quente, ao qual não aderi, separei-me do Otelo, vindo a participar no 25 de Novembro. Curiosamente, na mesma função que tinha tido no 25 de Abril – nas transmissões.

A separação de Otelo afirmou-se na participação de Garcia dos Santos no Grupo dos Nove. No 25 de Novembro estive do lado de Eanes e dos moderados, assegurando, dentro do grupo militar do golpe, o funcionamento das transmissões. E foi aí que nasceu entre os dois homens uma amizade que sofreu diversos golpes, mas que dura até hoje. Garcia dos Santos e Eanes já se conheciam: O general Eanes era do meu curso e conhecia-o desde 1953, mas nunca nos aproximámos. Foi na preparação do 25 de Novembro que, dada a proximidade que tivemos para a preparação do golpe, aprofundámos a nossa amizade. Em resultado da boa colaboração, Ramalho Eanes convida Garcia dos Santos a ajudá-lo

GARCIA DOS SANTOS

na sua corrida à Presidência da República. Ele chamou-me depois para tomar conta da campanha eleitoral. Encarreguei-me, em 1976, do controlo financeiro da campanha que havia de o eleger para Presidente da República. Após ter sido secretário de Estado das Obras Públicas, aceitei então o cargo que o general Eanes me propôs. Mas eu estava à esquerda do general Ramalho Eanes. O cargo foi o de chefe da Casa Militar de Belém. E foi nessa qualidade que Garcia dos Santos teve acesso privilegiado ao despontar do sonho político de Ramalho Eanes. Lembro-me de longos passeios nos jardins do Palácio de Belém, em que o então Presidente da República me falava da necessidade de um novo partido. Isto foi em 1978 ou 1979. Eu sempre recusei fazer parte de tal empreendimento político, até porque sinto que não sou um político. Não sei fazer política. Resisti aos convites de Ramalho Eanes e disse-lhe sempre que não. Era mesmo da opinião de que ele não se devia meter numa coisa daquelas. As minhas piores previsões acabaram por se confirmar, mais tarde. Mas, já nessa altura, existia a ideia e estavam mobilizadas as pessoas que construiriam o Partido Renovador Democrático – PRD. Mais: quando foi a criação do PRD, cheguei a dizer ao general Eanes que ele se tinha deixado levar pelo entusiasmo dos que estavam à sua volta.

O próprio Garcia dos Santos chegou a ser tentado para o mais alto cargo da Nação. Numa revelação nunca antes tornada pública, afiança que foi o próprio Ramalho Eanes que o convidou a candidatar-se e assegura ter recebido incentivos de todos os quadrantes partidários. Em 1985, quando o general Ramalho Eanes abandonou a Presidência, fui convidado para me candidatar a Belém. Fui contactado por várias pessoas, da área da esquerda, da área do Presidente Eanes...

CONFISSÕES

O general Ramalho Eanes telefonou-me diversas vezes a insistir que eu fosse, que ia ganhar... Estou convencido, hoje, que podia ter ganho as eleições. Tinha fortes apoios. O Dr. Álvaro Cunhal também tentou convencer-me a concorrer. A engenheira Lourdes Pintasilgo fez saber que, se eu me candidatasse, ela desistiria. E era, em suma, o candidato do general Eanes. E, convém lembrar, Mário Soares teve apenas 8% na primeira volta.... Garcia dos Santos diz hoje que não se arrepende de se ter negado a dar esse passo.

A amizade e proximidade a Eanes já o indiciavam como inimigo natural de Mário Soares, mas o general tem também motivos pessoais que o fazem pensar o pior do homem que sucedeu a Eanes em Belém. E di-lo sem hesitações: Mário Soares é um homem que está a rir-se para fora e a odiar para dentro. Não o reconheço como democrata... é um ditador em potência. Ainda fresca na memória do general está a forma como Soares o demitiu do cargo que ocupou depois de ser chefe da Casa Militar de Eanes: Quando abandonei Belém fui para chefe do Estado-Maior do Exército. Até ao momento em que Mário Soares propôs ao general Ramalho Eanes a minha destituição. Quando isto aconteceu tinha saído a lei de defesa nacional e, extinto o Conselho da Revolução, o poder sobre os militares passava para o Governo. Para demonstrar o seu poder sobre as Forças Armadas – e sabendo-me próximo de um inimigo figadal seu, o general Eanes –, o Dr. Mário Soares propôs a minha destituição. Foi uma forma de dizer publicamente “quem manda aqui sou eu”. O estratagema do Dr. Mário Soares foi o de não me confirmar no cargo de CEME, conforme preconizava a lei de defesa nacional. A informação desta decisão foi-me dada, primeiro, a título pessoal, pelo então ministro da Defesa

GARCIA DOS SANTOS

Nacional, Dr. Mota Pinto. Eu tinha estado com ele na Exposição do Exército, na FIL. Ao chegar ao meu gabinete havia uma mensagem do Dr. Mota Pinto para ir de imediato vê-lo. Foi então que me informou que o Governo ia propor a minha exoneração ao Presidente da República. Três ou quatro dias depois, lembro-me perfeitamente, o Dr. Mário Soares, com o Prof. Mota Pinto ao lado, disse-me que eu estava destituído. Eu perguntei-lhe: porquê? A resposta espelha o que ele é. Disse-me: “Isto é uma decisão política, e as decisões políticas não se explicam.” Com esta frase, Mário Soares ganhou um inimigo figadal. Mas a aparente impotência de Eanes também revoltou Garcia dos Santos. Na época, senti-me traído por Ramalho Eanes, mas eu sabia que esta guerra estava perdida para ele, uma vez que o Dr. Mário Soares podia invocar que o Presidente se estava a meter em assuntos governamentais e, com isso, fazer cair o Governo. Então, lá tinha o general Ramalho Eanes de ir a correr buscar um governo de iniciativa presidencial ou avançar para eleições... A partir daí, Garcia dos Santos fez a travessia do deserto em termos de carreira militar: Quando saí, fi-lo sem ter garantida a minha colocação. O que fez com que estivesse catorze anos afastado das estruturas militares.

A inimizade com Mário Soares prolongou-se no tempo. Hoje, sinto que o Dr. Mário Soares está a ir longe de mais, ao reescrever a História para que apareça como o grande herói do 25 de Abril e o grande obreiro da liberdade. Isto é feito por ele e pela rede que montou: a Fundação, os amigos, os locais onde tem influência. Mas, reconheço, é um animal político. O que o não impede de votar PS: Não deixo por isso de estar próximo do Partido Socialista. Aliás, é o partido em que costumo votar.

CONFISSÕES

A simpatia socialista não o faz hostil à alternância. Garcia dos Santos também não parece malvisto nem por socialistas nem por sociais-democratas, até porque ambas as forças lhe têm dado cargos de responsabilidade quando são Governo. Cavaco Silva convidou-o para presidir ao Conselho Nacional de Telecomunicações, cuja tomada de posse não chegou a concretizar-se porque Cavaco Silva, às questões que Garcia dos Santos lhe pôs para aceitar, respondeu que o convidara sem condições e por isso não aceitava que lhas pusesse. De facto, o general, entre outras, exigiu a presença do primeiro-ministro no acto da sua posse. Apesar disso, considera-o algo autoritário: Quanto aos anos de maioria Cavaco Silva, acho que não havia muitas soluções e era necessário existir uma figura de autoridade. Os Portugueses têm a necessidade do “paizinho” que os dirija, que cuide deles. Acredito que existe um perigo nesta ideia. E estou preocupado com o futuro político do País. O autoritarismo, para se instalar, basta deparar-se com uma sociedade vazia. E politicamente esse vazio existe hoje em Portugal. A prova disso é, para o general, o escândalo por si próprio desencadeado quando denunciou a existência de corrupção e de desvio de verbas para financiamento partidário envolvendo o organismo que chegou a dirigir, a Junta Autónoma de Estradas – JAE: Veja-se o que se passa, por exemplo, no caso da JAE. O ministro não sabe às quantas anda. Toma hoje uma decisão e amanhã outra. Devemos tentar entender o que está por detrás disto tudo. Quais são os *lobbies* e as máquinas que existem e que orientam a sociedade.

Mas a sua opinião sobre João Cravinho não significa que considera mais outros políticos. Quando diz que não é político, Garcia dos Santos fá-lo como se falasse de uma fraqueza.

GARCIA DOS SANTOS

Há um problema exclusivo da classe política que é o futuro da classe. Hoje, para se ser político basta entrar num partido e fazer carreira. Vinte e cinco anos depois do 25 de Abril temos deputados que nem sequer se lembram da revolução. E há mais: começam a legislar sem ter sequer experiência da vida prática... É óbvio que estou muito preocupado com o futuro do País.

Apesar de tudo, Garcia dos Santos considera que se cumpriu Abril. Havia três *dd* no programa do MFA. A descolonização, a democratização e o desenvolvimento. A descolonização foi a que foi. Não faz sentido pensar se foi boa ou má. Basta olhar para África hoje. Aceito e concordo que poderia ter sido feita mais cedo, nos anos 60. A nossa descolonização foi a que conseguiu ser. Nem boa nem má. Democratização: não tenho dúvidas que hoje o País tem uma cultura democrática importante. É, no entanto, necessário que os Portugueses interiorizem essa cultura e essa postura. Senão, corre-se o risco do autoritarismo. O problema é o desenvolvimento. É preciso pensar no que se está a fazer. E não sou só eu quem o diz, são pessoas da esquerda à direita. Todos os que dedicam tempo ao assunto já entenderam que não há um rumo para o País: se vamos prestar serviços, se vamos plantar batatas... E isto é muito importante, num momento em que as condicionantes exteriores são cada vez mais fortes e não há maneira de fugir delas. Há que pensar Portugal.

RAMALHO EANES Homem de perfil austero, foi o primeiro Presidente da República eleito no pós-Revolução e também o último militar na presidência da nova República. Os dois mandatos que cumpriu abrangeram anos de consolidação da democracia – ele que foi o herói do último contragolpe militar da fase revolucionária. A sua carreira política ficou marcada pela criação de um fenómeno partidário singular – o PRD –, cuja liderança assumiu numa fase em que a base de apoio eleitoral do partido já se esboçava. Após essa intervenção partidária falhada, afastou-se da política e remeteu-se a um silêncio apenas ensombrado por um indício de que voltaria a ser candidato às presidenciais de 1996, que não se chegou a concretizar, e por um surgimento em campanha no segundo referendo da nova democracia, quando apareceu publicamente a defender uma regionalização que o plebiscito viria a derrotar. Eleito em 1976 com o apoio de um largo espectro partidário, acabou os anos de presidência com inimigos à esquerda e à direita. Apesar de nesta entrevista se mostrar inimigo da conflitualidade e defender mesmo que foram as conflitualidades que

CONFISSÕES

atrasaram a consolidação da democracia em Portugal, dos seus anos de presidência fica na memória colectiva o conflito com Mário Soares, então primeiro-ministro, e um conjunto de tomadas de atitude reveladoras de alguma inabilidade política. A imagem que dá, apesar disso, é a de um homem sério, que nunca pôs os seus interesses pessoais à frente dos do País.

O conflito entre António de Spínola, presidente imediato da Junta de Salvação Nacional sob proposta de Costa Gomes, e o Movimento das Forças Armadas é, para Ramalho Eanes, a maior linha de força do pós-25 de Abril. Um conflito nunca sanado, que pontua os principais acontecimentos e decisões políticas dos anos de 1974 e 1975. Senão, veja-se: A primeira reunião de António de Spínola com o MFA tem lugar logo no dia 25 à noite e o programa do MFA, que tinha sido concertado entre ambos, volta a ser discutido. Spínola exigia duas modificações ao programa: uma tinha a ver com a descolonização – retirar do programa o direito dos povos ultramarinos à autodeterminação e independência – e a segunda, que tinha a ver com a parte económica, estabelecia que o Governo deveria adoptar uma estratégia económica antimonopolista. Na opinião de Ramalho Eanes, apenas interessava a Spínola a primeira alteração. Assim, é retirado do programa do MFA o direito dos povos à autodeterminação e passa a constar do programa o objectivo de “lançar os fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”. Spínola consegue ainda colocar homens da sua confiança no comando das regiões militares. É a primeira batalha de uma longa guerra que começou por dividir os militares, mas que acabaria por definir em torno das duas for-

RAMALHO EANES

ças – MFA e Spínola – as linhas da direita e da esquerda em Portugal.

Os dois principais agentes políticos, MFA e Spínola, não fizeram aquilo que seria razoável, ou seja, procurar uma estratégia de negociação e de compromisso. O País exigia estabilidade e uma estratégia concertada de mobilização da sociedade civil, o que só é possível com um grande esclarecimento. E isto era tanto mais necessário quanto é certo que o País se encontrava dividido entre duas facções: de um lado um Portugal tradicional, mais agarrado a valores, sentindo as marcas mais profundas da sua unidade e da sua continuidade espirituais, com uma personalidade mais enraizada – do outro lado um Portugal mais progressista, com unidade e continuidade espirituais mais influenciadas pelo exterior, que era a juventude universitária, a pequena burguesia urbana, sobretudo no Porto, e ainda aquilo a que se pode chamar a aristocracia operária. Em vez de se fazer com que esta sociedade civil, vivida e imobilizada, fosse reanimada e fosse um interlocutor racional, consciente e exigente, de um processo de consolidação, Spínola e o MFA encetam duas estratégias diferentes e conflitantes.

A tensão crescente entre os dois protagonistas do pós-Revolução passa despercebida à população, que no 1.º de Maio enche as ruas em apoio ao Movimento das Forças Armadas. A Junta de Salvação Nacional, composta por, além de Spínola, Costa Gomes, Jaime Silvério Marques, Pinheiro de Azevedo, Rosa Coutinho, Galvão de Melo e Diogo Neto, elege Spínola Presidente da República e este chama Adelino da Palma Carlos, um conservador que não faz questão da independência das colónias, para primeiro-ministro. O I Governo Provisório

CONFISSÕES

conta ainda com Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros, Raúl Rêgo como ministro da Comunicação Social e Francisco Sá Carneiro e Álvaro Cunhal como ministros sem pasta. Uma conjugação singular. O primeiro dia do novo Governo coincide com o início de uma greve na Lisnave e com uma generalização crescente de conflitos. E, para Ramalho Eanes, a população civil foi esquecida. Chegámos à situação caricata de, quando foi legislado o referendo, dizer-se que apenas podia ser apresentado pelo Parlamento ou pelo Governo porque a população não estava preparada. O mesmo argumento que o regime anterior utilizava para defender que a população não estava preparada para a democracia.

À distância de vinte e cinco anos, Ramalho Eanes percebe nas atitudes dos dois adversários uma estratégia de matar ou morrer, em que o objectivo federalista de Spínola se torna o motor da sua atitude. O conflito entre Spínola e o MFA desenha-se ininterruptamente desde o 25 de Abril até ao 28 de Setembro. Não conseguem entender-se, não conseguem negociar, não conseguem um compromisso. Spínola, porque tinha uma estratégia de conflito, faz aquilo que fará qualquer político ou qualquer militar: inventaria o inimigo, ajuíza da sua força, caracteriza as suas vulnerabilidades e procura atacá-lo. O que é que faz o inimigo? Olha para Spínola, vê quais são as suas fragilidades e as suas possibilidades de defesa para o atacar. Passámos meses e meses neste ataque, em que se mobilizam unidades, em que se fazem alianças com partidos políticos, em que se faz uma luta política que não tem nada a ver com a realidade política do País, com os interesses do País, com o sentir da população. Mas não os

condeno! Olho para os dois e percebo muito bem! Spínola é um militar, embora com uma certa carreira política, é um homem de missão. Enquanto Presidente, ele entende que tem uma missão, tem um projecto que é federalizar, dar ao império uma nova fisionomia política e fazer a democracia num País muito dividido, muito perturbado, com um instrumento de força que é o instrumento militar. E vai por diante. Até que o chamado “golpe Palma Carlos” vem separar as águas.

Palma Carlos, um homem inteligente e um democrata responsável, chega à conclusão de que assim não era possível governar. Entende que é necessário definir quem tem o Poder. E procura que haja eleições para a Presidência da República, que sejam adiadas as eleições para a Constituinte e que o primeiro-ministro tenha mais poderes. No meio desta estratégia de conflito, isto é de uma racionalidade política indiscutível. É necessário saber-se quem é efectivamente responsável e não há possibilidade de haver uma participação política num Governo, ajustada à liderança e aos objectivos do primeiro-ministro, havendo eleições a decorrer. Além do mais, numa altura em que os partidos ainda não foram submetidos à prova eleitoral, não sabem qual é a sua força. Numa reunião de oficiais na Manutenção Militar, Spínola não consegue apoio para prosseguir o seu projecto federalista e, depois de considerar demitir-se, muda de estratégia e parte pelo País numa tentativa de criar uma vaga de fundo, que não chega a conseguir. As teses que Palma Carlos posteriormente defende, acordadas com Spínola, pretendem acima de tudo cimentar o poder do Presidente e do Governo e criar uma zona de calma institucional.

CONFISSÕES

Na sequência da derrota pelo Conselho de Estado das propostas de Palma Carlos, este demite-se do Governo, no que é acompanhado por Sá Carneiro, Firmino Miguel, Magalhães Mota e Vieira de Almeida. E a 18 de Julho de 1975 toma posse como primeiro-ministro o coronel Vasco Gonçalves, que leva para o Governo, entre outros, Melo Antunes. Ramalho Eanes recorda os meandros que levaram à indigitação de Vasco Gonçalves: O conflito entre Spínola e o MFA continuou depois da queda de Palma Carlos. Forma-se então o II Governo e Spínola apresenta nomes para primeiro-ministro. O MFA recusa a nomeação de Firmino Miguel. No edifício da Fontes Pereira de Melo, o MFA apresentou o nome de Melo Antunes. Spínola recusa porque entende que é um perigosíssimo comunista, dado que foi ele que redigiu a primeira versão do programa do MFA. Depois aparece o Vasco Gonçalves, que creio que é uma proposta do MFA feita através do marechal Costa Gomes. E aparece o II Governo Constitucional. Spínola fica numa situação de alguma delicadeza política, porque perde no confronto com o MFA. E ele acaba por ter um primeiro-ministro que não era da sua confiança. Aí a Junta de Salvação Nacional fragilizou-se e começou a haver um certo afastamento, sobretudo devido à posição de Costa Gomes. A nomeação de Vasco Gonçalves, uma vitória do MFA sobre Spínola, marca o acentuar das posições da Comissão Coordenadora do Movimento dentro do Conselho de Estado e da Junta. Nessa sequência, o Conselho de Estado aprova uma lei constitucional que aceita a “independência dos territórios ultramarinos”. Mas Spínola não desiste ainda e aposta em Angola para uma solução diferente para o processo.

RAMALHO EANES

Com uma posição moderada sobre a descolonização, Eanes compreende a luta que Spínola então trava: Aceitou-se a independência da Guiné-Bissau, Moçambique está negociado em Dar-es-Salam e em Lusaca com a FRELIMO... Spínola vai aparentemente perdendo. Mas existe ainda Angola por descolonizar e Angola é um problema complicado: tem uma burguesia forte, que não é apenas branca, ao contrário daquilo que muitos disseram – é uma burguesia mestiça. Por outro lado, há um número muito grande de elementos que participaram nas Forças Armadas Portuguesas, nomeadamente colonos, que estavam comprometidos connosco. Spínola entende que uma descolonização feita sob o modelo moçambicano ou guineense poderia ser um grande problema. E apesar de a Guiné e Moçambique praticamente terem assegurada a sua independência, aliás sancionada pelo próprio Spínola, este pensa, ainda, em Angola.

Spínola entende que o modelo de entrega ao partido armado pode ser impedido e que se pode encontrar outra solução. E vai empenhar-se nisso. Tenta mobilizar as unidades, tenta alianças políticas, vai mobilizar a sociedade civil. Em Agosto, visita as principais unidades de força: pára-quedistas, comandos, Escola Prática de Infantaria, unidades do centro. Procura estimular o apoio dos partidos, do PS para a direita, e procura mobilizar a sociedade civil pedindo que o País se pronuncie, afirmando que é necessário que o País fale. Logo a 18 de Julho, na tomada de posse do governo de Vasco Gonçalves, Spínola refere-se pela primeira vez à existência de uma “maioria silenciosa”. Com o apelo de Spínola a uma vaga de fundo na sociedade portuguesa que travasse o processo de independência

CONFISSÕES

de Angola, a expressão viria a ganhar um sentido então insuspeito.

Com a fundação, em Julho, do Centro Democrático Social, por Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa, o espectro partidário português fica completo. Os conservadores vêem no apelo de Spínola a oportunidade de ganharem voz activa. Ramalho Eanes não tem dúvidas: Se Spínola ganhar esse sector vai eventualmente criar um estatuto e posição políticos que não tinha até aí. O MFA, de uma maneira arbitrária, estabeleceu que só tinham estatuto e legitimidade política o PCP, o MDP/CDE, o PS, o PPD e o PPM. Portanto, agarrou nestes partidos e colocou-os no Governo. E permitiu-lhes que, através da sua posição no Governo, conquistassem lugares extremamente importantes em toda a Administração, lugares que depois lhes permitiram fazer a lei dos partidos, a lei eleitoral e a lei de imprensa. Conferiram-lhes um poder enorme, que eles aproveitaram muito bem para se impor, para conquistar posições e para ganhar peso eleitoral. As pessoas de direita entendiam que, se Spínola ganhasse, teriam a possibilidade de recuperar um pouco desta situação, na medida em que estavam francamente prejudicadas pela arbitrariedade do poder do MFA. Não havia qualquer capacidade democrática de saber qual o peso relativo dos diferentes partidos e das diferentes formações, portanto a presença dos partidos que eles escolhiam no Governo era puramente arbitrária. Quando a maioria silenciosa procura expressar publicamente a sua voz e a sua força, os partidos que aparecem são os partidos de direita, o CDS adere, mas o PPD fica hesitante e o PS também. Dá-se então o 28 de Setembro e Spínola perde em toda a linha.

RAMALHO EANES

Nesse dia, uma manifestação da autodenominada Maioria Silenciosa de apoio a Spínola é proibida pelo MFA. Desde a véspera que nos acessos a Lisboa o PCP incita à formação de barricadas populares. É particularmente importante nesta data a actuação de Otelo Saraiva de Carvalho, que meses antes fora designado para chefiar o Comando Operacional de Lisboa – COPCON. Ele lidera uma operação que leva à prisão de dezenas de pessoas, sobretudo organizadores da Maioria Silenciosa, entre as quais Kaúlza de Arriaga. Dois dias depois, Spínola renuncia.

A renúncia de Spínola é feita numa comunicação ao País através da televisão, na qual o Presidente demissionário considera derrotado o programa do 25 de Abril e o modelo de descolonização que defendia. Costa Gomes avança para a presidência e simultaneamente são afastados da Junta de Salvação Nacional Diogo Neto, Jaime Silvério Marques e Galvão de Melo. Vasco Gonçalves toma posse à frente do III Governo Provisório e o MFA reforça a sua influência no aparelho de Estado. Até que a informação de que haveria uma lista de 500 pessoas de direita, civis e militares, que seriam assassinados – uma informação que passou para a História como “a matança da Páscoa” – desencadeia uma tentativa de golpe.

Eanes ainda hoje não compreende o erro de Spínola: **Spínola era um grande militar e um estratega nato. Um grande militar é um homem que sabe dirigir organizações e homens e isso só é possível quando existe uma unidade real de propósitos e quando todos os elementos comungam desse propósito. Entre quem dirige e quem executa tem que haver um sistema de vasos comunicantes. No entanto, embora tenha tentado mobilizar a sociedade civil**

CONFISSÕES

com visitas e com discursos, Spínola não fez uma coisa que era importante: não desintimidou a parte tradicional da sociedade civil portuguesa. No 11 de Março houve uma precipitação que eu ainda hoje não percebo. Não entendo por que é que Spínola, que era um homem que sempre fez tudo a partir de planos sujeitos a uma larga discussão, embarcou para Tancos confiante de que as coisas iam correr bem. Hoje, ainda não percebo... Ainda hoje tenho dúvidas sobre os grupos, formações políticas e partidos políticos que estiveram por trás de tudo isso. Tenho muitas dúvidas... Spínola, o grupo liderado por Kaúlza de Arriaga e o movimento de extrema-direita ELP tentam desencadear uma operação militar que se frustra rapidamente. Mas Eanes ainda hoje tem dúvidas sobre as reais forças que levaram ao desencadear do 11 de Março e à fuga de Spínola para Espanha.

Diz-se que o 11 de Março foi estimulado pelo PCP. Eu julgo que foi apressado, mas admito que houvesse qualquer outra coisa em preparação. São conhecidos os militares envolvidos, mas eu questiono se não haverá políticos também envolvidos nessa preparação que não conhecemos.

A questão colonial deixara já de ser o motor dos acontecimentos políticos em Portugal. E é na política interna, sobretudo na crescente hegemonia do Partido Comunista, que Eanes encontra pistas para a resposta à dúvida: afinal, a quem interessava o 11 de Março? Depois do 28 de Setembro a descolonização deixa de ser um problema para quem detinha o Poder. A descolonização fica definida. A partir daí, os agentes políticos voltam-se para a situação interna: importa definir o modelo político para a sociedade por-

RAMALHO EANES

tuguesa. De imediato começam a perfilar-se duas tendências dominantes – uma que pretendia um socialismo moderado, democrático, outra que pretendia um socialismo real. Dito de outra maneira, o PCP e os outros. É evidente que apareceu também uma extrema-esquerda, que defendia um socialismo pré-marxista, um socialismo utópico. Os comunistas tinham um peso grande na área militar. Eram relativamente numerosos, homens considerados competentes, com prestígio. Nas unidades que até aí tinham estado mais ou menos paradas as novas questões políticas começam a ser debatidas com alguma frequência e conhecimento. Certos órgãos políticos resolveram aproveitar esta situação. Gente possivelmente ligada ao general Spínola entende que é necessário rever esta situação para modificar um pouco a correlação de forças existentes na área militar e na área política. E alguns entenderam que era possível aproveitar esta dinâmica de movimento, sobretudo dos referidos militares e seus aliados, para os fazer cair politicamente. E eu julgo que foi isso que aconteceu.

O certo é que com a derrota de Spínola os comunistas ficam com o campo livre e cabe a outras sectores da sociedade portuguesa o papel de oposição. Gera-se então, na opinião de Ramalho Eanes, um novo conflito institucional da fase pós-Revolução. Com o 11 de Março, Spínola afasta-se e Vasco Gonçalves e o grupo que liderava tiveram oportunidade de fazer um saneamento grande. Tentaram ficar com umas Forças Armadas residuais, que pudessem ser afectas ou manipuladas para o desenvolvimento do seu projecto político. Torna-se então clara a aliança do PCP com estes sectores do MFA. Essa aliança criou realmente

CONFISSÕES

uma ameaça ao grupo dito dos moderados e aos homens que entendiam que se impunha o socialismo do diálogo. Nesta fase, o Conselho da Revolução consolida-se como uma espécie de organismo de cúpula do Governo. Têm início as primeiras ocupações de herdades no Alentejo, de pequenas unidades de produção industrial, de casas, etc. Os saneamentos atingem o seu auge. As nacionalizações avançam com toda a força e o poder popular toma uma forma selvagem. Até que a via revolucionária que os líderes governativos acreditavam ter sido encetada desmoraliza perante os resultados das primeiras eleições livres do novo regime.

Ramalho Eanes recorda o início do ano de 1975: Há um conjunto de acções que reduzem ainda mais a capacidade de intervenção da sociedade civil no poder político. As nacionalizações acabaram por reduzir a presença, poder e capacidade de intervenção das elites económicas. São afastados muitos quadros e são perseguidos outros... Enfim, actua-se sobre uma elite extremamente importante, porque atravessa a área económica, cultural e política. Começaram as acções de dinamização, que visavam politizar o povo, mas esqueceram-se que essa politização tinha que ter um determinado modelo, não podia atropelar a personalidade de um povo. A própria população voltou-se contra o MFA e contra os militares, se bem que também tivesse sido fortemente estimulada por determinados movimentos e também pela Igreja Católica. Nesta luta, as posições extremaram-se. Recordo-me do PRP/BR ter dito no Verão Quente que havia condições objectivas para o sucesso de uma sublevação política armada. Os próprios militares – como Faria Paulino, Campos Andrada, que comandava a

RAMALHO EANES

Polícia Militar, e Mário Tomé – faziam declarações nesse sentido. O Mário Tomé disse mesmo a uma revista francesa qualquer coisa como isto: “temos muita pena, mas caminhamos inevitavelmente para uma ditadura. Mas afinal o que é uma ditadura? Uma ditadura do proletariado é a assumpção do Poder pelos mais fracos, é a democracia dos mais fracos”, como se a democracia admitisse isso! Criou-se uma situação de grande tensão com o PCP, um pouco com a extrema-esquerda a conquistar bases na aristocracia operária e com a extrema-direita a atacar sedes, escritórios, etc. A 25 de Abril de 1975, no entanto, os resultados eleitorais são mais moderados do que o poder político seria levado a crer: o Partido Socialista vence as eleições com 38% dos votos, segue-se o PPD com 26,4%, o PCP recebe 12,5%, o CDS ganha 7,6%, o MDP/ CDE tem 4% e a UDP consegue 0,7%. A nova legitimidade dos partidos coloca problemas ao MFA. A conflitualidade pulveriza-se e desenham-se divisões e alianças novas entre facções de militares e grupos políticos. A radicalização do gonçalvismo começa a ser considerada uma ameaça às liberdades pelos sectores moderados. PS e PPD abandonam o Governo e exigem a saída de Vasco Gonçalves.

O sector mais moderado do MFA resolve também tomar posição a favor da democracia representativa e do papel suprapartidário dos militares. É o chamado “Documento dos Nove”, em referência aos nove conselheiros da Revolução que o elaboram. A posição de Otelo Saraiva de Carvalho, que durante o gonçalvismo ganhara um poder considerável à frente do COPCON, é recordada por Ramalho Eanes: O Documento dos Nove, cuja proibição de divulgação é atribuída a Costa Gomes, recebe um forte apoio dos militares. Não apenas

CONFISSÕES

dos que perfilhavam daquele ideal socializante, mas de todos os militares que entendiam que a democracia devia ser uma democracia unida, de militares, de direita, etc. É conhecida a história que rodeia o documento, com a demissão efectiva dos conselheiros pela suspensão, com a oposição de Otelo a essa suspensão, etc. Otelo opôs-se à suspensão e, aliás, logo no dia seguinte confirmava quer Pezarat Correia quer Franco Charais no comando das Regiões Militares, respectivamente na Região Militar Sul e Centro. Ao afastar os conselheiros da Revolução que tinham criado o facto político constituído pelo Grupo dos Nove, Vasco Gonçalves pretendia apoderar-se o mais possível da área militar e nesse projecto estava, julgo eu, a ocupação destas duas regiões militares.

Entre os militares suspensos do Conselho da Revolução encontravam-se ainda, além dos referidos, Vítor Alves, Melo Antunes, Costa Neves, Canto e Castro, Vítor Crespo, Vasco Lourenço e Sousa e Castro. No entanto, o documento ganha uma adesão enorme entre os oficiais do Exército. E começa a luta para captar o apoio decisivo de Otelo Saraiva de Carvalho. Desde que o documento aparece eu creio que o grande objectivo, quer dos moderados quer de Vasco Gonçalves, era conseguir a aliança com Otelo, extremamente importante na medida em que ele tinha um cariz indiscutível, fez o 25 de Abril e comandava uma força militar importante. Os meses seguintes foram dedicados à conquista do apoio de Otelo. Quem acaba por conseguir esse apoio são os moderados e Otelo e os moderados fazem pressão sobre Costa Gomes e levam à queda do Governo e à constituição de um outro Governo – o V Governo –, que à partida não tem condições para funcionar. É o governo

RAMALHO EANES

de Pinheiro de Azevedo, que toma posse a 19 de Setembro e integra militares, independentes e elementos do PS, PPD e PCP.

Para Ramalho Eanes, este Governo, que abrange um amplo espectro político, começou o seu mandato com grande optimismo. Há a ilusão de que estão criadas as condições para pôr o País a funcionar e arrancá-lo da crise. Pinheiro de Azevedo tinha estabelecido como condição fundamental ter o apoio das Forças Armadas. São lançadas algumas medidas consideradas atentatórias das massas populares e isso faz com que Otelo, com aquele direito especial que tinha, acabasse por dizer que passaria à oposição se o Governo continuasse a adoptar certas medidas. Perante a posição de Otelo e perante a indispensabilidade de uma força militar que pudesse funcionar é criado o Agrupamento Misto de Intervenção – AMI, seguindo uma vez mais um modelo que não é aceitável. Se uma organização não funciona, ou se reestrutura ou acaba. Mas, se se cria uma organização ao lado com as mesmas actividades, as mesmas funções, com os mesmos poderes, é evidente que dificilmente essas organizações poderão funcionar. Não se mete na cabeça de ninguém, julgo que em nenhuma parte do mundo, que se mande calar uma rádio qualquer, às tantas da noite, com uma força militar de comando desconhecido. É impensável, mas nesta Revolução houve muitas coisas impensáveis, como, por exemplo, a greve dos ministros e as tentativas de acção judicial dos intelectuais do PCP contra o facto de os ministros estarem em greve... isto era realmente um Estado extremamente original. Para funcionar, o Governo pretendia ter força e o PCP encarregou-se de demonstrar que este Governo não tinha força.

CONFISSÕES

O Governo foi sequestrado, ocorreu a ocupação da Embaixada de Espanha, em que a polícia presente no local foi chamada a actuar e não respondeu, ou seja, quem mandava na rua era efectivamente o PCP. Os moderados e o seu grupo militar entenderam que era necessário acelerar a votação porque o conflito era inevitável e se houvesse um conflito militar arriscavam-se a que o Poder fosse tomado pela força, dado que o PCP detinha todas as unidades de Lisboa. Houve um incidente com os Comandos, a posição de Otelo foi apoiar o poder popular e isso levou a que o próprio PCP resolvesse aproveitar a situação, convencido que poderia, ou apoderar-se do Poder, ou recuperar posições no Governo e recuperar apoios na área militar. Pouco depois da tomada de posse do VI Governo Provisório, o ambiente interno atingiu o paroxismo, com boatos a circularem constantemente que davam conta de preparativos de golpes de Estado. A 7 de Setembro, um novo organismo militar, o AMI – criado para aliviar o peso do COPCON –, destrói à bomba os emissores da Rádio Renascença, na sequência da ocupação desta por grupos de extrema-esquerda. No dia 11, uma manifestação de operários da construção civil mantém o Parlamento e o Governo em prisão forçada dentro de um Palácio de S. Bento cercado. O Conselho da Revolução nomeia Vasco Lourenço para substituir Otelo Saraiva de Carvalho à frente da Região Militar de Lisboa e este assume de imediato uma atitude disciplinadora. Algumas unidades do COPCON e um grupo de sargentos pára-quedistas vindo do AMI lançam na manhã de 25 de Novembro uma operação de ocupação das bases aéreas do País e da 1.^a Região Aérea de Monsanto, exigindo que rolem cabeças nas chefias militares. Otelo Saraiva

RAMALHO EANES

de Carvalho hesita e acaba por desistir de qualquer acção. Nessa altura, Ramalho Eanes desempenhava já um papel importante na estrutura do Poder. De facto, na sequência dos acontecimentos que levaram ao Documento dos Nove, criara-se uma estrutura militar que tinha por objectivo enfrentar qualquer tentativa de *putsch* e na qual o então tenente-coronel Eanes tinha um papel de relevo.

Ramalho Eanes, que no 25 de Novembro protagonizou a contenção militar do golpe, afirma que nunca teve dúvidas sobre a posição de Otelo Saraiva de Carvalho: No 25 de Novembro todas as coisas se aceleram extraordinariamente. A questão dos pára-quedistas não era temporalmente controlável e ocorre imediatamente após a ocupação da Rádio Renascença. O chefe do Estado-Maior e Vasco Lourenço tentam acalmá-los e vão a Tancos, mas são mal recebidos. Perante essa situação, os oficiais abandonam a base e, a partir daí, as coisas acontecem um pouco em cascata. O chefe do Estado-Maior é obrigado a tomar posições, os pára-quedistas ligam-se ao COPCON e aos fuzileiros, com o PCP e a extrema-esquerda, e um plano que estava em elaboração tem de ser acelerado. O PCP, que inicialmente se tinha empenhado pouco, faria depois a exploração do sucesso e dispunha dos meios e da confiança de militares para o fazer. Se as coisas não resultassem, o PCP recuaria e deixaria a extrema-esquerda isolada, pronta a pagar a conta. Para que toda aquela operação fosse bem sucedida era indispensável que houvesse um comando forte, determinado, e até capaz de fazer uma coisa que Otelo não era capaz de fazer, que era utilizar as forças militares com toda a determinação, custasse o que custasse. Eu acho que Otelo tem um coração demasiado largo, demasiado

CONFISSÕES

grande para se empenhar numa coisa dessas... A nomeação de Vasco Lourenço para comandante da Região Militar é extremamente importante. Se o Vasco Lourenço fosse nomeado, poderia substituir o AMI como instrumento de força do Governo e, ao mesmo tempo, reduzir a capacidade de intervenção de Otelo e, portanto, a sua força política de ataque. Tudo estava resolvido, Otelo e o Conselho acabaram por aceitar a nomeação de Vasco Lourenço, quando acontece o 25 de Novembro.

Apesar de ter estado a liderar o campo oposto, Ramalho Eanes não esconde a sua admiração pelas opções estratégicas dos homens que lideraram o golpe: Os pára-quedistas desencadearam uma acção militarmente impecável. Ocuparam todas as bases militares, excepção feita a Cortegaça. Eu entendi que Cortegaça não fosse tomada porque, quando se exerce uma acção contra moderados, é indispensável que alguma coisa possa despertar a ira das populações urbanas, sobretudo lisboetas. E nada mais fácil do que uma acção de bombardeamento sobre Lisboa, sem importância mas com consequências psicológicas importantes. Se nos apoderássemos de alguns aviões seríamos tentados a utilizá-los contra determinados alvos. Eles teriam tido o cuidado de rodear esses alvos de população e, havendo baixas na população, apontava-se de imediato à ferocidade do fascismo dos indivíduos que utilizavam armas contra a população. Não nos surpreendeu quando Cortegaça não foi tomada, era uma das coisas que eu esperava.

Entre os episódios que marcaram o dia 25, Eanes destaca a actuação de Jaime Neves: Nós resolvemos aproveitar a surpresa e actuar. E actuámos sobre uma área que era sensível em termos psicológicos e em termos militares –

RAMALHO EANES

um posto de comando da Força Aérea. Uma equipa de oficiais de Engenharia foi ao Ribatejo, a Camarate, tirar de lá uns equipamentos importantes, desactivar as emisoras. Depois, a seguir, através de uma acção de comando, preparámos psicologicamente todas as unidades, dando ordens a todas, mesmo às desafectas, por exemplo, ao RALIS, proibindo-lhes a entrega de armas a civis. Como a nossa posição, em Lisboa, ainda era complicada, embora já tivéssemos forças afectas e com o regimento de Estremoz a deslocar-se, entendeu-se que não era altura, ainda, de criar situações equívocas. Fez-se avançar uma força de Comandos sobre o comando dos civis que estavam barricados na Calçada da Ajuda. Aí deu-se uma troca de tiros e, concorde-se ou não, goste-se ou não se goste, Jaime Neves foi não só um vez mais um excelente militar, mas um grande patriota. Um excelente militar porque lhe mataram os homens, dois homens novos, um deles um tenente cheio de prestígio. É muito difícil nessa altura conter os homens com apenas uma espingarda na mão e ele conseguiu contê-los. E acho que ele conseguiu não apenas porque é um grande comandante, mas porque sabia que do outro lado havia portugueses. E assim se encerrou a última tentativa de provocar alterações políticas no País através das armas: A partir daqui entendeu-se que uma transição democrática exige negociação, compromisso e tolerância. Exige que o Estado possa fazer uso legítimo da violência que deve, naturalmente, monopolizar. O Estado deve resolver os problemas que se põem ao País e o primeiro problema era a democracia e o funcionamento do Governo para que a população se sentisse em segurança. O segundo era a liberdade da sociedade civil, liberdade que é indis-

CONFISSÕES

pensável, apesar das diferenças e até conflitos de ideias que se vivem, apesar da multiplicidade de interesses. De facto, o que é que se fez? Primeiro, para que o Estado pudesse monopolizar legitimamente a violência, reorganizaram-se e redisciplinaram-se as Forças Armadas. Há, por exemplo, uma lei que de imediato diz qual é o papel dos militares e diz claramente que os militares não podem utilizar a sua arma para impor politicamente seja o que for. Depois, aceitámos negociar um pacto com o MFA/Partidos. E a situação que gera o pacto é que se entendia que não é com imposição que se faz a transição democrática, não é com imposições unilaterais que se consolida a democracia. Em terceiro lugar, entendia-se que é com racionalidade e pragmatismo que as situações políticas se resolvem. A política já tinha evoluído, já tinha dado aos partidos políticos uma força enorme na sociedade portuguesa. Já havia umas eleições constituintes com resultados. Portanto, entendemos que era necessário considerar toda essa realidade e pragmaticamente equacioná-la e encontrar respostas que fossem sobretudo respostas de equilíbrio. A outra grande modificação é que o processo de transição e consolidação democrática, que estava praticamente parado, desenvolve-se. A Assembleia Constituinte termina os seus trabalhos e começam a ser instituídos os órgãos de soberania de acordo com a Constituição.

Segundo Eanes, a descolonização trouxe consequências mais graves para os países que se tornaram independentes. Nesse processo, Ramalho Eanes recusa apontar o dedo a quem quer que seja; acusa, no entanto, a sociedade civil: De exemplar a descolonização não teve nada. É contraditório que nós, que queríamos uma democracia aqui, tenha-

RAMALHO EANES

mos entregue o Poder a certos movimentos armados que apenas representavam uma fracção desses povos, e possivelmente não a mais significativa. Mas não aceito que, com alguma leviandade, se atribuam as culpas aos militares e ao regime saído do 25 de Abril. Acho, no entanto, que houve de facto culpados. E o primeiro grande culpado é a sociedade civil portuguesa, que nos momentos críticos deve afirmar-se e, neste caso, não se afirmou. A sociedade civil podia ter dito que iam para as colónias os militares que fossem necessários porque a descolonização tinha de ser feita. Porque era uma obrigação, uma necessidade do País. A sociedade civil permitiu treze anos de guerra e depois não quis mais um ano de guerra. Permitiu, com a sua omissão, e depois não quis, pela sua demissão, mais um ano de guerra.

Para os Portugueses, os efeitos perversos das independências começaram a sentir-se logo em Maio de 1975, com o início da ponte aérea que traria de volta milhares de retornados, muitos deles deixando para trás o fruto do trabalho de toda uma vida. Para os agora novos países o futuro também não começou risonho: em Timor, a luta entre a UDT e a FRETILIN tornou-se guerra civil aberta em meados de Agosto de 1975. Em Angola, MPLA, FNLA e UNITA não chegaram a dar tempo a que secasse a tinta dos acordos de Alvor para reiniciarem a guerra e a 21 de Julho de 1975 a OUA (Organização de Unidade Africana) recebia uma primeira recomendação de envio de uma força de paz para Angola. Mais pacífico foi o processo guineense, apesar de tudo marcado por um período sanguinário de perseguição e matança dos considerados alinhados com o poder colonial e seguido de lutas das diferentes facções dentro

CONFISSÕES

do PAIGC até à sua efectiva cisão cinco anos mais tarde. Em Moçambique, o processo de independência não sofreu grandes entraves, mas rapidamente a RENAMO ameaçou militarmente a hegemonia do território sob a direcção da FRELIMO. E acabou por ser em S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde que a independência mais rapidamente permitiu o multipartidarismo. As sequelas da descolonização na sociedade portuguesa são grandes e ainda hoje muitos se interrogam sobre de quem foi a culpa. Uma culpa que Eanes divide por diversos agentes: **É evidente que entendo que todo o poder político da altura tem também uma enorme responsabilidade. E quando falo de todo o poder político não falo no MFA, no Spínola, no PCP, falo em todos, porque com a sua estratégia conflitual acabaram por fazer com que não houvesse condições para que as questões do ultramar fossem convenientemente equacionadas. Em terceiro lugar, é culpada a instituição militar. As Forças Armadas eram uma instituição da sociedade civil, embora fossem um instrumento do Estado, tinham um movimento militar obrigatório e todos os anos recebiam a Nação jovem em armas. E esta não podia combater porque era fortemente influenciada, nessa altura, por uma juventude universitária onde se estabeleceu uma cultura preconceitual de esquerda. No ultramar afirmava-se, e é verdade, que não há nenhum povo livre que oprima os outros povos. Isso é indiscutível. Mas será livre um povo que permite que se crie um regime que oprime os outros povos? Eu acho que a juventude universitária, os militares, os políticos, todos têm responsabilidades. Quando se diz que o responsável é Mário Soares, porque é ele o homem de Lusaca, ou que o responsável é Melo Antunes, porque**

RAMALHO EANES

esteve em Lusaca, ou que o responsável é Otelo, porque ele é que acelerou as coisas todas, eu digo que não. Esses indivíduos agiram num determinado contexto. Eles foram actores, mas foram actores de uma peça. E os outros? Uma análise que, objectivamente, acaba por não incriminar ninguém e responsabiliza apenas a inexistência de uma vaga de fundo na sociedade portuguesa que impedisse o regresso das tropas e desse mais tempo aos políticos e aos militares para cumprirem o seu papel.

Ramalho Eanes não se arrepende da forma como meteu na ordem os militares autores e aprendizes do 25 de Abril. Reconhecendo excesso de zelo da sua parte, assume uma postura convictamente dura para, afinal, poder ser ele a tecer os maiores elogios aos homens de Abril e aos militares em geral: Eu entendo que a Pátria não deve nada a ninguém! A organização é uma comunidade que se empenha num propósito. O propósito primeiro de uma comunidade é a sua sobrevivência, e para a sobrevivência todas as acções são importantes. Eu acho que, embora os militares de Abril tivessem mérito, eu não paguei o mérito. Achei que não devia pagar. O que eu entendo que a Pátria deve fazer sempre é reconhecer os que mais desinteressadamente contribuem para o conjunto. Aí, eu acho que realmente deveria ter havido um comportamento diferente. No entanto, com toda a honestidade, talvez tenha pecado um pouco por excesso de zelo. Talvez tenha tido um certo receio que dissessem que eu estava a apoiar a classe, a estrutura, a corporação. Embora muitas vezes me tivessem deixado cair amigos, eu entendia que, enquanto Presidente da República, não tinha amigos. Admito que tenha havido, da minha parte, algum preconceito que me tivesse levado a

CONFISSÕES

não ter o comportamento mais correcto. Mas, depois, a classe política teve um comportamento inaceitável. Recordo os ataques a que foi submetido o Conselho da Revolução! Ao fim e ao cabo, a democracia deve-se efectivamente aos militares. Foram os militares que fizeram aquilo que os políticos diziam que faziam e que queriam fazer mas que nunca fizeram, como o 25 de Novembro. Foram os militares que aceitaram pagar os custos de medidas extremamente impopulares, no caso do I Governo. Os militares aceitaram, em nome da observância democrática, que os que eram simultaneamente comandantes e conselheiros da Revolução deixassem de ser comandantes. Aceitaram isso. Aceitaram todas as desfeitas que lhes foram feitas. Depois, permitiram que o Conselho da Revolução se fosse esvaziando progressiva e sistematicamente de poder. E permitiram, depois disso, na Assembleia da República – que em termos teóricos representa o povo português – que se tivesse feito uma sessão sem no mínimo lhes agradecerem! Dá a impressão de que muitos políticos não só têm uma memória fraca como ainda pretendem que se passe uma esponja sobre cada um destes militares para apagar aquilo que foi a acção deles. Para não se dizer que, se há democracia, isso deve-se indiscutivelmente aos militares. A consolidação democrática deve-se aos políticos, a democracia deve-se aos militares.

Eanes foi eleito pela primeira vez Presidente da República a 27 de Junho de 1976, com o apoio do PS, PPD, CDS e MRPP, atingindo 61,6% dos votos contra 16,5% de Otelo Saraiva de Carvalho, 14,4% de Pinheiro de Azevedo e 7,6% de Octávio Pato, o candidato do PCP. Ao longo de dois mandatos, a sua base de apoio partidária desapareceu, e em

RAMALHO EANES

finais de 1984 o ainda Presidente admitia já poder vir a formar um partido político depois do mandato. Ele surge no mês seguinte, mas só em Outubro de 1986 a presidência do Partido Renovador Democrático passa a ser assegurada por Ramalho Eanes. O PRD revelou-se um verdadeiro partido-cometa. Depois de captar 18% dos votos ao PS em 1985, desapareceu do espectro partidário quase sem deixar rasto. Ramalho Eanes confessa alguma ingenuidade nesta sua aventura partidária: **Em determinada altura convenci-me de que a sociedade civil se estava a afastar do Poder e de que esse Poder, uma vez mais, estava muito voltado para o seu umbigo e a fazer a colonização da sociedade. Eu entendi que era necessário focar isso. Numa primeira fase, através das minhas intervenções públicas, tentei alertar a sociedade e chamar a atenção para esta situação. Tentei, primeiro dialogando directamente com a sociedade e depois interpelando os partidos, fazer com que esse diálogo se estabelecesse. Tentei que as diferentes associações se dinamizassem e outras se criassem, que as autarquias tivessem um papel determinante, mas que para elas não fossem eleitos apenas os militantes por direito. Recordo em 1982, em Abrantes, quando disse que era inaceitável que nas pequenas comunidades os independentes não se pudessem apresentar e que a comunidade não pudesse, ao lado dos partidos, em concorrência mas também em consonância com eles, participar na vida política. Alguns partidos reagiram fortemente.**

Depois de ter tentado pela via da acção estratégica directa modificar esta situação, entendi que era minha obrigação tentar este objectivo por outra via. Era necessário tentar criar condições que permitissem a dinamização da sociedade civil.

CONFISSÕES

E é nessa altura que eu pensei no PRD. Um partido diferente que pudesse, de alguma maneira, desempenhar esse trabalho, seria um instrumento de acção política sem ser um partido político tal como os outros. E aí houve uma infantilidade. Criar um partido político que não é igual aos outros é pretender fazer uma coisa diferente com homens iguais. Depois, é-se de imediato cercado por todos aqueles que estavam instalados e não podem aceitar essa concorrência. Foi um pouco ingénuo. Continuo a pensar que o objectivo estratégico era válido e que eu poderia ajudar a dinamizar a sociedade portuguesa, mas uma certa ingenuidade, um cerco feroz ao PRD e uma incapacidade do PRD em fazer uma transição, fazer um crescimento cuidado sem nunca ser contraditório com os seus valores, tudo isso fez com que ele acabasse. Apesar de tudo, o PRD teve uma acção que considero significativa e meritória, com todos os erros, com todos os esforços. Nele revelaram-se homens de enorme qualidade moral, homens que já tinham mudado de partido porque não queriam mudar de ideias, homens que mudaram de partido porque não queriam mudar de princípios. Mas se os resultados do PRD em 1985 o tornaram, de repente, um parceiro político incontornável, bastaram dois anos para a votação descer para 4,9%. Um esvaziamento que, confessa-o agora, não surpreendeu Eanes: *Apercebi-me de que o PRD ia falhar quando, nas eleições para as autarquias, teve uma votação enorme. É muito fácil fazer com que um grupo se mantenha fiel aos seus ideais quando é pequeno, mas é muito difícil impedir que uma grande formação não subordine os seus interesses, as suas ambições, aos interesses da comunidade. Recordo-me de uma reunião em que estava o Prof. Henrique de Barros, que percebia perfeita-*

RAMALHO EANES

mente este propósito e o defendia. Ele explicou que a função do PRD era transitória: logo que tenha realizado o trabalho de dinamização da sociedade civil, deve sair. E eu concordei. Ainda hoje tenho pena de isso não ter ficado expresso, porque constituía de alguma forma uma prova indesmentível de que o PRD tinha procurado apenas que a sociedade civil e o Poder tivessem um reencontro de racionalização, de diálogo, de compromisso. Se este era um desejo sincero ou se é apenas uma explicação *a posteriori*, só o general o pode dizer.

FERRAND DE ALMEIDA No dia 25 de Abril de 1974 era 2.º comandante no Regimento de Cavalaria 7, à Ajuda, em Lisboa, quando lhe foi destacada a missão de se deslocar à Praça do Comércio. O objectivo era enfrentar uma coluna proveniente de Santarém, comandada pelo capitão Salgueiro Maia, e tentar impedir que fosse desferido o primeiro murro no estômago do regime vigente.

Defensor do regime, não pelas ideias que Oliveira Salazar e depois Marcello Caetano preconizaram para o País, mas porque o seu elevado sentido patriótico, investido na sua carreira militar, assim o determinava, António Ferrand de Almeida saltou para o primeiro plano dos acontecimentos através dos episódios matinais da Revolução.

Isolado e desapoiado nas ruas da Baixa lisboeta, ele que se habituara a enfrentar com coragem os perigos da Guerra Colonial e a comandar homens nas mais diferentes circunstâncias, o tenente-coronel de Cavalaria encarnou o princípio do fim do marcelismo quando, às seis e meia da manhã de 25 de Abril, logrou a aproximação ao edifício do Ministério do Exército.

CONFISSÕES

Consigo levava um pelotão de reconhecimento *Panhard*, de características semelhantes a outros que tinham chegado antes ao local mas que, inopinadamente, se tinham passado para os militares revoltosos.

Sem êxito, Ferrand de Almeida ainda esboça a tentativa de estabelecer um contacto-rádio com esses homens. Mas o graduado que os liderava, o alferes David e Silva, já estava do outro lado da trincheira. Frustrada a comunicação, é à entrada da Ribeira das Naus que o tenente-coronel deixa os seus homens e avança, sozinho mas resoluto, ao encontro do local em que se encontrava Salgueiro Maia.

Os dois reconhecem-se, cumprimentam-se e travam um curto mas elucidativo diálogo.

– Então, o que é que se passa aqui?

Maia não responde directamente à pergunta:

– O meu coronel, agora, fica às minhas ordens!

– Às suas ordens, isso é lá possível... Onde é que já se viu um tenente-coronel às ordens de um capitão?!

– Pois, mas desta vez vai ser assim!

Isolado, a mais de 300 metros dos seus subordinados, percebendo que o capitão não estava disposto a facilitar minimamente, Ferrand de Almeida conclui com rapidez que a sua *FN-7.65*, aninhada no coldre de pele do cinto, será manifestamente insuficiente para o choque com os carros de combate de que os de Santarém ali dispõem. Fica detido e passa a manhã do dia 25 no interior de um jipe estacionado na Praça do Comércio. Ao fim da tarde é encaminhado para a Pontinha e acompanha, já pela televisão, o evoluir dos acontecimentos.

Imparáveis na História, lamentáveis para si.

Nunca fui um político, limitei-me a ser um militar. Claro que havia convulsões, mas eu não lhes dava muita impor-

FERRAND DE ALMEIDA

tância. Afinal, onde é que as não havia? Em todos os pontos do mundo, não é verdade?, enfatizava António Ferrand de Almeida nesta conversa mantida no fim de tarde gelado de 10 de Outubro de 1997, naquela que foi a última entrevista que deu e um dos raros depoimentos por si prestados em vinte e cinco anos. Exactamente cinco dias antes de morrer, vítima de um cancro que lhe atormentou os últimos meses de vida mas que não o impediu de continuar a olhar, ainda que à distância, para as vinhas de onde, ao longo de décadas, fez sair um Porto de categoria.

Nunca tive simpatias de esquerda. Esquerdista, nunca, que horror! Cresci num ambiente de certa forma austero e conservador. Os meus pais, embora não fossem propriamente ricos, possuíam várias propriedades no Douro e não há dúvidas de que tive uma juventude desafogada.

As comissões em África constituíram o segundo passo marcante na carreira do tenente-coronel de Cavalaria. Para trás ficava a apreensão do que fora viver num país dominado por um único homem. Depois, à distância provocada pelas comissões ultramarinas, descobriu que nem tudo marchava bem no regime de Salazar – mas continuou a acreditar. A acreditar que o Chefe do Estado estava imbuído dos melhores sentimentos para com a sociedade portuguesa e que a necessidade da polícia política era mais importante para o Estado do que os ataques que pudessem ser tolerados a quem se entendia apenas querer prejudicar o regime.

Havia injustiças, que de resto muitas vezes denunciei. Por exemplo, em África, a bem dos meus soldados reclamei muitas vezes contra o facto de me darem mais homens quando o que eu pretendia era um médico. E havia outras coisas.

CONFISSÕES

Mas não eram graves. Mesmo aqui, em Portugal, tudo era resolúvel. Agora é que não. Isto é que não!

Crítico feroz do 25 de Abril, Ferrand de Almeida ainda admite a sua inevitabilidade, que sustenta com a anuência de que, de facto, algo deveria ter sido feito por dentro do Estado Novo para impedir a queda do império. Ciente de que a Guerra Colonial consiste no estremeção decisivo do regime, clama contra a Revolução dos Cravos, que despreza em cada palavra do seu discurso.

O 25 de Abril foi uma chachada. Não foi uma revolução, mas uma porcaria.

Para Ferrand de Almeida, o pior de tudo foi a **banda-lheira em que se caiu**, excepção de linguagem popular a que recorre no seu discurso sempre escolhido a dedo.

Convicto da perda da identidade nacional; dos danos causados pela entrega da independência aos povos das ex-colónias; do descalabro social em que tombou a classe média; do desagregar dos instrumentos que permitiam aos grupos mais fortes sustentar a economia nacional, visa com violência a democracia, à qual aponta todos os defeitos do mundo.

Antes havia grande preocupação em ter gente capaz para os cargos, fossem os mais importantes e determinantes para a Nação, fossem os mais irrelevantes. Havia escolha e não favorecimento. E, sobretudo, havia elites a todos os níveis, de onde resultava maior capacidade de escolha. Isso era feito em obediência aos ditames de um único homem? Pois era, e então? Não era ele um indivíduo inteligente? E apto? Um ditador, pois sim, mas um homem raro e muito bem intencionado.

Rendido mas não adaptado à vida em democracia, Ferrand de Almeida dá conta de que, ainda antes do 25 de Abril, foi

FERRAND DE ALMEIDA

sabendo das movimentações de insatisfação a que diferentes grupos davam forma no sentido de combater o Estado Novo e implantar outro sistema. Diz ter sabido de Cunhal e de Kaúlza, de Soares e de Delgado. Nenhum o conseguiu seduzir, mas, curiosamente, confessou **muita admiração por Álvaro Cunhal**.

De todos os outros políticos que subiram à ribalta da actividade nacional no período pós-revolucionário tem, em regra, má ideia.

Mário Soares, esse, é um trampolineiro. Só pensa no Poder e em chegar sempre mais alto seja como for. António de Spínola era um demagogo. Sinto-me satisfeito por nunca ter servido com ele. De Sá Carneiro, em quem confessa ter chegado a votar, tem boa impressão. Pareceu-me sempre ser um tipo sério. Além disso, era visivelmente um homem fibroso e inteligente. E, apesar de tudo, considerou o tenente-coronel Vasco Lourenço um homem bem formado.

Relativamente à generalidade dos militares que entrevistaram no 25 de Abril nada tem a apontar e considera-os **bons homens**. Remata o olhar pelas personalidades da vida política portuguesa com a comparação entre os dois últimos candidatos às eleições presidenciais, Jorge Sampaio e Cavaco Silva, tendo sobre este último excelente opinião, ao contrário do actual Presidente da República. **Confio bastante em Cavaco. No outro, não.**

Até ao dia em que deixou este mundo, o balanço feito por Ferrand de Almeida ao período democrático português é sem dúvida reprovador. E quando confrontado com o desafio de indicar aspectos ao menos razoáveis, resultantes do processo revolucionário, rejeita sem tibiezas.

Tenho genuínas dificuldades em apontar alguém ou algo de verdadeiramente positivo.

CONFISSÕES

E desfia o rol de ataques.

O golpe do 25 de Abril, em si mesmo, foi miserável.

A descolonização foi-nos imposta pelas grandes potências, sedentas de Poder e de influência global. Sujeitos a essas condições internacionais e à Guerra Fria, a que, admito, se tornou impossível resistir, demos cabo da vida de milhões de indígenas e de portugueses, que tiveram de regressar a Portugal nas condições em que sabemos.

O comunismo e a maçonaria, que tinham minado o marcelismo, depressa tomaram conta das rédeas do País.

E no que é que isso deu? Na desarticulação da nossa economia, no desbaratar dos meios económicos de sobrevivência, na ruptura do moral da Nação, enfim, no caos administrativo em que ainda agora se vive.

Para Ferrand de Almeida, o comunismo foi, assim, antes como depois do 25 de Abril, o grande responsável pela queda de Portugal nas trevas. E é em obediência a esse pensamento que o tenente-coronel de Cavalaria justifica a acção repressiva que durante décadas foi exercida contra todos aqueles que estiveram associados às ideias e aos objectivos defendidos por quem acreditava residirem na União Soviética, na China, na Albânia ou em Cuba as soluções de regime para o período de fim de século.

O comunismo desconhece a gratidão. Conceder um milímetro a um comunista é um erro que inapelavelmente se revelará fatal. Ele não descansará enquanto não tiver um metro. O comunismo encerra o que de pior tem o Homem. Está viciado do que de cultural e gregariamente mais prejudicial o ser humano apreende do meio em que vive.

Nunca concordante com a Revolução e desgostoso com o rumo que o processo democrático adquiriu, Ferrand de Almeida

FERRAND DE ALMEIDA

não tem dúvidas de que o 25 de Abril foi o maior desgosto da sua vida.

Vinte e dois anos de vivência democrática não foram suficientes para fazê-lo libertar-se dos hábitos particulares que sempre mantivera. Reunir-se com os amigos, muitos deles militares, em Caxias, onde quase sempre viveu. Montar a cavalo nos picadeiros de algumas unidades a que continuou a deslocar-se. Tratar das suas vinhas no Norte. Ler o *Diário de Notícias*, *O Dia* e *O Diabo*, os únicos periódicos em que sentia poder confiar. Acompanhar a actualidade nacional, ainda que, por desencantamento, cada vez mais com menor interesse.

Cinema foi diversão a que nunca se entregou e o hábito da leitura perdeu-o no passar dos anos. Na memória dos derradeiros anos de vida, só os registos literários do capelão francês Delarmé lhe causaram profunda impressão.

Contra o frio da doença empunhou no fim da vida o tesouro que mais ciosamente guardou: a mulher e os filhos. Quanto aos netos, era pelo seu futuro que mais temia quando morreu. Gostaria de lhes ter remetido uma mensagem positiva, mas, lamentava, isso não poderia fazer. Na sua opinião, o abismo foi o rumo quase inevitável que Portugal levou e, por essa razão, considerou-se impotente para transmitir as palavras de encorajamento para o futuro que realmente anteviu perigoso.

Só questionado sobre o significado que atribuía à ideia de ser português deixou escapar algum entusiasmo.

O português são os meus soldados: magníficos quando bem comandados, maus se abandonados.

MARIZ FERNANDES A reunião da tarde do dia 9 de Setembro de 1973, no Monte Sobral, a 30 quilómetros de Évora, na estrada para Alcáçovas, culminou dois meses de turbulência nas Forças Armadas como até então nunca se vira. Depois de algumas manobras pelas imediações de Évora para despistar eventuais perseguições – que acabaram por se assemelhar a um *rally-paper* singular –, os 139 militares convocados, na sua maioria capitães, juntaram-se num barracão situado no monte. Provenientes de todas as armas e serviços, inclusivamente pára-quedistas, unia-os uma mesma indignação corporativa.

Entre os militares zangados estava o capitão de Artilharia Mariz Fernandes. A participação naquela reunião foi a primeira posição de corpo que tomou em toda a sua vida. **Só em Évora é que este movimento se torna reivindicativo e colectivo.**

A ira dos capitães tinha como causa precisa o Decreto-Lei n.º 353/73, de 13 de Julho, da autoria do ministro do Exército, Sá Viana Rebelo, que abria o quadro permanente dos oficiais das Forças Armadas. Desgastado por uma guerra de

CONFISSÕES

treze anos em três frentes nos territórios africanos, o quadro de oficiais carecia urgentemente de reforço ao nível dos capitães e subalternos, pela antiguidade na sua maioria já promovidos a major.

Para resolver o problema, o decreto-lei admitia a passagem para o quadro permanente de oficiais do quadro especial de oficiais (os oficiais milicianos) através da frequência de um curso intensivo na Academia Militar. As facilidades eram grandes: bastava aos capitães milicianos com o 7.º ano de escolaridade e menos de 31 anos de idade obterem boas classificações e frequentarem um curso acelerado de dois semestres em escola prática para poderem passar ao quadro, alguns deles inclusivamente a major. Preteriam-se assim os oficiais do quadro, com carreiras de esforço e antiguidade, que se viam ultrapassados pelas facilidades concedidas aos mais novos.

No corpo militar, a revolta causada por esta legislação foi grande. Processos individuais foram enviados ao ministro do Exército para que este avaliasse cada uma das situações dos que se consideravam injustiçados. Começaram simultaneamente a circular dois panfletos, chamados “Dos espúrios aos puros” e “Estagnação ou progresso”, com textos que remetiam para uma divisão entre oficiais do quadro e milicianos e cuja autoria ninguém nunca apareceu a reclamar.

Perante a contestação generalizada, Sá Viana Rebelo tentou emendar a mão com outro decreto-lei, o 409/73, mas acabou por só atenuar o anterior no que diz respeito aos maiores, deixando os capitães em litígio.

Mariz Fernandes diz que nunca gostou de estar integrado em grupos, sempre defendeu para si uma frontalidade individual. Mas, acima de tudo, era a dignidade da instituição

MARIZ FERNANDES

militar que mais sentido fazia para o então capitão de Artilharia. A certa altura, detecto que alguns jovens com uma formação moral duvidosa se preparavam para fazer uma série de manifestações: desfilar fardados pela Avenida da Liberdade e outras coisas do género... Aí, agarrei em dois ou três capitães mais antigos e decidimos pôr mãos àquilo, agarrar e travar aquele grupo para que não se tornasse indigno e degradante para a instituição militar.

Mariz Fernandes não impediu, no entanto, que Dinis de Almeida se manifestasse, fardado e sozinho, no Terreiro do Paço, frente ao Ministério do Exército.

Recorda com alguma amargura que, nessa altura, o movimento era mesmo e só dos capitães: Alguns maiores foram convidados a assinar a exposição, mas esses maiores, que hoje são figuras emblemáticas do 25 de Abril, recusaram-se a fazê-lo antes que houvesse um número significativo de oficiais a subscrever o documento. Há pessoas que se recusaram a assinar e que, depois, ficariam para sempre conotadas com o 25 de Abril.

O movimento tornou-se colectivo no dia 9 de Setembro, em Alcáçovas: Foi redigida uma exposição, lida em acta a todos os indivíduos, aprovada e entregue. Esta é a minha participação em todo este processo.

Dirigida ao Presidente do Conselho, com conhecimento ao Presidente da República, a exposição dos capitães dizia ter a publicação do Decreto-Lei n.º 353/73 sido recebida com “espanto e desgosto”, por afectar o “prestígio do Exército e o moral e sentido de justiça dos oficiais do QP”. Após relatar as numerosas exposições individuais feitas ao ministro do Exército, consideram que as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 409/73 não são satisfatórias. Assim, consideram que

CONFISSÕES

“nem o prestígio do Exército foi salvaguardado, nem os casos de mais flagrante injustiça foram resolvidos a contento. Não foi, assim, feita justiça!” Por alíneas, protestam ainda porque se “manteve na íntegra a ideia da criação dum curso intensivo, o qual virá, infalivelmente, a substituir o curso normal das Armas, dadas as evidentes vantagens que são concedidas aos que vierem a ingressar na Academia Militar ao abrigo da presente legislação, em detrimento daqueles que cedo decidiram optar por assumir todas as responsabilidades de uma decisão tomada de acordo com a sua vocação.

Que a actual situação do QP (situação deveras lamentável, já que a ele deve a Nação o maior contributo e o mais esforçado sacrifício para defesa e manutenção da sua soberania) deveria merecer um estudo profundo, objectivo e honesto das verdadeiras causas do mal-estar, desmoralização e falta de aliciente para os que nele desejariam ingressar.”

O documento prossegue com outras considerações respeitantes às desvantagens desta reforma, entre elas a de que “a pseudo-solução expressa pelo Decreto-Lei n.º 409/73 teve como única preocupação resolver o problema das ultrapassagens inconvenientes em relação aos oficiais superiores, esquecendo, porém, as centenas de capitães e subalternos, para quem se mantêm todos os inconvenientes assinalados no diploma anterior” e termina com uma nota patriótica, mas que, veladamente, conseguia ser ameaçadora: “Assim, com a lealdade que constitui apanágio dos oficiais do QP, informam V. Ex.^a de que recorrerão para já, e se tal for necessário, às instâncias superiores, para a defesa dos seus legítimos direitos, mas não podem deixar de lamentar terem de tomar tal decisão, dada a situação particularmente grave que a Nação atravessa e dado o momento político presente, o que não dei-

MARIZ FERNANDES

xará de ser aproveitado por mal-intencionados para porem em dúvida as intenções e o significado de tal atitude.” Finalmente, é pedida a derrogação dos decretos-leis e o estudo de uma solução de justiça para o problema, “sem todavia comprometer nem os interesses dos oficiais do QP, nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixar alienar”.

Aprovado por unanimidade pelos 139 militares presentes na reunião, era depois necessário constituir uma comissão que entregaria a exposição em mãos a Marcello Caetano e Américo Tomás. Mariz Fernandes nunca tinha previsto ir tão longe, mas não teve alternativa: **Quando foi preciso formalizar aquele acto de rebeldia ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia e ao Prof. Marcello Caetano, nenhum dos nomes actualmente conhecido esteve disponível para o fazer. Fui eu, o então capitão Lobato de Faria e o capitão Clementino Pais.**

A posição pública dos capitães acabaria por desencadear um movimento nacional imparável. Enquanto um grupo de oficiais da Guiné tinha já feito chegar aos Presidentes do Conselho e da República e aos ministros da Defesa, do Exército e da Educação uma carta em que manifestavam o seu desagrado para com os decretos, após a reunião de Évora 94 capitães e subalternos em comissão em Angola assinaram colectivamente um documento de protesto, que enviaram também a Marcello Caetano. Seguiu-se Moçambique, com 106 assinaturas entre oficiais superiores, capitães e subalternos. No continente, a exposição de Alcáçovas recebe o apoio *a posteriori* de mais 190 oficiais.

Em 12 de Outubro, o ministro do Exército suspende os Decretos-Leis n.ºs 353/73 e 409/73 e nomeia uma comissão encarregue de estudar, caso por caso, a situação dos oficiais

CONFISSÕES

criada pela aplicação do mesmos. No entanto, mantêm-se as leis vigentes até à promulgação dos decretos para efeitos de processamento de promoções.

A medida não chega a tempo de salvar a cabeça do ministro. Em 7 de Novembro, Sá Viana Rebelo é exonerado. Para a pasta de Defesa Nacional entra Silva Cunha e para o Exército o general Andrade e Silva. Para o cargo de subsecretário de Estado do Exército é nomeado o superior hierárquico de Mariz Fernandes, Carlos Viana de Lemos, até então chefe dos Serviços Cartográficos do Exército

Antigo adjunto de Botelho Moniz, em 1961, Viana de Lemos foi secretário de Estado do Exército desde Novembro de 1973 até à queda do regime. Era amigo de Costa Gomes e considerado um convicto pró-ocidental.

O impacte do movimento que ajudara a iniciar começa a ultrapassar os objectivos do capitão de Artilharia: A coesão militar ficou afectada com o que se passou com o Movimento dos Capitães. Por outro lado, sempre fui contra pôr em perigo a continuação da nossa guerra no ultramar. Como profissional, tinha a obrigação de mater os interesses portugueses em África.

A partir daí, Mariz Fernandes tenta travar a marcha do movimento e fá-lo logo na reunião seguinte, realizada em Outubro, na qual compareceram uma dúzia de militares. Houve uma reunião em minha casa, em que, uma vez resolvido o problema profissional, propus que se parasse com a rebeldia militar, pois estava a enfraquecer a instituição. Dois desses indivíduos queriam continuar a contestação: Vasco Lourenço e Dinis de Almeida. Os outros dez, entre os quais Otelo Saraiva de Carvalho, Hugo dos Santos, Mendonça Frazão, Sanches Osório, Vítor Alves, Campos de Andrada e

MARIZ FERNANDES

mais dois ou três, concordaram plenamente comigo: devíamos terminar o Movimento e regressar à disciplina militar. Foi aí que me retirei do processo.

Na versão de Mariz Fernandes, a decisão da maioria não foi respeitada e, já sem a sua presença, realizou-se uma nova reunião, desta vez numa casa de S. Pedro do Estoril. Os participantes são unânimes em considerar que esta foi uma reunião decisiva para o início da congeminação do golpe militar, de tal forma que a efeméride do encontro de dia 24 de Novembro em S. Pedro do Estoril constituiu a primeira cerimónia pública das comemorações dos vinte e cinco anos de 25 de Abril.

No livro *Alvorada em Abril*, Otelo Saraiva de Carvalho não desmente a decisão relatada por Mariz Fernandes, mas justifica a marcação de nova reunião com a consciencialização política entretanto adquirida e com a falta de confiança dos militares nos chefes nomeados pelo Poder. Saraiva de Carvalho confirma a ausência de Mariz Fernandes no processo subsequente, mas ressalva ter conhecimento de que o capitão de Artilharia se manteve informado das iniciativas do movimento através de Vítor Alves.

E através de Mariz Fernandes, também Viana de Lemos se mantinha informado: **O coronel Viana de Lemos era meu superior e sempre mantive o meu comandante informado sobre o que se estava a passar. Ele está convencido de que fiz jogo duplo, mas não é verdade. Quando o meu comandante sobe a secretário de Estado, eu fico numa posição difícil. Não queria estar a conspirar contra um homem a quem devia lealdade. Mas sempre discordei dele, e disse-lho.**

As lealdades de Mariz Fernandes deixaram-no numa posição desconfortável. Viana de Lemos não era o único a pensar que o capitão de Artilharia fazia jogo duplo: dentro do Movi-

CONFISSÕES

mento dos Capitães havia também quem preferisse vê-lo fora do processo devido à sua lealdade ao subsecretário de Estado. Mas Mariz Fernandes insiste na tese das suas boas relações com o movimento: **Tenho para mim que nunca ninguém me acusou de traição e sempre fui uma pessoa de responsabilidade. Por exemplo: dias antes do Movimento, Otelosco-lheu-me para o substituir, caso acontecesse alguma coisa. E os documentos estiveram guardados em minha casa.** Otelos Saraiva de Carvalho nega terminantemente esta afirmação.

Sem precisar datas, Mariz Fernandes refere que, a certa altura, houve uma ruptura nos seus contactos com Viana de Lemos. **Tenho a vaga ideia de que a minha discordância com o major Viana de Lemos surgiu devido à arrogância com que ele se referiu ao Movimento dos Capitães. Acho que ele disse que despachava o Vasco Lourenço para os Açores, ou coisa assim... Isto levou-me a dizer-lhe que ele estava enganado, que o Movimento era imparável e que não era com violência nem castigos que a coisa lá ia. Assim, a minha lealdade ficou por aí.**

No final do ano de 1973 o regime sente uma súbita ameaça e reage de forma cirúrgica. A 21 de Dezembro, Luís Ataíde Banazol, o mais inflamado dos revoltosos e cuja acção é considerada decisiva para a opção do Movimento dos Capitães pela via militar, é subitamente enviado para a Guiné, um destino que lhe estava traçado já há algum tempo, mas que nada fazia prever que tivesse um desfecho em vésperas do Natal. Viana de Lemos sente que esta acção não é suficiente e, de surpresa, Vasco Lourenço e Dinis de Almeida recebem ordem para pernoitarem em dois quartéis separados. Mas, apesar dos temores do subsecretário de Estado do Exército, o ano de 1974 chega sem sobressaltos.

MARIZ FERNANDES

Mariz Fernandes manteve-se sempre informado dos progressos do Movimento dos Capitães, segundo o próprio afirma, **até à véspera do acontecimento.**

O papel de Mariz Fernandes no 25 de Abril não deixa de ser relevante. É ele o autor dos comunicados lidos nas rádios ao longo do dia. Diz: **Escrevi-os com a moderação e o bom senso possível. Fi-lo porque a situação era irreversível e para evitar um banho de sangue.**

O primeiro comunicado foi lido às 4.26 horas por Joaquim Furtado aos microfones do Rádio Clube Português e rezava assim:

“Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas. As Forças Armadas Portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma. Esperamos sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom senso dos comandos das forças militarizadas no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais, que enlutariam e criariam divisões entre os Portugueses, o que há que evitar a todo o custo. Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua acorrência aos hospitais a fim de prestar a sua eventual colaboração, que se deseja, sinceramente, desnecessária.”

Passados vinte e cinco anos, a autoria dos comunicados é uma revelação para Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço, que acreditavam ser Vítor Alves o autor dos textos.

CONFISSÕES

Mas este confirma que pediu a Mariz Fernandes que redigisse os comunicados. O desconhecimento explica o contraste entre a forma como Otelo, no livro *Alvorada em Abril*, descreve a emoção que sentiu ao ouvir o primeiro comunicado e a forma como se refere a Mariz Fernandes, que veio a encontrar no RE1, onde se deslocara para conhecer pessoalmente os membros da Junta. Escreve Saraiva de Carvalho: “Assinalo com espanto a insólita presença no edifício, reconhecendo já posições para futuro ‘tacho’, de um suposto ‘cadáver’ do Movimento dos Capitães, fardado com o uniforme de serviço: Mariz Fernandes! Anda ali a mãozinha recuperadora de Vítor Alves, o maganão!...”

O destino trocou as voltas a Mariz Fernandes. Com o memorando de 9 de Setembro de 1973 ele foi o homem que escreveu a primeira página do Movimento dos Capitães. Nessa altura, não queria fazer revoluções; não a fez. Mas com a redacção dos comunicados para as rádios mudou a página oficial dos regimes e criou, para milhões de ouvintes, a primeira e decisiva imagem do movimento. O desprezo com que Otelo Saraiva de Carvalho fala do seu encontro a 25 de Abril e a forma como o omite noutras passagens do seu livro de memórias são reveladores do curto papel que a história do MFA reservava para Mariz Fernandes.

Em 28 de Setembro de 1974, quando comecei a ver os civis a revistarem militares, pedi para sair. Falava-se na altura em saneamentos militares e eu defendia que ninguém devia ser saneado sem julgamento. Como isso não foi acatado, entendi que não podia ser solidário com aquelas Forças Armadas. Por isso, quis sair. Tive imensa sorte... Fiquei desempregado. Com cinco filhos e a conta bancária a zero.

MARIZ FERNANDES

No balanço de vinte e cinco anos de democracia, Mariz Fernandes destaca com algum desânimo aquele que continua a ser o problema colonial de Portugal: Nestes vinte e cinco anos, Portugal mudou muito. Tem uma democracia próxima das democracias ocidentais, o que tem valor mas também tem vulnerabilidades. Eu preferia que Portugal fosse democrático e tivesse sabido preservar os seus interesses além-fronteiras.

É evidente que o salazarismo não soube encontrar soluções diplomáticas e políticas para o problema colonial, que, depois, teve de ser resolvido pela via militar. Não pretendo advogar que Portugal deveria continuar com o mesmo estatuto que tinha em 24 de Abril; mas havia muitas soluções além da salazarista, mantendo as colónias; e da outra, a de abandonar tudo, como fizemos... Se repararmos nos outros países da Europa, toda a gente saiu de África com mais laços do que nós.

Vinte e cinco anos depois, deixámos de ser um país africano para ser um país europeu. Isso traz vantagens e inconvenientes. Portugal continua a estar separado da Europa pela Espanha. Por outro lado, Portugal recusa voltar a África, enquanto as potências que antes nos condenavam estão nas nossas ex-colónias a fazer um colonialismo muito mais selvagem e vendendo armas às populações para elas se matarem. E ninguém toca nos seus interesses económicos.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO A descolonização, a democracia representativa e o desenvolvimento genérico do País são aspectos inerentes à realidade nacional dos últimos vinte e cinco anos que Otelo aponta como positivos. Do outro lado enuncia as lacunas no campo social que tardam em ser preenchidas e que resultam, defende Otelo, do 25 de Novembro e não do 25 de Abril.

Critico ferozmente as palavras recentes do nosso Prémio Nobel da Literatura quando diz que Portugal é hoje um país igual ao que seria ainda que não tivesse havido Revolução. Eu sei, eu sei que ele faz a afirmação contextualizada num estado de espírito de generalizada desilusão para com tudo o que se esboçou poder vir a fazer-se e não se fez. Os mais pobres, os mais desfavorecidos, os mais desprotegidos, continuam realmente à mercê de um estado de coisas extremamente precário do ponto de vista da habitação, da saúde, da assistência social, da cultura, mas por outro lado considero que se avançou e que não vale a pena estar a “entregar o ouro ao bandido” em conquistas de facto consumadas e que se tornaram irreversí-

CONFISSÕES

veis no Portugal de agora – e acima de tudo que resultam do 25 de Abril, do que ele foi e do que ele pretendeu atingir.

Foi o 25 de Novembro, a causa principal dos recuos registados no Processo Revolucionário em Curso, o PREC.

Tudo o que sinto de orgulho resulta do 25 de Abril. Por termos, apesar de tudo, conseguido marchar para um patamar de, temos que o dizer, controversos índices de desenvolvimento. Porque afinal falta fazer ainda muita, muita coisa, no campo do progresso e do nível de vida de um número alargado de pessoas.

E volta a Cuba.

Um Estado em que a educação e a instrução, a saúde gratuita e a cultura estão ao alcance de todos os cidadãos. Ainda que depois, lá está, haja coisas por concretizar. Aliás, presentemente, sinto-me mais contra do que a favor do regime de Havana. Concorde que se critique Fidel Castro. Democracia sem liberdade não é democracia. Agora será sempre bom não perder completamente de vista os direitos conquistados pelo povo cubano.

Dividido entre a matriz popular da revolução cubana e as vitórias que aí exalta e os modelos de organização de Estado aos quais em outros períodos se deixou também render – a sua deslocação à Suécia nos anos quentes do pós-25 de Abril são disso exemplo –, Otelo admite a procura do modelo perfeito.

Claro que são muitas as dificuldades em aliar num mesmo sistema político, económico e social as virtualidades de uma democracia que se destine a abranger todos, isto num aparelho que não deixe de visar atingir igualmente níveis de progresso e desenvolvimento ditados por uma conjun-

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

tura internacional quase sempre impositivamente limitativa e globalmente indiferente. Não se pode é desistir dessa busca.

Vítima de si mesmo ou, pelo menos, das opções que fez ao longo destes vinte e cinco anos, Otelos Saraiva de Carvalho tornou-se numa figura inultrapassável, para o bem e para o mal, da história recente da nossa democracia.

À esquerda, é tolerado como um símbolo da liberdade, mas é perceptível a dificuldade dos líderes de opinião, dos dirigentes partidários e dos responsáveis sindicais em aceitar as suas posição ou o que delas resta. A extrema-esquerda, cansada da marginalização a que o bipolarismo eleitoral e mesmo ideológico a votou, aproxima-se dos conceitos da social-democracia e, para isso, não vê vantagens em chamar por alguém que muito antes de si defendeu a democracia participativa com os resultados que se viu. A direita, que o respeitava, não lhe perdoa o presumível envolvimento em crimes de sangue no âmbito da acção terrorista das brigadas revolucionárias a que ingenuamente emprestou o seu nome e prestígio. Mais à direita ainda é odiado. Afinal, os membros mais representativos da hierarquia militar e dos grupos sócio-económicos mais poderosos tardaram em reconstituir os impérios destruídos com o 25 de Abril e as posições revolucionárias mantidas por Otelos depois do 25 de Novembro ter-lhes-iam imposto novas derrotas. Nome a abater, é neste desiderato complexo e de difícil percepção que se movimenta o revolucionário que contribuiu decisivamente para desamordaçar um país que perdera a voz no fragor de uma Guerra Colonial e de uma opção isolada em relação a uma conjuntura internacional em transformação e que na década de 70 dava

CONFISSÕES

corpo a níveis de avanço e preocupação sociais inquestionáveis.

Mas Otelo, que pelo rumo dos acontecimentos se tornara pivô de todo o processo democrático, começou a perder capacidade de intervenção a partir do momento em que terá confundido a popularidade e o carinho de que era destinatário com a possibilidade de aderir a movimentos cujas boas intenções não ficaram provadas aos olhos dos Portugueses. E mesmo no seio dos que ainda hoje lhe são mais próximos, os militares de Abril, Otelo não deixa de ser olhado como aquele de cuja ingenuidade se aproveitaram alguns para manchar, já em tempo de democracia, uma revolução que praticamente não fez verter uma gota de sangue. Mas Otelo, a verdade seja dita, é assim: um homem que continua a acreditar que os outros homens são o que são e pronto.

Já recomposto de cinco anos de prisão no seguimento do processo das FP-25; envolvido em franca actividade empresarial numa firma que desenvolve negócios com amigos africanos que manteve desde os tempos de infância e outros que ganhou depois do 25 de Abril e da independência dos países de expressão portuguesa; sistematicamente convocado para os órgãos de comunicação social; reconhecido na rua por todos e continuamente fascinado pelo impacto que a sua própria aparição provoca, Otelo habituou, e obrigou, os que consigo privam a reconhecerem-lhe o direito à sobrevivência.

Agora, à distância do dia 25 de Abril de 1974, ao fim do qual passou sem glória o testemunho aos oficiais que apareceram rapidamente na Pontinha para tomar o Poder que ele, e Garcia dos Santos, e Sanches Osório, e Salgueiro Maia, e

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Vasco Lourenço, e Vítor Alves, e Melo Antunes, e Carlos Azeredo, e outros tinham arrancado às garras do salazarismo, está conformado.

Naturalmente, sinto um enorme desalento pelo rumo que as coisas levaram e também uma grande decepção pelo desmembramento do Movimento das Forças Armadas, não se tendo assim aproveitado a oportunidade de implementar neste cantinho um modelo novo para uma sociedade nova. Que era possível. Que foi possível. Mas a partir do momento em que ficou visível não haver vontade política para aplicar certas medidas, tudo ficou bem mais claro para mim. O documento Aliança Povo/MFA ainda esboçou os traços do que poderia ter vindo a ser a possibilidade de criação de uma sociedade esforçadamente mais justa e equilibrada, mas não. E hoje estamos nisto.

Saudoso dos tempos em que desafiou poderes instituídos e depois daqueles em que concorreu a actos eleitorais, Otelio guarda na memória um lugar especial para as presidenciais de 27 de Junho de 1976, quando obteve 16% dos votos em compita directa com o candidato comunista, Octávio Pato (recentemente falecido), o almirante Pinheiro de Azevedo e o general António Ramalho Eanes. Um resultado extraordinário que na altura lhe deu o segundo lugar nas preferências nacionais e que mostrava, sobretudo, a amplitude da empatia e da confiança que detinha bem vivas entre os Portugueses.

Em minha opinião, não foi só o Jorge Sampaio que votou em mim. O Mário Soares também deve ter feito o mesmo. Senti nessa época que as pessoas estavam sequiosas de mudança e de aprofundamento das medidas que fossem ao

CONFISSÕES

encontro das suas principais e reais necessidades. Mas pronto, depois regressei à minha condição de major e oficial do Exército no activo suspenso da efectividade de serviço devido aos acontecimentos do 25 de Novembro. De resto, acabei mesmo por ser punido com vinte dias de prisão disciplinar agravada por ter intervindo numa sessão pública para a qual não requeria autorização.

Cumprida a pena na prisão do Forte de Caxias, Otelo cai no esquecimento. Nos começos de Novembro, escassos quatro meses decorridos sobre as eleições presidenciais, está só e à mercê das fintas que conseguir dar.

Eu sabia que tinha comigo o povo anónimo. O PS estava noutra, o PCP já começara a campanha contra mim, e que ainda hoje dura. Com a direita já não havia os mínimos laços. Naturalmente, acabo por decidir aderir a um projecto de esquerda revolucionária, mas não de extrema-esquerda. Pensei, e ainda hoje acredito firmemente nisso, que o amplo capital eleitoral cativado nas eleições de Junho poderia ser aproveitado e potenciado para dar corpo a um movimento de carácter cívico, ou mesmo político, que reflectisse o pensamento das classes trabalhadoras mais desprotegidas. A onda de entusiasmo que se gerara com a minha candidatura, desenfeudada dos partidos, note-se, poderia mesmo permitir cogitar no nascimento de um partido novo, com um espaço próprio para ocupar e que conseguisse ser portador de uma nova mensagem.

Mas as desinteligências com o chefe do Estado-Maior do Exército da altura só terminam no momento em que, apoiado nos pareceres dos cinco juízes do Conselho Superior de Disciplina, o general Pedro Cardoso decide passar Otelo à reserva compulsiva. Estava-se em Junho de 1979.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO

Eu tinha escrito o *Alvorada em Abril* e participava com regularidade em encontros em Portugal e no estrangeiro, tudo coisas que irritavam solenemente o general Pedro Cardoso, que não descansou enquanto não me passou à reserva.

Chegou então o momento da descoberta da cidadania plena.

A um ritmo incessante contactava políticos, intelectuais, fazedores de opinião de todo o mundo. Em todas as latitudes, de todos os quadrantes.

Otelo decide então envolver-se directamente na política e inicia o seu percurso pelos movimentos extremistas, do qual acabará por resultar a longa “travessia do deserto” de cujas consequências não mais se libertou.

Tal como a Revolução, também a tentativa de aproveitamento da minha imagem junto dos Portugueses era imperdível. Eu tinha que fazer alguma coisa. Tive sempre que intervir. E quanto mais dificuldades vi à minha volta, maior necessidade tive de me envolver, reflecte Otelo.

No balanço da Revolução, apesar das enormes reservas sugeridas em diversos momentos por esses protagonistas, o tenente-coronel destaca as coisas boas que foram, em sua opinião, as mais importantes e decisivas.

O Movimento das Forças Armadas, a que ficam ligados os momentos mais marcantes do processo revolucionário e da institucionalização do sistema democrático. O antigo Presidente da República Mário Soares, de facto um homem de liberdade e de grande apego a conceitos como a solidariedade e a amizade. E Álvaro Cunhal, o grande líder de um partido, o comunista, com quem, como se sabe, há muitos anos estou incompatibilizado, mas pelo qual tenho que admitir possuir enorme admiração. Não perdoo ao PCP nem

CONFISSÕES

ao próprio Álvaro Cunhal, mas admiro-lhes a tenacidade e o espírito de combate demonstrados ao longo de todos estes anos.

Pela negativa, Otelos elege os nomes de dois homens pelos quais confessa não ter mesmo qualquer simpatia.

Há mais, mas Paulo Portas e Manuel Monteiro são duas pessoas que ouço sem paciência e que reflectem com toda a exuberância aquilo que mais caracteriza os tempos que correm: falam muito do que notoriamente desconhecem em absoluto. Sinal dos tempos, sintoma de uma classe política que age destituída de rigor, de preocupação e de qualquer espírito de verdade.

O Partido Socialista, no qual, diz, tem mais amigos e cumplicidades, vive, no entender de Otelos Saraiva de Carvalho, um momento particularmente difícil.

Claro que se quisermos fazer uma leitura redutora da actividade e da postura do PS somos forçados a admitir que em pouco ou nada se distingue do Partido Social-Democrata. Realmente, às vezes parece que não os separam senão uma fronteira ténue e invisível.

Mas também é verdade que, não na totalidade mas em grande parte, é no PS que podemos e vamos encontrar os militantes de base e os quadros ainda assim mais empenhados na defesa e na prossecução dos grandes princípios da esquerda. Que são os do 25 de Abril.

Mas é para o povo que Otelos guarda, ainda assim, a derradeira palavra. A palavra de esperança, mas, ao mesmo tempo, a expressão do ruir do sonho.

Somos muito mansos, muito sossegados, muito expectantes.

Não fora isso e, eventualmente, ainda um destes dias haveria uma surpresa. Eu, por exemplo, estou muito afastado e,

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO

na verdade, só por milagre regressaria à actividade política. O milagre de os Portugueses desencadearem uma vaga de fundo que me empurrasse para uma nova campanha presidencial. Mas, de facto, só nessas circunstâncias eu voltaria à luta política...

SANCHES OSÓRIO Engenheiro, advogado e major de Engenharia. Um homem tido pela maioria como complexo. Para si mesmo um democrata. Há quem lhe aponte brilhantismo intelectual, mas o que sobressai, acima de tudo, do seu contraditório percurso é a aparente dificuldade em eliminar opções. Se a nível profissional essa incapacidade de escolha se traduz em três actividades, a nível político a prolexia é ainda maior. Sanches Osório teve uma presença empenhada no Movimento dos Capitães, chegou a ser um dos primeiros militares ministros do pós-25 de Abril, empenhou-se na militância direita, confessa ter sempre votado PS, diz-se social-democrata e defende a monarquia. Num percurso inusual da direita para a esquerda, Sanches Osório afirma agora que falta a Portugal a independência dos poderes económicos para ser um país livre. Num ponto a sua coerência tem-se mantido inabalada: Sanches Osório não gosta de Mário Soares e diz mesmo que, se não tivesse sido a sua intervenção, colocando pessoas sabedoras junto do então ministro dos Negócios Estrangeiros, o processo de descolonização poderia ter sido ainda mais desastroso.

CONFISSÕES

José Sanches Osório tomou posse a 18 de Julho de 1974 como ministro da Comunicação Social no governo de Vasco Gonçalves. O já então major de Engenharia foi substituir Raúl Rêgo, o primeiro a exercer estas funções no primeiro elenco governamental liderado por Adelino da Palma Carlos. Mas a sua permanência no Governo é curta, dura apenas três meses, acabando por demitir-se a 1 de Outubro. De qualquer forma, Sanches Osório orgulha-se da sua participação na construção da democracia constitucional: **O meu papel no 25 de Abril acabou por ser marcante para mim pelo facto de ter contribuído para a formação do poder constituinte. É agradável e causou-me um certo orgulho em 1976 ter contribuído para a existência da Constituição, que em 1997 foi revista para se pôr de acordo com a realidade sociológica, mas mantendo, apesar de tudo, os programas e as linhas principais de acção que enformaram a Constituição em 1976. As lutas menores de política entre o partido A ou o partido B fazem parte do dia a dia em que não estou, neste momento, empenhado, embora me situe na área a que continuo a chamar, talvez já fora de moda, da democracia-cristã. Uma área que infelizmente não teve aceitação em Portugal e que foi crismada de extrema-direita, mas que em termos programáticos me parece muito mais progressista do que idealista e até mesmo mais utópica do que a linha do Partido Socialista. Nesse sentido, a democracia cristã é uma força de esquerda e é nesse campo que eu me situo.**

Se as preferências ideológicas de Sanches Osório estão definidas, a forma política de as encaixar é mais problemática. José Sanches Osório no Partido Social-Democrata, tal como afirma nunca se ter revisto no Partido Popular Democrata: **Nunca fui um simpatizante do PPD nem do PSD. Fico com pele de galinha quando me vejo perante um partido que eu**

SANCHES OSÓRIO

considero um saco de gatos ou um albergue espanhol. Estão lá todas as correntes, é um partido para o qual toda a gente entra e de onde ninguém sai, portanto não me parece que seja muito útil para a democracia portuguesa. Mas, de alguma maneira – e isso é talvez a chave do êxito –, corresponde um bocadinho à mentalidade do povo português: dá-se sempre com o Poder, embora tente ludibriar o Poder. Onde isso se verifica substancialmente é no caso da fiscalidade. Todos os portugueses reclamam que o parceiro do lado tem de pagar mais impostos, mas nenhum hesita em cometer fraudes fiscais.

Ressalva-se, na opinião de Sanches Osório, a seriedade de Cavaco Silva: O Prof. Cavaco Silva não vai voltar ao Poder, já passou o tempo dele. Nunca votei nele nem votarei se ele se apresentar em qualquer eleição, mas não tenho dúvidas de que é uma pessoa que procura ser séria. No entanto, não tem empatia, não há contacto fácil dele com o seu interlocutor.

Sanches Osório confessa uma igual distanciação quanto ao outro partido do espectro partidário da direita portuguesa, o Centro Democrático Social, actual Partido Popular. E apesar de ter estado próximo do CDS – nomeadamente na negociação de lugares para o seu Partido da Democracia Cristã –, afirma-se em desacordo com uma das figuras carismáticas do CDS: Conheço o Prof. Freitas do Amaral desde muito jovem e não partilho as ideias políticas dele. Tem tido um comportamento com o qual não posso estar de acordo porque nunca foi uma pessoa frontal, é sempre uma pessoa de segunda linha, é uma pessoa que analisa os porquês, aliás brilhantemente, do falhanço ou da vitória, mas é incapaz de comandar um vitória. No fundo, não é um líder.

Já a figura de António Ramalho Eanes merece a Sanches Osório créditos fortes: Ramalho Eanes foi marcante para

CONFISSÕES

uma viragem no sentido da disciplina e das regras da ortodoxia dentro das Forças Armadas. Foi o grande pacificador das Forças Armadas, e com isso deu um contributo relevante para a sedimentação da democracia. Além disso, desempenhou cabalmente os seus dois mandatos de Presidente da República. Do ponto de vista político, pela forma como criou o Partido Renovador Democrático, demonstrou que era uma pessoa seríssima, que não tinha a menor vocação para ser político. Se fosse político teria criado um partido político enquanto Presidente da República. Não há, na história da política europeia, ninguém que tenha o Poder e saia do Poder para voltar ao Poder. Quem tem o Poder, conserva-o.

Com Mário Soares, Sanches Osório não tem contemplações: Sobre o Dr. Mário Soares, eu citaria o Prof. Orlando de Carvalho quando fez o seu último discurso e lhe perguntaram se tinha inimigos. Ele disse que tinha tido muitos inimigos, mas que hoje só tinha um, a quem tratava por meu caro inimigo. Em relação ao Dr. Mário Soares, eu estou praticamente nessa situação. De facto, não gostei nunca e não gosto da actuação do Dr. Mário Soares. O antigo Presidente da República suscita no major de Engenharia diversos tipos de reservas, nomeadamente quanto ao que defende ser o seu lugar na História. Ele tenta refazer a História à sua maneira, mas quanto a isso não há nada a fazer. Só daqui a muitos anos é que a História poderá ser escrita ou reescrita. Nessa altura, alguns investigadores descobrirão coisas perfeitamente fantásticas... No momento actual, quem fez, a nível internacional e a nível nacional, o 25 de Abril foi o Dr. Mário Soares. Diz ele e, portanto, não há nada a fazer.

Sanches Osório foi durante muito tempo considerado um spinolista e é à luz dessa pertença que é entendida a sua entrada

SANCHES OSÓRIO

rápida para o Governo no pós-25 de Abril. Mas sobre o primeiro Presidente da II República Portuguesa, Sanches Osório diz ser uma pessoa com quem não teve laços próximos: **Respeito-o extraordinariamente. Tinha por ele um enorme apreço como militar, mas não como político.** Eu, que era tido como spinolista, apenas conheci o marechal Spínola quando ele era major e eu era aluno do Colégio Militar e no ambiente restrito dos concursos hípicos. Depois, deixei de ter qualquer contacto com ele, até às vésperas da Revolução. Não pertencia àquele grupo dos chamados spinolistas, até porque era oficial de Engenharia, era oficial do Estado-Maior, coisa que o marechal Spínola abominava, e eu só tinha como valor positivo para ele o facto de ser antigo aluno do Colégio Militar.

Mais tarde, o curso da História haveria de os ligar num movimento de direita chamado Movimento Democrático de Libertação de Portugal, MDLP. Sanches Osório foi um dos perseguidos no 11 de Março e teve mesmo que se exilar em Paris. Manteve aí contacto com Alpoim Calvão, o coronel combativo que na Guiné tentara a invasão de Conakry, e com António de Spínola, também exilado, na época no Brasil. O objectivo do movimento era restaurar os princípios do Movimento das Forças Armadas, tal como Spínola e os seus seguidores os entendiam, e enfrentar o perigo comunista que na altura pensavam ameaçar Portugal. António de Spínola viria a ser o presidente e face visível do MDLP, movimento que se auto-extinguiu na sequência do 25 de Novembro.

Recorda Sanches Osório: **Por que é que se cria o MDLP? Porque se tinha a noção de que Portugal estava a caminho de uma ditadura comunista e queria-se evitar isso. A maioria das pessoas não partilhava dessas ideias. Em 1974 ou 1975 escrevi um livro com uma intenção absolutamente**

CONFISSÕES

revolucionária, ou contra-revolucionária, como se dizia na altura, um livro perfeitamente situado no contexto político daquela época. Dez anos depois, em 1985, o marechal Costa Gomes levou-me o livro, num almoço que fizemos, para que eu lhe fizesse uma dedicatória. Nessa dedicatória escrevi que considerava o marechal Costa Gomes o principal obreiro da democracia portuguesa, porque se deve a ele o não ter havido uma guerra civil e termos tido a possibilidade de fazer a Constituição de 1976 com o mínimo de conflito possível.

Apesar de ter estado do lado de Alpoim Calvão no MDLP, Sanches Osório não hesitou quando o comandante da Guiné enfrentou em tribunal o major Mário Tomé devido a uma acusação de difamação e mudou-se para o campo do antigo deputado da UDP. Porquê neste conflito a minha solidariedade com o major Tomé? Primeiro porque, para além das divergências de ordem política, temos uma amizade profundíssima, na medida em que somos do mesmo curso da Academia Militar. Por outro lado, para além das ideias políticas que o major Mário Tomé tem, ele foi um valoroso combatente quando teve que ser combatente. Portanto, parece-me completamente descabido ir a tribunal da forma como foi. É difícil decidir quem combateu de forma bárbara e quem não combateu de forma bárbara. O tenente-coronel Matos Gomes teve, quando prestou o seu depoimento, a maior das dificuldades em esclarecer esse ponto e tenho a impressão que não é possível ser esclarecido. Quem combateu, combateu e fez o melhor possível. No major Tomé, o que respeito acima de tudo é a liberdade de pensamento dele, como ele respeita a minha.

Boa nota recebe também o estratega do 25 de Abril: Não encaro com gravidade a actuação do major Otelo Saraiva de Carvalho. Acho que, se pudéssemos fazer uma transla-

SANCHES OSÓRIO

ção no tempo e recuar para a guerra civil de 1834, depararíamos com um Oteló Saraiva de Carvalho marechal e duque, como foi o marechal Saldanha.

Afinal, Sanches Osório é aquilo que se entende normalmente por homem de esquerda convicto: Sempre votei no Partido Socialista e faço questão absoluta de usar o cravo vermelho no dia 25 de Abril. Mas o seu coração é, afinal, monárquico: A monarquia é um regime adequado à dimensão de Portugal. Seria extremamente interessante que se acabasse com o limite material de revisão da Constituição da forma republicana de Governo e regressássemos ao regime monárquico, que permite, evidentemente, a existência de todos os partidos políticos. Seria importante a existência de uma instituição, à margem das pequenas querelas e dos *fait divers* do dia a dia da política, e essa só pode ser a instituição real. O duque de Bragança não será um paradigma de inteligência nem um fenómeno de bom senso. Mas é o que temos. Esperemos que o Senhor D. Afonso seja melhor. Não havia inconveniente nenhum em que ele fosse rei, antes pelo contrário: pouparíamos uma eleição, que é extremamente cara, pouparíamos uma série de equívocos, porque cada Presidente da República escolhe um programa de acção para a execução do qual depois não tem as devidas competências, o que acaba por ser um logro, teríamos uma legitimidade que sempre foi tradicional em Portugal – os reis de Portugal sempre foram aclamados pelo povo em cortes e portanto nunca houve em Portugal o problema da sagração do rei. Sempre foi uma forma de eleição, se quisermos. Acho que seria a solução mais lógica e mais civilizada. Na União Europeia, a maioria dos países desenvolvidos são, de facto, monarquias. O que não quer dizer que se conceba a monarquia hoje, e daí advêm muitos equívocos, rodeada de

CONFISSÕES

uma corte como nos séculos XIII ou XIV. Atente-se na monarquia norueguesa, sueca, dinamarquesa ou holandesa.

À semelhança dos restantes protagonistas do 25 de Abril, também Sanches Osório considera a descolonização uma consequência determinante do 25 de Abril. É muito fácil, a vinte anos de distância, dizer que a descolonização deveria ter sido feita, planeada e executada desta ou daquela maneira. Mas os actos mais importantes da vida das pessoas e da vida dos povos não são actos racionais, são actos sentimentais, reacções movidas pelo sentimento e não pela razão. Temos o exemplo recentíssimo da queda do Muro de Berlim, em 1989. Antes de acontecer, a Europa inteira e todos os bem pensantes políticos alemães entendiam que a unificação da Alemanha deveria ser planeada e executada num prazo determinado. Afinal, a unificação da Alemanha fez-se porque o povo alemão quis. E quis porquê? Quis por razões sentimentais e agiu de acordo com esse seu querer. Com isso, estragou o planeamento. Os Alemães deitaram abaixo o Muro e os políticos tiveram que ir a reboque tomar conta do movimento espontâneo. Depois, tiveram que estabelecer parâmetros de actuação, digamos que só puderam planear *a posteriori*, e tiveram que resolver problemas. Foi o mesmo que nos aconteceu a nós, depois da Revolução. É da História, qualquer revolução sabe-se quando começa, não se sabe como vai evoluir nem quando acaba.

Perante o movimento social despoletado pelo 25 de Abril, Sanches Osório minimiza as responsabilidades dos políticos na descolonização: Em termos de descolonização há muitas culpas na anarquia que reinava então nas Forças Armadas. Muitas das decisões, eventualmente precipitadas, que os políticos tomaram tinham fundamento na falta de apoio militar de que dispunham. Um negociador, um diplomata, tem de ter por detrás

SANCHES OSÓRIO

um soldado, e aqueles negociadores da descolonização sabiam que não tinham por detrás nenhum apoio militar, ou que o apoio militar que tinham não era suficiente. E mais, sabiam que o adversário tinha pleno conhecimento disso. Estavam, portanto, em condições de nítida inferioridade nas negociações.

No entanto, os políticos não escapam à responsabilização, sendo que o papel de Mário Soares é visto de forma particularmente cáustica por Sanches Osório: O principal responsável da descolonização que foi feita foram os vários Governos da ditadura, que não fizeram a descolonização em devido tempo. O que não obsta a que, por exemplo, o Dr. Mário Soares tenha sido um dos principais responsáveis dos primeiros passos, porventura precipitados. Esses passos foram dados por ele com uma total ignorância do que se passava em África, cujo mapa desconhecia completamente. Por essa razão tiveram de ser enviados para Londres, para o assessorar nas conversações que tinha encetado logo a seguir à Revolução e à posse do I Governo Provisório, o actual general Almeida Bruno e o brigadeiro Monge, para lhe explicarem exactamente aquilo que ele não sabia: quais eram os movimentos independentistas, quem era quem no mapa de África. Ele desconhecia completamente. E apesar disso, dessa ignorância, ele ousou começar a negociar. Soube deste problema através de um jornalista que trabalhava no *The Guardian* chamado António Figueiredo, que veio de Londres ao meu gabinete no Palácio Foz contar-me o seu pânico. Por causa desta ignorância eu levei o António Figueiredo ao Palácio de Belém e marcharam no dia seguinte para Londres o Almeida Bruno e o Monje para assessorarem o Dr. Mário Soares.

O neocolonialismo existe nas antigas colónias portuguesas de África, Sanches Osório não tem dúvidas, mas Portugal está a ficar definitivamente fora do tabuleiro africano. As antigas

CONFISSÕES

colónias africanas, em termos de neocolonialismo, estão mais do que perdidas. Do que esses países precisam é de investimento, e nós não temos dinheiro. A parceria é uma coisa muito bonita, mas faltam capitais, e nós não temos. Quando muito, poderíamos ter capacidade para uma cooperação com a Guiné, mas infelizmente nem isso temos feito, e temos sido sempre ultrapassados pelos Ingleses e pelos Americanos. Aliás, o facto de Moçambique ter aderido à Commonwealth vai significar, a médio prazo, uma viragem para a língua inglesa, porque hoje em dia os grandes investimentos em Moçambique são feitos por companhias inglesas. Os portugueses da minha geração já estão completamente ultrapassados; os moçambicanos da minha geração já estão também ultrapassados. O motor da sociedade moçambicana e angolana de hoje é a geração que tem entre 20 e 30 anos. Quem tem essa idade liga tanto aos Portugueses como liga aos Ingleses, aos Americanos ou aos Brasileiros; liga a quem fizer investimentos e criar riqueza e tiver capacidade, em igualdade de circunstâncias.

Cumprido o 25 de Abril, a sociedade portuguesa reconheceu o mérito dos militares que o fizeram? Para os próprios, a questão não parece ter duas respostas. Seja qual for o seu actual posicionamento político, os militares que fizeram a revolução nunca escondem alguma mágoa pela forma como foram depois postos à margem dos processos. Apesar da singularidade do seu posicionamento político, Sanches Osório, neste particular, não foge à regra dos seus companheiros de aventura da noite de 24 de Abril. A questão da sociedade civil não é, em substância, um problema de oposição à sociedade militar. Nasceu, em termos demagógicos, dessa forma, como oposição ao Conselho da Revolução. Embora de início eu não tenha estado de acordo com o Conselho da Revolução, o facto é que ele foi estabele-

SANCHES OSÓRIO

cido. Os partidos políticos assinaram com o Conselho da Revolução um pacto, um contrato que os militares do Conselho da Revolução cumpriram, pontualmente, ponto por ponto. Parece-me que a posição dos conselheiros da Revolução, de todos eles, é completamente inatacável. Saíram quando estava combinado que deveriam sair, cumpriram a 100%. Institucionalmente, saem sem mágoa nenhuma. Desde o dia 25 de Abril que todos nós dissemos que não tínhamos feito a Revolução para ter o Poder, nem para alcançar promoções fora das regras normais de promoção dentro das Forças Armadas. Portanto, acho que ninguém tem legitimidade para ter mágoas. O que não quer dizer que elas não existam em relação a pontos muito concretos. E se a sociedade premeia os mais valorosos com distinções honoríficas, Sanches Osório lamenta que, no caso dos militares de Abril, elas sejam escassas: Por exemplo, eu tenho um certo desgosto de, sendo membro da Ordem da Liberdade no seu grau mais elevado, nunca ninguém me ter perguntado ou informado sobre as atribuições ou as concessões da Ordem da Liberdade. Isto é uma mágoa, um certo desgosto institucional, assim como me desgosta que ainda não tenha sido chanceler das Ordens Nacionais – da Liberdade ou do Infante – nenhum militar do 25 de Abril. Era o mínimo de justiça institucional que deveria ser feito, mas acho que tem havido uma preocupação de afastamento das instituições dos militares.

De qualquer forma, para este militar e advogado de renome, os objectivos principais do 25 de Abril estão cumpridos: Aquele período de grandes hesitações e de lutas pelo Poder, com uma certa hegemonia na sociedade portuguesa, acabou bem e instaurou-se a democracia. É esse o objectivo. Uma democracia pluralista. É o que temos desde 1976, desde que existe Constituição.

CONFISSÕES

Neste processo, há factores que surpreenderam Sanches Osório de forma positiva: **O que me surpreendeu foi a sabedoria do povo português, que foi chamado a votar e votou equilibradamente.**

Uma sabedoria que o major atribui também às camadas jovens, que, acima de tudo, defende, têm um grande sentido de liberdade: Hoje, os jovens têm um sentido da realidade muito mais apurado e um sentido de luta que, provavelmente, as pessoas da minha geração não tinham. Eles sabem que só podem sobreviver se tiverem capacidade de luta para alcançar o seu espaço e liberdade de acção. E isto é muito duro. O 25 de Abril produziu um país com uma mentalidade nova, livre, primeiro que tudo. A juventude, por exemplo, que na sua maioria está muito mais à direita do que eu, terá tempo para passar para a esquerda. Mas há uma coisa que eles não dispensam, e para mim é o fundamental – é a liberdade de serem o que são.

Defeitos do sistema português? O maior defeito que encontro na democracia é o de não termos conseguido ainda o desenvolvimento económico que ambiciono para o meu país, não termos conseguido estripar o limiar de pobreza em que vive grande parte da nossa sociedade. A classe política também deixa algo a desejar, num desfasamento da Europa que Sanches Osório atribui à fraqueza das elites nacionais: Nós nunca tivemos elites. É exactamente por isso que estamos num grau de desenvolvimento tão baixo. Há sempre elites, há sempre quem esteja num nível superior, mas em relação à Europa o nível das nossas elites é bastante inferior. A mediocridade da nossa classe política é reflexo disso mesmo.

E se uma imprensa livre é considerada universalmente como uma condição essencial da democracia, a imprensa portu-

SANCHES OSÓRIO

guesa, livre do ponto de vista político, necessita ainda, na opinião deste major-gestor, de se libertar de um último escolho: Há indiscutivelmente liberdade de expressão e de pensamento, desde que não se toque em nenhum grupo económico. Ora parece-me que o passo essencial para o aprofundamento da democracia em Portugal é que haja uma imprensa ou uma comunicação social virada para o sector económico e tão livre quanto a do sector político. Isso significaria que a comunicação social se libertava do poder económico, porque neste momento está completamente submetida ao poder económico e, nesse sentido, não é inteiramente livre.

É ainda no plano económico que falta fazer a última revolução, para Sanches Osório. Um sonho que espera ainda ver concretizado: Gostava imenso que em Portugal acontecesse a mesma coisa que aconteceu em Itália, de há alguns anos a esta parte: que houvesse uma limpeza judicial na classe política e empresarial. Acho que há uma enorme promiscuidade entre os grupos económicos e a classe política. Basta verificar este facto, que demasiadas vezes acontece: um cidadão que vem para Lisboa para ser deputado por acidente, é secretário de Estado durante uns anos e passa imediatamente para administrador de uma *holding* de um qualquer grupo económico. Isto significa que, para além da honestidade que as pessoas procuram aparentar, o poder político está cada vez mais enfeudado ao poder económico. Há sempre uma luta permanente, mas tem de haver uma harmonização e tem de haver regras nessa luta. Gostaria muito de ver, finalmente, uma lei do financiamento dos partidos. A seriedade ainda tem um défice superior ao défice do Orçamento do Estado, e parece-me que é urgente trabalhar-se nesse sentido.

VASCO LOURENÇO Não estava em Lisboa no dia 25 de Abril, mas isso não o impediu de dedicar toda a sua vida à Revolução dos Cravos. Desde a reunião das Alcáçovas, a 9 de Setembro de 1973, considerada a génese do Movimento dos Capitães, a sua acção é das mais decisivas para se chegar ao golpe de Estado. De tal forma que, em vésperas do levantamento das Caldas da Rainha, é enviado para os Açores, para mais facilmente poder ser controlado. Voltou a 29, a tempo de integrar o Conselho da Revolução.

A morte de Salgueiro Maia, a ambição política de Otelo Saraiva de Carvalho e o desgaste que a passagem pelo Poder provocaram em homens como Ramalho Eanes tiveram em Vasco Lourenço um contraponto sistemático. Otelo Saraiva de Carvalho descreve-o como tendo uma “tenacidade de buldogue”, num elogio sibilino a que Vasco Lourenço respondeu ao longo de vinte e cinco anos com o silêncio, mostrando que conhece os mecanismos da História e a forma como ela corre a favor dos que sabem esperar. Nunca tendo aceitado cargos políticos, assume-se hoje

CONFISSÕES

como homem de esquerda, mas, acima de tudo, como presidente da Associação 25 de Abril, e quando é hora de lembrar a Revolução ou homenagear os que a fizeram, é o seu rosto largo que surge. Confessadamente desiludido com esta democracia, o tenente-coronel que deu recentemente a cara por um projecto que visava a correcção das carreiras dos capitães de Abril já não será um “puro”, mas é sem dúvida o último dos “duros”.

As revoluções devoram sempre os seus autores, cita Vasco Lourenço, dando voz a um sentimento de exclusão que é vivido por todos os militares de Abril. A hierarquia militar não perdoou o acto de indisciplina que foi o 25 de Abril – a estrutura parece que se autodefendeu, com receio de que esses indivíduos pudessem repetir a graça. Chegou-se mesmo a uma situação em que, para poderem ascender na carreira, os militares de Abril tiveram que adquirir o estatuto de “arrependido”. Outros, de forma pragmática, optaram pela carreira em modelo suave.

Nestes vinte e cinco anos, a carreira de Vasco Lourenço progrediu de capitão de Infantaria até tenente-coronel. E apesar de ter sempre tentado, com o seu posicionamento, não desvirtuar a Revolução que assumiu, lamenta o estado de imobilismo político a que ficou reduzido.

Uma das piores coisas que pode acontecer a uma pessoa é ser um herói vivo. E nós sofremos por isso. Dá a impressão de que somos incómodos, que não temos o direito de intervir na coisa pública, utilizando os direitos que ajudamos a criar para os outros. Somos tratados como se nos estivéssemos a meter onde não somos chamados.

Vasco Lourenço defende que foram os militares os principais responsáveis pela consolidação da democracia em Por-

VASCO LOURENÇO

tugal. Em 1974/75, foram os militares que assumiram primeiro uma posição de ruptura. Mantivemos sempre uma independência e autonomia total em relação às forças partidárias, ainda que isto nos custasse um certo ostracismo. Por isso, custa-nos ver, passados estes anos, as tentativa para tentar reescrever a História e criar “pais” da democracia em Portugal, como se os militares não tivessem sido fundamentais.

Anos depois, as esquerdas não criaram espaço para estes homens poderem ter uma intervenção política normal: O PS tem medo de nós. No período revolucionário houve quem nos acusasse de tentar tomar o PS por dentro. E ainda existe esse medo. Por isso, dão-nos palmadinhas nas costas e não se passa disto... A outra esquerda exagera ao contrário. Durante anos não houve uma palavra de ordem do PCP que não utilizasse a palavra “Abril”. O 25 de Abril é um acontecimento nacional, de todos os portugueses, mas, a partir de certa altura, só duas forças políticas o assumiram: o PCP e a Associação 25 de Abril. Isso é algo que a mim, militar de Abril e homem de esquerda, custa.

Os escolhos que o tempo se encarregou de colocar no caminho não tiram ao tenente-coronel o brilho de ter participado na Revolução que foge à regra mundial: O 25 de Abril é um processo único no mundo, porque foi feito por militares profissionais e com características específicas: os conspiradores são oficiais e quase de um só ramo – o Exército. Em termos históricos, esta característica é quase contra natura – em todo o mundo os militares, quando intervêm na política, é para impor democracias musculadas que rapidamente se transformam em ditaduras. Aqui,

CONFISSÕES

foi diverso. Sinto-me orgulhoso de termos feito promessas e nos termos mantido fiéis a essas promessas, ainda que para isso tivéssemos que andar à batatada uns com os outros.

No pós-Revolução, Vasco Lourenço defende que os militares cumpriram as suas promessas, apesar de confessar terem permanecido no Poder mais tempo do que tinham inicialmente pensado.

A solução encontrada acabou por ser extraordinariamente feliz – o Conselho da Revolução teve um papel fundamental na implementação da democracia em Portugal. Cumprimos a nossa palavra: realizar eleições, pôr a Assembleia Constituinte a funcionar, ter uma Constituição aprovada de forma livre... E antecipando qualquer crítica à primeira Constituição, Vasco Lourenço dispara: Quem é que não sofre pressões? Os *lobbies*, as associações cívicas e políticas, todos fazem pressão sobre os órgãos de soberania. Na altura também havia.

Prolongou-se por tempo demasiado a permanência dos militares no sistema político? A culpa, diz Vasco Lourenço, é dos políticos, que não souberam tomar conta da situação.

É uma das coisas que os militares de Abril não perdoam ao Poder: a forma como foi feito o fim do período de transição e o fim do Conselho de Revolução, ainda para mais fazendo passar a imagem de que nós tentámos ir para além disso. Nós não tivemos culpa do tempo que demorou a fazer a revisão da Constituição. Fizeram-na quando quiseram. Mas não aceitamos a imagem de que saímos empurrados. Os militares não foram obrigados a regressar aos quartéis, *decidiram* regressar aos quartéis. E dissemos sem-

VASCO LOURENÇO

pre que o faríamos. Por mais anos que viva, por mais homenagens e palmadinhas nas costas que me dêem, esse acto é indesculpável.

Apesar de tudo, Vasco Lourenço afirma perceber a posição de Mário Soares, enquadrada na “guerra fria” que manteve com Ramalho Eanes:

O poder político não teve a capacidade de perceber que os militares de Abril eram uma coisa e o Eanes outra. Assim como a Associação 25 de Abril é uma coisa e o Eanes é outra. Pesa-me a forma como se comemoraram os dez anos do 25 de Abril, bem como a forma como Mário Soares actuou como primeiro-ministro. Nessas comemorações oficiais não esteve quase ninguém, enquanto as manifestações populares organizadas pela Associação 25 de Abril estavam a abarrotar. Já quando foram os vinte anos, precisamente com Mário Soares, foi possível fazer uma comemoração comum e que quase fez esquecer a mágoa do décimo aniversário.

A descrença de Vasco Lourenço, percebe-se depois, não é tanto com a situação portuguesa, mas com os defeitos do regime democrático de forma geral. A citação de Churchill é, neste ponto, inevitável, mas mesmo reconhecendo que a democracia continua a ter virtudes e a ser o regime menos mau, o presidente da Associação 25 de Abril pensa que Portugal perdeu uma oportunidade histórica nesse particular: Em Portugal, tivemos depois do 25 de Abril condições para tentar novos modelos. Por exemplo, conjugar a democracia dos partidos com a democracia das associações de base. E falhámos. Falhámos por culpa de todos: os partidos tiveram medo de perder o Poder e tentaram controlar as associações de base.

CONFISSÕES

A este propósito, recorda em 1975 o caso das associações de moradores da Calçada da Ajuda. Sete, ao todo! Quando pedi uma investigação, descobri que havia uma das comissões em que nenhum dos membros morava na Calçada da Ajuda!

Depois, havia ainda o problema da extrema-esquerda, que estava minada pela extrema-direita, considera Vasco Lourenço. Hoje está provado que o assalto à Embaixada de Espanha foi um ataque da extrema-direita e dos serviços internacionais, com a capa da extrema-esquerda. Lembro-me de discussões que tive com eles naquela altura – militares, o PRP, o MRPP... Diziam-me eles que o verdadeiro revolucionário é o que tenta o impossível. Eu respondia que o verdadeiro revolucionário é o que tenta fazer o possível, nunca o impossível; senão, destrói a revolução. As pessoas diziam que eu era muito pragmático e que o pragmatismo era um defeito dos burgueses e da direita. Pois é...

Desencantado mas pragmático, o percurso de Vasco Lourenço é prova da adaptação a uma realidade em mudança, que o levou a perceber muito cedo que a vantagem dos revolucionários começa rapidamente a dar lugar à vantagem do Poder. Eis um episódio ilustrativo: Lembro-me de uma discussão com o Carlos Fabião e o Otelio Saraiva de Carvalho no intervalo de um Conselho da Revolução, em Agosto ou Setembro de 1975, no qual tínhamos estado a discutir um assunto que envolvia militares. Dizia-me o Otelio: “Tu agora estás a apoiar-te, e com a força que estes tipos reaccionários te dão, que tu quiseste sanear depois do 25 de Abril e nós não deixámos; agora aceitas o apoio deles.” “Pois é”, respondi eu, “porque naquela altura tínhamos

VASCO LOURENÇO

poder para os pôr na rua e ‘idiotas’ como tu e o Fabião não quiseram isso e é agora que os querem sanear. Só que agora o Poder é deles e são eles que te saneiam.” Por isso, para mim o verdadeiro revolucionário é o que faz o possível, não o impossível.

Falar de democracia em Portugal implica falar do processo que deu origem à descolonização. Independência, na expressão preferida de Vasco Lourenço, que defende que o processo foi o possível e que também neste assunto o sistema político se aproveitou dos militares de Abril sem dar nada em troca.

É um processo que tem muito que ver com a lavagem de mãos das forças políticas. Havia em Portugal o problema concreto da conquista de poder e tudo o que as desviasse desse objectivo era rejeitado. Como a independência das colónias africanas era um osso difícil, atiraram para cima dos militares. Hoje tenta-se culpar os militares, como se os políticos da altura fossem muito preparados...

A fórmula que foi seguida, e que Vasco Lourenço continua a defender ter sido a única solução possível, resume-a assim: Nós, militares do MFA, aceitámos o direito dos povos colonizados à independência e tentámos que fossem eles próprios a decidir o seu próprio futuro. E que não houvesse um processo neocolizador. Se isso foi utópico, se era impossível... se calhar é verdade, mas até hoje não encontrei ninguém que me dissesse que outra solução havia para aquele problema.

Em relação à excessiva celeridade do processo, Vasco Lourenço evoca a desmotivação das tropas portuguesas no terreno. Até porque ficaram esvaziadas de objectivos.

CONFISSÕES

Qual o papel da força militar no terreno? É o de tentar ganhar supremacia e domínio, para que o poder político possa impor as decisões que quer. Qual era a decisão do poder político? Continuar a guerra ou dar a independência? Todo o Poder e a maioria da população em Portugal queriam o fim da guerra e o sim à independência.

Rejeitando as críticas da direita à postura do MFA quanto à descolonização, Vasco Lourenço refere a existência de duas tendências dentro do movimento e aponta o dedo à direita na retirada das tropas portuguesas do terreno. Quem mais nos critica é a direita, que apoiou a ala spinolista do MFA. E basta ver as diferenças entre estas duas posturas: enquanto nós não mandámos vir nenhum militar de Abril que estivesse nas colónias – porque eles eram necessários lá para segurar a situação – e não evitámos, a seguir ao 25 de Abril, ser mobilizados para a guerra, chegámos a mandar gente de cá para aguentar a situação no ultramar, o Spínola pegou nos seus homens de mão, que estavam na guerra, e chamou-os todos! Ramalho Eanes foi um deles. Ricardo Durão foi outro. Nós não só não tivemos a preocupação de chamar os nossos melhores homens para ocupar o Poder como ainda mandámos militares de Abril, como o Vítor Crespo, que foi para Moçambique, que andaram no terreno a resolver problemas de disciplina que outros indivíduos reaccionários criaram na altura... Não houve capacidade na Guiné para negociar com o PAIGC e evitar que os que lutaram ao nosso lado fossem fuzilados a seguir. Deixámo-los lá ao abandono. No resto, as coisas só correram mal onde houve intervenção estrangeira. Em

VASCO LOURENÇO

Angola interveio a África do Sul, o Zaire e Cuba. A guerra civil de Angola não dependia de termos mantido lá mais ou menos meia dúzia de homens. Em Moçambique foi igual.

Vinte e cinco anos depois, Vasco Lourenço enuncia os motivos que o levaram a fazer parte do Movimento dos Capitães: Ambicionei participar num movimento de mudança na sociedade portuguesa no sentido de a tornar mais justa, mais livre e mais igualitária. E no balanço da concretização destes ideais, quase se é levado a acreditar que Vasco Lourenço está descrente nas virtudes da Revolução para a sociedade portuguesa. Passados estes anos, com fluxos e refluxos, houve muitas transformações, mas o que me desilude mais é que no campo da justiça social e da liberdade efectiva avançou-se muito pouco e até se voltou para trás em algumas das conquistas de Abril...

Não foi isto que sonhei, lamenta-se o capitão de Abril. Hoje, as diferenças entre as classes ricas e pobres são abissais e a classe média tende a desaparecer. Assim, as condições para viver em liberdade são cada vez menores. Assim, quando se vota, é-se cada vez menos livre.

No campo dos ganhos, fica o assumir da liberdade e a abertura da mentalidade das pessoas. O deixar de estar encerrado no mundo. A população criar a consciência de que tem direitos, não tem só deveres. A quebra do obscurantismo. Essa é a nota da diferença. E recorda um exemplo prosaico: Em Portugal, em 1973, se um casal desse um beijo na rua vinha a polícia e chateava, porque era uma ofensa aos bons costumes. Coisas de pequenina importância como isto, de facto, marcam a mudança.

CONFISSÕES

A nível internacional, salienta os laços que se criaram com os povos africanos de língua portuguesa e a entrada para a Europa e o fim do isolamento internacional de Portugal, embora neste concreto Vasco Lourenço tenha dúvidas sobre as opções tomadas: Historicamente, sempre estivemos voltados para o exterior e para o mar. E fomos sempre rejeitados pelo resto da Europa. Andámos pelo mundo a ganhar riquezas para entrar no clube dos ricos europeus, mas a maior riqueza que trouxemos foi esta capacidade de nos darmos com povos de todo o mundo, nomeadamente com os que falam português. Essa capacidade é fundamental para nos afirmarmos na Europa. É uma mais-valia que não podemos esquecer.

Não foi só a sociedade portuguesa a mudar, os militares que fizeram o 25 de Abril conheceram também experiências diversas e vieram a demonstrar qualidades e defeitos insuspeitos em tempo de revolução. Vasco Lourenço não se furta a destacar os que mais admira e os que mais o desiludiram: Dou importância a Pizarra Correia, Melo Antunes, Marques Júnior, Vítor Alves, Pinto Soares, Garcia dos Santos, Vítor Crespo, Costa Neves e Martins Guerreiro, para além de um conjunto de militares de Abril mais ou menos conhecidos que se mantiveram firmes aos ideais e fora da ribalta. Hoje, a esta distância, admiro bastante Costa Gomes, uma figura importante a quem se deve muito daquilo que foi conseguido. Desilusões no campo político-militar também as tenho, e as maiores são Otelo Saraiva de Carvalho, Ramalho Eanes e Vasco Gonçalves, isto independentemente da minha amizade para com eles e da apreciação que deles faço como seres humanos. Do 25 de Abril até à aprovação da Constituição, Spínola foi

VASCO LOURENÇO

a pessoa mais perniciosa ao 25 de Abril que eu conheço e em termos militares altamente responsável pelas coisas negativas que se seguiram. Em relação a outros militares do conhecimento do grande público, nem me merecem qualquer comentário...

VIRGÍLIO VARELA O estudo para a actualização das carreiras dos militares implicados na Revolução, elaborado por um grupo de trabalho mandatado pela Associação 25 de Abril, tornado público há algumas semanas por Vasco Lourenço e que tanta celeuma causou, provou-se afinal ter apanhado de surpresa a sociedade portuguesa, aparentemente insensível ao facto de, pelos mais diferentes motivos, algumas centenas de profissionais das Forças Armadas terem sido prejudicados nas respectivas carreiras.

Virgílio Varela é um destes casos. Diferente na essência daqueles que vieram a público em jornais como o *O Independente*, o *24 Horas* e o *Expresso*, também este hoje quadro do Comando-Geral da PSP se sente com legitimidade para erguer a voz e alertar para um conjunto de situações que parecem não deixar dúvidas sobre a iniquidade de que se revestem e a injustiça que revelam.

Virgílio Varela regressa de Angola quando Salazar constata que a resolução dos conflitos nas possessões portuguesas em África não vão ser, afinal, tão simples de resolver e anui a que se monte uma máquina de guerra. Aumentam as difi-

CONFISSÕES

culdades nos teatros de operações, diminui o interesse dos jovens da classe média-alta e de algumas elites pelo ingresso na Academia Militar e a hierarquia não tem outro remédio que não seja o de franquear as portas a mais gente. Para aliciar mais jovens milicianos, o Governo faz sair legislação, quer para os novos candidatos quer para aqueles que, como Varela, já tinham cumprido anos de serviço. A verdade é que, mais de trinta anos depois, a situação continua por corrigir e o antigo cabecilha da revolta das Caldas continua por ser ressarcido do facto, para si tão simples mas para a Administração tão complexo, de ser reconhecido como válido o período de serviço cumprido enquanto miliciano antes do ingresso na Academia Militar.

Demonstrando, não directamente contra quem quer que seja, um profundo pesar pela forma como a proposta da correcção das carreiras foi levada à opinião pública, Virgílio Varela acaba por se entusiasmar e visar com frontalidade a situação.

Fomos sempre um país de barões: tínhamos os juízes-desembargadores, os oficiais-generais e os directores-gerais que ganhavam sensivelmente o mesmo. Hoje, anos depois, o que é que observamos quando se fala em militares? Vemos uma enorme má vontade e um preconceito difícil de entender. Os barões militares, que estiveram sujeitos a um regulamento de disciplina, foram substituídos pelos barões judiciais, a quem ninguém controla e acima dos quais ninguém consegue exercer qualquer tipo de influência. Mas há mais: que dizer da classe política, tão solidária na crítica àqueles militares que querem uma revisão justa das suas carreiras – e não me pronuncio directamente sobre a recente proposta da Associação 25 de Abril – e sempre tão solícita em se aumentar a si própria?

VIRGÍLIO VARELA

Para Virgílio Varela, o 25 de Abril veio resolver e ajudar a resolver muitos dos problemas que angustiam os Portugueses no tempo do Estado Novo. O conjunto de direitos, liberdades e garantias entretanto conquistado é de tal ordem e dimensão que, defende, já não há lugar a discussões sobre que balanço fazer da Revolução.

Ganhou-se a liberdade e a democratização da sociedade. A classe trabalhadora e os mais desfavorecidos adquiriram o acesso aos cuidados mínimos de saúde, o direito a reivindicar habitação própria. As pensões, ainda que pequenas, tendem a fazer mais e melhor justiça...

Agora há coisas que me desagradam. Sinto, claro, que tudo ou quase tudo mudou. Mas nem sempre da melhor maneira. Ou para melhor. Perdeu-se o respeito, alguma delicadeza e muito pudor. Desbaratou-se a certeza dos valores que, muito embora impostos, davam coesão ao tecido social. A classe média tradicional, globalmente culta, perdeu estatuto social e económico, e surgiu uma nova classe média, baseada no poder do dinheiro – os valores do “ser” foram transferidos para o “ter”. Parece-me, acima de tudo, que esta nova classe está a tentar imitar rituais sem que tenha interiorizado os respectivos valores. Refiro-me, naturalmente, aos chamados *yuppies*, meninos emergentes de uma sociedade recheada de rituais pujantes na aparência física, mas extremamente pobres do ponto de vista humano.

Capaz de tomar medidas que tanto possam ser rotuladas como características de um comportamento esquerdista como direitista, Virgílio Varela diz bater-se, acima de tudo, pela independência das coisas e das causas.

O importante é assumir posições, sejam quais forem, desde que subordinadas ao princípio de que quem as concretizar

CONFISSÕES

entenda estar a agir com boa-fé. E eu, definitivamente, não sou homem de meias-tintas. Pensa que hoje não me candidataria a ser, de novo, revolucionário? Nunca se sabe o que aí virá, tendo em conta os imperialismos que por aí andam e as ordens inflexíveis que nos são dadas de todo o lado. Mas, atenção, esta minha aversão ao imposto sem racionalidade não decorre de que me pareça que Portugal seja, hoje, na Europa, um país banalizado ou subjugado. Subjugados estão todos os Estados ao poder do grande capital. Seria por isso importante criar, ao nível das Nações Unidas, um controlo mundial que olhasse para este poder invisível.

Democrata de corpo inteiro, como se autodenomina, Virgílio Varela recorda os tempos de meninice em Ponta do Sol, onde, além dos seis irmãos, viviam igualmente outros dois primos órfãos.

Aos sábados, aos domingos ou em férias, havia duas hipóteses de passeios a dar. O meu pai reunia-nos a todos na sala e pedia que erguêssemos a mão para uma ou outra opção. Ganhei e perdi, mas aprendi a aceitar, pela simples votação de uma coisa tão insignificante como esta, o princípio e a validade da democracia. Isto para já não falar do facto, não desprezível, de ser ilhéu. Os ilhéus têm uma visão singular do mundo. Aprendem a olhar para o mar, a falar com o nada, a gritar com o tudo. E depois, quando fazem ou dizem algo, as suas mensagens adquirem um impacto tal que os torna, aos olhos dos outros, pessoas estranhas. A física explica o que muitos pensam ser tropelias ou excentricidades. E isso é inexacto: o que se passa é que quando um homem fala nos Açores ou na Madeira as suas palavras vêm por aí fora, na crista das ondas, e quando chegam ao continente revelam um conteúdo que, à partida, nada indicava possuírem.

VIRGÍLIO VARELA

Preso no seguimento do 11 de Março de 1975 por alegado envolvimento com os grupos militares e ideológicos então derrotados, Virgílio Varela a tudo olha com a complacência que só a distância do tempo permite.

Nesse dia fui almoçar ao restaurante Fateixa, na linha do Estoril, com o Manuel Monge e com o então adido militar alemão. Dez dias depois ia a chegar a casa, com um dos meus miúdos ao colo, quando vi que tinha uma comitiva de recepção. Oficiais, soldados e até uma *Chaimite*. Chegado à soleira da porta fui abordado por dois alferes que, meio envergonhados, quiseram confirmar a minha identidade. Convidei-os a subir a minha casa, ofereci-lhes um bagaço e ouvi darem-me voz de prisão. Não sabiam bem porquê, que estavam ali para cumprir ordens. Recordei-lhes que só poderia ser detido por um capitão mais velho que eu ou por um oficial mais graduado, ao que me responderam que sabiam disso e que, portanto, teria que ser eu a assinar o mandato da minha própria detenção. Recusci-me a fazê-lo, telefonei ao então brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho e disse-lhe: “Ouve cá, estão aqui uns gajos para me prender. Sabes alguma coisa disto?” O Otelo respondeu-me que não, que não sabia de nada, que isso eram aqueles mandatos em branco que tinha dado ao Vasco Lourenço e que já andavam para aí nas mãos de toda a gente. Portanto que ficasse descansado. Satisfeito com a resposta, o capitão Varela pede a Otelo que repita o esclarecimento e passa o auscultador a um dos alferes. O que aconteceu. Mas aqueles foram tempos sem lógica. E quando o comandante do COPCON volta à fala com Virgílio Varela, diz-lhe mansamente: “Ouve, Virgílio, sei que está aí um carradão de gajos. Se os alferes chegam lá abaixo sem ti, ainda vão armar uma

CONFISSÕES

confusão qualquer. Importavas-te de te deixares prender só por esta noite que amanhã resolve-se isto?” E Varela deixou. Era a segunda vez que ia para trás das grades. Depois dos quarenta dias na Trafaria, no seguimento do 16 de Março, exactamente um ano depois ia novamente preso. E só foi libertado quarenta e seis dias depois.

Hoje, garante, tudo está esquecido.

Então mas havia de estar zangado com pessoas que se terem agido sob o efeito de circunstâncias especiais e não em função de razões próprias intrínsecas? Como aconteceu com o Otelo, por exemplo? Não, isso não.

A descolonização é outra das consequências do 25 de Abril a cujo modelo há muito se habituou. Recusando-se a apontar o dedo de forma expressa a quem quer que seja, para Virgílio Varela a responsabilidade por tudo quanto se passou no processo que culminou na entrega das ex-colónias às mãos dos movimentos independentistas é uma realidade difusa que procura, simplesmente, adaptar ao presente.

O modo como se processou a descolonização foi seguramente lamentável. E o pior de tudo ainda é o sofrimento e as consequências que os povos africanos de expressão portuguesa estão a sofrer na pele. Culpa nossa e do imperialismo que implementámos em Angola, na Guiné ou em Moçambique. Mas culpa igualmente dos imperialismos posteriores, que nunca mais deixam esses novos Estados em paz e à mercê do desenvolvimento que decerto poderiam alcançar, até em função dos índices de riqueza e de recursos que cada um desses países possui.

Orgulhoso por não ter perdido nenhum dos seus homens em África, Virgílio Varela olha para as antigas colónias portuguesas e não deixa também de apontar responsabili-

VIRGÍLIO VARELA

dades às grandes potências da Europa, que, nos finais do século XIX, aproveitaram a Conferência de Berlim para definir a régua e esquadro os traçados fronteiriços que só a História e os hábitos das tribos indígenas poderiam, em rigor, ter definido.

À beira da reserva, passo que deverá ser dado em breve, o coronel de Infantaria hoje ao serviço da Polícia de Segurança Pública, no edifício da Penha de França, numa das partes altas de Lisboa, onde Jaime Neves chegou a meio da manhã de 25 de Abril de 1974 para despejar a Legião Portuguesa, recusa-se quase terminantemente a prestar vassalagem a quem quer que seja. O balanço dos vinte e cinco anos inibe-o de atacar mas também de se vergar perante aqueles que eventualmente merecem o seu olhar crítico.

É verdade que tenho uma simpatia e um carinho especiais por Mário Soares, mas não acho que valha a pena falar de mais alguém. Talvez um dia... basicamente, não tiro o chapéu a ninguém, a não ser por delicadeza. Mas precisamente para não ter que o tirar é que deixei de o usar! Da extrema-esquerda à extrema-direita apanhei uma grande decepção com a nossa classe política. Tenho a sensação de que o legislador não soube, ou não quis, encontrar soluções para desenvolver e acautelar Portugal.

Quatro décadas após o ingresso na hierarquia, militar por vocação, não encara outra alternativa profissional que não esta mesma. Só após grande insistência Virgílio Varela acede a dizer que se o percurso não tivesse sido o das armas só poderia ter sido o das leis.

Mas na pele de advogado, e só como advogado. Hoje estaria com 60 anos, mas mais velho e rouco de tanto argumentar a favor dos que considero mais desprotegidos.

Índice Onomástico

A

Abelaira, Augusto – 249
Abrantes, Panarra – 39
Abreu, Waldemar Paradela de – 91, 176
Adorno, Theodor – 71
Afonso, Aniceto – 13
Afonso, D. Fernando – 115
Afonso, João – 117, 118, 125, 131, 236, 238
Afonso, José – 160, 241
Agesta, Sanchez – 63
Agostinho, São – 136
Albino, Carlos – 241
Alegre, Manuel – 15, 249, 250, 251
Aleixo, António – 94
Almada, João Vaz de – 134
Almeida, Dinis de – 91, 164, 166, 169
Almeida, Ferrand de – 36, 37, 38, 242, 244,
Almeida, Mário Delfim Tavares de – 31, 39
Alvalade, Aires Vasques – 125
Alvalade, José de – 180
Álvares, Fernão de – 122
Alves, Vítor – 39, 147, 175, 220, 245, 247
Amaral, Diogo Freitas do – 43, 92
Amaral, João Bosco Mota – 165
Andrade, D. Nuno Freire – 227, 230
Andrade, John – 93
Andresen, Sophia Mello Breyner – 250
Anes, Vicente – 188
Antunes, Ernesto Melo – 13, 14, 38, 88, 146, 147, 155, 245, 247, 254
Aquino, São Tomás – 136

Aragão, Leonor de – 124
Arendt, Hannah – 71, 72
Aristóteles – 18, 50
Armstrong, Neil – 139
Arriaga, Kaúlza de – 36, 37, 39, 145, 172, 173, 174, 175, 178, 274
Assunção, Alfredo Mansilha - 38
Ataíde, Martim Gonçalves – 125
Avelar, D. Martim – 230
Azeredo, Carlos – 32, 38
Azevedo, José Maria – 220
Azevedo, Pinheiro de – 222

B

Balsemão, Francisco Pinto – 165
Banazol, Luís Ataíde – 91
Baptista, Jacinto – 149
Barbuda, Martim Eanes – 125
Barthes, Roland – 17
Bastos, Celso Ribeiro – 61
Bataillon, Marcel – 226
Beato, Carlos – 3, 38, 239, 240, 241, 243, 245,
Bento XV – 118
Bento XVI – 118
Bermeo, Nancy – 97
Bernanos, Georges – 44
Bernardo, António – 248
Bernardo, Correia – 240
Bessa, António Marques – 78, 79, 81, 82
Bloch, Marc – 16
Bobbio, Norberto – 70
Bonavides, Paulo – 62, 63
Bonhomme, Jacques – 115

Borga, Cesário – 99, 177

Bouthoul, Gaston – 266

Branco, José Mário – 160

Braudel, Fernand – 16, 17, 226

Brito, José Maria Brandão de - 98

Brown, Radcliffe – 226

Bruno, João Almeida – 176, 179

Burdeau, Georges – 50

C

Cabral, Manuel Villaverde – 155

Caetano, António – 168

Caetano, Marcello – 13, 15, 23, 34, 37, 44, 78, 83, 97, 98, 132, 143, 148, 153, 156, 162, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 178, 179, 180, 181, 189, 195, 197, 200, 201, 217, 222, 241, 245, 260

Camelo, Álvaro Gonçalves – 125

Camões, Luís Vaz de – 8, 125, 224, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 238,

Camões, Vasco Peres – 125

Camus, Albert – 44

Capote, Truman – 44

Capra, Frank – 94

Cardoso, Mário – 99

Cardoso, Óscar – 248

Carlos, Vieira da Rocha – 190

Carlyle, Thomas – 44

Carneiro Sá, Francisco – 165

Carrilho, Maria – 92, 143, 171

Carvalho, Joaquim Barradas de – 16

Carvalho, Otelo Augusto – 78, 79

Carvalho, Otelo Saraiva – 36, 38, 39, 89, 148, 176, 184, 192, 220, 222,

Carvalho, Paulo de – 241

Carvalho, Virgílio de – 11

Cascais, Fernando – 177

Castela, D. Juan de – 121, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 204, 206, 230
Castela, Henrique II de – 132
Castilho, Júlio de – 34
Castro, Armando – 87, 113
Castro, D. Inês de – 34, 110, 130, 132, 229
Castro, D. João de – 130
Castro, Rodrigo Sousa e – 173, 247
Céfalo – 44
Cervelló, Josep Sanchez – 92, 93, 191
Charais, Franco – 90, 147
Chatwin, Bruce – 44
Christoforus – 101
Churchill, Winston – 66
Cícero – 136
Cília, Luís – 160
Clemente, Carlos – 176
Clemente, Duran – 163, 164, 168,
Coelho, Adelino Matos – 38, 176
Coelho, António Borges – 84, 111, 193, 195, 197
Coelho, Maria Helena Cruz – 88, 103, 132, 230
Coelho, Paulo – 241
Coimbra, Almeida – 168
Conde de Andeiro – 15, 22, 30, 32, 33, 35, 80, 102, 108, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124,
126, 193, 203, 204, 205, 225, 255
Conte, Giuliano – 25, 85
Copérnico, Nicolau – 50
Correia, Fausto - 38
Correia, Natália – 91, 176
Correia, Pedro Pizarat – 9, 39, 90, 164, 165
Cortesão, Jaime – 86, 102, 116, 194, 195,
Costa, José Alves – 243

Coutinho, António Rosa – 222
Coutinho, Gago – 185
Coutinho, Gonçalo Vaz – 130
Couto, Abel Cabral – 41, 48
Crespo, Vítor – 220
Cristo, Fernando Homem - 38
Cruzeiro, Celso – 162
Cruzeiro, Maria Manuela – 88, 143, 146, 147, 155
Cubillas, Teófilo – 180
Cunha, Gil Vasques da – 130
Cunha, Joaquim Luz – 115, 174
Cunha, Joaquim Silva – 97, 98
Cunha, Martim Vasques da – 130
Cunhal, Álvaro – 38, 84, 148, 195, 196, 197, 207, 208, 209,
Cuvier, Georges – 50

D

D. Afonso III - 34
D. Afonso IV – 229, 237
D. Afonso V – 234
D. Beatriz – 109, 110, 119, 120, 124, 125, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 193, 203, 204, 206, 208, 210, 230
D. Dinis – 34, 130, 131, 132, 236
D. Duarte – 11, 191, 236,
D. Fernando – 33, 34, 35, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 135, 136, 191, 193, 198, 203, 204, 206, 210, 211, 230, 231, 236, 237
D. Gil Alma – 134
D. Henrique – 11, 12, 236, 259
D. João – 22, 30, 34, 80, 83, 102, 103, 108, 110, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 188, 189, 195, 196, 201, 204, 206, 207, 229, 230, 233, 258

D. João I – 4, 6, 8, 15, 19, 21, 22, 27, 28, 29, 33, 35, 39, 40, 78, 80, 83, 86, 87, 88, 101, 102, 107, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 214, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 249, 250, 255, 257, 258, 259, 260, 265, 266,

D. João II – 213, 227, 259

D. João III – 227

D. João de Castro – 130

D. Martinho – 123

D. Pedro I – 33, 34, 117, 122, 123, 124, 130, 229

D. Pedro – 11, 110, 132, 227, 230, 236

Dahl, Alan – 65

Danton, Georges Jacques – 44

Dahrendorf, Ralf – 96, 97

Deleuze, Gilles - 17

Delgado, Humberto – 90, 148, 150, 151, 152, 228,

Deslandes, Venâncio – 228

Dinis, João Paulo – 241

Dostoievski, Fédor – 164

Duarte, António de Sousa – 35, 94, 110, 137, 160, 169, 175, 186, 208, 240, 248, 258 Duarte,

Luís Miguel – 87, 110, 137, 208,

Duby, Georges – 17

Dupin, André – 48

Duque de Lencastre – 127, 237

Duque, Matos – 161

Durão, Rafael – 176, 179

Durão, Ricardo - 39

Durkheim, Emile – 57

E

Eanes, Gonçalves – 188

Eanes, António Ramalho – 36, 37, 38, 92

Eduardo III – 237

Engels, Friedrich – 16, 53, 54, 197

Esteves, Sentil – 131

F

Fabião, Carlos – 174

Faria, Lobato de – 170

Faure, Guy Olivier – 36

Febvre, Lucien – 16, 17, 54, 55, 226

Fernandes, António Teixeira – 77, 78

Fernandes, Mariz – 36, 37, 39, 170

Fernandes, Vasco da Gama – 39

Ferreira, Casanova – 176, 179

Ferreira, D. Januário Torgal – 38

Ferreira, João – 120, 123, 227

Ferreira, José Medeiros – 92, 222

Filipe III – 236

Fitzalan, Thomas – 134

Flores, Francisco Moita - 38

Fogaça, Lourenço Eanes – 125

Foubert, Charles – 94, 215

Foucault, Michel – 17

Freire, Gomes – 122

Freud, Sigmund – 56

Friedrich – 228

G

Galvão, Henrique – 90, 151, 152, 228

Gama, Vasco da – 10, 39, 230

Gant, João de – 127, 237

Gasset, José Ortega y – 57, 58

Gibbon, Edward – 71

Giddens, Anthony – 76

Gil, Maria de Lurdes – 227

Glaucon – 44

Godinho, Vitorino Magalhães – 85, 86, 226

Goethe, Johann Wolfgang von – 52

Gomes, Adelino – 186, 247

Gomes, Carlos Matos – 13, 38, 168

Gomes, Francisco da Costa – 36, 37, 38, 170, 174, 178, 222

Gonçalves, Bento – 149

Gonçalves, João – 125

Gonçalves, Vasco – 84, 113, 120, 136, 197, 256

Granet, Marcel – 18

Grossman, Emiliano – 61, 62

Grotius, Hugo – 136

Guerra, João Pedro Miller – 165

Guerreiro, Martins – 39

Gurvitch, Georges – 226

Gutenberg – 72

H

Habermas, Jurgen – 68, 71

Hegel – 53, 54, 58

Heidegger, Martin – 71

Hemingway, Ernest – 44

Henein – 48

Henriques, D. Afonso – 33, 135, 230

Henriques, Isabel Castro – 253

Herculano, Alexandre – 111, 227

Hobbes, Thomas – 68, 70

Horkheimer, Max – 71

Huntington, Samuel – 94, 95, 96

I

Iver, Mac – 47

J

Jaspers, Karl – 8

Jefferson, Thomas – 56

Júnior, Frade – 173

Júnior, Marques – 39, 247

K

Kaiser – 63

Kant, Emmanuel – 52

Kelsen, Hans – 55

Kennedy, John Fitzgerald – 139, 145

L

Lacombe, Paul – 16

Ladurie, Emmanuel Leroy – 17

Le Bon, Gustave – 56

Lefebvre, Henri – 54, 55

Le Goff, Jacques – 16, 17, 64

Lemos, Carlos Viana de – 170

Lencastre, D. Filipa de – 87, 134, 233, 236, 237

Lenine – 48, 55

Lévi-Strauss, Claude – 18

Lima, Dias de – 176, 179, 190

Lipovetsky, Gilles – 74

Lobato, Serafim - 39

Locke, John – 69, 70

Lopes, Craveiro – 145

Lopes, Fernão – 83, 84, 88, 100, 101, 102, 109, 111, 112, 116, 119, 131, 136, 137, 188, 191, 192, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 211, 213, 225, 226, 229, 230, 234, 252

Lopes, Jaime – 186

Lopes, Óscar – 191

Louçã, António Seixas – 186

Loureiro, Rui – 155

Lourenço, Eduardo – 89

Lourenço, Tareija – 227

Lourenço, Teresa – 124, 227

Lourenço, Vasco – 3, 36, 38, 39, 88, 89, 143, 161, 162, 174, 176, 179, 181, 220, 247,

Luttwak, Edward – 46, 47

Luz, Pedro – 191

Luz, Rosado da – 173

M

Macedo, Borges – 133

Macedo, Luís – 220

Macmillan, Harold – 145

Maia, Natércia – 3, 20

Maia, Fernando Salgueiro – 2, 3, 4, 5, 6, 14, 19, 20, 21, 22, 28, 31, 35, 37, 39, 40, 89, 94, 160, 173, 185, 186, 187, 190, 220, 222, 223, 225, 227, 229, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 257, 258, 260, 261

Malaparte, Curzio – 45

Malraux, André – 59

Maquiavel, Nicolau – 18, 114, 233, 270

Marcel, Étienne – 116

Marcuse, Herbert – 71

Margarido, Alfredo – 253

Marques, Jaime Silvério – 222

Marques, Oliveira – 195, 198

Marques, Silvino Silvério – 174

Martelo, David – 176

Martins, Costa - 38

Martins, D. Manuel – 39, 94

Martins, Lourenço – 122, 227

Martins, Oliveira – 87, 238

Marx, Karl – 53, 54, 57, 197

Mathiot, André – 63

Matos, Norton – 148, 150

Mattoso, José – 85, 120, 217, 255

Maxwell, Kenneth – 94, 142, 256

Mcluhan, Marshall – 65, 67, 68

Meireles, Quintão – 150

Melo, Galvão de – 222

Mendonça, Manuela – 133

Meneses, D. Leonor Teles de – 15, 33, 34, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 132, 189, 193, 203, 204, 206, 210, 211, 230

Michels, Robert – 81

Mills, Charles Wright – 79, 81

Miranda, Francisco Sá de – 227

Monge, Manuel – 176, 179

Moniz, Botelho – 145, 228

Monteil, Amans-Alexis – 16

Montesquieu – 51, 69, 70, 71

Morais, Carlos – 190

Moreira, Adriano – 8, 17, 99, 100, 140, 197, 245

Moreira, Vital – 43

Moreno, Humberto Baquero – 87

Mosca, Gaetano – 79

Mota, Magalhães – 165

N

Neto, Carlos Amaral – 221

Neto, Manuel Diogo – 222

Nixon, Richard – 142

Nogueira, Franco – 38

Nogueira, Freire – 173

O

Oliveira, Adriano Correia de – 160

Oliveira, Calado de – 38

Oliveira, César de – 98, 140

Oliveira, Domingos – 139

Orwell, George – 44

Osório, Sanches – 39, 220

Ostrogorski, Moisei – 81

P

Pacheco, Fernando Assis – 248

Pais, Álvaro – 116, 117, 118, 122, 123, 125, 126, 130, 131, 188, 189, 204, 238

Pais, Clementino – 170

Palma, António Alberto – 38

Pareto, Vilfredo – 78

Pasquino, Gianfranco – 63

Patriarca, Fátima – 155

Penedo, Afonso Aires – 123

Pereira, Brites – 134

Pereira, Nuno Álvares – 15, 33, 103, 113, 118, 119, 128, 129, 134, 137, 192, 196, 207, 213, 214, 229, 233, 238, 247

Pereira, Rui – 122

Perez-Reverte, Arturo – 44

Pernoud, Régine – 114

Pessoa, Fernando – 8, 234, 250

Pierre, Nora – 17

Pimentel, João Afonso – 125

Pina, Rui de – 200, 258

Pinto, António Costa – 98

Pinto, José Filipe – 3, 17, 39, 99, 104, 140, 181, 245, 260

Pires, Fisher Lopes – 220

Pires, Francisco Videira – 56

Pires, Inês – 134

Pires, José Cardoso – 44

Plantier, Carlos – 88, 146

Platão – 18, 44, 242, 260

Polemarco – 44

Popper, Karl – 53

Porcalho, Vasco – 125

Proust, Marcel – 44

Q

Queiró, Afonso – 55

Queirós, Eça de – 87

Quental, Antero de – 195, 201

R

Rama, Manuela Sousa – 88, 146

Ramos, António – 176, 179, 190

Ramos, Armando Marques – 176, 179, 180

Rawls, John – 70

Rebelo, Luís Sousa – 191

Rebelo, Sá Viana – 159, 167, 168, 170

Reed, John – 44

Regras, João das – 103, 118, 130, 131, 132, 195, 201, 229, 238

Reis, Braula – 175

Reis, D. Gilberto Canavarro – 38

Reis, Junqueira dos – 186, 222, 242, 243, 244

Revel, Jean François – 67

Rezola, Maria Inácia – 93, 167

Ricardo II – 127

Rodrigues, Avelino – 99

Romeiras, António – 31

Rousseau, Jean-Jacques – 51, 52, 70

Ruas, Henrique Barrilaro – 98

Russell, Bertrand – 17

S

Salazar, António Oliveira – 10, 35, 37, 78, 93, 97, 98, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 148, 149, 150, 151, 153, 158, 166, 172, 178, 187, 198, 228, 248

Santos, Amadeu Garcia dos – 36, 38, 220

Santos, Hugo dos – 161, 173, 220

Santos, João de Almeida – 19, 77

Santos, Loureiro dos – 14, 253, 254,

Santos, Maria de Lurdes Lima – 154

Saraiva, António José – 195, 199, 200

Saraiva, José Hermano – 85, 162, 202

Saramago, José – 44

Saurugger, Sabine – 61, 62

Sérgio, António – 86, 107, 114, 117, 119, 195, 237, 238

Serrano, Joana Bouza – 87, 133

Serrano, Pedro – 180

Serrão, Joel – 84, 85, 102, 103, 107, 108, 110, 116, 123, 195

Silva, Andrade e – 170

Silva, Aníbal Cavaco – 247, 248

Silva, Antero Ribeiro da – 176

Silva, Baptista da – 38

Silva, Farinha da – 176

Silva, Ferreira da – 176

Simiand, François – 16

Soares, Mário – 14, 150, 179

Soares, Duarte Nuno Pinto - 38

Sócrates – 242

Sorokin, Pitirim – 56

Sottomayor – 244

Sousa, Armindo de – 86

Sousa, Avelar de – 175

Sousa, Gonçalo Rodrigues de – 128

Spínola, António – 13, 37, 77, 90, 91, 165, 166, 167, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 189, 222

Stiglitz, Joseph – 76

T

Tavares, Francisco Sousa – 249, 250

Távora, Pêro Lourenço – 125

Teles, D. Maria – 230

Telo, António José – 98

Telo, D. João Afonso – 125

Themido, João Hall – 154

Tocqueville, Alexis – 51

Tomaz, Américo – 145, 151, 165, 166, 170, 222,

Tomaz, Manuel – 241

Tomé, Mário - 39

Touraine, Alain – 57, 58

Trasímaco – 44, 242

Trastâmara, Henrique – 124

Troni, Henrique – 173, 174

Tucídides – 18

V

Valadão, Ramiro – 181

Valente, Augusto Monteiro – 38

Varela, Raquel – 78

Varela, Virgílio – 36, 38, 39, 176

Vasconcelos, Gonçalo Mendes – 125

Vasconcelos, José Leite – 241

Vasques, Fernão – 107, 211, 212

Vasques, Lopo – 122

Vasques, Martim – 122, 130

Vergniaud, Pierre – 44

Vieira, Joaquim – 150

Virillo, Paul – 19

Voltaire – 51, 52

Von Jehring – 47

Von Ranke, Leopold – 16

W

Weber, Max – 15, 16, 17, 58, 66, 160

Wells, Orson – 44

Y

Yazalde, Hector – 180

Z

Zurara, Gomes Eanes de – 200, 258